

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JULIO CESAR FERREIRA SANTOS

**O *Álibi* Cultural:
Novas *Formas* para a Valorização e Reprodução
do Espaço na Metrópole Contemporânea**

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**O *Álibi* Cultural:
Novas *Formas* para a Valorização e Reprodução
do Espaço na Metrópole Contemporânea**

Julio Cesar Ferreira Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Fani Alessandri Carlos.

São Paulo
2010

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Santos, Julio Cesar Ferreira

O álibi cultural: novas formas para a valorização e reprodução do espaço na metrópole contemporânea / Julio Cesar Ferreira Santos; orientadora Ana Fani Alessandri Carlos. -- São Paulo, 2010.

283 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. (Re)produção do espaço. 2. Revitalização urbana. 3. Políticas espaciais. 4. Metrópole. 5. Cultura. I. Título. II. Carlos, Ana Fani Alessandri.

Dedico este trabalho a minha mãe.

Este, o anterior e os futuros.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha mãe, por garantir as condições favoráveis aos meus estudos e pelo ambiente democrático forjado no lar de minha infância, o que vem me permitindo enfrentar posturas e posições contrárias ao que penso, assim como a levar adiante meus projetos.

À Profa Dra Ana Fani Alessandri Carlos, pela atenção e apoio durante o processo de definição da investigação e pela paciente orientação. Agradeço pelas observações acerca da pesquisa e do meu desenvolvimento como pessoa, pesquisador e professor universitário. Sua fibra e dedicação certamente representam para mim um exemplo de profissional ético e íntegro, cuja missão não lhe escapa mesmo perante as adversidades.

À Profa Dra Amélia Luísa Damiani que, nos anos de convivência, muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento científico e intelectual. Agradeço pelas ricas contribuições durante o exame de qualificação e pelos inesquecíveis encontros de seu grupo de estudos, ao qual estendo meus agradecimentos.

À Profa Dra Glória da Anunciação Alves, pelas sugestões antes da submissão de meu projeto de mestrado e pela participação no exame de qualificação.

À Profa Dra Odette Carvalho de Lima Seabra, pela “orientação” indireta ao longo do mestrado. Nas poucas oportunidades em que a ouvi falar, reestruturava todo meu trabalho em função de suas reflexões. Agradeço também por aceitar compor a banca de avaliação desta Dissertação.

À Profa Dra Aureanice de Mello Corrêa (UERJ). Sábia, uma professora exemplar, uma intelectual que sabe viver a vida. A Áurea flui e deixa fluir. Particularmente, não gosto

da presunção, do hábito de se levar muito a sério... “Quem nos resgatará da seriedade?”, pergunta Julio Cortázar em “A Volta ao Dia em 80 Mundos”. No meu caso, respondo: Áurea! Agradeço por compor a banca de avaliação da Dissertação e por me mostrar que podemos fazer diferente.

Ao Prof. Dr. Jorge Luis da Silva Grespan (Departamento de História da USP), agradeço pelas sugestões à pesquisa realizadas durante nossas conversas no intervalo de suas aulas de “Teoria da História” e “Estudos sobre o Materialismo Histórico”. As indicações bibliográficas foram fundamentais e suas aulas sobre o método são indispensáveis.

Ao Prof. Dr. Miguel Ângelo Ribeiro (UERJ), pelas indicações bibliográficas sobre a Lapa e sobre a Geografia histórica da cidade do Rio de Janeiro. Agradeço também pela convivência durante meu período como bolsista no PET Geografia da UERJ, experiência que garantiu as bases para que eu pudesse seguir adiante.

Ao Prof. Dr. Pedro Tórtima (IHGB), pela orientação no que se refere à metodologia de pesquisa histórica e às conversas agradáveis e riquíssimas de conteúdo a respeito do Rio de Janeiro e do Brasil na primeira metade do século XX.

Ao Prof. Dr. Carlos Lessa (UFRJ), pela entrevista-orientação.

Ao Prof. Dr. Neil Smith (CUNY), pelos artigos e livros enviados por email.

Ao Prof. Dr. Ed Soja (UCLA/London School of Economics), pelas sugestões bibliográficas sobre cidade e cidadania, bem como pelas ricas conversas sobre a urbanização em Los Angeles e Londres.

Ao Prefeito César Maia, pela entrevista e materiais cedidos.

Ao Prof. Dr. José Arthur Giannotti (Departamento de Filosofia da USP), pelas conversas sobre dialética e poiesis.

A Maria Helena McLaren (Secretaria Municipal do Patrimônio Histórico do Rio de Janeiro), os técnicos da EMURB e todos os demais entrevistados elencados ao final da

dissertação, pelo tempo disponibilizado a este estudante de Geografia que nada sabia sobre a legislação urbanística, tanto no Rio quanto em São Paulo.

Ao Sinei, pela ajuda ímpar nas transcrições, por me ouvir enquanto refletia absorto, pelos debates, pelas dicas de teoria literária e cultura na “pós-modernidade”, pelos trabalhos de campo em São Paulo e, acima de tudo, pela companhia incondicional! Este trabalho não teria chegado a termo sem seu suporte.

À Jimena, Francisco, Marciel e Cynthia que, cada um a seu modo e a seu tempo, colaboraram em trabalhos de campo no Rio, em São Paulo e em Buenos Aires, me ajudando a ver muitas vezes elementos despercebidos por mim na paisagem. Sem falar da inqualificável amizade!

Ao Gustavo, pelas dicas de crítica literária, sempre encontrando nas minhas falas referências a autores fundamentais no mundo das Letras.

Ao James, por me ouvir em divagações sobre a cultura e pelas sugestões de bibliografia.

À Raquel Colombiano, pelas indicações bibliográficas históricas e dicas para descobrir materiais no labiríntico site da Prefeitura do Rio.

Ao Greg Mullins e à querida Kat, por revisarem e corrigirem meu Abstract.

Aos meus alunos na UNISA, muitas vezes interlocutores desta pesquisa no momento de debate na sala de aula. Passei a ver um sentido prático no termo “professor-pesquisador” graças a essa experiência.

À Profa Nely Bacellar pela oportunidade e confiança ao me contratar para lecionar na UNISA e a compor sua equipe. Ao Prof. Dr. Luiz Antonio Dias pelo apoio e renovação da confiança. Todos deveriam ter coordenadores como os meus.

À música, sem a qual não vivo: Billie Holiday, Diana Krall, Madeleine Peyroux, Melody Gardot, Rod Stewart, Leila Pinheiro e outros tantos me embalam no doloroso

processo de escrita que adotei. Invariavelmente, ouvia os mesmos CDs várias vezes, tendo me esquecido de trocar, mergulhado na reflexão.

À COSEAS, pelo CRUSP, lugar onde residi por 30 meses. Se não fosse pelo programa de assistência à permanência estudantil da USP, jamais teria conseguido sobreviver em São Paulo e superado os difíceis anos iniciais, bastante ricos em experiência pessoal, apesar de tudo.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso de Mestrado.

À Universidade de São Paulo, na figura da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, por me permitir fazer um Mestrado “à moda antiga”, por quase quatro anos!

À CAPES, pela concessão de bolsa de Mestrado na fase inicial do projeto (por três meses), antecipando-se à FAPESP.

E, finalmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão de bolsa de Mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

RESUMO

SANTOS, J. C. F. *O Alibi Cultural: Novas formas para a valorização e reprodução do espaço na metrópole contemporânea*. 283f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

A (re)produção das metrópoles para a venda no mercado mundial ocorre através da produção de novas *formas* espaciais associadas à urbanização contemporânea. Até então reconhecidamente espaço produzido pela indústria, agora a metrópole tende a conformar-se pela dispersão relativa da atividade produtiva. No bojo desse movimento, novos processos e estratégias são engendrados, voltados à reestruturação urbana, reproduzindo a metrópole de acordo com novas estratégias que apontam para a produção do Centro, ora em deterioração, como “nova” centralidade. Estas estratégias apontam para a recuperação de áreas urbanas degradadas, de modo a trazer de volta aos centros ou outras áreas em vias de revitalização as classes sociais com maior poder aquisitivo. Para isso, neste momento, a cultura é instrumentalizada como produto e lógica potencializada por uma ideologia desenvolvimentista.

Assim, o objeto de nossa pesquisa consiste no estudo das políticas espaciais voltadas à revitalização de centros urbanos, políticas que atuam sob o discurso culturalista articuladas pelo Estado e pelo capital para a superação das barreiras existentes à valorização do valor e à circulação do capital. Neste sentido, dá-se a relação entre o Político e o econômico no processo de produção de novos espaços, utilizando-se de ideologias que ganham materialidade nas novas formas e relações engendradas na área central da metrópole. Dessa forma, nosso objetivo principal é discutir os termos nos quais a cultura aparece no interior do processo de (re)produção do espaço urbano a partir do Centro. Temos então como hipótese o seguinte: esses empreendimentos apoiados em um “alibi” cultural – que criam marcos nas novas paisagens de poder e de dinheiro que se constituem no Rio de Janeiro e em São Paulo – são elementos-chave para decifrar a mudança estrutural pela qual passamos atualmente e, particularmente, um novo momento da urbanização brasileira.

Imprescindível nesta empreitada é resgatar os fundamentos históricos do processo de urbanização do Rio de Janeiro, das origens à atualidade, tendo a Lapa como recorte privilegiado nesta análise. São Paulo insere-se nesta investigação ao final do trabalho através de um estudo sobre a revitalização da área conhecida como Cracolândia, na periferia do Centro. Coloca-se, então, a necessidade de um paralelo com São Paulo a fim de apontar tendência no movimento da reprodução hoje.

Palavras-chave: (Re)produção do espaço; Revitalização urbana; Políticas espaciais; Metrópole; Cultura.

ABSTRACT

SANTOS, J. C. F. The Cultural *Alibi*: New *forms* for the valorization and reproduction of space in the contemporary metropolis. 283f. Thesis (MA) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

The (re)production of the metropolises for sale on the world market works through the production of new spatial *forms* associated with contemporary urbanization. Industry formerly organized urban space in known patterns, but now the metropolis is shaped by a relative dispersion of industrial activity. In the wake of this movement, new processes and strategies have been engineered, geared towards urban restructuring, and reproducing the metropolis according to new strategies targeted at the production of the Downtown, currently in decline, as "new" centrality. These strategies focus on the recovery of degraded urban areas in order to entice social classes with greater purchasing power back to the downtowns or other revitalizing areas. To realize these strategies, culture is manipulated as a product, and is bolstered within the logic of an ideology of development.

Thus, the object of this research is the study of spatial policies aimed at revitalizing urban areas – policies that work within the cultural discourse articulated by the State and capital to overcome existing barriers to the valorization of the value and the circulation of capital. By extension, we see the relationship between political and economic processes of production of new spaces, using ideologies materialized in new forms and relations engendered in the central area of the metropolis. Our principle goal is to discuss the terms within which culture appears in the interior of the process of (re)production of urban space starting from the urban core. We hypothesized that projects supported by a cultural "alibi" – that create landmarks in the new landscapes of power and money in Rio de Janeiro and São Paulo – are key to discover the structural change within which we are currently living and, particularly, a new stage of Brazilian urbanization.

Indispensable in this endeavor is to rescue the historical process of urbanization in Rio de Janeiro, from its origins to the present moment, highlighting Lapa as a privileged site in this analysis. São Paulo also forms part of the investigation; toward the end of the work we study revitalization of the area known as Cracolândia, in the Downtown outskirts. Comparative study of the two cases strengthens our analysis of contemporary trends in the reproduction of urban space.

Keywords: (Re)production of space, Urban revitalization, Spatial policies, Metropolis; Culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1. Comparação entre a área da futura cidade do Rio de Janeiro (em 1502) e o mesmo espaço atualmente, como Centro do Rio (em 2002) – p.30
- Figura 2. Prancha retratando a área da Lapa no ano de 1758 – p.37
- Figura 3. Aspecto da praia das Areias de Espanha ou praia da Lapa, 1904 – p.39
- Figura 4. Prancha retratando a cidade do Rio de Janeiro no século XIX – p.46
- Figura 5. Prancha retratando a área da Lapa aristocrática no ano de 1858 – p.46
- Figura 6. Mapas da cidade do Rio de Janeiro em 1875 – p.55
- Figura 7. Porto do Rio de Janeiro em 1500 e em meados do século XIX – p.79
- Figura 8. Mapa da localização exata de cortiços em 1878 – p.82
- Figura 9. Sala Cecília Meirelles. Lampadário da Lapa em primeiro plano – p.112
- Figura 10. Mapa Centro Cultural “Expandido”: O Corredor Cultural na Prática, Rio de Janeiro – p.118
- Figura 11. Folheto de divulgação do Mercado Cultural, antigo “Centro Histórico” – p.120
- Figura 12. Lapa à noite e os edifícios de negócios da Avenida Chile compondo a paisagem – p.121
- Figura 13. Painéis de divulgação do Cores da Lapa – p.125
- Figura 14. Visão interna do condomínio Cores da Lapa – p.126
- Figura 15. Mapa Da Paulista à Luz: A Cultura como Estratégia, São Paulo – p.141
- Figura 16. Projeção da São Paulo Companhia de Dança, ao lado da Sala São Paulo – p.145
- Figura 17. Antes e depois das demolições na rua dos Protestantes – p.146
- Figura 18. Eixo de dispersão da Cracolândia – p.147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Crescimento populacional entre 1870 e 1890 – p.65

Tabela 2. Crescimento domiciliar entre 1870 e 1890 – p.65

Tabela 3. Número de cortiços e estalagens – p.66

SUMÁRIO

Advertência	p.01
Considerações Iniciais	p.03
Sobre as Motivações e as Questões Iniciais	p.03
Sobre a Urbanização e o Espaço	p.08
Sobre a Problemática, o Objeto, os Objetivos e a Metodologia da Pesquisa	p.12
PARTE I – Uma Regressão em Busca dos Fundamentos: Valorização e Desvalorização do Espaço no Centro do Rio de Janeiro	p.23
Capítulo 1 – De <i>Cidade</i> a Centro: A Formação do “Bairro da Lapa” – a Valorização do Espaço	p.24
Preâmbulo	p.24
Em Busca do Recorte	p.28
A Lapa na Cidade Colonial	p.29
A Lapa na Cidade Imperial	p.43
Capítulo 2 – Intervenções no Centro do Rio de Janeiro e na Lapa: o Desmonte de um Bairro e sua Metamorfose em “Zona Periférica do Centro”	p.56
As Mudanças impostas pela República	p.57
As Intervenções Urbanas durante a Primeira República e Questão Habitacional: as Concessões Públicas como Grandes Negócios	p.64
A Lapa no Cenário Reformista e na Cidade Capitalista	p.91
PARTE II – Os Centros das Metrôpoles como Fronteiras Urbanas e as Políticas Espaciais para a Revalorização do Espaço	p.107
Capítulo 3 – A Revitalização Urbana através da Cultura e do Espetáculo no Rio de Janeiro: de 1980 à Atualidade – a Lapa®	p.108
Algumas Experiências Vividas	p.109
A Revitalização do Centro e a Lapa no Contexto: O Corredor Cultural	p.114
Alienação, Propriedade Privada e o Movimento das	

Contradições	p.127
Capítulo 4 – Uma <i>Conversa</i> com São Paulo: Uma “Virada”	
Cultural na Reprodução do Espaço	p.139
A Operação Urbana Centro e a NovaLuz®	p.139
A Contradição Deterioração-Revitalização	p.148
Gentrificação e Cultura	p.152
Considerações Finais	p.165
Referências	p.176
Apêndice	p.189
ANEXOS	p.194
Anexo A: Entrevista com o Prefeito César Maia	
Anexo B: Entrevista com o Prof. Carlos Lessa	
Anexo C: Entrevista com Arq. Maria Helena McLaren	
Anexo D: Carta de 30/09/1915	
Anexo E: Carta de 11/10/1915	
Anexo F: Carta de 05/09/1920	
Anexo G: Carta de 28/04/1921	
Anexo H: Carta de 27/10/1921	
Anexo I: Carta de 07/11/1921	
Anexo J: Carta de 07/11/1921	
Anexo K: Carta de 08/11/1921	
Anexo L: Carta de 13/12/1921	
Anexo M: Decreto n° 2379 de 27 de dezembro de 1920	
Anexo N: Lei n° 506/84 (Corredor Cultural)	
Anexo O: Lei 12.349/97 (Operação Urbana Centro)	
Anexo P: Mapa da Intervenção NovaLuz	
Anexo Q: Diário Oficial do Estado de São Paulo de 10/01/2008	
Anexo R: Lista de APAC’s	

“Enquanto toda a filosofia social apresentar como seu resultado final algumas teses [...] encontra-se ainda muito imperfeita; não precisamos tanto de meros resultados, mas muito mais do trabalho de investigação (“*Studium*”). Os resultados de nada servem sem o desenvolvimento que os produziu – já o sabemos desde Hegel – e os resultados são ainda piores ou inúteis quando se estabelecem para sempre e se não deixam retransformar em premissas”.

Friedrich Engels, 1844 em
“*Deutsch-Französischen Jahrbücher*”
(apud Max Horkheimer em
“*Origens da Filosofia Burguesa da História*”).

ADVERTÊNCIA

“Si de algo soy rico es de perplejidades y no de certezas”.

Jorge Luis Borges

A instrumentalização da cultura e o adestramento “cultural” estão a serviço da elite e é por essa razão que um programa realmente de esquerda deveria se distanciar do conceito de “Cultura” para promover o de educação popular.

O verdadeiro “direito à cultura”, que não seja uma miragem, poderá ser construído por grupos engajados em uma “política de cidade”, trabalhando pela “atração” das classes populares por meio de iniciativas autônomas com base na experiência do vivido, um “desenvolvimento” cultural real.

Podem-se distinguir duas concepções de ações pela cultura: a “ação cultural”, que procura agrupar em torno de valores “universais”, consensuais (a arte, a cidadania, a diversidade, etc.); e a educação popular, que busca tornar visível ao maior número de pessoas as relações de dominação, os antagonismos sociais, os mecanismos de exploração.

Esta Dissertação insere-se neste escopo, na tentativa de construir reflexões críticas sobre a realidade contemporânea e na esperança de alcançar interlocutores. Neste sentido, nos concentraremos na exposição de elementos e processos que revelem novos sentidos da “Cultura”, reproduzida como discurso, esvaziada de política e subsumida na economia. Concomitantemente à descontextualização da obra de arte está a autonomização da “Cultura” (com “C” maiúsculo). Onde está a arte como meio de emancipação do homem?

A própria Dissertação já nasce como um trabalho datado, fruto do seu tempo. Assim, ressaltamos o caráter não-definitivo de todo o nosso esforço de modo a impedir a realização de uma impostura na origem. Trata-se aqui de uma modesta contribuição à compreensão do movimento da realidade visto a partir da Geografia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“O homem nasce livre e em toda parte encontra-se a ferros”.

Jean-Jacques Rousseau.

Sobre as Motivações e as Questões Iniciais

A Academia de Dijon, um importante reduto da intelectualidade europeia, lança em 1750 determinada questão, cujas respostas possíveis deveriam ser formuladas (de preferência positivamente) no âmbito de um concurso: *“o restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes?”*. Em seu “Discurso sobre as Ciências e as Artes”, redigido a fim de apresentar um trabalho que buscasse responder à referida consulta, o filósofo Jean-Jacques Rousseau ousou posicionar-se contrariamente. Neste sentido, apontou, desde o início de sua obra, na direção de uma reflexão que se contrapusesse às intenções que visavam a salientar as virtudes, as conquistas e o legado do Renascimento.

Um dos pontos relevantes que gostaríamos de iluminar a partir da obra daquele filósofo refere-se à crítica de Rousseau à aliança das ciências (ou do conhecimento) com o poder. Fundamentado em ampla pesquisa histórica, para o filósofo, tratava-se de verdadeira *charlatanice pragmática* passando-se por ciência de modo a garantir o domínio das pessoas pelos gestores. Neste contexto, Rousseau descrevia as ações de tais dirigentes como artifícios voltados à imbecilização e/ou infantilização da população. Com isso, corrompia-se a sociedade, que se via garantida pelo poder político, suportada pela crença da intervenção política (e ideológica) voltada ao apaziguamento das crises e da insatisfação através do controle social.

Rousseau era um entusiasta do saber; acreditava que, caso se difundisse o saber, as pessoas se tornariam melhores, pois estariam aptas a engendrar *desvios* diante daquilo que não parecia bom. Esse é o espírito de outra de suas obras, o “Emílio”. Assim, a educação, para Rousseau, aparecia como a iniciação à corrupção da sociedade, haja vista as inúmeras possibilidades que a educação dirigida à manutenção do controle social e do poder político estaria fadada a conceder. Citando o filósofo, “em educação, se não fizermos nada, teremos feito muito”. A educação deve ser um processo espontâneo e natural, em contato com o espaço imediato e com a natureza. Para Rousseau, o conteúdo do saber são os fatos e o método é a observação; a ação, a experiência e a crítica sobre tudo aquilo que se vê guiarão a formação das crianças, posto que a educação formal desvirtuaria os homens a propósito de um projeto de civilização. Rousseau elabora um pensamento que revela as alianças que sustentam o poder político, baseadas nas relações entre as ciências, a educação formal e o poder político instituído.

Em um prenúncio ao seu “Discurso sobre a Desigualdade”, Rousseau associa o aparecimento das ciências ao aparecimento do luxo e da ociosidade. A desigualdade é a fonte das riquezas e das riquezas surgiram o luxo e a ociosidade; do luxo nasceram as belas-artes e, da ociosidade, as ciências. Aqui, percebe-se certa noção de “divisão do trabalho”, enunciada nestes termos muitos anos depois. Percebe-se que as relações desiguais no seio da sociedade, assim, estariam garantidas com base na desigualdade original, com a separação entre o trabalho material e o trabalho imaterial, fundamento para uma posterior separação entre campo e cidade. A partir do momento em que os homens passaram a dividir as tarefas e a especializar suas funções no interior de uma dada coletividade, conformaram-se relações sociais calcadas ora na produção dos insumos fundamentais à sobrevivência (desenvolvimento da agricultura), ora do desenvolvimento da metalurgia e trabalho com ferro. Tornando-se mais industriais, o trabalho desses homens implicou em um avanço combinado

do domínio das técnicas sobre a natureza, permitindo, em um momento posterior, que houvesse inclusive o avanço de uma coletividade sobre outra, sendo esta inferior no que se refere ao domínio das técnicas. Destacam-se, então, os fundamentos explicativos da divisão social do trabalho como fundamentos da desigualdade, posto que os homens especializavam-se e produziam distinções internas entre si. Será justamente do trabalho empregado pelos homens para produzir algo que a ideia de propriedade privada germinará. Através do trabalho, os homens produzem, coletam, recolhem, caçam, etc, e justamente por isso a propriedade se afirmaria diante da quantidade de trabalho que se teve para produzir/realizar algo.

Estando as ciências associadas à desigualdade nas relações sociais, um dos momentos importantes à superação do estado de controle, para Rousseau, refere-se ao exercício de enunciação de hipóteses e formulação de questões, sempre tendo a dúvida sobre tudo o que se nos é apresentado como fulcro. Percebemos nas notas acima a pertinência de tal orientação a iluminar o início de nosso trabalho, no momento em que apontamos como motivação inicial justamente o esclarecimento da produção no tempo e no espaço de poderosas ideologias voltadas ao controle, cerceamento e contínua limitação dos homens em sociedade. Este trabalho circunscreverá ideologias não apenas *espirituais*, mas que ganharam importante objetividade e realização na prática social. O espaço é *conditio sine qua non* neste processo.

Esta pesquisa é continuidade de nossos estudos iniciados durante a Graduação¹, estudos animados por preocupações quanto à ação do Estado e o desenvolvimento de diferentes espaços naquilo que entendíamos como “centro da cidade”. Esse desenvolvimento resumia-se, no início, a um entendimento confuso acerca de um movimento contínuo de valorização e desvalorização de certos espaços e, ocasionalmente, de revalorização. Não entendíamos com clareza o que produzia tal efeito, bem como a que se prestavam a

¹ Licenciatura e Bacharelado em Geografia (2002-2006), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

“deterioração” na paisagem e a “inércia”; já os investimentos, estes eram intuídos quanto as suas intenções...

Em nossos primeiros estudos de iniciação científica², analisamos a dinâmica de espaços desvalorizados sem considerar o movimento que produziu a desvalorização. Nossa preocupação restringia-se justamente a um ímpeto intervencionista e planejador que tinha como objeto alguns bairros da zona periférica do centro, mais precisamente a área portuária do Rio de Janeiro. Ao alcançar a Pós-Graduação, o desejo de intervir e interferir diretamente como agente político se esvaneceu devido às descobertas e reflexões conquistadas e incluímos mais um recorte ao nosso horizonte analítico: a Lapa. Com isso, restringimos um conjunto de antigos bairros do entorno do centro da cidade, estigmatizados através de imagens de violência, miséria, pobreza, deterioração, abandono. Estudamos a área portuária em outra oportunidade³ e notamos que a revitalização com base em um discurso culturalista já estava em pauta. Em um processo que atravessou as últimas décadas, a Lapa era laboratório onde se aplicavam soluções da mesma matriz, como tentado no Porto do Rio. Contudo, há diferenças fundamentais entre os recortes, a despeito da estratégia em voga.

Metodologicamente, nesta investigação, partimos de um pressuposto e algumas hipóteses, distribuídas ao longo dos capítulos de modo a orientar nossas reflexões. O estabelecimento de tais hipóteses possui como esteio o referencial teórico-metodológico que ilumina esta pesquisa, revelando potência para a busca de explicações para as evidências e fenômenos nos recortes espaciais estudados. Assim, procuramos analisar e expor, balizados por um fio condutor histórico, os resultados desta investigação. Neste sentido, foi necessário historicizar o passado em busca dos fundamentos de processos, relações e formas importantes

² Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) em Geografia da UERJ, entre setembro de 2002 e agosto de 2006.

³ SANTOS, J. C. F. “Espaço e Cidadania: Degeneração e Resgate da Participação Popular na Cidade Contemporânea”. Monografia (Graduação). Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/IGEO, UERJ: 2006. 115p. Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Aureanice de Mello Corrêa.

para a espacialidade hodierna (Parte I, capítulos 1 e 2 deste trabalho), o que implicou comparações. Por fim, cabe destacar que, a partir das conclusões alcançadas neste momento, nos foi possível ainda avaliar algumas possibilidades futuras de desenvolvimento do tema, conferindo sentido de continuidade à formação ora em processo.

No que se refere às questões norteadoras desta investigação, orientamos o início do trabalho seguindo um fio condutor claro: a busca dos momentos de valorização, de desvalorização e de revalorização do recorte reconhecido como Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, e, por fim, uma comparação com um caso em São Paulo (Nova Luz), no que se refere ao momento atual. Para realizar tal empresa, partimos de algumas questões específicas que pudessem iniciar o trabalho. Essas questões, colocadas no processo inicial de pesquisa, procuraram destacar, primeiramente, como o centro da cidade foi produzido a partir da cidade colonial “remodelada”. Neste sentido, foi importante elaborar reflexões a fim de compreender como se deu o desenvolvimento do centro urbano em função de aspectos físicos da cidade do Rio de Janeiro, crescimento demográfico, industrialização e infraestrutura de transportes. Assim, alcançamos a contemporaneidade nos questionando sobre quais seriam as particularidades do centro da cidade do Rio em relação a sua gênese e dinâmica, assim como os momentos que apontariam para o esgarçamento do tecido urbano, fragmentação e hierarquização dos espaços naquela cidade.

Pareceu-nos adequado seguir tal “roteiro” derivando possíveis respostas a partir do processo de ocupação do território brasileiro, articulando suas fases colonial, agrário-exportadora e urbano-industrial à dinâmica do Rio de Janeiro e, particularmente, da Lapa. Essa interrelação garante o estudo de processos que atravessam escalas geográficas e produzem mediações importantes. Nosso intuito era revelar como a industrialização aparece na formação de um “mercado nacional” e qual era a função do Estado e o papel dos

investidores internacionais (financeirização do processo). Da mesma forma, nos interessou saber como o espaço urbano é produzido em função das novas necessidades surgidas no bojo do processo de industrialização. No tocante ao momento atual, buscamos evidenciar a lógica que acompanha o processo de revitalização de áreas centrais, além de investigar por que ela é encontrada em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Acima de tudo, uma questão se coloca como central ao longo da dissertação: o que aparece como o **novo** e por que é chamado de **novo** (ou chamamos de **novo**) em relação ao conteúdo da urbanização? Neste contexto, haveria a indicação de que esses conteúdos não apareceriam apenas no Rio de Janeiro, mas na cidade capitalista. Em busca da universalidade de um processo, então, vejamos.

Sobre a Urbanização e o Espaço

“Este trabalho pretende explicar o presente através do processo histórico que lhe deu forma e conteúdo”. Ao declarar este objetivo, Maurício de Almeida Abreu inicia “Evolução Urbana do Rio de Janeiro” (2006), obra hoje cânone no que se refere aos estudos de Geografia Urbana Histórica do Rio de Janeiro. Comungamos de tal pretensão neste trabalho, posto que, ao seguir na esteira da proposta ora aventada, colocamos como ponto de partida de nossa reflexão a busca dos conteúdos da urbanização na história e da (re)produção do espaço ao longo do tempo. Neste contexto, lidamos com abstrações referentes a esses momentos da reprodução, considerando sempre a dominação política e o processo de valorização. Assim, acreditamos que os termos da reprodução sejam colocados teórica e praticamente. Tal desafio se reforça diante da necessidade de articular escalas geográficas distintas de modo a discutir a produção da metrópole a partir de um bairro (?) cujos conteúdos e formas são alterados ao longo da história, desnudando processos analisados sob a premissa da articulação entre a lógica política e a lógica econômica da sociedade.

Neste sentido, na contemporaneidade, verificam-se na metrópole processos reprodutores de formas espaciais, cujos fundamentos possuem raízes na desigualdade. Até então reconhecidamente espaço produzido pela indústria, a metrópole tende a sofrer mudanças, reproduzindo-se diante da dispersão *relativa* da atividade produtiva, em um movimento de passagem da hegemonia de uma economia industrial para a hegemonia de uma economia terciária financeirizada (PÁDUA, 2007). Mais do que tão somente *locus* de dispersão da atividade produtiva, a metrópole é espaço produzido pelo capital, gerido pelo Estado, o que revela implicações para além da mera disposição de objetos pela cidade. No bojo desse movimento, novos processos e estratégias são engendrados, voltados à reestruturação urbana, produzindo uma cidade adequada às novas “necessidades” da reprodução econômica financeira.

Sob a égide da indústria, a urbanização capitalista promoveu mudanças profundas na vida dos homens e na relação com a sociedade. A industrialização como processo produziu fenômenos correlatos, como as migrações campo-cidade (a relação centro-periferia viria depois), a especulação fundiária, as reestruturações de transporte e comércio, com o Estado articulando tais transformações.

A urbanização originada da industrialização, por seu turno, vem produzindo uma nova ordem espaço-temporal⁴, definindo seu próprio espaço e uma sociedade tendencialmente urbana, cujas necessidades encontram-se condicionadas pelo processo de apropriação com base na propriedade privada.

A morfologia da metrópole expõe a produção de um espaço fundado em contradições, cuja raiz reside na propriedade privada, com a concentração da riqueza e do poder político em uma classe dominante. Essa concentração explicaria as novas formas da luta de classes,

⁴ Cf. CARLOS (2000).

aparecendo como uma crise estrutural, mas manifestando-se na prática como questionamentos à propriedade e a lógica da reprodução de seu espaço.

A apropriação privada realiza-se no plano da vida cotidiana, fragmentando o espaço, incluindo o próprio espaço da moradia. A industrialização alterou a relação da sociedade com o trabalho, instaurando uma divisão do trabalho responsável pelo desenvolvimento primordial da mercadoria. Contudo, o desenvolvimento da industrialização

“engendrou uma massa de forças produtivas, para a qual a [propriedade privada] tornou-se um entrave [...]. Essas forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, experimentam apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se para a maioria em forças destrutivas” (MARX e ENGELS, 1984, p.95).

Entender como essa contradição se realiza é fundamental neste trabalho, considerando-se o espaço também uma força produtiva.

Alterado o caráter da cidade na direção da generalização da propriedade privada, o ato de produzir torna-se o objetivo maior e, a cidade, o centro de controle da economia (SPOSITO, 2000), “ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos de força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo” (SOJA, 1993, p.118). Na verdade, trata-se de compreender o movimento mais amplo que articula o processo de produção do espaço com as novas formas gestadas para garantir a reprodução da riqueza (novas formas da propriedade privada), bem como os novos valores que sustentam discursos ideológicos voltados a garantir o consumo. A fim de garantir a reprodução diante da necessidade de novas formas ao mesmo tempo em que a propriedade privada se generaliza e o espaço é produzido como raridade, para SEABRA (2000), é preciso:

“compreender a dialética entre aquilo que no espaço se imobiliza para compor uma estrutura e os conteúdos que realizam a função da forma. Pode-se concluir então que essa produção-reprodução implica continuamente a funcionalização-refuncionalização do espaço, porque os conteúdos têm o seu movimento, e a forma tem o seu próprio movimento. Adequar o conteúdo à forma exige refuncionalizar constantemente o espaço”.

Destarte, o espaço produzido como mercadoria é fragmentado e vendido aos pedaços. Sua valorização como objeto de consumo sobrepõe-se a seu valor de uso, ao passo que o valor de troca do espaço prepondera. Neste contexto, o cotidiano produzido pelo ritmo da produção obstaculiza a apropriação da cidade como possibilidade de realização da vida e as referências se esboroam diante da fugacidade do tempo e da venalidade do espaço, gerando profundo estranhamento. No processo de produção do espaço como mercadoria (a *territorialização da mercadoria?*), o valor de troca se impõe sobre a vida cotidiana, normatizando-a, privatizando-a, regulando-a. Sobre esse aspecto, CARLOS (1999a, p.174-175) assevera que a venda do espaço

“inaugura um movimento que vai do *espaço do consumo* (particularmente produtivo – aquele da fábrica que produz o espaço enquanto condição da produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias) ao *consumo do espaço*, isto é, cada vez mais se compra e se vende ‘pedaços de espaço’ para a reprodução da vida”.

Para DAMIANI (1999, p.49), no que se refere às novas contradições do modo de produção capitalista, revela-se um “potencial amplo e global de produção do espaço – que o desenvolvimento das forças produtivas permitiria alcançar – e retalhamento do espaço em minúsculos pedaços para compra e venda”. Isto posto, instala-se a submissão do uso à troca: dá-se a fragmentação do espaço com a realização das novas formas da propriedade privada, tendo como pressuposto a desigualdade. O espaço reproduz-se como mercadoria, limitando-se os espaços possíveis de apropriação e afirmando a generalização da propriedade privada do solo urbano.

Assim, seria possível afirmar que o espaço (produzido pelo **trabalho** do homem) como mercadoria é fundamental à reprodução do **capital**, como condição para tal. Produzindo o seu espaço, o homem produz sua vida, isto é, produz a si mesmo no espaço (CARLOS, 2000). Contudo, no capitalismo, o espaço como extensão da mercadoria produz o esgarçamento das relações sociais e a cisão do homem. Veremos que, ao considerar a validade

dessa problemática dialeticamente, a análise volta-se à **produção do espaço** para a reprodução do capital e, ao mesmo tempo, para a realização da vida do homem. Retomaremos este debate.

Para SMITH (1988, p.151), “a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo”. CARLOS (1996; 2000) afirma em sua obra que o espaço, analisado na perspectiva do materialismo dialético, transcende a noção de **produto** da existência humana, sendo também **condição e meio** do processo de reprodução da sociedade. Colocada desta forma, a abordagem dialética da espacialização dos fenômenos revela que a sociedade, ao se (re)produzir, produz o seu próprio espaço, cuja produção se realiza em espaços-tempos distintos, aos quais a apropriação é uma possibilidade. Esse é o caminho prático-teórico que supera a noção de “organização espacial” para a “produção do espaço”, revelando novos conteúdos (CARLOS, 2007).

Sobre a Problemática, o Objeto, os Objetivos e a Metodologia da Pesquisa

Neste estudo, devemos circunscrever um dado problema a ser apresentado dentro de um quadro de referência teórico mais amplo. Para isso, primeiramente, partiremos de um *pressuposto* e de uma *hipótese* principal e outras ao longo dos capítulos.

Nosso *pressuposto* diz que o espaço é fundamental como possibilidade de reprodução do capital, das relações sociais de produção e de realização das estratégias do Estado resultando em uma prática social produzida com base em processos contraditórios. Neste sentido, o capital possui capacidade de atenuar (ou mesmo resolver) suas contradições

internas produzindo o espaço, pois este é hoje força produtiva capaz de realizar a acumulação de capital por meio de sua produção⁵.

Logo, a metrópole capitalista só pode se expandir através da reprodução econômica e espacial. Contudo, há óbices a essa reprodução. Nas áreas centrais, por exemplo, a propriedade privada torna-se um impeditivo revelando, então, uma contradição, posto que a propriedade é, igualmente, condição e obstáculo à reprodução. O fenômeno da “raridade do espaço”⁶ aparece como produto do processo de reprodução do espaço ao mesmo tempo em que o espaço se torna obstáculo à sua própria reprodução (CARLOS, 2000), levando o capital a criar alternativas dentro da reprodução através da produção de novos espaços. É o mecanismo que produz a raridade que aumenta os lucros. Produzida intencionalmente, a raridade mantém o espaço valioso. A reprodução do espaço urbano revelaria o movimento contraditório da reprodução da lógica do capital.

Fato é que a necessidade de expansão da imobilização de capital contrasta de modo inequívoco com a densa ocupação do solo urbano tipificada na área central. Há que se produzir novos espaços para a realização dos novos setores da economia contemporânea, como o terciário moderno, com destaque para a financeirização do mercado imobiliário. A desvalorização (esvaziamento da centralidade) de parcelas do centro da cidade (e sua “necessidade de revitalização”), bem como o surgimento de centralidades pelo espaço urbano (funcionalmente especializadas) aparecem como produções deste momento. O processo responde, então, pela transformação de fragmentos da cidade de modo a produzir novas centralidades. Estas são produzidas no seio da constituição de uma economia financeira, cujos fluxos acompanham e reproduzem a globalização.

⁵ Esse pressuposto baseia-se no referencial teórico encontrado nas obras pertencentes à linha de pesquisa construída por CARLOS, DAMIANI, SEABRA, entre outros.

⁶ A produção de uma mercadoria interessa apenas pelo trabalho que se tem em produzi-la, ou seja, toda raridade é programada.

Diante das novas necessidades da reprodução do capital, as novas formas criadas dizem respeito à flexibilização da imobilidade da propriedade (MIELE, 2007; VOLOCHKO, 2007), assim como à refuncionalização de antigas áreas da metrópole através de projetos de revitalização urbana (para o consumo turístico, residencial, “cultural”, etc). Essas iniciativas representam momentos distintos da (re)valorização do espaço, condensando no âmago do processo o desenvolvimento do espaço como mercadoria, fragmentando a metrópole e elevando algumas parcelas a produtos vendidos em um mercado mundial (SÁNCHEZ, 2003a). Para que esse movimento se realize, uma nova relação entre o espaço e o Estado favorece a valorização e a produção de infraestrutura necessária à reprodução do capital. Aqui reaparece a questão do papel do Estado na superação dos obstáculos à reprodução econômica.

Propomos, assim, aprofundar a análise da relação entre o Político e o econômico para a reprodução do espaço urbano. Como um dos pontos de partida, buscamos enunciar *hipóteses* que expusessem o momento da reprodução do espaço hoje, refletindo estratégias comuns aplicadas a alguns fragmentos das áreas centrais metropolitanas a fim de encontrar *novas* contradições no que tange ao fenômeno da deterioração nas áreas centrais e as tentativas de revitalizá-las. Deparamo-nos, assim, com o par contraditório deterioração-*revitalização* inserido no processo histórico-geográfico valorização – desvalorização – revalorização. Articular a contradição ao referido processo em uma perspectiva de análise tornou-se desafio fundamental para as descobertas e conclusões deste trabalho.

Nesta análise, consideramos o movimento de desvalorização *relativa* do espaço como produto da lógica do capital de deslocamento igualmente *relativo* das funções centrais da cidade. Aqui, apontamos o movimento de deterioração-*revitalização* como uma contradição e não como desequilíbrio. Dessa forma, descaracteriza-se o planejamento como a solução tida como “natural” para a superação dos obstáculos e projeta-se um desafio teórico-prático para a compreensão da reprodução da metrópole atualmente.

Diante da generalização da propriedade privada no espaço e da consolidação de uma paisagem construída pelo capital como coleção de valores de uso balizadores da acumulação, torna-se fundamental a realização do capital através do processo de trabalho na produção do espaço. Isso garante a realização de relações que permitam a circulação do capital imobilizado, desfazendo restrições físicas à reprodução econômica. Assim, o capital não-realizado se destaca e será justamente através do entendimento da distinção entre destruição de capital, valorização/desvalorização e deterioração que encontraremos a valorização do valor e a particularidade da produção do espaço-mercadoria. Compreender como os capitalistas e o Estado atuam no sentido de superar as barreiras à realização do capital está posto aqui, incluindo a construção de discurso mercantil. Para isso, indicamos a revitalização urbana como momento importante para o desenvolvimento capitalista e superação de contradições.

Articulada pelo Estado, a revitalização urbana realiza-se no plano do pensamento abstrato como ideologia; como prática social, realiza-se através da estratégia em movimento em direção à produção de um espaço que nega o anterior (às vezes parcialmente). Na área central, essa estratégia é levada a cabo por alguns projetos de revitalização que possuem como fundamentação a “cultura” como argumento responsável pela revalorização. A instrumentalização da cultura como lógica e produto passível de consumo se realiza como o argumento oficial para a instalação de equipamentos urbanos relacionados ao setor terciário moderno da economia, bem como a recuperação da forma-aparência para o turismo (na forma de “patrimônio histórico”). Assim, revela-se o sentido do espaço hoje diante da especialização dos lugares da metrópole, reelaborados ideologicamente e materialmente para a reprodução do capital. Esse processo responde pela produção de novas morfologias espaciais que impõem novas práticas sociais. Finalmente, formulamos então como *hipótese* o seguinte: empreendimentos apoiados em um “álibi” cultural – que criam marcos nas novas paisagens de

poder e de dinheiro que se constituem em São Paulo e no Rio de Janeiro – são elementos-chave para decifrar a mudança estrutural pela qual passamos atualmente e, particularmente, um novo momento da urbanização brasileira.

Assim, o *objeto* de nossa pesquisa consiste no estudo das revitalizações de centros urbanos, sob o discurso mercadológico culturalista, como instrumentos articulados pelo Estado e pelo capital para a superação das barreiras existentes à valorização do valor e à circulação do capital. Neste sentido, aponta-se a relação entre o Político e o econômico no processo de produção de novos espaços, utilizando-se de ideologias que ganham materialidade nas novas formas e relações engendradas na área central da metrópole.

A definição deste objeto surge de nossa inquietação ao vislumbrar na cidade a realização da segregação através da produção de novas formas gestadas pelo mercado imobiliário, cujo apoio fundamental do Estado como facilitador da reprodução econômica ocorre através da efetivação de estratégias dirigidas à produção de novos espaços na metrópole. Essas estratégias (re)produzem o espaço como mercadoria para o consumo (mercado da moradia, turismo, setor financeiro, etc).

Dessa forma, o *objetivo* principal desta investigação é discutir os termos nos quais o processo de (re)produção do espaço urbano levado a cabo pelo Estado e pelo capital ocorre atualmente nos centros metropolitanos. Empiricamente, realiza tal objetivo através de uma comparação entre as duas maiores metrópoles brasileiras (São Paulo e, em particular, Rio de Janeiro) a partir dos fragmentos representados pelas suas respectivas áreas centrais em revitalização (Parte II da Dissertação, capítulos 3 e 4). No caso do Rio de Janeiro, o paralelo com São Paulo se realiza após a busca histórica dos momentos de valorização e desvalorização da Lapa. Este percurso compreende a Parte I deste trabalho (capítulos 1 e 2).

No âmbito dos projetos de revitalização propriamente ditos, procuramos entendê-los em um quadro que incluía a gentrificação e o redesenvolvimento, nos termos de SMITH (1988), como consequências possíveis a partir das iniciativas, vistas no contexto do estudo de dois projetos de intervenção urbana: a Operação Urbana Centro (em São Paulo) e o Projeto Corredor Cultural (no Rio de Janeiro). Pensamos ser relevante um estudo comparativo dessas duas metrópoles a partir de suas áreas centrais, posto que se constatem semelhanças nas pautas para a gestão pública dos centros das duas metrópoles. Daí resulta a pertinência da comparação dos dois projetos de revitalização urbana citados, pois possuem a “cultura” como argumento, em busca de convergências, diferenças e contradições.

Quanto à metodologia, o desenvolvimento desta pesquisa baseia-se nos trabalhos de campo no centro do Rio de Janeiro (Lapa e adjacências) e no centro de São Paulo (Luz e adjacências), entrevistas com sujeitos diretamente envolvidos com os projetos de revitalização (ora no plano da estratégia, ora da realização efetiva), consultas a documentos das Prefeituras das duas metrópoles, os grupos de estudos do Laboratório de Geografia Urbana e a constante revisão bibliográfica.

Foram entrevistados sujeitos cuja ação concentra-se no âmbito do Estado, excetuando-se o diálogo com o Prof. Carlos Lessa (UFRJ) e as entrevistas com moradores do Bairro de Fátima e da Lapa (ambos no Rio de Janeiro). No que se refere aos entrevistados representantes do Estado, apontamos as entrevistas com 3 arquitetos e 1 engenheira da EMURB (SP) e com o vereador Eliomar Coelho (RJ), cuja atuação crítica de oposição política à Prefeitura resvala na chamada “questão urbana”. Da mesma forma, a entrevista com o ex-Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, se insere proficuamente neste debate e nos apresenta diretamente a visão do maior articulador das políticas espaciais urbanas naquela cidade nos últimos 15 anos. Ainda na esfera do Estado, entrevistamos também a urbanista e arquiteta

Maria Helena McLaren, diretora do Escritório Técnico do Corredor Cultural (idealizadores e gestores do projeto ligados à Secretaria Municipal do Patrimônio Histórico).

Foram consultados documentos oficiais referentes à criação e realização do Projeto Corredor Cultural (RJ) e os editais e projetos de financiamento da Nova Luz (inclusive o projeto Procentro, financiado pelo Banco Mundial, apontando a financeirização do processo). Para ambas as cidades, analisamos a legislação específica que regulamenta a ocupação e o zoneamento do solo urbano nos dois centros.

Diante da problemática da investigação, do objeto, dos objetivos expostos e da metodologia, cabe ainda esboçar algumas linhas acerca do método que ilumina nossas reflexões.

O problema em questão, sob o ponto de vista teórico-metodológico, possui no materialismo dialético a sustentação que nos permite entender a História do homem como conflito de classes, embate de forças com uma *razão* própria. Neste sentido, seguimos através de uma perspectiva que busca, essencialmente, a *negatividade* dentro do entendimento positivo daquilo que é, em um primeiro momento, apreendido como a realidade objetiva. Esse método teórico-prático, que é dialético, não é meramente “aplicável”, pois escapa ao mecanicismo ou ao organicismo de perspectivas mais pragmáticas. Assim, posto que a dialética seja o movimento do real, cabe à ciência (dialética) desmascarar por trás de uma aparência o seu contrário, revelando a lógica que mascara a “unidade do mundo”. Contudo, corolário da divisão do trabalho, o constante “parcelamento” das ciências leva à especialização do conhecimento e à conseqüente alienação. Em artigo no periódico “Crítica Marxista”, OLIVEIRA (2005, p.81) escreve sobre a atual tendência liberal que conduz a “um processo em que as aplicações da ciência, sua capacidade de gerar tecnologias, é cada vez

mais valorizada em detrimento de seu valor intrínseco, do conhecimento como um fim em si mesmo”.

Para a crise do pensamento teórico, também uma crise prática. Em “O Direito à Cidade” (2001a), LEFEBVRE entrevê uma crise da cidade, realizada de forma teórica e prática. Refletindo acerca do esfacelamento das ciências, pondera a respeito de uma “ciência da cidade” que integre as diferentes visões de mundo especializadas das ciências parcelares. Constata-se uma aparente contradição entre esta necessidade real da busca da totalidade que Lefebvre identifica em sua obra e a particularidade da ciência geográfica, qual seja, a análise dos processos sociais através da espacialidade. Como o método materialista dialético contribuiria para superar a contradição formada pela necessidade de compreensão da totalidade através de uma ciência parcelar? Cabe ressaltar que, quando Lefebvre discorre sobre a necessidade de uma ciência da cidade para devolver o valor de uso, remete-se a uma ciência como componente da prática social, uma ciência crítica ao urbanismo, outra ciência que pense a cidade como obra, como lugar do vivido. Sua prática não se realiza como ação estatal (política) sobre a cidade, mas como atividade social na cidade e pela cidade contra o poder político instituído. Contrariamente, hoje, produzida como negócio, na metrópole reproduz-se a crise e amplificam-se discursos e ideologias...

Perante a constatação da contradição entre a totalidade e a ciência parcelar, o desafio é estabelecer uma reflexão que procure construir um entendimento da metrópole refletindo, como diz Amélia Damiani, a partir da periferia da ciência geográfica e não de seu núcleo duro, atravessando variados campos e discussões das ciências humanas e da filosofia, extrapolando os limites da Geografia ao refletir sobre a realidade. Está claro que não buscamos aqui “geografizar” conteúdos de outras ciências, mas superar a ciência parcelar colocando no centro o problema, a partir da periferia do conhecimento.

O enfrentamento das contradições realiza-se a partir da articulação entre teoria e prática, fruto de um pensamento dialético, pressupondo uma relação do conceito com a realidade, do possível com o real, do vivido com o concebido, a fim de desmascarar a “unidade do mundo”, revelando a lógica. Essa prática possibilita escapar à delimitação do recorte e projetar um caminho em direção à totalidade social, no conjunto de seu movimento (LEFEBVRE, 1973). Em acréscimo à antiga lógica formal, a lógica dialética recupera a transição dos desenvolvimentos, da “ligação interna e necessária” das partes do todo (LEFEBVRE, 1987). Assim, no que concerne à análise geográfica, considerariamos a totalidade nas explicações dos processos socioespaciais e fenômenos localizados.

Hoje, vivemos a potencialização da produção em outros níveis, incorporando ao movimento de produção mercantil até mesmo o espaço, dialeticamente força produtiva e produto. Neste sentido, a produção do espaço é produção social e coletiva, mas sua apropriação é privada (CARLOS, 2000). Isto ilumina o movimento das novas contradições que esboçaremos a partir do capítulo 3. O modo de produção capitalista se revela através da produção de mais-valor; neste movimento, o espaço também é produzido como mercadoria.

Marx enfrentou o debate com a Economia Política recusando seus pressupostos metodológicos, amparando-se numa forte referência filosófica e histórica e questionando as fronteiras rígidas dos campos de reflexão teórica, pois:

“vê-se como a própria resolução das oposições *teóricas* só é possível de um modo *prático*, só pela energia prática do homem e, por isso, a sua solução de maneira alguma é apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma *efetiva* tarefa vital que a *filosofia* não pôde resolver, precisamente porque a tomou *apenas* como tarefa teórica” (MARX, 2004, p.111) – grifos do autor.

Assim, há uma relação que é prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem; e que é teórica, na medida em que esta ação é consciente. Destarte, no seu encaixo, seguimos construindo nossas reflexões à luz do sentido da provisoriabilidade do conhecimento, sempre inacabado, sem verdades absolutas e que procura

sinalizar com a superação da fragmentação e revelar potência para desconstruir os discursos ideológicos que sustentam a reprodução do espaço urbano analisados nesta investigação, corpo teórico orientado pela prática social, não somente por uma epistemologia ou uma ontologia do espaço. Dessa forma,

“não se trata de uma visão filosófica sobre a práxis, mas sim do fato de que o pensamento dito urbanístico se transforma em prática ao nível global. Há já alguns anos o urbanismo transborda das técnicas e aplicações parciais (regulamentação e administração do espaço construído) para se tornar prática social que diz respeito e que interessa ao conjunto da sociedade. *O exame crítico dessa prática social (...) não pode deixar de permitir que a teoria resolva uma dificuldade teórica oriunda do fato de que a própria teoria se separava da prática*” (LEFEBVRE, 2001a, p.39) – grifo do autor.

Nesta pesquisa, procuramos apontar e estudar algumas contradições que fundam o mundo moderno a fim de entender como o movimento da realidade produz essas contradições e de que forma poderiam ser superadas. Nosso objetivo, então, consiste em analisar o processo capaz de superar essas contradições, pensando a partir da ação prática, em torno do devir. Da mesma forma, pensando o que é capaz de dialetizar a lógica e romper a tríade, de modo a gerar novas contradições no movimento da realidade. Assim, torna-se importante destacar que analisamos tais situações entendendo que elas possam superar as contradições obstaculizando a reprodução capitalista ou proporcionando esse intento...

Neste sentido, diante desse movimento analítico das contradições, buscamos compreender a urbanização hoje através da análise da reprodução do espaço urbano como movimento contraditório entre a lógica reprodutiva do capital, a racionalidade do Estado e a vida cotidiana (o econômico, o político e o social). Neste sentido, a metrópole é vista como mediação entre espaços-tempos distintos: do global (as relações do capitalismo global em processo, relativas ao *cotidiano*) ao local (as relações sociais no âmbito da *vida cotidiana*), articulação que se realiza através da reprodução da metrópole, da produção do *espaço social*.

Como mediação entre o local e o global, a metrópole expõe com intensidade jamais vista na História processos que fragmentam o espaço e afirmam uma homogeneidade, exigindo uma análise que considere os níveis da prática (econômico, político e social). Entre eles, mediações costuram as relações sociais, produzindo e reproduzindo novas e antigas contradições.

Dessa forma, a análise sobre a metrópole a partir de fragmentos (as áreas centrais de São Paulo e do Rio de Janeiro) aponta para o estabelecimento de particularidades a partir das quais observamos relações entre processos globais e processos imediatos. Assim, acreditamos que o estudo dos fragmentos permite alcançar as contradições, já que esses lugares têm a potência de revelar os conteúdos da metrópole em uma relação que nos coloca diante do movimento da totalidade.

As decisões e as ações relacionadas às intervenções urbanas visando à produção de “novidades” possuem no Rio de Janeiro um recorte privilegiado devido as suas condições históricas. Diante de necessidades distintas em função do momento, espaços foram produzidos na cidade de acordo com a lógica global da reprodução do capital, alinhando-se ao imaginário e à estética peculiar de cada temporalidade. Ao produzir uma intervenção orientada por um projeto de modernização material e simbólica da cidade, pensada à luz da imagem da cidade europeia, o urbanismo brasileiro do início do século XX, por exemplo, contém a aceitação tácita da “exclusão” social de tudo o que lhe parece negação desta modernidade. A fim de entender o sentido dessa “modernização”, cabe inseri-la em uma linha que avança em direção ao passado buscando os fundamentos da reprodução capitalista no mundo, no Brasil, no Rio de Janeiro e na Lapa. Este é o plano geral da “Parte I – Uma Regressão em Busca dos Fundamentos: Valorização e Desvalorização do Espaço no Centro do Rio de Janeiro”.

- PARTE I -

**Uma Regressão em Busca dos Fundamentos:
Valorização e Desvalorização do Espaço no Centro do
Rio de Janeiro**

CAPÍTULO 1

De Cidade a Centro:

A Formação do “Bairro da Lapa” – A Valorização do Espaço

A Lapa está voltando a ser a Lapa.
A Lapa, confirmando a tradição,
A Lapa é o ponto maior do mapa
do Distrito Federal... Salve a Lapa!

Francisco Alves.

1.1. Preâmbulo

O processo de fragmentação do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro remonta ao século XIX, momento em que a sociedade é estratificada *efetivamente* em classes sociais (ABREU, 2006) com o progressivo desmonte do escravagismo e sua superação em busca da formação de um mercado consumidor, assim como da “reinserção” internacional orquestrada por sua burguesia pretensamente afrancesada. Uma “renovada” capital (ora da Corte, ora da República) representaria papel destacado como condição, produto e reflexo dessa sociedade aspirada.

A natureza do processo de desenvolvimento brasileiro, preservando as estruturas fundamentais da economia durante o século XIX, é responsável pela preponderância da população rural sobre a urbana, pelos padrões assumidos pelos grupos urbanos e pela sobrevivência de estruturas de dominação compatíveis com a sociedade tradicional.

Durante o século XIX, com as sucessivas promulgações de leis responsáveis por restrições crescentes à exploração do trabalho escravo, verificava-se a redução de contingentes de negros para a reprodução econômica. Para Neide PATARRA (1995, p.252), “o esgotamento do estoque de escravos conduziu à solução da imigração subsidiada de trabalhadores europeus” para a lida na cultura de café. Neste sentido, à medida que o número de escravos diminuía devido aos limites de idade, da proibição da escravidão aos filhos de escravos e do tráfico negreiro – em função da Lei do Sexagenário, da Lei do Ventre Livre e da Lei Euzébio de Queiroz –, o estrangulamento do sistema escravagista era realizado e culminou com a Lei Áurea, quando os escravos restantes já se encontravam com reduzida expectativa de vida. Levando em consideração que a vida útil média de um escravo não alcançava os trinta anos e as proibições se iniciaram a partir de 1850, em 1888 o encarecido comércio interno de escravos tentava suprir a demanda por mão-de-obra. O trabalhador imigrante aparece aqui como a solução tida como “natural” para a carência de braços para agricultura. De acordo com os dados estatísticos colhidos por PATARRA (1995), entre 1877 e 1903 a entrada de contingentes estrangeiros, particularmente europeus, salta de pouco mais de 350 mil nos 56 anos anteriores para quase 2 milhões de pessoas. Já entre 1904 e 1930, os números colhidos apontam para a entrada de mais de 2 milhões de imigrantes. Esse foi o saldo do auge do período agroexportador. De acordo com DAMIANI (2001), aproximadamente 50 milhões de pessoas animaram o chamado “êxodo europeu” na segunda metade do século XIX e primeiro quartel do século XX. A população do Rio de Janeiro dobrou em duas décadas, passando de 274 mil habitantes em 1872 para 522 mil em 1890.

A posição que o Brasil ocupava no mercado internacional não havia se modificado com a independência em 1822, mantendo-se fornecedor de matérias-primas e comprador de produtos manufaturados. Inserido na divisão internacional do trabalho como economia agrário-exportadora, inibiu-se a formação de um mercado consumidor interno. Os principais

centros exportadores passaram a reunir as principais funções urbanas, o que implicava a necessidade de modernização, particularmente na Corte, o Rio de Janeiro. A capital refletia de modo inequívoco as contradições produzidas pelo choque das duas lógicas, tanto a escravagista quanto a capitalista. Tais contradições apareciam na cidade de espaços exíguos e seriam resolvidas com a ampliação do tecido urbano e pelas reformas urbanas, com a separação das classes sociais. Separam-se, assim, o lugar do trabalho e o lugar da moradia e do lazer.

A transferência da Corte do reino português para o Rio de Janeiro em 1808 havia reacomodado os interesses em torno da grande propriedade de terra com o fim das sesmarias, permitindo a conformação de latifúndios a fim de garantir *a posteriori* o direito de posse das terras. Com a decretação da Lei de Terras, em 1850, o Império cristaliza a propriedade privada nas mãos dos latifundiários e institui o mercado de terras. A terra torna-se mercadoria, posto que o escravo (a mercadoria primordial) estava para desaparecer. A Lei de Terras ainda garantiria a posse das glebas mesmo diante da abolição da escravidão, alijando os ex-escravos de qualquer acesso à propriedade, inexistindo dessa forma uma reforma agrária na origem do fato. De outra forma, a garantia da terra nas mãos dos senhores fazendeiros significava a manutenção da propriedade e, ao mesmo tempo, a base para uma nova lógica, voltada à exploração do trabalhador imigrante. Para DEAN apud MARTINS (2004, p.66), “mais importante do que a propriedade sobre o trabalhador era assegurar o trabalho que cria a riqueza, que cria valor”. Os investimentos estatais em prol da substituição da mão-de-obra garantiram, assim, a propriedade privada e a instituição do trabalho livre e do mercado de trabalho para a reprodução econômica. Colocam-se as bases para o capital do empreendimento cafeeiro (MARTINS, 2004). A tendência à concentração de capitais nas áreas cafeeiras motivaria uma modernização mais rápida dessas áreas.

O processo de industrialização, esboçado nas últimas décadas do século XIX, realizou-se em função do desenvolvimento relativo do mercado interno, orientado pela diretriz da substituição de importações. Não havia conflito entre os industriais e os fazendeiros, visto que, ocasionalmente, o proprietário de terras convertia-se em empresário, e o empresário investia em terras. Por relacionarem-se com o mercado internacional, as grandes cidades não se transformaram em pólos de modernização das áreas interioranas, tampouco se constituíram como lugar de questionamento contra os privilégios dos proprietários rurais. Antes, apareciam como lugar de conciliação de interesses...

A cidade do Rio de Janeiro, produzida ao largo de morros em terrenos comprometidos pela excessiva quantidade de lagoas, pântanos, brejos, mangues, possuía uma grande área rural (seus “sertões”) que, aos poucos, era ocupada de acordo com a demanda por mais terrenos, na medida em que crescia o número de habitantes no compasso do crescimento da importância da cidade. O espaço restrito, ocupado ao longo dos últimos três séculos, já não era suficiente para as novas necessidades. A cidade crescia em extensão e se espalhava pelo sul, pelo oeste e pelo norte. A partir da década de 1870, o processo se acelera e ganha nova qualidade com a presença dos trens e dos bondes. As mudanças no sistema de transportes engendram alterações fundamentais na relação das pessoas com a cidade, permitindo a formação de *bairros* em função das classes sociais. Antes, para ABREU (2006, p.35),

“a falta de meios de transporte coletivo e as necessidades de defesa faziam com que todos morassem relativamente próximos uns aos outros, a elite local diferenciando-se do restante da população mais pela forma – aparência de suas residências – do que pela localização das mesmas”.

A cidade que ocupou terrenos entrecortados por óbices naturais expande-se e transforma-se em Centro da Cidade: centro simbólico, centro econômico, espaço de lutas pela cidade.

Lewis MUMFORD (1988) observa que, para se identificar as “questões da cidade” faz-se necessário seguir um percurso em direção ao passado, para trás, partindo das estruturas

e funções urbanas conhecidas, para os seus compromissos originários, por mais remotos que se apresentem no tempo e no espaço. Assim, compartilhando dessa posição, acreditamos com MUMFORD (1988, p.9) que

“se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas. Sem uma longa carreira de saída pela História, não teremos a velocidade necessária, em nosso próprio consciente, para empreender um salto suficientemente ousado em direção ao futuro, pois grande parte de nossos atuais planos, sem exceção de muitos daqueles que se orgulham de serem ‘avançados’ ou ‘progressistas’, constituem pouco engraçadas caricaturas mecânicas das formas urbanas e regionais que ora se acham potencialmente ao nosso alcance”.

Neste sentido, cabe, a partir de agora, realizar um recuo em busca da delimitação do recorte espacial a ser estudado.

1.2. Em Busca do Recorte

O QUE É A LAPA? Seria um largo? Seria uma praça? Seria somente uma rua? Seria uma quadra (ou quarteirão, como se costuma dizer no Rio de Janeiro)? Ou seria mesmo um *bairro*, um lugar? Em suma, qual seria o sentido do “recorte Lapa”, obviamente para além de uma delimitação formal? Consideramos que a Lapa traga em si o sentido do lugar, cujos limites são dados pelo plano da vida. Logo, a delimitação a qual se faz referência está no plano do uso.

Esta questão inicial, que em si guardaria uma aparente trivialidade, revela uma dúvida muito recorrente na cidade do Rio. Afinal, quais seriam os limites do lugar chamado “Lapa”? Como esses limites foram produzidos historicamente? De trivial a pergunta nada possui. Investigar os limites da Lapa já possuiria implicitamente – pelo menos para nós – os conteúdos da prática social, posto que os tais limites aos quais nos referimos seriam referentes às relações sociais, aos usos feitos daquele espaço por parte dos seus moradores, trabalhadores, boêmios e passantes, nos tempos da cidade do Rio de Janeiro. Em outras

palavras: o conhecimento dos limites da Lapa revela potência para desvendar os conteúdos da urbanização e seus momentos?

Assim, como não seria possível falar do fragmento sem o todo, faz-se necessário neste momento estudar o Rio de Janeiro que abrigou e produziu a Lapa em suas diferentes espacialidades: a Lapa na cidade colonial; a Lapa na cidade imperial; a Lapa na cidade capitalista. Faremos, então, o estudo do recorte através dos tempos e dos espaços da cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, este capítulo possui como um dos seus objetivos revelar tais espacialidades, apresentando, primeiramente, como se deu a produção da cidade a partir do domínio humano sobre as condições naturais adversas típicas do sítio utilizado para a fundação do Rio de Janeiro. As sucessivas investidas em busca da produção de espaços habitáveis redundaram em aterros por toda a parte, ampliando as possibilidades de espraiamento da cidade. A área da Lapa aparece neste contexto como uma dessas possibilidades.

1.3. A Lapa na Cidade Colonial

Oficialmente, a cidade do Rio de Janeiro foi fundada por Estácio de Sá em 1565 com o objetivo de servir de linha de defesa contra as investidas dos franceses, apoiados pela Confederação dos Tamoios. O Forte de São João, primeiro **sítio** da cidade, tinha o caráter defensivo, localizado entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar: ali, formou-se a Vila Velha, povoamento provisório, o embrião da cidade. Esse núcleo primitivo respondia pelas incipientes instituições civis e primeiras concessões de terras. No processo de consolidação da cidade, havia a dificuldade de expansão, pois se situava em estreita faixa de terreno entre a montanha e o mar, faltando espaço físico, além de água potável.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é erguida definitivamente em 1567 após batalhas entre os portugueses e os franceses, pleiteantes dos territórios abandonados devido ao desinteresse da Coroa lusitana nas primeiras décadas da ocupação. A presença francesa é obstaculizada pela ofensiva portuguesa, que tem em Mem de Sá o líder e fundador da nova povoação. O então Governador-Geral do Brasil funda a povoação em local protegido no morro que passaria a chamar-se do Descanso, depois de São Januário, Alto da Sé, Alto de São Sebastião e, por fim, do Castelo. Explica-se a “refundação” da cidade pela necessidade de ocupar e defender o sítio urbano, incluindo o antigo porto do Rio de Janeiro (na atual praça XV). A ocupação do morro do Castelo representou a estabilização da presença portuguesa com a construção de um núcleo fortificado em um sítio em acrópole através do qual se tinha claramente a visão da entrada da baía de Guanabara.



Figura 1. Comparação entre a área da futura cidade do Rio de Janeiro (em 1502) e o mesmo espaço atualmente, como Centro do Rio (em 2002). Ao longo dos séculos, a disputa dos cariocas com o mar, com os morros e com os mangues por mais alguns pedaços de chão impôs o ritmo da expansão da cidade. Fonte: IPP-PCRJ.

A partir daí a diminuta povoação de pouco mais de 100 habitantes teria a função de proteger toda a costa sul da colônia portuguesa, servindo como base e fortaleza, já que possuía uma baía naturalmente protegida por uma estreita entrada e ilhas estratégicas em seu interior. A diminuta povoação se tornou excessivamente pequena para uma cidade cuja relevância crescia com o tempo, assumindo, também, função portuária, escoando o açúcar produzido nos arredores. Paulatinamente, a povoação avança pelas “imediações do morro e, no século XVII,

seu centro econômico já se encontra na planície, onde são construídos trapiches, armazéns, [...] igrejas e fortificações” (BERNARDES, 1992, p.38).

Para tanto, era preciso realizar intervenções a fim de produzir espaços para a ampliação da cidade, mesmo perante o sítio desfavorável a tal empresa. Os terrenos pantanosos e os brejos apareciam como descontinuidades, obstáculos naturais ao avanço da cidade nos três primeiros séculos da urbanização (cf. LAMÊGO, 1965). Fazia-se necessário aterrar tais óbices a fim de abrir os primeiros caminhos para a expansão do “aglomerado urbano” (BERNARDES, 1992), ruas tortuosas ao sopé dos diversos morros, desviando dos mangues e pântanos. Além dos brejos, muitas lagoas, como a do Desterro e a do Boqueirão, que cercavam a futura Lapa, postergaram por muito tempo a ocupação humana, a expansão da cidade (COSTA, 1993).

Nos estudos de BERNARDES, o conceito clássico de **sítio** apresenta potência para explicar a construção da forma urbana carioca, como visto acima, revelando particularidades espaciais no que toca à ocupação humana e expansão física da cidade. Da mesma forma, torna-se relevante apontar aqui o conceito (igualmente clássico) de **posição**, de modo a apresentar o Rio de Janeiro em relação a um contexto (externo e interno). De acordo com os estudos clássicos, a nova cidade possuía posição privilegiada estratégica no Atlântico Sul, entreposto localizado entre a foz do rio da Prata e a cidade de Salvador. Além disso, destacava-se a posição do Rio de Janeiro em relação à baía e seu recôncavo, o que facilitava a proteção de todo o entorno. Assim, o Rio de Janeiro possuía uma posição vantajosa em comparação com São Vicente e o Espírito Santo. Para alguns geógrafos clássicos, os conceitos de sítio e de posição contribuem para a compreensão das funções adquiridas pelo Rio de Janeiro (porto exportador e entreposto comercial, inclusive para o tráfico negreiro a partir da África) que, por sua vez, condicionaram a urbanização colonial. Neste sentido, a

“organização” urbana a partir do porto e a formação de uma burguesia mercantil apareceriam como fatores para a intensificação crescente da atividade comercial portuária e a produção de uma incipiente rede urbana.

Apesar das contribuições no que se refere às tentativas de explicação dos fatores que levaram à decisão da “criação” do Rio de Janeiro, torna-se forçoso ressaltar a limitação quanto à noção de espaço geográfico, tomado como palco, continente de atividades, habitantes e funções. Em outras palavras, a partir deste ponto de vista, o espaço é tomado como localização de coisas e pessoas, o que obstaculiza o desvendamento de processos sociais relativos à produção do espaço desde aquela época, restringindo-se à percepção confusa de um fenômeno cujos conteúdos sociais se perdem. A preocupação com a perspectiva estanque oferecida pela natureza submete o poder decisório quanto às ações dos sujeitos, ressaltando o lugar pelo lugar, ignorando a discussão da relação homem-natureza, deslocando o trabalho do homem (sujeito social) do centro da análise. A mera relação de determinação entre a natureza e o homem (nesta ordem) escamoteia a importância da transformação da natureza pelo trabalho do homem, fazendo com que este apareça como mais um item da paisagem natural. Sítio e posição refletem a relevância exagerada obtida pelo meio natural em detrimento do papel do trabalho do homem na transformação da natureza e produção social. A visão ideologizada que apresenta a natureza como exterior ao homem sublinha um determinismo ambiental que acaba por naturalizar a ação do homem, complementar à natureza natural. Neste sentido, para CARLOS (1987, p.33),

“a essa noção de espaço enquanto palco da atividade do homem, organizado em função das necessidades dos grupos humanos, entendendo a terra como morada, contrapõe-se a ideia de espaço produzido pela sociedade, onde o trabalho, enquanto atividade produtora, tem o caráter de mediador da relação”.

As reflexões de CARLOS no sentido de apontar a superação da **organização** do espaço pela **(re)produção** deste apontam para o espaço como produto do trabalho do homem

em sociedade, fruto de relações sociais no bojo da divisão do trabalho. A ação humana consciente transforma pelo trabalho o meio natural em espaço social visando à satisfação de necessidades. A naturalização das relações sociais ou a mera submissão do homem aos obstáculos naturais ignoram o processo de constituição histórica do homem e a produção de sua vida material, assim como a reprodução de relações sociais presididas pelas necessidades econômicas. Neste sentido, a naturalização das relações sociais implode a relação entre a sociedade e o espaço, considerando-se que as transformações no meio natural dão-se ao acaso, de acordo com condições impostas pela natureza, iludindo quanto ao objetivo preciso da conquista de novas áreas e a construção de novas cidades a partir de relações específicas no bojo da sociedade (Metrópole-colônia, por exemplo). O heroísmo dos descobridores, pioneiros ou aventureiros aparece aqui como véu que contribui para deslocar a análise para as particularidades do lugar conquistado e explorado, ignorando que o processo de produção do espaço está inserido em uma totalidade.

Considerando o espaço como uma produção do homem (sujeito social), cabe investigar a produção das espacialidades, particularmente no que tange às relações capitalistas e suas contradições. No momento analisado, uma contradição profunda referia-se à coexistência da escravidão ao lado de relações tipicamente capitalistas, configurando uma particularidade da colonização no século XVI e nos séculos posteriores. O escravo era incluído como mercadoria, como propriedade privada, responsável pelo trabalho através do qual (re)produzia uma realidade que se lhe impunha como profundo estranhamento, posto que não possuía posse de sua própria vida, determinada pelas necessidades econômicas.

No século XVI, a necessidade de mão-de-obra para animar os engenhos que progrediam e se multiplicavam fez com que se iniciasse a importação de escravos. Os jesuítas, privilegiados nas primeiras distribuições de sesmarias, foram os maiores proprietários de

engenhos do século XVII e os pioneiros na penetração pelo sertão carioca, em direção norte. Os escravos formaram, a partir do século XVIII, um componente importante da população da cidade do Rio de Janeiro (uma “cidade de mercadorias”, na visão de ABREU, 2006).

Com o tempo, a cidade do Rio de Janeiro torna-se fundamental à reprodução da economia colonial, produzida de forma especializada e complementar à economia metropolitana. Assim, a colônia cumpria sua missão como instrumento de acumulação primitiva de capital, cujos mecanismos para sua realização forçavam a colônia:

1. a produzir um excedente transformado em lucros ao se comercializar a produção no mercado internacional;
2. a converter-se em mercado para os produtos da Metrópole;
3. e a produzir lucros apropriados em sua quase totalidade pela burguesia da Metrópole devido ao monopólio de comércio (exclusivo metropolitano).

A fim de reduzir os custos com a mão-de-obra, a reprodução da escravidão aparecia no horizonte da Metrópole, pois o trabalho dos cativos era mais rentável que o emprego de trabalho assalariado. Sendo o objetivo da economia colonial o lucro, tornava-se necessário rebaixar ao máximo o custo de reprodução da força de trabalho. Além disso, o próprio tráfico negreiro abre “um setor do comércio colonial altamente rentável e representa poderosa alavanca à acumulação de capitais” (MELLO apud COSTA, 1993, p.46). Forma-se um entreposto comercial (rota Rio-África) que se consolidaria no século XVIII com a circulação de mercadorias, escravos e metais.

O século XVII representou momento importante na cidade. Naquele século, ocorrem as primeiras intervenções urbanísticas, voltadas à superação do problema das várzeas e à exploração do interior das cercanias sertanejas, expandindo a ocupação pelo recôncavo (área

rural). Esse movimento esboçou um desenho daquilo que seria a cidade futuramente, produzida por meio de vias de circulação e núcleos de urbanização. A cidade colonial encontrava-se demarcada, na planície, por um perímetro urbano delimitado frontalmente pelo litoral e, nas laterais, por duas cadeias de pequenas elevações paralelas (morros do Castelo e de São Bento) de um lado, e o valado⁷ e o morro de Santo Antônio, do lado oposto. Fechando o quadrilátero situava-se uma fronteira em aberto, rumo ao sertão, necessário à exploração e subsistência da cidade. Análoga ao ambiente medieval, a cidade era balizada por morros que possibilitavam o controle e garantiam a vigilância contra ataques inimigos.

Neste perímetro, as principais representações do poder metropolitano situavam-se no Terreiro do Carmo, onde também se encontrava o porto. As ruas vão surgindo progressivamente – da orla marítima à Vala, o “obstáculo” – ocupando a várzea entre o morro de São Bento e o outeiro da Glória (COSTA, 1993).

Os engenhos de açúcar e sua expansão vão inaugurando tanto as freguesias (os futuros subúrbios da zona norte), quanto os bairros da zona sul, pois

“havendo formado, de passagem, os bairros do Catete, Flamengo, Botafogo e Humaitá, o caminho para o Engenho d’El Rey iria desbravar todas as extensas terras de Sacopenapã, nome que designava na época todas as regiões da Gávea, Leblon, Ipanema e Copacabana. E mesmo para além da Gávea, seguir caminho ainda na trilha do açúcar, até Jacarepaguá” (BARDY, 1965, p.75).

De acordo com Paulo BERGER (1974), a cidade do Rio de Janeiro era dividida, eclesiasticamente, em diversas freguesias ou paróquias, as quais limitavam os territórios de jurisdição religiosa, em princípio. Entre 1634 e 1873, com a expansão da cidade, foram criadas onze freguesias. Parte delas urbana, parte rural que pouco a pouco vão se urbanizando. Com a transformação, em 1892, do antigo Município Neutro da Corte (criado em 1834) em Distrito Federal, ocorrem diversas transformações (uma nova divisão do território, agora sob

⁷ Uma vala rasa nas cercanias do morro de Santo Antônio.

aspectos administrativo, jurídico, tributário, policial, fiscal ou eleitoral, separando-o em distritos). Com a mudança do Distrito Federal (1960) são criadas as administrações regionais ou regiões administrativas. Com relação ao nosso recorte, uma parte da atual Lapa estava sob jurisdição da freguesia de Santo Antônio. E justamente essa área não era considerada como “Lapa” pelos seus antigos moradores, pelos boêmios, pela imprensa, pela voz do povo enfim, até o início do século XX (COSTA, 1993). Outra parte estava sob jurisdição da freguesia da Glória. Nesse caso, contendo o território do bairro identificado afetivamente, cartografado pela vida cotidiana.

Diante da importância da cidade, tornada capital da colônia em 1763 e escoadouro da extração mineral realizada no interior do território, o século XVIII marcará o fim da pequena diferenciação socioespacial típica da cidade do Rio de Janeiro⁸. Este século será fundamental para a expansão da cidade e para a existência da Lapa. Conseqüentemente, o acúmulo de funções aumenta o número de habitantes e estimula o avanço em direção às áreas alagadiças (cf. BERNARDES, 1992), justamente em função da necessidade de novos espaços.

A importância do escoamento da extração mineral e a função portuária garantiram ao Rio de Janeiro uma centralidade no contexto da economia mercantil. Para BARDY (1965), a ascensão do ouro em detrimento do açúcar foi ainda precipitada, em meados do século, pela expulsão dos jesuítas – os maiores senhores de engenho da cidade.

Ainda no século XVIII, o Governador-Geral Gomes Freire de Andrada, o Conde de Bobadela, conclui em 1744 as obras de um novo aqueduto que atendesse a cidade e melhorasse as condições de abastecimento de água para os habitantes do Rio de Janeiro. Tratava-se do aqueduto da Carioca, os Arcos da Carioca.

⁸ Conforme nos mostra Bernardes, até o século XIX o Rio de Janeiro era uma cidade “acanhada e de estrutura urbana pouco diferenciada. Só no decorrer do século XIX adquiriu vigor e força de expansão que, imprimindo ritmo acelerado ao seu desenvolvimento transformaram o velho burgo colonial em grande metrópole” (BERNARDES, 1995, p.81).



Figura 2. Prancha retratando a área da Lapa no ano de 1758, com os Arcos da Carioca ao fundo, recém-inaugurados (1744), bem como a Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Desterro (1751) em construção. Fonte: IPP-PCRJ.

O que conhecemos hoje como Lapa estava fora dos limites da cidade em meados do século XVIII. A cidade propriamente dita estava cercada por morros e alagadiços e sofria de um crônico problema de abastecimento de água potável. Já a Lapa localizava-se em um campo alagadiço relativamente despovoado e com algumas chácaras, caminho através do qual os Arcos erguiam-se transportando as águas do maciço da Tijuca à cidade.

Do alto da serra que circundava a cidade, nascia um rio chamado Carioca, onde os escravos iam buscar a escassa água de boa qualidade, mediante uma marcha de muitas horas. Nessas nascentes, em meados do século XVII, havia sido iniciada a canalização das águas em direção à cidade.

As obras se arrastaram por décadas e foram objeto de muita controvérsia acerca da melhor solução e do melhor trajeto. Em 1721, a canalização chegou até o morro do Desterro, onde viria a ser construído o Convento de Santa Teresa. Entre o morro e a cidade, entretanto, estendiam-se 300 metros de brejos e lagoas a serem vencidos com a milenar técnica romana de construção de arcos, uma ponte para as águas.

Os Arcos da Carioca foram construídos por braço escravo, utilizando pedra, tijolos, areia, cal e óleo de baleia. O primeiro chafariz, inaugurado no Largo da Carioca em 1723, melhorara as condições de abastecimento da população e abriu caminho para a expansão da cidade.

Para sair da cidade passava-se pelo Caminho de Matacavalos e por uma estrada que margeava a lagoa da Sentinela, indo pelo arraial de Mataporcos (hoje Estácio), pelo Engenho Velho dos padres jesuítas e seguindo para os sertões, em direção à Capitania de Minas Gerais. Por este caminho, seguiam viajantes, mascates e soldados, guiando tropas de burros, levando açúcar, carvão e todo tipo de mercadorias. Por ele também vieram as duas expedições francesas que invadiram o Rio no século XVIII.

Onde hoje é a Lapa, localizava-se uma pequena praia, começando no final do Passeio Público, na altura da Avenida Augusto Severo e terminando no atual Largo da Glória. Ela era conhecida como praia das Areias de Espanha. Versões contam que o nome dado pelos portugueses se inspirava em uma “cor local” que podia estar “na semelhança entre as suas areias cariocas, à vista do Outeiro da Glória e do Morro de Santa Teresa, e as de certas praias espanholas, diferentes das de Portugal a que seus olhos estivessem habituados” (GERSON, 1965, p.313). Na imagem abaixo, vemos o casario antigo vizinho à praia, em 1904. Desta praia partia o Caminho da Glória, hoje rua da Lapa. A praia era uma estreita faixa de areia entre a Lagoa do Boqueirão (sobre a qual se construiu o Passeio Público) e o Outeiro das Mangueiras, um prolongamento do morro do Desterro (hoje, de Santa Teresa), onde se construiu em 1751, de costas para o mar, a Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Desterro.



Figura 3. Aspecto da praia das Areias de Espanha ou praia da Lapa, 1904.
Fonte: Acervo BPERJ.

Na extensão entre a referida praia e o Outeiro das Mangueiras não havia nada a não ser um campo alagadiço e despovoado. Neste terreno, localizado ao lado da chácara adquirida pelo Governador Gomes Freire (e posteriormente doado às freiras de Santa Teresa), em 1751, o padre paulista Ângelo Siqueira Ribeiro do Prado ergueu seu seminário-e-capela em louvor de Nossa Senhora da Lapa, destinado à formação de sacerdotes para as missões apostólicas (COSTA, 1993).

O Rio de Janeiro adquire grande importância e destaque ao longo do século XVIII, conquistando a hegemonia, particularmente após retirar a capitalidade de Salvador, em 1763. A transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro recolocou esta cidade em uma nova posição no contexto da economia colonial. Os governadores passam a vice-reis e a cidade colonial torna-se um pólo de atração de contingentes populacionais, resultando em um aumento demográfico tanto na cidade quanto no seu entorno. A ligação entre a capital e as minas era realizada por tropeiros em maior intensidade; soldados dirigem-se à capital a fim de impedir roubos e pirataria, buscando coibir o contrabando (atividade ligada à burguesia mercantil); correntes de colonizadores portugueses atraídos pelo florescimento do comércio chegavam à cidade; desenvolvimento do campo, com o trabalho agrícola desempenhado pelos

homens fixos a essas áreas, responsáveis pela expansão da produção, de modo a atender ao mercado interno e à geração de excedentes para a Metrópole; chegada de levas de negros africanos para alimentar o dinamismo verificado.

O desenvolvimento da técnica é percebido na evolução das construções e na melhoria da infraestrutura. Embora as ruas continuassem estreitas, as construções começaram ainda no século XVIII a sofrer algumas mudanças, tornando-se superiores, mais sólidas e mais bem acabadas. Surgem os sobrados de um ou dois andares com balcões. Enfim, surgem as primeiras mudanças na forma-aparência da cidade (COSTA, 1993).

Fora da cidade, que aos poucos vai se tornando “o centro”, surgem fixos em meio às chácaras, além de espaços ajardinados onde se buscava fruição, lazer e temperaturas mais amenas em dias quentes. As casas são construções bem maiores, erguidas em pedra talhada. A forma de construir valendo-se da taipa-de-mão e do pau-a-pique cede lugar ao estilo da cantaria luso-tropical (BARDY, 1965).

Se o desenvolvimento das técnicas de construção civil apontava para a melhoria da qualidade da arquitetura produzida na colônia, a quantidade de novas edificações também confirmava a intensidade do processo de valorização das freguesias mais próximas ao núcleo original. A população do Rio de Janeiro se adensou e distribuiu-se ao longo dos caminhos abertos em direção sul, ao largo do litoral. A população ocupava as áreas existentes entre o morro do Castelo e o morro do Desterro, uma área à beira-mar, contribuindo para a urbanização da Lapa e da Glória, graças às obras de aterro das lagoas do Desterro e do Boqueirão. Essa lagoa, particularmente, era uma das áreas mais insalubres da cidade e seu aterro representou a incorporação de mais terras à expansão urbana, expulsando da área os miseráveis que lá viviam (BARDY, 1965).

Nas imediações, as classes dirigentes dirigiam-se às ruas recém-abertas do Pantanal de Pedro Dias (ruas dos Inválidos, do Lavradio e do Resende, na atual Lapa). Além da ocupação nas antigas áreas alagadas, as classes dirigentes também tinham como opção as chácaras loteadas em terrenos ao sul da cidade (hoje Glória, Largo do Machado e Catete), seguindo a rainha Carlota, que vivia em Botafogo (ABREU, 2006).

O aterro da lagoa do Boqueirão inseria-se em um projeto mais amplo de intervenção urbana, baseado no arrasamento do Outeiro das Mangueiras e na utilização de seu material justamente para cobrir o pantanal. Em 1779, logo após assumir o Governo Geral, o vice-rei D. Luis de Vasconcellos e Sousa encaminha a Mestre Valentim o projeto do futuro Passeio Público. A área aterrada é arborizada e utilizada, em 1783, para a criação de um jardim à beira-mar freqüentado pela nobreza da cidade. O Passeio Público torna-se, assim, um dos símbolos da cidade do Rio de Janeiro e, particularmente, dos habitantes da Lapa, assim como os Arcos.

Após o falecimento do padre Ângelo Siqueira Prado, seu seminário-e-capela é cedido em 1810 aos frades carmelitas, responsáveis pela ampliação da instituição religiosa do Largo da Lapa. A Ordem dos Carmelitas abre meio século mais tarde, ao lado do seminário, “a Escola Santo Alberto (já desaparecida), marcante para a vida dos meninos moradores do bairro que se formava na cidade” (COSTA, 1993, p.53).

Naqueles tempos, as festas da capela vizinha – que possuía quase a mesma idade do primitivo seminário, datando de 1773, pertencente à Irmandade do Divino Espírito Santo – “empolgavam a cidade por quatro dias seguidos, de sábado de aleluia à terça-feira”. Eram realizados no interior ou em torno do coreto feito de pedra e cal, que se constituía na Casa do Império, “onde o imperador do Divino recebia o cetro e a coroa e as homenagens de seus súditos de alguns dias” (BERGER, 1974, p.135).

As festas do “Império” animavam a cidade com suas barracas de quermesse e a coroação do “Imperador” do Divino, que vinha de calção e casaca de seda colorida, cabelo polvilhado e espadim. Além da “cerimônia”, o “Império” contava com teatro de fantoches, prestidigitação, danças e bebidas. Durante o “Império”, todos os grupos sociais da cidade se encontravam no mesmo espaço – da nobreza aos escravos.

A Festa do Divino Espírito Santo manteve-se até as primeiras décadas do século XX, ainda que descaracterizada, mas sem perder seus referenciais de origem, como tradição do local. Essa festa comporia como signo parte da subjetividade coletiva dos moradores do já formado Bairro da Lapa. E o “Império”, que já era em seus primórdios, ao mesmo tempo, sagrado e profano, se transforma em local dos bailes de carnaval, onde se reúnem as famílias do bairro.

Segundo Lysia Bernardes, mesmo com a expansão dos arruamentos e das construções, “a fisionomia e mesmo a vida de aglomeração” da cidade “alteraram-se relativamente pouco no decorrer do século XVIII” (BERNARDES, 1992, p.46). As transformações mais radicais seriam produzidas no século XIX, no processo de transformação do Rio de Janeiro em uma grande cidade, capital não mais da colônia, mas de um Reino europeu e, em seguida, de um Império.

Divisa-se, assim, um novo contexto urbano, um contexto de *transição* da cidade colonial à grande cidade capitalista – o século XIX. O enquadramento do século XIX como um período de transição é conquista de ABREU (2008, p.35) que aponta este momento como o contexto em que “a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais”.

1.4. A Lapa na Cidade Imperial

Acreditamos, com ABREU (2006), que o século XIX guarde em si uma transição para a sociedade brasileira – e para o Rio de Janeiro, em particular –, pois, no decorrer do período citado, realiza-se a passagem de uma sociedade colonial-escravagista para uma sociedade capitalista. Dessa forma, devido a sua centralidade, a cidade do Rio de Janeiro é produzida como expressão e condição dessa transição, assim como espaço de contradições próprias do processo.

A transição efetiva-se em intensidades distintas de acordo com o momento. Neste sentido, a velocidade do processo ao final da transição contrasta com a lentidão do mesmo no início. A transição se completa justamente com a realização de mudanças na sociedade brasileira, mudanças atreladas às necessidades da reprodução, como veremos. O movimento é aquele da subordinação gradativa ao modo de produção capitalista através do mercado mundial.

No final do século XIX e início do século XX fatos relevantes desvelam um novo momento para o Estado: a superação do resistente regime escravocrata, pela abolição de 1888; a subsequente queda da monarquia, pela proclamação da República, em 1889; e a sinalização de esgotamento da velha cidade colonial – expressão de um tempo passado – pela primeira reforma urbana no Rio de Janeiro, realizada de forma autoritária pelo Estado entre 1903 e 1906, sob a administração do prefeito Pereira Passos.

Confinada a uma planície relativamente pequena, a cidade conservou, em sua paisagem, um caráter colonial que se sustentaria até o momento da Independência (BERNARDES e SOARES, 1995). Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, era uma cidade majoritariamente negra: dos 130 mil habitantes estimados em 1838, pelo menos dois terços eram escravos. Mantinha também muitos de seus aspectos

de atrasada cidade colonial: a limpeza pública era escassa, a iluminação se fazia por raras lâmpadas de azeite de peixe, os esgotos corriam por calhas no meio das ruas e os meios de locomoção limitavam-se a poucos carros, muitos cavalos e os primeiros ônibus de tração animal, as chamadas gôndolas.

É a partir do século XIX que se darão as maiores transformações no espaço urbano carioca. Impulsionada pelo café, novo produto que a cidade viria a escoar, serão observados rápidos progressos. De cidade com função predominantemente portuária, o Rio mudará. A chegada da Corte e a posterior proclamação da Independência viriam a modificar significativamente a cidade. O acúmulo de novas funções, assim como o aprofundamento das já existentes (notadamente a portuária), transformaram a cidade em centro político-administrativo do país e capital econômica de uma vasta e rica região agrícola (BERNARDES, 1959). Em função desse crescimento econômico baseado nas lavouras de café, a capital atrai capitais e mão-de-obra, nacionais e estrangeiros. Vive-se no Rio de Janeiro uma contradição: ao mesmo tempo em que a cidade mantém-se dependente do trabalho escravo, paulatinamente torna-se também capitalista de trabalhadores “livres” (COSTA, 1993).

Até o século XIX, a limitação para a expansão da cidade e sua exigüidade quanto à disponibilidade de espaços garantiam a coexistência, na mesma freguesia, de ricos e pobres. A cidade contida dá lugar a uma cidade mais ampla que, ao expandir-se, separa no espaço urbano, com maior nitidez, os mais e os menos privilegiados. Lançam-se as bases para uma relação Cidade-Subúrbios, cujo potencial para alienar os sujeitos se revela à medida que a evolução dos meios de transportes permitia um maior distanciamento/afastamento dos pobres para os antigos “sertões”.

Ao longo do século XIX ocorre uma mudança significativa na paisagem urbana do Rio de Janeiro. Novos sítios são conquistados; novas ruas e caminhos são abertos; as funções urbanas diversificam-se; surgem mais bairros, localizados com alguma distância do centro (que antes era apenas a *cidade*), os chamados subúrbios. Segundo os Censos da época, o Rio, que iniciaria o período com uma população estimada em 60.000 habitantes, registraria um vertiginoso crescimento de 823%, alcançando ao fim deste momento uma incrível marca de 500.000 pessoas, o que justificaria a expansão do espaço urbano nesse período.

Ingresso de capitais, presença de trabalhadores livres e transportes mais eficientes ampliam os horizontes materiais, sociais e culturais da cidade, preparando-a para um novo momento. E a Lapa nesse novo contexto também muda.

A vinda da Família Real portuguesa em 1808 – e sua corte de 15 mil membros –, causou impacto na cidade colonial, despreparada para abrigar tamanho contingente. O próprio Príncipe Regente toma uma série de medidas que alteram a cidade a fim de torná-la digna de abrigar a capital do Reino português. Entre elas, a abertura dos portos para as “nações amigas”, a revogação de leis proibitivas com relação à produção industrial, a criação da imprensa régia e uma série de instituições relacionadas ao aparato de Estado, como o Banco do Brasil e a Academia Real Militar. Os arrabaldes da cidade iam sendo progressivamente ocupados após o desembarque da Família Real portuguesa, fugindo da guerra napoleônica na Europa e trazendo consigo extensa burocracia governamental.

O Rio de Janeiro como sede da Corte portuguesa, capital de um Reino europeu, passa a atrair investimentos de modo a reproduzir a cidade de acordo com as novas funções, posto que os serviços lá desenvolvidos exigiam certa infraestrutura até então inexistente. Em 1816, a cidade recebe a Missão Artística Francesa, deixando um legado artístico que expressa a necessidade de afirmação das classes dominantes da época.



Figura 4. Prancha retratando a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Fonte: IPP-PCRJ.

Na Lapa, em suas antigas chácaras e quintas, foram surgindo novos e aristocráticos sobrados. O caminho do sul que levava do Largo da Lapa até os bairros do Catete e Flamengo disputava a preferência das elites com as ruas dos Inválidos, Lavradio e Resende, recém-abertas sobre o aterro do brejo de Pedro Dias, por detrás dos Arcos.



Figura 5. Prancha retratando a área da Lapa aristocrática no ano de 1858. Fonte: IPP-PCRJ.

Em 1822, com a independência política, a cidade torna-se capital de um Império, o que impunha ajustes a sua forma devido à nova situação. A condição de capital de uma monarquia politicamente independente, inicialmente, não produziu grandes alterações, mas estimulava projetos reformistas no âmbito do Ministério do Império do Brasil.

Ao final da primeira metade do século XIX, a cidade conhece um novo e importante período de expansão, sendo sutil a diferença social entre as freguesias urbanas. Favorecidas pelo poder público, as classes dirigentes, “as únicas com poder de mobilidade”, podem “se deslocar para fora da cidade, do antigo e congestionado centro urbano em direção à **Lapa**, Catete, Glória, Botafogo e São Cristóvão” (ABREU, 2006, p.37, grifo nosso) graças às estradas e caminhos abertos em direção a esses arrabaldes. Ocupam também as ruas da Ajuda (hoje a Cinelândia) e dos Barbonos (hoje Evaristo da Veiga), e as ruas do recém-aterrado Pantanal de Pedro Dias (cujo eixo é hoje a rua do Senado). As populações urbanas de baixa renda ocupariam as freguesias de Santana e de Santa Rita diante da necessidade de ocupar terrenos próximos ao centro da cidade, gerando cortiços e habitações coletivas. Essas freguesias dariam origem aos atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, compondo, no século XX, parte da Zona Periférica do Centro, a qual a Lapa, de modo distinto, também será incorporada no período de desvalorização.

Outro importante vetor para a expansão urbana se deu a partir da intensificação de ocupação das freguesias periféricas, notadamente a da Lagoa. Também a freguesia do Engenho Velho precisa aqui ser mencionada. Embora locais como Tijuca, Andaraí e Engenho Velho já fossem servidos desde 1838 por ônibus de tração animal, é apenas na segunda metade do século XIX que se inicia o processo de retalhamento de suas antigas fazendas e sítios. Dessa forma, antes mesmo dos bondes e dos trens, a cidade já assiste a um novo e importante período de expansão, manifestado “pela incorporação de novos sítios à área urbana

e pela intensificação da ocupação das freguesias periféricas” (ABREU, 2006, p.39. Os bairros de Botafogo, Glória e Catete passavam a ser procurados pelas famílias mais abastadas a fim de construir residências suntuosas ocupadas pelos fazendeiros de café, cujos lucros eram investidos em residências na Corte. Assim, de acordo com COSTA (1993, p. 60):

“Os capitais provenientes do setor cafeeiro do Vale do Paraíba, juntamente com os capitais liberados do comércio de escravos – definitivamente encerrado pela Lei Euzébio de Queiroz, de 1850 –, somados aos capitais estrangeiros, notadamente ingleses, atraídos pela ampliação das possibilidades de investimentos – crédito, transportes, seguros, serviços ligados à infraestrutura urbana, etc – esses capitais propiciaram um crescimento e diversificação consideráveis nos setores comercial, manufatureiro e de serviços tornando, assim, o perfil econômico-social do Rio de Janeiro mais complexo, resultando em uma inserção maior na divisão internacional do trabalho”.

Esses negócios se desenvolviam justamente no centro da antiga cidade colonial, fato que demandava certo investimento em prol de melhorias nas freguesias urbanas, tais como calçamentos com paralelepípedos, iluminação a gás, esgoto sanitário. Tanto o Estado quanto o capital estrangeiro, que ganhava concessões públicas, tinham a obrigação de prover os serviços. A essa modernização urbanística “contrapunha-se toda uma estrutura urbana remanescente dos tempos coloniais manifestada entre outras coisas pela ausência de um porto eficiente, pelo traçado das ruas estreitas, pela carência de fontes de energia” (ABREU, 2006, p.42). Está posta aqui a combinação entre setores atrasados e modernos, apontando para aquilo que aparece como subdesenvolvimento.

A presença da mão-de-obra escrava reduz-se gradualmente, com o passar dos anos, a partir da extinção do tráfico negreiro. Contudo, respondia por uma série de atividades: os escravos eram artífices, marítimos, costureiras, pescadores, domésticos, jornaleiros ou executavam qualquer serviço, pois muitos não tinham profissão definida. Concorrendo com as últimas gerações de escravos, “indivíduos livres e despossuídos” tornam-se cada vez mais numerosos, principalmente a partir de 1870, com o aumento crescente do número de imigrantes – notadamente portugueses (COSTA, 1993).

Os setores comercial, burocrático-administrativo e de serviços urbanos, setores que se expandiam a cada dia, absorviam parte desse contingente de mão-de-obra livre que se dirigia para a cidade do Rio de Janeiro. Formavam-se, gradativamente, os segmentos das classes médias urbanas, que passavam a ter papel de crescente importância nas mudanças da cidade e do país.

A forte presença dos imigrantes gerava certa tensão com a mão-de-obra livre nascida no Brasil. Registrado o crescimento econômico acelerado, ainda assim havia a incapacidade de absorção da mão-de-obra, contrariando o mito do pleno emprego. A grande oferta de mão-de-obra disponível foi agravada com a presença dos ex-escravos na cidade (pós-1888); dos libertos vindos das zonas rurais da província, acrescidos das levas significativas de imigrantes de origem portuguesa.

Certamente, a concorrência estabelecida entre os referidos grupos sociais produziu um quadro crítico de disputas e conflitos perante a alteridade. Os imigrantes passaram a sofrer violências, já no Brasil republicano, no final do século XIX, nos tempos do presidente Floriano Peixoto (1891-1893). Possuindo o “florianismo” grande apelo popular, catalisava parcelas significativas da população urbana deslocadas dos canais de decisão política. Esse cenário cultivou uma força política que crescia à medida que a popularidade do presidente aumentava. Neste quadro, os imigrantes eram espancados pelos militantes do presidente Floriano Peixoto, pertencentes à incipiente classe média do Rio de Janeiro. Jornais populares escritos pelos florianistas pregavam a lusofobia, o que redundava em ataques aos pequenos proprietários portugueses, alvos preferenciais do movimento.

Essa animosidade com relação aos imigrantes pode nos ajudar a compreender a Lapa do início do século XX.

O crescimento populacional – principalmente das camadas populares – e o desenvolvimento econômico são acompanhados, a partir das décadas de 1860 e 1870, pela acelerada expansão do espaço urbano graças aos bondes e aos trens. Para Lysia BERNARDES (1959), é apenas na segunda metade do século XIX que a cidade vence definitivamente o problema das distâncias e passa a se expandir de modo contínuo e denso. Nas palavras de BERNARDES (1992, p.51),

“[ao] se espraiar a área urbana na orla atlântica como nas planícies e nos vales da zona norte onde se estenderam os atuais bairros da cidade, graças em grande parte às facilidades proporcionadas pela existência de transporte coletivo fácil, já se havia iniciado a construção das estradas de ferro. E ao longo destas iriam surgir os nódulos dos diversos subúrbios onde, de preferência, iriam se localizar posteriormente as indústrias. O século XIX viu nascerem os bairros do Rio de Janeiro, mas também assistiu à germinação dos principais subúrbios”.

Segundo ABREU (2006), o ano de 1870 é uma ruptura na história da evolução urbana do Rio de Janeiro. A fase compreendida entre este ano e 1902, representa, para a história da cidade carioca, não só a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana, como também a etapa inicial de um processo em que essa expansão passa a ser determinada pelas necessidades de reprodução do capital nacional e estrangeiro.

Controlados em grande parte pelo capital estrangeiro, trens e bondes possuíam um papel indutor diferente no que toca à expansão da cidade. Os primeiros passaram a servir áreas ainda fracamente integradas à cidade, que foram ocupadas por aqueles que tinham condição de morar fora das freguesias centrais, mas não tinham como arcar com os custos já elevados dos terrenos da Glória, Botafogo ou Tijuca. Os bondes permitiram o êxodo cada vez maior dos que podiam arcar com esse ônus, mas mantinham-se nas freguesias centrais por falta de meio de transporte rápido e regular. O ano de 1868, segundo ABREU (2006), marca o início do serviço de carris no Rio de Janeiro. Segundo o autor, a primeira concessão é dada a uma companhia americana (Botanical Garden Railroad Company) que nesse ano inaugura uma linha ligando a Rua Gonçalves Dias (na embrionária área central) ao Largo do Machado.

A partir deste momento, portanto, outras empresas passam a obter concessões que permitem a expansão urbana em direção a bairros ao norte e ao sul. Destacam-se ainda a inauguração, em 1870, da Rio de Janeiro Street Railway Company (Companhia São Cristóvão) e da Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, em 1873 (ABREU, 2006)⁹.

Ao contrário dos bondes, que penetraram em áreas que já vinham sendo urbanizadas ou retalhadas em chácaras desde a primeira metade do século, os trens foram responsáveis pela rápida transformação de freguesias que até então, se mantinham exclusivamente rurais. A inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil) ocorre em 1858 ligando a freguesia de Santana a Queimados. Segundo ABREU,

“Foi de importância fundamental para o crescimento dos subúrbios a inauguração, na década de 1880, de duas novas ferrovias. A primeira, a estrada de ferro Rio D’Ouro, ligava a Quinta Imperial do Caju à represa do Rio D’Ouro na Baixada Fluminense. A segunda, de papel indutor mais importante, foi inaugurada em 1886 e interligou uma série de núcleos semi-urbanos preexistentes (como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral). Atuando em conjunto, bondes e trens possibilitaram a expansão da cidade e permitiram a solidificação de uma dicotomia núcleo-periferia que já se esboçava antes de 1870” (2006, p.45).

Já os trens, eles assumem papel distinto, tornando-se responsáveis pela transformação das freguesias rurais mais distantes. Os trens constituíram um dos dois vetores de urbanização da cidade, atrelado às formas de ocupação arcaicas localizadas na zona suburbana carioca. Os trens constituíram um espaço articulado em diferentes direções com os atuais Nova Iguaçu, Madureira, Deodoro; Engenho Novo, Inhaúma, Coelho Neto, Pavuna; e Duque de Caxias, entre outros bairros e municípios. A cidade do Rio, que já havia implodido (o seu *centro?*), agora explode por uma imensa área que, brevemente, constituiria bem mais do que os subúrbios, mas uma grande área metropolitana.

⁹ A partir da década de 1870, o bonde passa a atender também o então rico bairro de chácaras da zona norte – Andaraí Pequeno; os então bairros proletários – atuais Gamboa, Santo Cristo, Saúde, Catumbi e Rio Comprido; os novos bairros de Vila Isabel e Andaraí Grande; e o ainda abastado bairro de São Cristóvão (COSTA, 1993).

Cumprir destacar que os trens e os bondes aparecem como vetores da urbanização justamente porque obedeciam a uma lógica previamente planejada, reproduzida como discurso havia longa data. Tratava-se das representações dos espaços no Rio de Janeiro: o bonde seguiu pelo sul justamente porque as classes mais abastadas para lá já seguiam, como vimos, através da incorporação das freguesias rurais como chácaras e grandes propriedades. Da mesma forma, os trens seguiram pelo norte, criando os subúrbios, devido à necessidade de afastar a população pobre para longe do – agora – centro da cidade. Como aos pobres não lhes era permitido seguir pelo sul, a única alternativa que restava era caminhar para os sertões, onde já se planejava instalar as futuras indústrias, quando aqui chegassem. Aureliano PORTUGAL apud ABREU (2006, p.53) observa, no início do século XX, que “esses subúrbios não têm existência própria, independente do Centro da cidade; pelo contrário [...], é a mesma população que moureja, no centro comercial da cidade, com a que reside neste, sendo naturalmente impossível separá-las”. Após todas essas evidências, percebemos que na década de 1870 uma nova relação passa a realizar-se no Rio de Janeiro: a relação centro-periferia!

Fato é que, mesmo com a possibilidade de espraiamento da população em direção ao norte e ao sul, o centro seguia densamente povoado. Isso se deve ao seguinte: a maior parte da população ainda via o estabelecimento da residência em uma localização central, ou próxima ao centro, como condição para a sobrevivência na cidade. As freguesias de Santana e Santa Rita (proletarizadas) inseriam-se nesta lógica, assim como... a Lapa.

Como vimos, a Lapa adquire caráter urbano no século XVIII, sendo a construção dos Arcos da Carioca a “pedra fundamental” do processo. A partir daquele século, a Lapa adensa-se demograficamente, particularmente após a chegada da Família Real e a instalação de membros da Corte naquela área imediata à cidade. Determinados fatos, como o desmonte do

Outeiro das Mangueiras; os aterros das lagoas do Desterro e do Boqueirão; a construção do Passeio Público; e a abertura das atuais ruas do Passeio e das Marrecas permitiram que toda “essa zona que, com a Lapa, formava um bairro eminentemente residencial se ligasse agora ao velho Centro por uma nova rua, no eixo da atual avenida Treze de Maio” (GERSON, 1965, p.315). Neste contexto, a Lapa adquire uma peculiaridade no espaço urbano do Rio de Janeiro: ela era **um lugar ao mesmo tempo distante e próximo do centro da cidade**.

Viver na Lapa no século XIX implicava em estar distante da tumultuada zona comercial, das ruas lotadas de pessoas, da grande quantidade de pobres e seus cortiços, das casas velhas e do desconforto. De outra forma, viver na Lapa significava estar próximo de qualquer meio de transporte. Na verdade, era possível seguir a pé para o centro, ligando o lugar da residência ao espaço de trabalho e compras. Os grandes teatros, que surgem no século XIX; os primeiros cinemas; e o próprio Passeio Público – tudo estava próximo da Lapa.

No centro estava toda a burocracia do Império e da administração da cidade, onde as decisões de caráter político, econômico e administrativo eram tomadas ou simplesmente ratificadas e burocraticamente executadas. Por isso, morar na Lapa significava, por um lado, morar bem, em casas assobradadas, em construções mais recentes, com uma vizinhança abastada. E, por outro lado, morar próximo ao centro nevrálgico da cidade (COSTA, 1993).

Na primeira metade do século XIX, a área da Lapa acabara de ser aterrada e nivelada. Antes do aterro dos mangais de São Diogo¹⁰ era através dos caminhos que passavam pela Lapa que os cariocas e o Príncipe Regente atingiam o famoso caminho de Mata-Cavalos (hoje rua do Riachuelo) – “o melhor caminho, na época, em direção norte”. Com o caminho do

¹⁰ Aterrados com o material proveniente do desmanche do morro do Senado, 1887, a maior obra de urbanização realizada no Rio de Janeiro oitocentista.

Aterrado, forjou-se uma ligação entre o centro e a residência da Família Real, na Quinta da Boa Vista, que passaria mais tarde a ser local de residência do futuro Imperador D. Pedro I.

Na Lapa havia uma rua conhecida como a rua Detrás do Seminário dos Frades, que compreendia um caminho, junto à praia das Areias de Espanha, destinado a ligar o hoje Largo da Lapa à Glória e ao Catete em direção ao sul. Para atingi-lo, depois de chegar ao Largo, os cariocas utilizavam o então chamado Beco do Campo dos Frades, que ficava do lado direito do Seminário e que, a partir de 1917, passou a se chamar rua Teixeira de Freitas (COSTA, 1993). Essa rua faz hoje esquina com a Avenida Augusto Severo, onde se encontra o edifício do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A rua da Lapa ou da Lapa do Desterro, datada de 1770, não dava ainda acesso à praia, daí a escolha do caminho da rua Detrás do Seminário. Segundo Brasil GERSON, em mapa militar elaborado em 1858, o traçado da rua da Lapa já era visto desembocando na rua da Glória, “a um passo da praia, pois era ainda na praia [da Lapa] que então desembocavam também o Beco dos Carmelitas e a Joaquim Silva” (GERSON, 1965, p.316).

A Lapa é ampliada com a abertura de novas ruas, ou trechos de ruas, e a construção de novas casas assobradadas. “Eminentemente residencial”, passa a ser opção de moradia de famílias abastadas e de homens ilustres da sociedade carioca do século XIX (COSTA, 1993)¹¹.

¹¹ Dr. Carlos Moncorvo Filho, um dos maiores médicos da cidade, fundador da União Médica e da Policlínica do Rio de Janeiro; Professor Moraes e Vale e Dr. Paula Cândido, famosos por pesquisar a febre amarela, que grassava na cidade; engenheiro Bethencourt da Silva, fundador do Liceu de Artes e Ofícios e Secretário do Conservatório Dramático, censor do Segundo Reinado; Condessa de Belmonte, tutora de D. Pedro II; Senador Euzébio de Queiróz, autor da lei que pôs fim formal ao tráfico de escravos; Dr. Joaquim Silva, popular médico da cidade, ex-vereador; André Julio Janvrot, proprietário da grande Farmácia e Droguaria Janvrot, fundador da primeira escola de Farmácia da cidade; José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira, desembargador e procurador da Coroa e Fazenda; entre outros (COSTA, 1993).

O crescimento da cidade e sua adequação à realidade republicana e às novas relações do Brasil com o mercado internacional engendraram mudanças radicais na forma urbana e nos conteúdos do centro da cidade e dos bairros atendidos pelos bondes e pelos trens suburbanos. A política de intervenções urbanas voltadas ao afrancesamento da cidade respondeu pelo arrasamento de frações das áreas centrais mais “populares” e a consequente expulsão da população para os bairros distantes do Centro, assim como para os morros mais imediatos. As relações entre os investimentos no Brasil e no Rio de Janeiro e seus desdobramentos na dinâmica urbana compõem objeto de investigação e reflexão do próximo capítulo. Corolário desse movimento, a desvalorização da Lapa surge como produto da reprodução do espaço urbano sob a mística do automóvel.

CAPÍTULO 2

Intervenções no Centro do Rio de Janeiro e na Lapa:

O Desmonte de um Bairro e sua Metamorfose em “Zona Periférica do Centro”

Eu fui fazer um samba em homenagem
À nata da malandragem
Que eu conheço de outros carnavais
Eu fui à Lapa e perdi a viagem
Que aquela tal malandragem
Não existe mais...

Chico Buarque.

2.1. As Mudanças impostas pela República

A promulgação da Lei Áurea em 1888 assinala com o esboroamento do pacto social classista entre a monarquia brasileira e as elites conservadoras do país, que insistiam em manter o trabalho escravo em seus negócios. O escravagismo persistente no Brasil era motivo de cizânia com os ingleses, cujos acordos com o Brasil datam desde a década de 1820 a fim de interromper o tráfico, o comércio e o regime de trabalho escravo. A assinatura da Lei Áurea significou a culminância de um processo que se arrastou pelo século XIX e possui nas Leis do Sexagenário, Euzébio de Queiroz e do Ventre Livre alguns momentos.

A inércia do Governo Imperial diante do desarranjo da economia brasileira após a abolição agrava a crise política e reforça os brados republicanos. A República já havia sido

cogitada há tempos pela intelectualidade liberal, mesmo antes da Independência. No século XIX, insurreições e revoltas marcaram o território nacional em busca de um novo regime político (a Insurreição Pernambucana de 1817; a Cabanagem no Pará de 1833; a Revolução Farroupilha gaúcha de 1839; a Balaiada maranhense de 1839; a Revolução Praieira pernambucana de 1848; a Revolta do Vintém no Rio de Janeiro de 1879).

Após a queda do Império, ascende ao poder um grupo de militares responsáveis pela institucionalização da recém-criada República dos Estados Unidos do Brasil. No ano de 1894, com o início do Governo do presidente Prudente de Moraes, os militares responsáveis pela insurreição que levou à queda do Império deixaram o centro do poder político no Brasil. Após a administração de três presidentes-marechais, a chamada Primeira República (1889-1930) alcança sua etapa civil (com a exceção de Hermes da Fonseca) em um momento fundamental, no bojo da consolidação das instituições republicanas recém-criadas. Deixada para trás, a República da Espada (1889-1894) deu lugar à República Oligárquica, cuja influência dos políticos ligados aos poderosos fazendeiros da cafeicultura era notável. Embora o presidente Prudente de Moraes (1893 – 1897) tenha recebido do militar Floriano Peixoto o regime presidencialista já consolidado – após uma República da Espada instável, cujas crises política e econômica desaceleravam a reforma das instituições –, precisava provar a “eficiência” civil na administração da coisa pública. Na verdade, o presidente expressava os interesses dos setores que o elegeram, ligados ao grupo oligárquico paulista cada vez mais comprometido com os interesses dos capitais externos, que passavam pela emergência do capitalismo monopolista. Em uma lúcida observação que já aponta para as renovadas relações estatistas-capitalistas, MELLO (apud COSTA, 1993, p.74) afirma que

“as exportações de capital criam nos países atrasados fortes interesses que aspiram [...] privilégios muito maiores do que a simples influência econômica e política pode oferecer. [O] que mais lhe convém é o domínio completo, pelo Estado, de seu país”.

O governo de Prudente de Moraes adapta o cenário político nacional, transitando do nacionalismo exaltado florianista¹² para a relativa estabilidade de uma República Oligárquica. Quando Campos Salles assume o poder em 1898, o faz como representante da burguesia paulista, contando com o apoio da imprensa para implantar um regime com base no federalismo. O controle do Congresso Nacional pelos governadores enseja uma constante troca de interesses, mantida por um equilíbrio dinâmico através do qual os Estados garantiriam apoio à União e o Governo Federal resguardaria a autonomia dos Estados. Com base nessa relação, consolida-se de modo geral o poder do Governo Federal e, ao mesmo tempo, este perde o controle sobre as questões de limites interestaduais¹³ que, diversas vezes, estiveram imersas em conflitos civis, como a Guerra do Contestado (nos limites entre Paraná e Santa Catarina).

A chamada Política dos Governadores, instituída por Campos Salles, dominou boa parte da República Velha (até 1930), que oscilava já nos anos de 1920 sob as pressões dos grupos urbanos, mais influentes à medida que os trabalhadores se tornavam mais numerosos e a economia mais internacionalizada. O presidente Campos Salles executa seu programa de governo e cumpre, em 1898, as exigências do *funding loan*. Quando Campos Salles assumiu o governo, sua primeira providência foi renegociar a dívida brasileira. Os ingleses, os maiores credores, propuseram a seguinte solução: moratória de três anos, período no qual teriam 10 milhões de libras esterlinas para formar um *funding loan*, a ser amortizado em dez anos. Campos Salles ofereceu como garantia dessa dívida – aliás, o que mostra claramente o dinamismo interno da cidade do Rio de Janeiro – toda a renda do movimento da alfândega do

¹² Em “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, o escritor Lima Barreto dissecou a política e a burocracia oficiais do Governo Floriano Peixoto desconstruindo o mito republicano a partir de um percurso ufanista que conduz o leitor da imagem de um país próspero e reformista para uma nação cujo regime político se apresenta de modo opressor e cruel.

¹³ As Constituições Federais outorgavam ora ao Congresso Nacional, ora ao Supremo Tribunal Federal o poder de resolver tais conflitos, eximindo o Governo Federal da tomada de decisão de modo a não desagradar qualquer governador (SANTOS, 2006).

Rio, o serviço de abastecimento de água da capital, além das receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil. Este acordo incluía, igualmente, a queima de papel moeda na quantidade equivalente aos títulos da dívida depositados em Londres para provocar a queda da inflação. Essa estratégia possibilitou a suspensão dos pagamentos da dívida externa até 1911, melhorando a posição financeira do país, restabelecendo os créditos externos.

Neste contexto, a cidade do Rio de Janeiro, em posição privilegiada na intermediação dos recursos da economia cafeeira e como centro político do país, adentra o século XX com perspectivas promissoras. A sociedade carioca viu acumular-se vastos recursos no comércio e nas finanças, derivando para as aplicações industriais (SEVCENKO, 1983). O Rio de Janeiro, então, aparece como articulador do território brasileiro e mediação entre este e o mercado internacional.

Cabe destacar, ainda, que o período em tela alinhava-se a uma conjuntura internacional favorável às intervenções no espaço a fim de organizar os objetos “sobre” o mesmo e permitir a reprodução do capital, atividade com a qual a Geografia neopositivista comprometeu-se, sempre ao lado do Estado, organizando Congressos a fim de discutir soluções formalistas para a desagregação interna do país. As intervenções aconteciam em diferentes escalas, do campo à cidade, do local ao nacional. Na capital da República, por exemplo, a cidade imperial com forte presença de marcas coloniais deveria ser reformada de modo a adaptar espaço, hábitos e costumes às novas necessidades do capital internacional. O planejamento conservador varreria os expurgos da velha cidade e inauguraria novos recortes, imagens copiadas da Europa e instaladas nos trópicos com finalidade civilizatória. Apesar disso, a cidade brasileira da Primeira República revestiu-se das roupagens do sistema primário-exportador, marcando de forma indelével a ambigüidade das classes médias urbanas em formação “submetidas à dupla influência dos laços de dependência com as oligarquias e à

ilusória autonomia que a participação nos serviços comerciais ou na burocracia do Estado pode dar a seus membros” (PINHEIRO, 1985, p.22). Para Paul SINGER (apud PINHEIRO, 1985), a cidade brasileira desse momento (1914-1930) era “anti-industrial”, defensora dos interesses das oligarquias, mantenedoras da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho como fornecedor de produtos primários.

A capital do país era naquele momento o maior centro político, comercial e financeiro do Brasil. No Rio de Janeiro estavam as sedes do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores e da maior parte dos grandes bancos nacionais e estrangeiros. Além disso, constitui-se como a maior aglomeração populacional do país, oferecendo às indústrias um mercado consumidor recém-constituído a partir das transformações no século XIX, assim como abundante mão-de-obra barata.

A expansão da cidade fora viabilizada pelos meios de transporte. Ao longo das estradas de ferro a cidade se espriava de forma linear, com maiores concentrações de casas em torno das estações, e expansão radial de ruas a partir das estações, referências para a urbanização capitalista pelos subúrbios. Neste percurso, os bairros eram rompidos pela ferrovia.

A Estrada de Ferro Central do Brasil (1854) incorporou a zona oeste à cidade (ou será que a cidade alcançou a zona oeste?) e, posteriormente, à Baixada Fluminense, reproduzindo a urbanização e lançando as bases para a metropolização. A Estrada de Ferro Rio D’Ouro (1883) ligou a cidade à Baixada na direção da região serrana. Já a Estrada de Ferro Leopoldina (1886) fez com que a cidade se expandisse para a zona norte.

Nos bairros nobres, aristocráticos, o bonde fora responsável pela expansão. A partir de 1868, foram implantadas linhas de bonde na zona sul (Glória, Catete, Flamengo, Botafogo, Jardim Botânico, Copacabana, Ipanema e Gávea); em áreas do centro-norte (São Cristóvão e

Gamboa), posteriormente desvalorizadas com a expansão portuária e industrial; em parte da zona norte (Tijuca, Alto da Boa Vista, Vila Isabel, Grajaú, Engenho Novo e Méier) e em Santa Tereza. Os investimentos para a criação desta infraestrutura viária se realizaram com financiamentos e empréstimos de empresários europeus e norte-americanos, proporcionados devido às “garantias” oferecidas pelo Governo Federal através das concessões de serviços públicos.

Nos alvares da República, durante o Governo Deodoro da Fonseca, o ministro da Fazenda Rui Barbosa aplica determinada política econômica através de Decreto presidencial de 1890. A essa política econômica convencionou-se chamar “Encilhamento”, pela qual houve permissão à União para emitir mais moeda a fim de atender às necessidades de remuneração do trabalho e expandir o meio circulante. Com isso, a inflação explodiu e a especulação tornou-se prática cotidiana na Bolsa do Rio, com a criação de empresas fictícias que movimentavam títulos falsos sem qualquer lastro na economia real. Essa especulação financeira também possuía uma repercussão na prática social, no tecido da sociedade, afirmando uma ideologia consumista voltada para as últimas modas. Esse movimento introduz um “espírito cosmopolita” no Rio de Janeiro que não se coadunava com a paisagem da cidade colonial que ainda tipificava a capital da República. Haveria um descompasso entre o tempo do consumo e o espaço herdado?

O espaço urbano do Rio de Janeiro expunha modos de vida tidos como anacrônicos diante das novas necessidades do capital. Além disso, a paisagem urbana estava em desalinho com a imagem que a República queria produzir e introduzir como representação da nova sociedade que se construía sobre os escombros do Império.

A incapacidade do velho porto para receber navios modernos de maior calado, as ruas estreitas e tortuosas, típicas da urbanização colonial, obstaculizavam a mobilidade dos fluxos

entre o porto, as ferrovias e a rede de comércio da cidade. O crescimento da população propiciou a formação (sobretudo nas áreas centrais da cidade) de cortiços, aglomerados residenciais sem saneamento básico, situados em ruas estreitas e sombrias, pelas quais circulavam animais. Áreas insalubres apareciam como a origem dos males da cidade, como a varíola, a febre tifóide e a febre amarela, afastando emigrantes europeus, que se dirigiam para a aburguesada e já afrancesada Buenos Aires. As crises políticas características da instalação da República remontavam às insurreições urbanas europeias do século XVIII, fato que atemorizava o Governo e o empresariado. Romper o tecido urbano cerrado e impedir a formação de esconderijos nas vielas da antiga cidade era mister.

Após os planos de estabilização econômica, o Governo Campos Salles consolida a República Oligárquica e restaura a confiança das principais praças financeiras internacionais no Brasil, recuperando a credibilidade do país. Fazia-se necessário, agora, criar uma imagem *concreta* de credibilidade e segurança. E seria a capital do país o laboratório no qual intervenções urbanas remodelariam a cidade aos novos tempos. De acordo com Noronha SANTOS, a cidade do Rio de Janeiro

“ia perdendo pouco a pouco o aspecto pitoresco e inconfundível de grande villa portuguesa. Modificara a feia e pesada edificação colonial e banira arcaicas usanças commerciaes. Abandonara para sempre a indumentária desataviada, como que num gesto de repulsa de senhora de alta distincção. Queria ser nova e bonita, com automóveis a aguçarem-lhe a ânsia de vida farta e confortável” (SANTOS¹⁴ apud ABREU, 2006, p.63).

A cidade do Rio de Janeiro, produzida agora efetivamente como cidade capitalista, tem novo contexto urbano inaugurado lançando as bases para as condições de reprodução, cujos fundamentos estariam assentados na indústria e no automóvel, como já assinalara Noronha Santos.

¹⁴ SANTOS, N. dos. Meios de Transporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1934, vol.2, p.88.

2.2. As Intervenções Urbanas durante a Primeira República e a Questão Habitacional: as Concessões Públicas como Grandes Negócios

Nas últimas décadas do século em questão, a economia cafeeira fluminense – mercantil e escravista –, que já começava a se ressentir do esgotamento do solo, do envelhecimento dos pés de café e da progressiva libertação da escravaria, teve o seu fim marcado pela Abolição da Escravatura, em 1888. Outra região, entretanto, iria substituí-la e rapidamente tomaria a primazia na produção cafeeira: o oeste paulista.

Contudo, um elemento em especial nos chama atenção neste quadro: a decadência da cafeicultura, que resultou no afluxo de capitais e força de trabalho, antes alocados na lavoura, agora direcionados para as atividades urbanas. Esta migração¹⁵, aliada ao grande contingente de estrangeiros que chegava à capital do Império viria a acentuar ainda mais o quadro de crescimento demográfico da cidade.

Neste sentido, verificou-se um vertiginoso crescimento populacional. Segundo os censos da época, em 1870 eram 235.381 habitantes, em 1890, 518.292, e em 1906, 805.335. Nas primeiras duas décadas acima citadas a população aumentou 120% e, nos aproximadamente 15 anos seguintes, 55%.

Nesta vasta oferta de força de trabalho a proporção dos empregados domésticos e dos “*sem profissão*” era alta, refletindo a disponibilidade desta força de trabalho. VAZ nos traz um eloqüente dado, onde mostra que

“A categoria dos ‘sem profissão conhecida’ constituía 34% do total da população. Somados aos que se declaravam viver de “agências”, ou seja, de biscates, teremos 35% da população vivendo em constante busca de estratégias de sobrevivência” (1985, p.13).

¹⁵ Que fora marcada, principalmente pela chegada de ex-escravos.

Por fim, como nos mostra a autora, para esta parcela significativa da população, viver próximo ao centro era algo de importância fundamental, pois era aí que se encontrariam todos aqueles elementos necessários para o mínimo de sobrevivência (VAZ, 1985).

A crise habitacional, historicamente marcada pela deficiência na produção de moradias que, por sua vez, se caracteriza pela diferença entre a baixa oferta e a alta demanda por habitações, fez-se claramente presente no Rio de Janeiro oitocentista. Problema crônico que persegue a cidade carioca em boa parte de seu processo de desenvolvimento histórico, a chamada “questão” da moradia emerge, de uma forma geral, numa conjuntura marcada por grandes transformações. Os dados estatísticos são os mais precisos indicadores da crise. A descontinuidade entre o crescimento populacional (122%) e o crescimento domiciliar (74,2%) verificados entre os anos de 1870 e 1890 (Tabelas 1 e 2), torna-se o indicador mais eloqüente à maneira de retratar a crise habitacional neste primeiro recorte temporal (1870-1890).

Tabela 1. Crescimento populacional entre 1870 e 1890

Ano	1870	1890	Crescimento
População	191.002	425.386	122,7%

Fonte: Censo de 1920 (apud RIBEIRO, 1997).

Tabela 2. Crescimento domiciliar entre 1870 e 1890

Ano	1870	1890	Crescimento
Nº de domicílios	34.792	60.619	74,2%

Fonte: Censo de 1920 (apud RIBEIRO, 1997).

Em um primeiro momento (1870-1890), caracterizado pela emergência da escassez da moradia, podemos identificar primeiramente um grande crescimento populacional, justificado pelos enormes fluxos de migrantes que ancoravam na cidade todos os dias. De origens

diversas, a chegada cada vez mais intensa daqueles imigrantes de origem europeia e dos recém-saídos das lavouras do café no Vale do Paraíba serviria para agravar ainda mais a já crítica situação habitacional.

Foram muitas as alternativas de alojamento criadas em resposta à crise. Dentre as formas de alojamento que se desenvolveram na época, algumas podem ser consideradas como “resultados de práticas sociais e outras, como resultantes de verdadeiros sistemas de produção de moradias” (VAZ, 1985, p.57).

Contudo, dentre os diferentes tipos de moradia então existentes, são as habitações coletivas (tipos de habitação popular), tão marcantes na paisagem carioca oitocentista, que particularmente nos interessa. Por habitações coletivas entendiam-se, oficialmente, aquelas que, num mesmo terreno ou sob o mesmo teto, abrigavam famílias distintas, que se constituíam em unidades sociais independentes. Dentro dessa categoria poderiam ser classificados os cortiços, as estalagens, as avenidas, as casas de cômodos, as vilas operárias e as vilas populares.

Com efeito, notamos que, em termos concretos, a crise da moradia se revelou no Rio de Janeiro através do aumento do número de estalagens, cortiços, avenidas e casas de cômodos, considerados o padrão de habitação das classes pobres na segunda metade do século XIX e no início do século XX (Tabela 3).

Tabela 3. Número de cortiços e estalagens

Ano	1869	1888	Crescimento
Nº de habitações coletivas	642	1331	<u>107,3%</u>

Fonte: Pimentel (apud RIBEIRO, 1997).

Esse novo padrão habitacional, que surgiu como uma verdadeira solução para os problemas de moradia das classes pobres, se multiplicaria por toda a cidade, haja vista o enorme fluxo de imigrantes recém-chegados. É notável que os recursos não muito volumosos e o retorno garantido do dinheiro multiplicado viessem a atrair inúmeros investidores para a construção de habitações coletivas, orientados por uma boa oportunidade de fazer valorizar seu capital (PECHMAN, 1985).

VAZ (1985) atenta para um fato fundamental no bojo da crise da moradia (em relação aos imóveis urbanos em geral). Segundo a autora, à medida que aumenta a população em busca de espaços para habitação e trabalho e que a construção em geral não atende a esta procura, aumenta o preço dos imóveis disponíveis. Neste sentido, o aumento do preço é proporcional ao aumento da demanda e inversamente proporcional à existência de prédios, à disponibilidade de terrenos, e à possibilidade de construí-los.

Ainda segundo VAZ, é neste momento que a intensa procura e valorização, em especial dos terrenos mais próximos à área central, faz com que a terra passe a ser encarada de uma maneira diferente: não mais como um patrimônio familiar, mas cada vez mais como uma mercadoria. Há, conseqüentemente, um salto qualitativo onde a terra será negociada, retalhada, transformada em seu uso, e, desta maneira, “sempre buscando conferir maior renda ao seu detentor” (1985, p.52).

Portanto, inibidos pelos custos dos aluguéis e dos terrenos, impossibilitados de produzir a sua própria moradia, incapacitados de adquiri-la ou alugá-la no “mercado formal” (mercado de casas comuns, individuais, e não coletivas) e ainda premidos pela necessidade de estarem próximos ao emprego, os grupos sociais de menor renda terão, como única alternativa, o aluguel de precárias habitações coletivas.

Já o segundo momento (1890-1906) é marcado pela emergência da crise habitacional. Ribeiro (1997) nos mostra que a população carioca cresce à taxa geométrica anual de 2,84%, enquanto as construções prediais expandem-se a 3,4% e os domicílios apenas a 1,0%. É possível observar, portanto, que embora seja um período no qual a atividade de construção ganhe um enorme dinamismo, ela concentra-se predominantemente na produção de imóveis destinados ao comércio, à indústria e aos serviços. Segundo o mesmo autor, o resultado maior do descompasso entre construções de moradias e crescimento populacional é “um sensível aumento da densidade domiciliar, que passa de 7,3 pessoas por moradia para 9,8” (RIBEIRO, 1997, p.173).

Deste modo, é possível concluir que, neste período, ocorre uma piora nas condições habitacionais, fruto de um crescimento do parque domiciliar inferior ao da população, que se expressa no aumento do número de pessoas morando em cada domicílio e na expansão das construções domiciliares nas freguesias periféricas ao centro histórico da cidade. Portanto, as zonas de incidência da crise se deslocam no espaço: das freguesias mais centrais, ainda no século XIX, para as freguesias ao redor do centro, no início do século XX.

Acreditamos serem as habitações coletivas uma marca registrada na paisagem do Rio oitocentista, produto da crise habitacional que assolou a cidade nesse período. Com efeito, a necessidade de moradias para o crescente contingente populacional, a disponibilidade limitada de terrenos e sobrados, e a possibilidade de obtenção de bons rendimentos por parte dos proprietários de prédios e terrenos existentes, são alguns dos fatores que fizeram com que se difundissem tais habitações pelo tecido urbano carioca.

VAZ demonstra que, em textos da época, já eram encontradas algumas conceituações. Em 1892, uma postura municipal faz distinção entre casas particulares e casas coletivas definindo estas como sendo:

“[...] todas as que abrigarem sob a mesma cobertura, ou dentro da mesma propriedade, terreno, etc., indivíduos de famílias diversas, constituindo unidades sociais independentes...” (1985, p.73).

Contudo, esta definição se refere apenas às moradias coletivas, não as distinguindo, entretanto, das de estadia permanente e daquelas de estadia eventual e passageira. Excluindo-se estas últimas, teremos as habitações coletivas populares e permanentes – cortiços, estalagens, casas de cômodos e avenidas.

Em outras palavras, eram moradias coletivas, permanentes, pobres e em condições discutíveis de salubridade. Estas, segundo Vaz, eram conhecidas pelo nome comum de cortiço, termo cujo uso se generalizou, muitas vezes confundindo as suas principais formas arquitetônicas. Justamente estas modalidades de habitação popular estavam no centro da questão da moradia, e se tornaram o seu verdadeiro objeto (VAZ, 1985).

Neste ponto, segundo a autora, é preciso assinalar que os termos cortiços e estalagens se confundem, tanto no linguajar corriqueiro como na literatura. O termo cortiço tem forte conteúdo ideológico e assume diferentes sentidos no tempo. Cronistas e técnicos da época, e o autor romancista Aluísio Azevedo, na obra “O Cortiço”, utilizam indistintamente um e outro substantivo.

O já referido crescimento da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1870, e as transformações ocorridas em seu tecido, serão em grande parte produtos da acumulação do capital mercantil, compreendendo formas que tem no espaço urbano o seu objeto de valorização, transformando-o em mercadoria. Neste processo são essenciais os processos de fixação e transformação do uso do solo urbano, pois deles decorre a valorização do capital.

Interessa-nos compreender a lógica de atuação de uma importante fração do capital mercantil, constituída por pequenos comerciantes e usurários, que vivem das atividades de

intermediação e foco sobre o mercado imobiliário. A forma predominante que assume a produção imobiliária empreendida pelo pequeno capital mercantil é a transformação dos antigos imóveis situados no centro da cidade, anteriormente ocupados por grandes comerciantes, em “casas de cômodo” e a construção de moradias precárias em terrenos vagos também nesta área.

Para RIBEIRO (1997), trata-se de uma produção regulada tão somente pela busca da apropriação de uma renda fundiária, na forma de aluguel de cômodos ou de pequenos cortiços, casas de cômodos e estalagens. Para tanto, o “corticeiro” procura investir o mínimo possível¹⁶ e aproveitar ao máximo o terreno, o que explica a razão pela qual as moradias assumiram a forma de habitações coletivas e se caracterizaram pela precariedade.

Segundo VAZ (1985), 80% dos cortiços situados na Freguesia de Santo Antônio eram explorados por pessoas que alugam os respectivos terrenos a terceiros. São, portanto, os proprietários rentistas, pessoas pertencentes às classes dominantes, entre nobres, grandes comerciantes, profissionais liberais, e até entidades religiosas.

Pode-se inferir que o pequeno capital mercantil explora a moradia alugada utilizando-se dos mesmos mecanismos que aplica no comércio, buscando a acumulação de um excedente construindo precárias habitações com o mínimo de capital e máximo aproveitamento do terreno. Além disso, esses proprietários impunham aos inquilinos a compra de mercadorias em seu estabelecimento comercial, mercadorias estas que são compradas por preços mínimos e vendidas por preços máximos, com adulteração de sua qualidade, volume e peso.

Por fim, dentre alguns fatores que tornaram possível a produção rentista de moradia, a migração ocorre em um momento da economia agroexportadora do Estado do Rio de Janeiro

¹⁶ O Barão de Ibituruna (1886) já nos chama a atenção para os vultosos lucros que extraíam os corticeiros, mediante a adoção da prática baseada em baixo investimento com o objetivo de alcançar o máximo de lucros: “Será possível que, para a municipalidade desta cidade, tenham mais valor os lucros fabulosos que auferem os proprietários dos cortiços, que infectam esta infeliz capital, do que a saúde e a vida dos seus habitantes?” (p.17).

e não desemboca imediatamente em um processo de industrialização. Neste sentido, é na cidade que se concentra uma população de tamanho considerável, em proporção bem superior às limitadas necessidades das empresas industriais e de serviços. Outro importante fator é que os “corticeiros” desfrutavam de uma situação de monopólio muito favorável à produção rentista, já que, pela precariedade dos transportes na cidade, esta população tem que obrigatoriamente morar nas freguesias onde se localizam as fontes de emprego. Morar longe das freguesias de Santana e São José, por exemplo, locais onde se concentravam muitas habitações coletivas, é impossível para quem deveria lutar pela sobrevivência diariamente na cidade.

É importante ressaltar que o cortiço mantém-se no centro das discussões acerca da “questão urbana” ao longo de todo o último quartel do século XIX. Isto se deve pelo fato de neste haver uma altíssima concentração de moradores das mais diversas origens além de, sobretudo, ser latente o seu aspecto não-higiênico.

Alvo de inúmeras críticas, notadamente pelo seu já citado aspecto insalubre, é possível notar a existência de discursos que preconizavam a eliminação dessas habitações coletivas da paisagem urbana carioca desde meados do século XIX. No entanto, foi a partir do momento em que estes se difundiram rapidamente na cidade que o processo de eliminação se acelerou.

Segundo Abreu (2006, p.48), eram basicamente dois os discursos que preconizavam a eliminação do cortiço do espaço urbano carioca:

1º) O discurso de cunho higienista, frequentemente observado sob o motivo de apontarem o cortiço como epicentro mais comum dos mais variados tipos de epidemias. Este discurso pode ser visto nos inúmeros relatórios da época. Como exemplo, segue um pequeno trecho do “Parecer da Inspectoria Geral de Higiene”, escrito pelo Barão de Ibituruna (1886), quando este coloca que:

“Os immundos cortiços, muitos dos quaes sem forma nem figura de construcção, condemnados como verdadeiros ninhos de febre amarella e de todas as febres infecciosas, estão ainda em pé” (Ibituruna, 1886, p.11).

A questão da salubridade dos cortiços, aliás, permeia toda a discussão técnica e política sobre higiene pública durante o Segundo Reinado. Já em 1843, quando a cidade passava por epidemia de febre escarlatina, a Academia Imperial de Medicina sugeria, dentre outras medidas destinadas a debelar a crise, “evitar a superlotação das habitações” (ABREU, 2006, p.49).

2º) O segundo discurso anotado pelo autor é aquele que apontava o cortiço como “foco em potencial de agitações populares”, mediante o enorme número de trabalhadores que se concentravam em um único espaço (ABREU, 1986, p.49). Este último discurso era visto, sobretudo, nas entrelinhas do discurso oficial.

Posto isto, devemos, entretanto, nos ater ao seguinte ponto: eram perseguidas somente aquelas habitações coletivas que contavam com o agravante “insalubridade”, ou seja, o discurso de caráter “erradicador” se dirigia apenas àquelas habitações de aspecto não-higiênico. Neste sentido, eram os já conceituados cortiços (habitação coletiva de aspecto insalubre), as formas de moradias “caçadas” neste período.

Conforme nos mostra VAZ (1985), podemos delimitar algumas fases pertinentes à campanha erradicacionista. Contudo, para elucidarmos de maneira bastante sintética o processo, é possível entendê-lo a partir de dois grandes momentos: entre 1870 e 1902; e entre 1902 e 1906.

O período 1870 – 1902 foi marcado inicialmente pelas primeiras restrições à construção das habitações coletivas insalubres e, posteriormente, por suas primeiras demolições – notadamente na última década desse século. Sobre este momento, ABREU nos diz que:

“É sobre um cenário, marcado por uma enorme difusão dos cortiços na paisagem carioca da segunda metade do século XIX, que investem com virulência, as portarias, editais e relatórios da Inspetoria Geral de Higiene, os pareceres da Academia Imperial de Medicina, os editoriais da imprensa” (1986, p.48).

Contudo, segundo o próprio autor, o maior obstáculo à eliminação dessas habitações insalubres estava no fato de estes (os cortiços) se mostrarem como uma enorme fonte de lucros. Neste sentido, o seu combate poderia se tornar fatal em termos políticos, tamanhos eram os interesses envolvidos. Além disso, o autor aponta que a procura por essas habitações era tão grande que,

“mesmo quando combatidos pelo Estado (como aconteceu a partir da década de 1880, quando a Inspetoria Geral de Higiene passou a exercer um controle mais rígido sobre as habitações coletivas, ordenando o fechamento de várias delas), os cortiços reapareciam imediatamente em locais próximos” (ABREU, 1986, p.50).

Em síntese, o período que se estende de 1870 a 1890 é marcado pelo fechamento de alguns estabelecimentos, que não alcançou maior intensidade devido à existência de divergências entre a Junta de Higiene e a Câmara Municipal, na medida em que a segunda, desobedecendo as normas da primeira, autorizava a construção e/ou melhoramento de alguns cortiços, visto o grande interesse em relação aos “corticeiros”. Mesmo assim, com o progressivo aumento da população dos cortiços e a repetição de epidemias, as recomendações da Junta, no sentido de proibir as construções, se tornaram leis¹⁷ e, deste modo, as intervenções se tornaram cada vez mais frequentes.

No entanto, como nos aponta VAZ (1985), em um segundo momento (entre os anos de 1890 e 1900,) proclamada a República, as demolições se tornam possíveis graças à substituição da Ilustríssima Câmara Municipal pelo Conselho de Intendência Municipal. Neste momento era maior a articulação existente entre os órgãos de higiene e a prefeitura, o que possibilitou a sucessiva demolição de alguns cortiços, como aconteceu com o celebre

¹⁷ Por exemplo, aquela de 1876, onde não se permitia mais as “construções de habitações vulgarmente chamadas de cortiços (...) entre as praças de D. Pedro II e Onze de Junho e inclusivamente todo o espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e do Livramento” (Postura de 01/09/1876).

Cabeça de Porco, símbolo da época, destruído na gestão municipal de Barata Ribeiro. No entanto, as demolições esbarraram no que seriam os limites da higiene: a **propriedade privada**.

Logo após a proclamação da República, durante a administração do prefeito Barata Ribeiro (1893), foram deflagradas ações orientadas pelo chamado “higienismo”, ideologia que pregava e sustentava a realização de um conjunto de intervenções que objetivavam a cura do “organismo doente”, a cidade, o “miasma” em que se transformara a cidade do Rio de Janeiro.

Em campanha para a Presidência da República, Rodrigues Alves (1902-1906) utiliza a reforma da capital como uma poderosa estratégia eleitoral¹⁸, o que favoreceu sua vitória. Ao assumir o Governo, confia ao engenheiro Francisco Pereira Passos a execução da modernização da cidade como Prefeito do Rio de Janeiro com plenos poderes para intervir, desapropriar e construir os novos signos da modernidade no espaço carioca. Essa iniciativa coroaria o Rio de Janeiro como porta e vitrine do Brasil para o exterior, capaz de atrair capitais estrangeiros. A administração Pereira Passos compreende o segundo momento da campanha erradicacionista anti-cortiços.

Neste segundo período, marcado pela reforma urbana, que resultou em uma sucessão de demolições, Pereira Passos é o “grande ator” do programa de remodelação da cidade. Nomeado para o cargo de prefeito na gestão presidencial de Rodrigues Alves (1902-1906), Pereira Passos comandou, no curto espaço de quatro anos, o que ABREU (1986, p.51) entende por “um verdadeiro programa de reforma urbana”. Para o autor (1986, p.52) a Reforma Passos representa, para o Rio,

¹⁸ “Meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me quase exclusivamente ao saneamento e melhoramento do porto do Rio de Janeiro”. Rodrigues Alves, *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1902.

“o primeiro grande exemplo de intervenção direta, maciça e abrangente do Estado sobre o espaço urbano carioca, intervenção essa que teve dois eixos básicos de sustentação: o controle da circulação e o controle urbanístico. É a partir das decisões tomadas nessas duas áreas que todo o processo de transformação da cidade se irradia, e que seu verdadeiro significado pode ser precisamente identificado”.

Neste sentido, como nos mostra o mesmo autor, o controle urbanístico materializou-se no “amplo leque de decretos, leis, regulamentos, regimentos, editais e portarias baixados pelo Prefeito”, que proibia quaisquer que fossem as obras de reforma dos cortiços, impedindo, assim, a realização de melhorias naqueles então existentes (ABREU, 1986, p.52)¹⁹. O objetivo era, neste caso, controlar completamente a forma de habitar.

A Reforma Passos, de cunho urbanístico, alterou traçados de ruas, abriu novos logradouros, incluindo praças e jardins, fomentando uma nova estética para a cidade do Rio, estética “inspirada” nas transformações viabilizadas em grandes cidades pelo mundo, como Paris (o grande exemplo, a referência), Viena e Buenos Aires (a rival). Entre 1903 e 1906, uma série de inaugurações de novas avenidas e muitas ruas recebia o apoio de uma entusiasmada imprensa.

No projeto executado haveria um grande eixo que ligaria a novíssima área portuária, cujo retroporto fora produzido à custa de sucessivos aterros, à nova Avenida Beira-Mar, que ligaria o centro da cidade à zona sul. Entre o porto e a Avenida Beira-Mar estava a europeia Avenida Central (hoje Rio Branco). Além dos diversos aterros, praças e largos foram abertos ou embelezados com monumentos e jardins. Rios foram canalizados e lagoas, saneadas.

Contudo, ao mesmo tempo em que se produz a cidade à imagem da classe social hegemônica (ou da imagem que esta inspirava obter), gerada a partir da modernização a qual o Brasil fora submetido, reproduzia-se uma massa populacional vista numericamente, quantitativamente, como excedente. Tal população viu-se expropriada e expulsa se suas residências no movimento da reforma, momento em que quarteirões inteiros de casas

¹⁹ Lei municipal de 10/02/1903 que proíbe qualquer conserto nos cortiços então existentes.

populares (cortiços insalubres coletivos) foram demolidos, assim como os lugares do trabalho daquela gente. A reforma arrasou a área do antigo cais e eliminou os trapiches e bairros marítimos que lá existiam. Sequer as igrejas, que porventura estivessem no meio do caminho, resistiam às investidas da Prefeitura. Qualquer resíduo colonial deveria ser varrido da cidade capitalista, assim como a Paris medieval fora arrasada por Haussmann.

Neste processo de expulsão, de valorização da terra e de constituição de ambientes para investimento, reproduzia-se uma massa populacional afastada para os antigos “sertões”, à época os subúrbios articulados pelas linhas de trem, que já começavam a produzir modos de vida ritmados pelo tempo do trabalho. Os problemas de habitação da cidade se agravam em nome da produção de novos espaços para circulação de pessoas e de capitais. Em nome da saúde e da higiene. Em nome da modernidade produzia-se a “cidade maravilhosa” afrancesada.

Iniciada na administração Pereira Passos e concluída na administração do engenheiro Souza Aguiar (projetista de alguns dos mais importantes edifícios erguidos durante a gestão anterior), a reforma do Rio de Janeiro promoveu o embelezamento das áreas centrais, a abertura de grandes vias de circulação e o saneamento básico. Sob o lema/ordem: “Rio: civilize-se!”, Pereira Passos promoveu o desmonte de cortiços, política apelidada pelo povo como “Bota-Abaixo”, o que desencadeou a aceleração do processo de favelização e de proletarização dos subúrbios, provocando a migração de camadas médias urbanas para áreas mais nobres da cidade. Encontramos aqui os fundamentos para a produção da segregação socioespacial no Rio de Janeiro. A segregação é produzida neste movimento e, ao mesmo tempo em que a cidade se expande, o centro torna-se “a” cidade por excelência, lugar da reprodução econômica.

Na cidade do Rio de Janeiro, cujo tecido urbano esgarçava-se rapidamente em direção a vazios, apontava-se para a eliminação das marcas do escravagismo, superado como origem da força de trabalho, também no espaço herdado. Era mister que o Governo Federal e a Prefeitura colocassem as bases para a superação do “atraso histórico” de modo rápido em direção ao *progresso*, palavra de ordem do final do século XIX. O intendente ou prefeito correspondia a cargo de confiança preenchido por nomeação do presidente da República, que nomeava ilustres cidadãos como o braço executivo do Governo na capital (saúde, educação, saneamento básico, ordenação urbana).

O Centro da cidade é planejado em contexto de reforma com funções próprias definidas *a priori*. A reforma libertaria o centro daquilo que o conspurcava. Neste sentido, a sociedade passava a incorporar hábitos e costumes do exterior, ressaltando-se o combate a tudo o que aparecia como “popular” e a supervalorização dos elementos franceses. O Rio de Janeiro cosmopolita deveria desenvolver o porto e acabar com as epidemias e doenças que vicejavam na cidade a fim de mudar sua imagem. Para esses objetivos, contribuíram os investimentos ingleses. Neste contexto, o termo “embelezar” tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa, mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas “estratégias”. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central; a mudança de função do centro, atendendo – num plano mais imediato – aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e – num plano mais geral – às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro, razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado Republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional.

Buscando justamente resolver conflitos, houve uma ampliação da discussão sobre a própria cidade, tornada centro das atenções por parte daquelas pessoas para as quais o seu bom funcionamento e a sua boa imagem representavam as chances de ganhos cada vez maiores.

Os primeiros projetos para remodelação da capital datavam do biênio 1875-76 (Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro), período em que Pereira Passos ocupava o cargo de Engenheiro do Ministério do Império do Brasil, responsável pelo acompanhamento de todas as obras de engenharia no país. Esses projetos apresentaram um plano geral de reformulação urbana para a capital, que deveria prever o alargamento de ruas, construções de grandes avenidas, arrasamentos de morros, canalizações de rios e mangues e outras medidas de grande impacto para a cidade.

Com a ascensão de Rodrigues Alves à presidência da República, Pereira Passos é convidado a colaborar com o Governo e, para tanto, exige poderes discricionários para assumir o cargo de Prefeito do Distrito Federal, podendo atuar livremente sem consultas prévias a quem quer que fosse. Constam dentre as Disposições Transitórias da Lei nº 939 de 29 de dezembro de 1902, que reorganizou o Distrito Federal, o adiamento, por 180 dias, da eleição para o futuro Conselho Municipal e estabelecimento, durante esse período, da plenitude de poderes ao Prefeito. Neste contexto, Pereira Passos executa as determinações para a realização de sua reforma urbana.

Desde 1890, novos projetos para a construção de um porto maior e com grande capacidade de carga estavam entre as opções do Governo. A primeira concessão foi dada à Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, dirigida pelo engenheiro Paulo de Frontin (futuro prefeito do Rio em 1919), construtor da ousada ferrovia que ligava a cidade à região serrana. Entretanto, em face do pesado investimento exigido para a reforma no novo porto, o

Governo Federal assumiu em 1903 a responsabilidade pelas obras através da Companhia Docas do Rio de Janeiro, criada em 1901. Dá-se início às obras do Cais da Gamboa até o Canal do Mangue e Caju. A construção de um cais de 3.500 m de extensão para o atracamento dos navios, entre o Arsenal da Marinha junto ao morro de São Bento e a embocadura do canal do Mangue, foi seguida pela construção das avenidas Central e do Mangue, facilitando a comunicação com o centro da cidade.

Na virada do século, a rua da Prainha foi alargada e o largo urbanizado, ganhando uma praça arborizada. O antigo Largo da Prainha tornou-se Praça Mauá, compreendida pelo antigo Cais e pelo Largo do Valongo. Este também seria reformado, recebendo o nome de Praça do Barão de Tefé, sendo incorporado à avenida de mesmo nome em 1925.

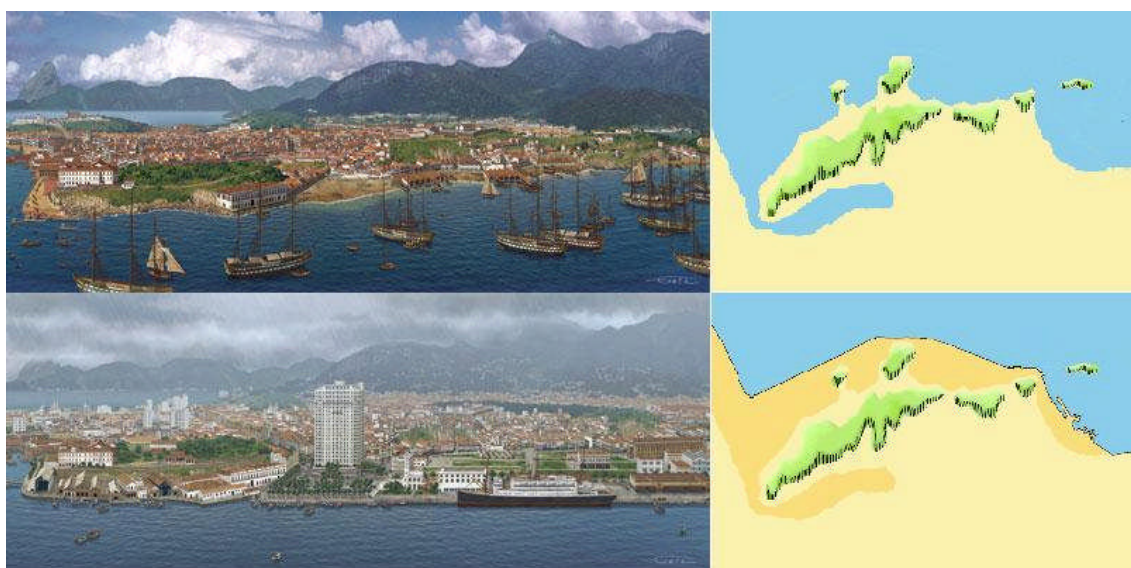


Figura 7. As duas primeiras imagens simulam o recorte compreendido pela Prainha e pela Gamboa, apresentando o traçado original do litoral, com suas reentrâncias, mangues e canais (primeira metade do século XIX). Já as duas imagens que seguem apresentam o Porto do Rio de Janeiro após cem anos, tendo experimentado uma intervenção urbana responsável pela nova forma. Fonte: IPP-PCRJ, organizado pelo autor.

Concomitantemente às intervenções na forma urbana, outras iniciativas eram adiantadas pelo Governo. Uma grande e polêmica campanha sanitária coordenada pelo sanitarista Oswaldo Cruz combatia uma série de doenças alastradas pela cidade: febre amarela, varíola, peste bubônica, malária, tuberculose, tifo. As campanhas de vacinação em

massa se articulavam com as políticas de remoção de residências encortiçadas a fim de sanear a insalubre capital. Na esteira do processo de afastamento dos sinais da miséria pela qual passava parte da população, hospitais e mercados municipais são abertos para esconder a população mais pobre, retirando-a das ruas, encerrando-as em espaços fechados ou bem delimitados.

No bojo das intervenções, diversos jardins eram construídos por paisagistas no centro da cidade e nos bairros mais nobres. Desde o Passeio Público à Quinta da Boa Vista, passando pelo Campo de Santana, as grandes praças recebiam destaque pelo Governo, responsável pelos jardins da Avenida Beira-Mar, a exemplo de relevantes iniciativas paisagísticas no exterior, seguindo um paradigma naturalista europeu.

Ao lado dos jardins, nas novas e elegantes vias abertas pelo Governo, erguiam-se monumentalidades, edifícios simbólicos responsáveis pela nova estética que se afirmava, assim como pela exaltação do esforço do Governo Federal em sanear e embelezar a cidade. O quadrilátero final da então Avenida Central era emblemático neste sentido. A presença do Teatro Municipal (além de cinemas e outros teatros), da Biblioteca Nacional, da Escola de Belas Artes, do Supremo Tribunal Federal e do Senado Federal no Palácio Monroe produzia uma aura de manifesta materialização do poder Político e da inteligência brasileira no tecido urbano através de majestosos edifícios.

A esta altura, pouco havia restado do tempo colonial, em razão do desenvolvimento capitalista e da necessidade de adequar o centro aos novos tempos da industrialização. O que se viam eram prédios suntuosos inspirados numa Paris renovada. Mesmo os pequenos prédios antigos, muitos ainda do tempo colonial, sofreram um ajuste na fachada.

Apoiada nas ideias de civilização e beleza, de regeneração física e moral, a reforma urbana, tratada como questão nacional, sustentou-se no tripé “saneamento / abertura de ruas /

embelezamento” e objetivou, acima de tudo, a atração de capitais estrangeiros para o país. Com a reforma, conduzida pela Prefeitura de acordo com as aspirações da burguesia carioca e dos investidores estrangeiros, houve intensa valorização do espaço urbano da área central, determinante para a expulsão da população de baixa renda ali concentrada. Aproximadamente 1600 edifícios antigos foram demolidos (particularmente em 1904) por empreiteiras privadas especializadas em obras públicas. Parte considerável da população atingida pela remodelação permaneceu no centro, às margens, em espaços periféricos deteriorados, pois os subúrbios ainda não constituíam alternativa de moradia para aqueles que sobreviviam precariamente de biscates, por exemplo. Apenas os trabalhadores com remuneração estável e suficiente para as despesas de transporte, para compra de terreno e construção de casa (ou aluguel) mudavam-se para os subúrbios. Surgiram, assim, cortiços na área da atual Cidade Nova e nas franjas dos bairros portuários, além das favelas, bem próximas às grandes obras de intervenção.

Nota-se, ao verificar a Figura 8, uma proliferação das habitações coletivas pela cidade, com concentrações significativas em algumas das chamadas freguesias centrais (Sacramento, Santo Antônio, São José, Santa Rita e Santana).

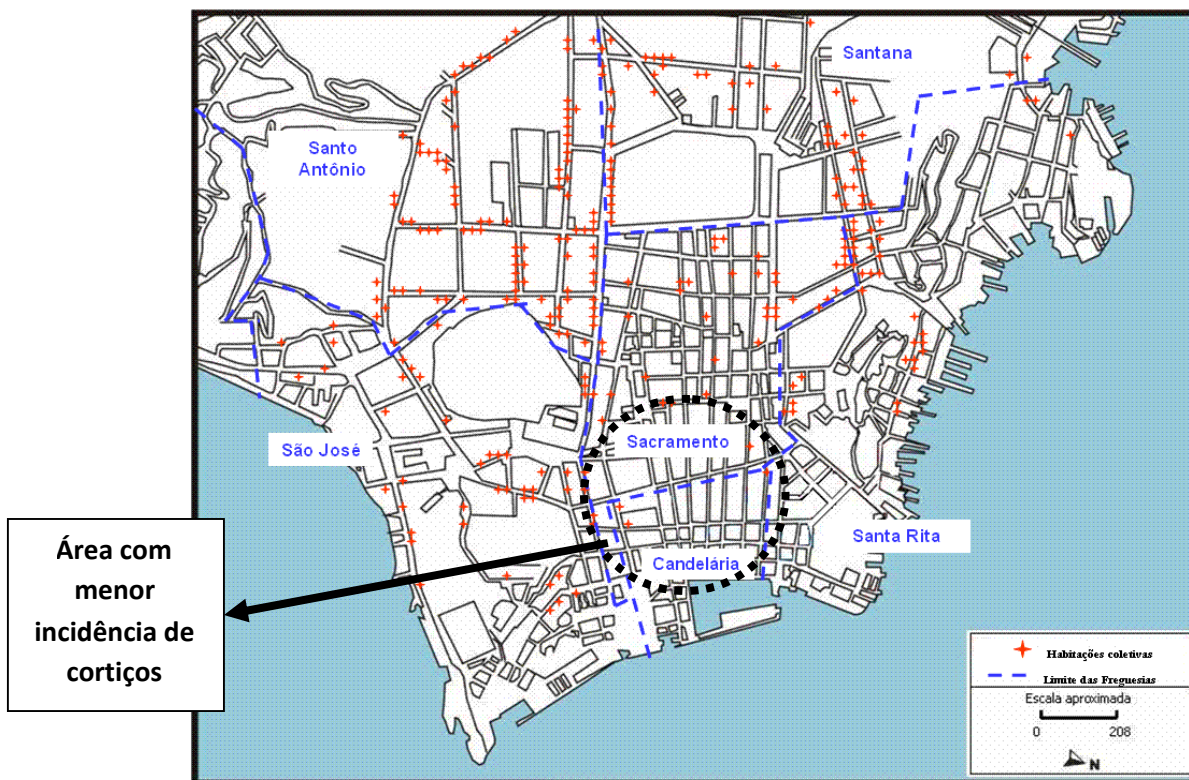


Figura 8. Mapa da localização exata de cortiços em 1878 (elaborado pelo autor).

Fonte: CAVALCANTI, J. C. (1878). Base cartográfica: MOTTA (2001).

Sobre esta questão, como vimos no capítulo anterior, a difusão dos meios de transporte urbanos, na segunda metade do século XIX, exerceu pouca influência sobre a concentração de moradias nas proximidades da área central carioca. ABREU (2006, p.51) afirma que somente aquelas pessoas que possuíam rendas, ou que, ao menos tinham algum tipo de remuneração estável poderiam dar-se ao luxo de morar fora da cidade, “seja nos elegantes bairros de Botafogo e Engenho Velho, seja nos mais modestos subúrbios que se formavam ao longo da via férrea”. Logo, para a maior parcela da população, entretanto, “a localização central, ou próxima ao centro, era condição indispensável”, já que era ali que estes poderiam encontrar todos aqueles elementos necessários para a manutenção de sua sobrevivência diária. Deste modo pode-se afirmar, como aponta VAZ (1985), que neste momento os espaços da habitação e o do trabalho eram vistos de forma quase que orgânica, não podendo se pensar, portanto, no transporte como meio articulador entre eles.

Sobre este fato, ABREU nos mostra que,

“Morar na área central significava muito mais do que não ter gastos com transporte. Para muitos, trabalhadores livres ou escravos de ganho, o trabalho tinha que ser procurado diariamente, e sob condições cada vez mais adversas, dada a crescente concorrência da força de trabalho imigrante. Estar próximo ao centro significava garantir a sobrevivência, mesmo porque, para grande parte da população ativa, constituída de vendedores ambulantes e de prestadores dos mais variados serviços, o trabalho não existia enquanto local, mas só aparecia como decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de atividades econômicas” (2006, p.51).

Com efeito, a partir da análise pormenorizada do mapa percebemos que a localização dos cortiços segue a lógica descrita por Abreu, havendo, inclusive, a formação de um grande arco em volta daquela que seria de fato a freguesia que exerceria maior centralidade: a freguesia da Candelária. Tal fato é explicado nas palavras de Noronha SANTOS (1965), que a descreve como possuidora de um importante comércio importador e exportador, do maior número de gêneros e artigos dos armazéns, fábricas e oficinas da cidade carioca. Em outras palavras, era na próspera paisagem desta freguesia que se localizava toda aquela gama de elementos necessários à sobrevivência diária daqueles indivíduos despossuídos de uma renda fixa. Neste sentido, viver em suas proximidades, como já foi dito anteriormente, era de extrema importância, o que por sua vez, explica tamanha concentração de cortiços no seu entorno.

Contudo, notamos a partir da figura detalhada, uma grande escassez, beirando a inexistência, de habitações coletivas na mesma freguesia da Candelária. Podemos atribuir isto ao fato de haver ali uma menor mistura de usos do solo, peculiar de uma área central – mesmo que em processo de formação. Esta tendência é também verificada nos relatórios e documentos da época²⁰, que mostram a ausência de cortiços nesta freguesia, ao contrário de suas vizinhas, que se apresentariam com o maior número de habitações coletivas.

²⁰ Notadamente em IBITURUNA (1886).

Contudo, é válido ressaltar que, como nos mostra Noronha SANTOS (1965), não seria apenas a Freguesia da Candelária aquela única detentora de toda a quantidade de comércio e serviços da cidade. Era sim, porém, aquela onde se encontrava a maior diversidade, o que, por sua vez, ratifica a sua característica de exercer maior centralidade frente às demais.

Não obstante, podemos observar que, no mapa, há uma repetição no que tange à ausência/escassez de habitações coletivas nos limites das freguesias vizinhas e contíguas espacialmente à Candelária (Sacramento e Santa Rita, principalmente). Tal fato pode ser justificado pela lógica de que também haveria nesta área uma menor mistura de usos do solo, que, além de torná-la mais valorizada, seria dedicada a usos relacionados ao setor de comércio e serviços, típico em uma área central – que notadamente não se restringia a uma única freguesia²¹.

Seguindo a lógica do discurso oficial, uma questão relevante deve ser levantada a fim de orientar nossa reflexão. Ora, teria sido a grande área encortiçada aquela que, de fato, fora a mais atingida pelas demolições? Vejamos.

Percebemos que o Estado, como importantíssimo agente na produção do espaço urbano, dispõe de um conjunto de instrumentos que se pode empregar. No caso específico, um merece destaque em especial: a reforma urbana.

Foi através de uma política conjugada de reforma urbana – vista no contexto carioca inclusive pela abertura de modernas vias de tráfego – que o Estado conseguiu viabilizar simultaneamente inúmeros interesses. Se por um lado, criaram-se as condições de circulação mais eficientes, por outro, parte da população pobre que residia em cortiços junto ao centro da cidade fora expulsa, produzindo a segregação e viabilizando o investimento no mercado

²¹ A este fato também já havia nos atentado Noronha SANTOS (1965) ao identificar na Freguesia de Sacramento um “animado comercio de importação e exportação na zona que fica nos limites da freguesia da Candelária” (p.95).

imobiliário, que teve a oportunidade de realizar bons negócios em áreas onde o preço da terra era, pela proximidade do centro, bastante elevado.

Contudo, de forma mais particular, podemos concluir que a grande área encortiçada não foi a mais atingida pelas grandes obras. As intervenções, por sua vez, aconteceram em lugares estratégicos da cidade, notadamente nas freguesias de Santa Rita, São José, Sacramento e Candelária (ABREU, 2006), não cabendo aí, portanto, a afirmativa de que havia uma perseguição a toda área encortiçada da cidade, e sim uma política marcada pela separação de usos e classes no espaço urbano carioca, haja vista que a maior concentração se encontrava justamente nas freguesias mais afastadas daquelas atingidas (Santana e Santo Antônio), conforme está estabelecido no mapa (Figura 8).

O período de intervenções radicais no centro da cidade prolongou-se desde o início do regime republicano até, ao menos, a década de 1920 (com um intervalo de uma década entre 1910 e 1919). No Rio de Janeiro da Primeira República, melhoramentos referentes à infraestrutura de energia e transportes, ao embelezamento e às reformas sanitárias rapidamente eram executados. A combinação de capitais nacionais e estrangeiros, sendo a concessão de serviços públicos garantidas aos financistas europeus e norte-americanos, permitia a elaboração de projetos de intervenção que contavam com grande apoio dos prefeitos da cidade, talvez porque a maioria pertencesse ao quadro de sócios ou representantes das empresas envolvidas nas reformas. A partir de agora, abordaremos as relações entre os prefeitos do Distrito Federal durante a Primeira República e o capital internacional, focalizando as estratégias para a produção de novos espaços. Em particular, destacaremos a administração do prefeito Carlos Sampaio (1920-1922).

De modo geral, pode-se afirmar que houve uma sequência de administradores cuja estreita observância da ordem e da propriedade guiava a condução da Prefeitura. Neste

sentido, essa atuação se afirmou principalmente com a convergência entre o setor imobiliário/construção/infraestrutura, o higienismo, a direita católica e a classe média dos bairros mais valorizados. O setor imobiliário/construção/infraestrutura alternou seus empresários como dirigentes municipais por toda a Primeira República. Sua atuação garantia a lógica do lucro imobiliário, focalizando a ordem e propriedade na dinâmica espacial que lhe interessa. A moradia/transporte da mão-de-obra mais barata (favelas) não incomodava enquanto cumpria alguma distância.

Anteriormente, antecipamos que os Prefeitos do Rio de Janeiro eram indicados pelo Presidente da República para executar políticas públicas sob a chancela da União, haja vista que tratava-se do Distrito Federal. A escolha dos dignitários, via de regra se realizava com base na experiência de homens membros da elite cuja formação passava pelas engenharias. Contudo, o que queremos ressaltar é que, bem mais do que as origens familiares ou a formação profissional, o que realmente importava eram os vínculos de tais homens com importantes setores do empresariado nacional e financistas internacionais.

Uma série de administradores municipais, dentre eles Barata Ribeiro (1892-93), Cesário Alvim (1898-99), Pereira Passos (1902-06), Souza Aguiar (1906-09), Serzedello Corrêa (1909-10), Paulo de Frontin (1919) e Carlos Sampaio (1920-22), eram antes de sua gestão, durante e/ou após membros consultores, diretores, sócios ou representantes de empresas internacionais concessionárias de serviços públicos.

O caso que nos parece o mais relevante – didático mesmo – para compreender o fenômeno é o do Prefeito Carlos Sampaio. A extensa documentação comprovando suas ligações e a defesa de interesses privados durante seu exercício público pode ser encontrada nos acervos do IHGB e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. São relatórios, cartas, bilhetes, memorandos, requerimentos, petições, contratos, certidões, decretos, ofícios,

escrituras, minutas, notas, mapas, plantas, quadros estatísticos, impressos, projetos, propostas, material iconográfico, etc.

Havia uma crença generalizada na evolução técnica e nas certezas científicas. Essas crenças apresentavam o desmanche das colinas do centro da cidade não como opções urbanas, mas como uma necessidade imperiosa para o combate às epidemias e a proteção à saúde da população. O arrasamento dos morros que “impediam a ventilação” e a erradicação dos cortiços pobres e “pestilentos” transformaram-se em uma “exigência sanitária”, embora subjacente a esses discursos estivessem os interesses imobiliários. A aura de dúvida que recaía sobre a medicina naquele momento da história permitia aos dirigentes da cidade desconsiderar as formas de contágio documentadas, como a da febre amarela pelo mosquito, e a atribuir as doenças aos “miasmas”, às pestes provenientes das áreas pobres. Isso justificaria intervenções radicais por parte do Estado. Carlos Sampaio endossava essa teoria²².

A participação de Carlos Sampaio nas profundas transformações sofridas pelo Rio de Janeiro começou em 1887, quando o engenheiro Luis Raphael Vieira Souto o convidou para chefiar o arrasamento do morro do Senado, do qual era concessionário desde 1879. O arrasamento dos morros do centro tinha, como atrativo subjacente, a criação de terrenos, abrindo espaço para a construção de prédios nos lucrativos corredores formados pelas novas ruas e avenidas na futura Esplanada do Senado.

Em 1890, Carlos Sampaio, Vieira Souto e Paulo de Frontin unem-se com a fundação da Companhia Industrial de Melhoramentos do Brasil. Sampaio torna-se Engenheiro-chefe encarregado da construção do Cais do Porto do Rio. O projeto, aproveitando os trabalhos de arrasamento do morro do Senado, visava a um empreendimento maior, aprovado pelo Governo Federal em 1890. A concessão para a execução do Porto devia-se ao papel de

²² Tese defendida em artigo publicado nos anais do IV Congresso Médico Latino-Americano, de 1909.

“estimuladores do desenvolvimento nacional” que os engenheiros desempenhavam. Enquanto as obras do Porto eram executadas a Melhoramentos tentava inserir-se no projeto de arrasamento do morro do Castelo. Além do desmonte, a empresa também assumiria os aterros. Enquanto isso, a empresa trabalhava na demolição de cortiços, como o Cabeça de Porco, que reunia quase 2000 pessoas.

Em 1905, Sampaio torna-se representante da *Val de Travers Asphalt Co.*, continuando simultaneamente a chefiar o desmonte do morro do Senado, agora prestando serviços para uma empresa privada internacional. Seu envolvimento com as empresas estrangeiras, incluindo a *C. H. Walker & Company* – que adquiriu o controle da Melhoramentos em 1898 – era consequência da expansão do comércio exterior brasileiro, da criação de facilidades de transporte e exploração de recursos naturais. Seu renome diante do seu desempenho como administrador era conhecido dentro e fora do país.

Em 1899, foi criada em São Paulo a *The São Paulo Tramway Light and Power Co. Limited*, com recursos de empresários canadenses e norte-americanos. A empresa era representada no Brasil por um advogado canadense, Alexander Mackenzie, e pelo engenheiro norte-americano Frederick Pearson. Ao conhecerem o Rio de Janeiro, liderados por Percival Farquhar, os empresários convenceram investidores norte-americanos das vantagens de um empreendimento similar na capital. Assim, foi criada em 1904, a *The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltd.*, empresa que se tornaria conhecida como “Light”. Carlos Sampaio e Alexander Mackenzie se envolveram no atendimento às demandas da companhia e à intervenção dos credores externos, um intrincado elo entre crédito internacional e concessões de serviços.

Em 1906 tem início uma longa associação entre Pearson e Sampaio, cujo perfil apresentava os conhecimentos técnicos e contatos políticos que lhe permitiram conseguir

licenciar obras, reformar prédios em logradouros públicos e outras benesses nos meandros burocráticos do Governo.

A obtenção do capital coube a Percival Farquhar²³, que tinha vasta experiência em mineração, serviços urbanos e transportes. Para dirigir as operações e assumir a responsabilidade pelos seus projetos no Brasil, Farquhar escolheu Carlos Sampaio. Além disso, Sampaio – a pedido de Farquhar – passou a representar os capitalistas europeus na Companhia Ferroviária Brasileira e em diversas outras corporações industriais por eles controladas²⁴. Após a conclusão do Porto do Rio de Janeiro, a Companhia das Docas foi organizada para operá-lo. Em seguida, Carlos Sampaio obteve da companhia o uso das docas para o Sindicato Farquhar.

Sua influência sobre as decisões de Estado era reconhecida por todos, cartas trocadas entre Sampaio e influentes empresários demonstram isso. Vejamos o histórico das negociações entre Carlos Sampaio e F. Adamczyk para efetivar o negócio que arrasaria o morro do Castelo.

Em correspondência datada de 30 de setembro de 1915, F. Adamczyk, representante do Sindicato Anglo-Brasileiro (extensão dos negócios de Lord Balfour of Burleigh no Brasil), questiona Sampaio sobre a possibilidade de obter a concessão do arrasamento dos morros do Castelo e de Santo Antonio. A consulta a Sampaio se dá em função do prestígio do engenheiro e da possibilidade de auxiliar Adamczyk com seu “fraco concurso”. A primeira

²³ Figura intrigante e sinistra, Farquhar chegou a merecer o apelido “*The Last Titan*” (o último Titan), por ter conseguido realizar enorme fortuna com a exploração da concessão de serviços públicos.

²⁴ Um dos principais investidores envolvidos nas iniciativas público-privadas, as concessões oferecidas a empresas estrangeiras, “Percival Farquhar, engenheiro norte-americano (1864-1953) foi responsável pela execução de diversas obras de infra-estrutura na América Latina, explorando desde a execução de serviços de bondes e abastecimento de energia elétrica em La Havana (Cuba), na Guatemala (associado à poderosa United Fruit Co.) e no Rio de Janeiro (Light and Power Co.) à construção de portos (Port of Pará) e importantes ferrovias no Brasil, como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (Amazônia), a Sorocabana (em São Paulo) e as estradas de ferro Paraná, Norte do Paraná, Dona Tereza Cristina (esta em Santa Catarina) e a Ferrovia Paraguay Central” (SANTOS, 2006).

carta (ANEXO D) apresenta uma proposta de planta e narra a experiência da empresa, ressaltando seus “vínculos” com financistas ingleses. Sampaio responde à carta em 11 de outubro de 1915 (ANEXO E), confirmando a possibilidade de captação de recursos financeiros para a obra.

Em 05 de setembro de 1920, Adamczyk apresenta documento (ANEXO F) a Carlos Sampaio, já Prefeito do Distrito Federal, com ambiciosas metas no tocante à execução de obras viárias e de urbanização, incluindo desapropriações, garantidas por Decreto nº 2379 de 27 de dezembro de 1920 (ANEXO M). O referido Decreto representa verdadeiro mandato autorizativo concedido pela Câmara ao Prefeito, liberando-o para realizar negócios sem a anuência dos vereadores e, ainda, a “alienar, mediante as condições que [o decreto] estabelece, os terrenos que se tenham tornado desnecessários à servidão pública” (caput do Decreto). Ao Prefeito cabiam amplos poderes de desapropriação na cidade do Rio de Janeiro.

Em 28 de abril de 1921 (ANEXO G), os contatos continuam em estágio adiantado, garantido o investimento com recursos britânicos. Em correspondência de 27 de outubro de 1921 (ANEXO H), tendo Adamczyk sua proposta confirmada, haveria modificação da 4ª cláusula, para aquisição e edificação de área resultante do referido desmonte. No mesmo documento, consta informação sobre a cláusula mencionada. O documento é muito interessante, pois há o estabelecimento da quantidade de espaço a ser criada (400 mil m²) e o valor cobrado por m² (200\$000 ou 200 mil réis). Em resposta à carta de 27 de outubro, em 07 de novembro de 1921 (ANEXO I), o Prefeito assevera a aprovação da oferta diante da garantia da idoneidade (financeira) da empresa para o arrasamento do morro e futuros aterros. Em contrapartida, o escritório de F. Adamczyk envia ao Gabinete do Prefeito no mesmo dia, em 07 de novembro de 1921 (ANEXO J), uma relação com um breve histórico da companhia “*Imperial & Foreign Corporation*”, cujos *nobres* diretores presidem e administram bancos,

seguradoras, mineradoras, estradas de ferro, empresas de telecomunicações, etc. Na mesma oportunidade, os britânicos enviam um ofício da Banca Italiana di Sconto, garantindo a idoneidade do grupo “*Imperial & Foreign Corporation*”, “respeitável e responsável capaz de levar adiante grandes transações”. A fim de garantir a veracidade das informações, o Prefeito encaminha, no dia seguinte, ao seu amigo Dr. Alexander Mackenzie a incumbência de investigar a origem dos investidores e diretores das empresas ligadas ao grupo britânico em questão (carta de 08 de novembro de 1921, ANEXO K). Por fim, em 13 de dezembro de 1921 (ANEXO L), o Prefeito Carlos Sampaio reafirma *ipsis litteris* as condições propostas pelos empresários no Anexo E. Provavelmente, Dr. Mackenzie assentiu a negociação.

2.3. A Lapa no Cenário Reformista e na Cidade Capitalista

Diante da conjuntura reformista, as áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro possuíam grande visibilidade. A Lapa, até o final do século XIX, tinha caráter residencial, com características eminentemente de bairro. Tal bairro era habitado por famílias ricas e cidadãos ilustres, ativos no cotidiano da cidade, inclusive na vida política carioca. Morar na Lapa significava morar em um bairro aristocrático, cujos residentes remontavam aos egressos da Corte dos tempos do Rei. Na Lapa viviam e reuniam-se pessoas cujas atividades afins aproximavam os clientes dos negócios e aproximavam igualmente os “profissionais” que lá viviam (médicos, professores renomados, advogados, antigos membros da nobreza, etc) do centro econômico e político do país. Viviam a poucas quadras da Avenida Central, contando com o belo Passeio Público a lhes separar. Contudo, não quer dizer que na Lapa também não residissem populações pobres, ocupantes de casebres e cortiços. Justamente a fim de produzir uma pretensa homogeneidade, justificavam-se as intervenções que possuíam como efeito imediato e nefasto, além de desejado, a apartação das classes sociais.

Assim, vivendo todos o mesmo espaço, na Lapa estavam as residências e estabelecimentos comerciais, vários deles relacionados aos lazeres, bem como pensões e bares que reuniam intelectuais e artistas noturnos, cujas atividades extravasavam os limites dos estabelecimentos e avançavam sobre as ruas, semiografando desde então a Lapa noturna como lugar de diversão e prazeres.

No que tange ao processo de transição econômica do país, responsável pela maior diversificação da economia e crescimento dos investimentos em infraestrutura, tanto o Rio de Janeiro quanto seus bairros centrais passariam por consideráveis mudanças de forma e conteúdo. As estratégias voltadas à remodelação das áreas centrais ao lado do esgarçamento do tecido urbano para os subúrbios mais distantes relacionam-se às tentativas de produção da valorização e, conseqüentemente, da desvalorização de bairros. Observando os Planos de Alinhamento da Cidade, cujo cadastro se inicia em 1903 durante a administração Pereira Passos, percebe-se que importantes iniciativas para “adaptar” a cidade ao novo momento eram planejadas e, às vezes, implementadas. Em levantamento realizado nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, obtivemos dados importantes que colaboram para o desvendamento da “história urbanística” da Lapa. Para fins de exposição, optamos pelo principal logradouro daquele bairro, o Largo da Lapa.

De acordo com ABREU (2006), logo após sua nomeação, Pereira Passos reorganizou a antiga Comissão da Carta Cadastral, responsável pelo apoio logístico às obras de engenharia. Rebatizada como Serviço da Carta Cadastral indicava o recuo dos edifícios e das calçadas de modo a abrir espaço para alargar os logradouros. Os Planos de Alinhamento (PA)²⁵ 1, 2 e 4 referiam-se diretamente ao redesenho do traçado urbano da Lapa e abertura de ruas comunicando bairros. No contexto reformista, a Lapa também teve vários de seus

²⁵ A relação de Planos de Alinhamento do Largo da Lapa encontra-se organizada ao final deste trabalho como APÊNDICE.

casebres e cortiços demolidos em poucas semanas para a abertura da Avenida Mem de Sá (1550m de comprimento e 17m de largura) e o alargamento da rua da Lapa (PA's 04 e 75, de 1903 e 1904, respectivamente). Para a abertura da rua Salvador de Sá e da Avenida Mem de Sá era necessário, ainda, concluir as obras de arrasamento do morro do Senado e o aterramento das antigas lagoas remanescentes. Pela Mem de Sá circulava o bonde elétrico, cujo traçado se encontra no PA 1368 (de 1920), que levava para os novos subúrbios (os mais próximos) os operários que já não viviam mais no Centro da cidade.

A partir de 1896, o antigo aqueduto da Carioca passou a ser utilizado como viaduto para uma linha de bondes para Santa Tereza. Desde 1892 circulavam os bondes de tração elétrica, liberando o esforço de mais de milhares de animais. Os transportes urbanos vão se tornando cada vez mais eficientes, conduzindo mais passageiros com maior velocidade.

Durante a administração Pereira Passos, a Lapa ganhou ares afrancesados, com a arborização do Largo, a recuperação do Passeio Público e a instalação de seu Lampadário. A obra é registrada apenas no PA 1541 (de 1924), já durante a administração do Prefeito Alaor Prata, responsável pelo segundo alargamento da rua da Lapa, dobrando o número para 20 metros (PA 1517, de 1923).



Figura 6. Prancha retratando o bairro da Lapa no último ano da administração Pereira Passos (1906).
Fonte: IPP-PCRJ.

No primeiro quartel do século XX, a Lapa era chamada de “Montmartre carioca”, em referência ao famoso território boêmio de Paris. Os restaurantes e cabarés da Lapa garantiam as noites mais agitadas, as mulheres mais famosas e os renomados malandros. A vida noturna da Lapa oferecia opções para todos os gostos, registrando grande diversidade. De políticos e empresários a intelectuais, como Villa-Lobos, Manuel Bandeira (morador ilustre) e Mário de Andrade, na mesa ao lado poderia estar uma roda de samba ou a fina flor da malandragem da época. Antes da deterioração experimentada, iniciada com a repressão aos bordeis e à malandragem promovida pelo Estado Novo – na figura de seu Prefeito, Henrique Dodsworth –, e da Polícia, assim como a proibição dos jogos de azar no pós-guerra e antes mesmo da ascensão de Copacabana, a Lapa brilhava.

As proibições e restrições elencadas acima responderam pela criminalização dos frequentadores da Lapa. Antes disso, os moradores abastados e ilustres da Lapa iniciaram sua transferência para outros bairros, partindo para Botafogo, Jardim Botânico, Gávea, para os novos bairros de Copacabana, Leme e Ipanema, ou ainda para a Tijuca. As licenças para o uso de automóveis aumentavam consideravelmente desde 1903, ano das primeiras autorizações, justificando a substituição de tradicionais meios de transporte. Carros e bondes marcavam a maior eficiência dos transportes e exigiam a abertura de ruas para a circulação, assim como túneis que ligavam bairros tradicionais aos novos bairros litorâneos. Os túneis permitiriam, assim, a integração de importante parcela da cidade: do Cais do Porto, passando pela Avenida Central, Lapa, Avenida Beira-Mar, Praia do Flamengo, Praia de Botafogo e, então, as praias de Copacabana, Ipanema, Leblon, a Gávea...

A propaganda do empresariado valia-se das amenidades dos bairros da zona sul para vender imóveis e terrenos. O apelo dos bairros litorâneos calcado nos saudáveis “ares marinhos” possuía no bonde o suporte para o mercado imobiliário realizar fabulosos lucros,

recolhidos pelos financiadores estrangeiros e seus representantes brasileiros, ambos detentores das concessões de serviços públicos. A possibilidade de mudar-se para um bairro novo significava residência em casas novas, modernas, afrancesadas, escapando ao estilo colonial da maioria das residências da Lapa.

Estabelecem-se, então, duas frentes de valorização de áreas da cidade: a implantação e melhoria de um sistema de transportes ao lado de necessárias vias públicas arteriais articuladoras do espaço urbano, ligando o centro renovado (para os serviços e atividades produtivas) aos novos bairros (residenciais). No processo de valorização relacionado às renovações e novidades, os eixos pelos quais os fluxos circulavam viam-se desfavorecidos: a desvalorização das áreas de passagem seria inevitável e, viu-se depois, desejável para a reprodução.

Por trás da mística da boemia, a Lapa também era zona industrial de pequenos estabelecimentos moveleiros, confecções, alimentos e bebidas. Até a década de 1970, funcionou na rua dos Arcos a Fundação Progresso (cofres e fogões). Pela manhã, enquanto boêmios se dirigiam aos pontos de bonde, a Lapa era tomada por carregadores, transportadores, comerciantes, que começavam a montar a feira livre na praça defronte aos Arcos. Ao meio-dia, chegava a população que vinha recolher a xepa e, mais tarde, a Lapa se preparava para receber seus frequentadores em busca de diversão. Os cortiços, as pensões, as casas de lazer, hábitos e costumes pouco elegantes e condenados pela decência e moralismo afastavam os moradores aristocratas. No processo de transformação do centro da cidade em espaço para negócios e atividades produtivas, a Lapa tornava-se local de moradia de grupos populares (imigrantes e, depois, migrantes internos) que viviam de atividades menos remuneradas e precárias. Para atender à demanda, os proprietários dos imóveis utilizavam suas posses para criar cabeças-de-porco, cortiços e pensões baratas. Muitos aristocratas com

título de nobreza cassado retalhavam suas residências para receber aluguéis enquanto encaminhavam-se para os novos bairros residenciais.

Assim, no plano geral da Reforma Passos, o bairro da Lapa não fora visado como área de intervenção direta, ocorrendo em seu entorno a maior parte da remodelação. A abertura da Avenida Mem de Sá representou a ligação da Lapa à rua do Frei Caneca, cortando a antiga área pantanosa que divisava o demolido morro do Senado. Esse caminho tornou-se principal meio de ligação da Avenida Beira Mar (construída sobre a Praia da Lapa, soterrada) ao caminho que conduziria a São Cristóvão e à Tijuca. A abertura da Mem de Sá levou consigo, além do morro, inúmeras casas que serviam de residência aos pobres daquelas freguesias.

Utilizada como passagem entre o centro da cidade, os subúrbios da zona norte e os novos bairros da zona sul, a Lapa resistiu à Reforma. A inexistência de trânsito expressivo poderia explicar a relativa “preservação” da forma urbana. Percebe-se a validade deste argumento ao se analisar a relação de Planos de Alinhamento do Largo da Lapa²⁶, entre 1903 e 1959. Se, entre 1903 e 1936, constam apenas 5 PA’s para aquele logradouro, redefinindo o traçado de ruas e quarteirões, entre 1936 e 1959, contamos 13 PA’s. As intervenções propostas nos cadastros refletem o ímpeto público para abrir largas e longas avenidas eliminando ruas (ver PA’s 3129, 3130, 3315, 3612 e 5031), alargando outras (ver PA’s 2627, 3129, 3612, 5030 e 5409), implementando o reloteamento e a revisão de gabarito (ver PA’s 3612, 3733, 4051 e 5031).

Nota-se que todos os PA’s deste recorte temporal tinham a missão de “desafogar” o trânsito do centro da cidade, potencializar a circulação e aumentar a articulação entre as áreas (ver PA’s 3130, 3612, 5030, 5031, 7214 e 7520). Neste sentido, encontramos a construção de um viaduto perimetral ligando o Porto à Copacabana (PA 5031, recuperado, mas não

²⁶ Novamente, ver APÊNDICE ao final do trabalho.

realizado, no PA 7214). Torna-se forçoso interpretar que, algumas vezes, ao ler-se “projeto de urbanização”, entende-se tão-somente o velho “bota-abaixo”, como ilustra o PA 6782. Esse registro revela a intenção de arrasamento de um quarteirão, concretizada pela obliteração da quadra “E” para a abertura de uma grande avenida (Norte-Sul), esta não realizada.

Em entrevista (ANEXO C), a diretora do Escritório Técnico do Corredor Cultural do Rio de Janeiro, Maria Helena McLaren, justifica a não-realização de diversos projetos viários e planos de alinhamento considerando a pressão exercida pelos pequenos locatários do centro da cidade. Consequentemente houve a demanda pela legislação protetora e a defesa do “patrimônio histórico” em função dos interesses comerciais. Na opinião da entrevistada,

“os pequenos locatários, eles tinham consciência que, se efetivamente esses novos projetos viários viessem, eles seriam fatalmente expulsos. E as funções menores, econômicas, que se exerciam nesses imóveis com esse formato estariam perdidas, aí eles seriam expulsos, o que se chama aquela gentrificação que você vê no Pelourinho aconteceria no centro de comércio do Rio de Janeiro. Sabedores disso, eles foram molas mestres na votação pró-vinda da legislação protetora”.

A relação de Planos de Alinhamento do Largo da Lapa encontra-se ao final do trabalho como APÊNDICE.

O período 1936-1959, marcado pela presença dos políticos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek na presidência da República, é o momento em que se reestruturava a economia brasileira com vistas à industrialização e o Rio de Janeiro sofria transformações para adaptar-se à realidade do automóvel. A Lapa, como visto, passou por iniciativas voltadas à instrumentalização de um sistema de transportes articulador do território, sendo o ponto de entroncamento do sistema. Mesmo diante das iniciativas viárias frustradas, partes da Lapa foram desapropriadas. Mc Laren (ANEXO C) ainda ressalta: “não vindo as vias, o Estado ficou proprietário de muitos imóveis no centro, a região da Lapa, quase toda ela é propriedade do governo do Estado porque ali passaria uma via muito importante [a Avenida Norte-Sul]”.

Até fins do século XIX, a industrialização não chegara a afetar profundamente as estruturas socioeconômicas do Brasil; seus efeitos mais profundos se fariam sentir no século XX²⁷. A industrialização brasileira desenvolvia-se com base no processo de acumulação de capital proveniente das exportações de produtos tropicais, especialmente o café, particularmente a partir do Estado de São Paulo, estendendo-se pelo vale do Paraíba fluminense. Assim, o processo de urbanização no século XIX seria menos fruto da expansão do mercado interno e mais reflexo da expansão do mercado internacional e do desenvolvimento da economia de exportação, dependente dos mercados europeus e norte-americano.

As contradições decorrentes do aprofundamento do capitalismo no Brasil evidentemente se manifestavam. Contudo, a oposição burguesia-aristocracia, setores urbanos-setores rurais, característica de outras sociedades, não se manifesta com a mesma agudeza. O principal conflito é o que ocorre entre os representantes dos setores agrários decadentes, apegados às formas tradicionais de produção, ao trabalho escravo e aos valores da sociedade tradicional, e os novos grupos que dispunham de maior capital, ligados à agricultura e às novas empresas. Assim, a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Seria a partir de meados da década de 1930 que a industrialização se assentaria na própria expansão industrial.

Localizada nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, a mão-de-obra “livre”, posto que não detinha controle de qualquer propriedade, garantia os lucros da indústria diante da “excessiva” disponibilidade de braços para o trabalho, redundando em redução dos salários e

²⁷ Na segunda metade do século XIX, diversos empreendimentos empresariais passam a contar com a participação dos fazendeiros convertidos em empresários (em certas áreas), introduzindo inovações em suas fazendas, tentando substituir o escravo por trabalhador livre, aperfeiçoando os métodos de beneficiamento, associando-se a empresas industriais, investindo em ferrovias e estabelecimentos bancários e, politicamente, aderindo aos ideais republicanos. Assim como fazendeiros se convertem em empresários, empresários, cuja fortuna originalmente se formou na indústria, reinvestiram parte de seus lucros em terras, ou se vincularam por laços de família e amizade aos grupos ligados à grande propriedade.

desemprego. O Rio de Janeiro concentrava a maior massa populacional do país, assim como as indústrias. A classe trabalhadora crescia em tamanho e em complexidade no que se referia às demandas geradas no bojo das contradições da industrialização. As reformas sofridas pela cidade no início do século XIX para adequá-la ao seu novo papel como capital de um país que diversificava sua economia e recebia vultosos investimentos externos, ampliam as insatisfações dos trabalhadores quanto ao lugar que ocupavam no Rio de Janeiro, manipulados e remanejados de acordo com os interesses da todo-poderosa Prefeitura do Distrito Federal. Os conflitos ganham amplitude na medida em que a cidade se aburguesa e afasta para as futuras periferias metropolitanas aqueles que não se adequavam à imagem de “Paris dos Trópicos” (LESSA, 2000), “*la ville merveilleuse*”.

A tradição da luta dos trabalhadores imigrantes europeus impulsionaria o movimento operário no Rio de Janeiro, contando ainda com a colaboração de intelectuais com pendores socialistas. Os Congressos Operários Brasileiros, sediados no Rio de Janeiro (1906, 1913, 1920), reuniram os trabalhadores em torno de pautas comuns, formuladas em um contexto de exploração do trabalho e de não-reconhecimento de direitos de toda ordem. O caminho das lutas foi o caminho que conduziu à institucionalização do movimento a fim de demandar com relativa representatividade perante as elites dirigentes. No entanto, o Governo de Vargas não coonestava o movimento dos trabalhadores, indicando a perseguição e a deslegitimação como diretrizes. A Polícia prontamente estava a serviço, caçando os “comunistas” pelas ruas da capital.

A aproximação de Vargas com as demandas trabalhistas ensejou a influência do Estado sobre as decisões da classe trabalhadora. A busca da “harmonia” entre as demandas dos trabalhadores e a pressão dos capitalistas provocou a implementação de regulação e controle do sindicalismo e, ao mesmo tempo, a concessão de direitos trabalhistas visando a

apaziguar as queixas do proletariado. As representações dos setores burgueses (industriais e comerciários) iniciaram debate e negociações com a representação dos trabalhadores, reconhecendo demandas históricas do movimento, contanto que os comunistas fossem mantidos “pacificados”. O fortalecimento do comunismo no mundo e a ascensão de regimes fascistas incendiaram as “conturbadas” relações capital-trabalho.

No que se refere à relação da Reforma Pereira Passos e os trabalhadores, a remodelação do centro aumentou significativamente o déficit de moradias ao demolir as casas da população pobre que estava no caminho do progresso capitalista. A partir de agora, a cidade adentra o capitalismo oferecendo-se como mercado de terras, forjando um mercado imobiliário: o espaço produzido como mercadoria exclui a vida que se realizava à margem dos grandes negócios e institui o valor do solo urbano como determinante para a definição dos usos para cada lugar da cidade, bem como para a definição de onde cada grupo pode morar. A partir daqui, não se pode mais escolher onde viver. A Prefeitura assume a tarefa de regular o mercado imobiliário da cidade e cria leis e regulamentos restritivos à circulação das pessoas em função do seu poder econômico. Os espaços de moradia estão demarcados para todos. Surge a imagem de carência e indignação do estigmatizado “subúrbio” em oposição aos bairros residenciais elitizados da zona sul.

O adensamento dos bairros populares mais próximos ao centro cosmopolita aparecia como possibilidade para abrigar a mão-de-obra. Neste sentido, incluíam-se os bairros localizados nos interstícios entre o centro da cidade e os bairros elitizados, bairros que – como visto anteriormente – passaram a ser considerados como áreas de passagem, ocupados no passado pela elite carioca. De acordo com CORRÊA (1989, p.40, grifo nosso),

“o processo de centralização, ao estabelecer a área central, configurou-a de modo segmentado, com dois setores: de um lado o **núcleo central** (core, *Central Business District*, ou CBD) e, de outro, a **zona periférica do centro** (frame, *zone in transition*, zona de obsolescência)”.

A realidade objetiva do bairro da Lapa no período compreendido entre 1910 e 1940 é a da formação de uma área periférica, imediata ao núcleo central, que vai pouco a pouco sendo desvalorizada, segregada, levando à deterioração. Após as transformações ocorridas no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, o bairro da Lapa e suas imediações se configuram por uma gama de funções urbanas, tais como local de residência, de oficinas, de pequenas indústrias, de comércio, de depósitos, de lazer, de prostituição, de boemia (COSTA, 1993).

A Lapa, assim, tinha sua imagem redefinida e reunia-se ao grupo de bairros periféricos e marginais ao núcleo central (a Avenida Central e seu entorno), áreas que reuniam funções urbanas menos nobres, como os bairros da zona portuária e as áreas limítrofes à Cidade Nova²⁸. Caracterizadas pelo uso semi-intensivo do solo, reúnem o comércio atacadista, armazéns, depósitos, hotéis baratos e pensões, cemitérios, indústrias leves, viadutos, terminais rodoviários e ferroviários. Importante ressaltar que esses bairros periféricos, ao mesmo tempo em que refletiam as novas contradições da produção, cumpriam função complementar ao centro da cidade, permitindo a ostentação e valorização do núcleo central, enquanto suas condições se precarizavam (CORREA, 1989). Os bairros da zona periférica do centro ocupavam prédios baixos, sobrados ou mesmo casas multifamiliares, consumindo espaços devido à ocupação horizontal (o preço da terra menos elevado do que no núcleo central não estimula a verticalização). Entretanto, havia também a presença de terrenos abandonados, constituindo vazios urbanos atualmente valorizados²⁹.

A possibilidade de localizar as classes menos abastadas fundamentava-se nas vantagens existentes para a população que detinha menor poder aquisitivo. A ausência de

²⁸ Nem toda a zona periférica do centro do Rio de Janeiro foi constituída da mesma forma. Parte dela já nasce como bairro popular, como nos casos dos bairros da Gamboa e Santo Cristo (área portuária). No caso da Lapa, houve uma origem nobre, como visto.

²⁹ Para CORRÊA (1989), os vazios urbanos na zona periférica do centro do Rio se devem à descentralização e à formação de núcleos secundários pela cidade.

gastos com transportes e a proximidade com os locais de trabalho compensavam os aluguéis que pagavam. Assim, a zona periférica do centro passou a ser considerada como área residencial de baixo status social, caracterizada pela presença de residências populares, muitas delas deterioradas, encortiçadas e utilizadas como prostíbulos.

Se considerarmos o fato de que todo o centro da cidade (que antes era a cidade) se encontrava nestas condições, conjuminando lado a lado no mesmo bairro residências populares e residências da elite, as intervenções urbanas do início do século XX representaram instrumentos de fragmentação do espaço. Rompendo a reunião das diferentes classes em um mesmo espaço, as intervenções urbanas produziram espaços diferenciados e hierarquizados em função das classes sociais, apartando as pessoas no interior de uma mesma cidade utilizando-se de imagens, discursos e ideologias eficazes (como o higienismo), realizadas na prática.

Finalmente, a Reforma Pereira Passos contribuiu para a transformação da antiga cidade colonial em cidade capitalista condizente com a função de capitalidade de um país. Bem mais que apenas a forma urbana, as regulamentações e novas regras impostas pelo Prefeito mudam os modos de vida na cidade, impondo novos hábitos adequados aos novos tempos³⁰.

Na obra “Antologia da Lapa” (1965, p.21), Gasparino DAMATA diz:

“A letra de um samba do carnaval de 1951, ‘Salve a Lapa’, apregoava, entre outras coisas boas, que ela voltaria a ser a mesma de antigamente. O carnaval passou e a promessa não se cumpriu: a Lapa continuou agonizante. Sua decadência começou em 1940 – e ela só teve uma noite de completo esplendor, que relembrou a Lapa dos grandes dias, em 1945, quando se comemorou o fim da guerra”.

E continua:

³⁰ Para SEVCENKO (1983, p.41), transformou-se o espaço público e a mentalidade carioca com base em: “condenação dos hábitos e costumes ligados, pela memória, à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, [...] praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitanismo agressivo marcado pela vida parisiense”.

“A partir de então, ela foi indo de mal a pior. E com a retirada dos bondes de circulação, o início da construção da Avenida Perimetral e, mais recentemente, da sua reurbanização³¹, desapareceu quase por completo. O que resta da Lapa movimentada, boêmia, de cabarés sempre cheios, dos grandes crimes passionais, dos bares e cafés abertos até de madrugada, é apenas recordação (ou um esforço de imaginação)”.

A melancólica narrativa de um dos famosos boêmios lapeanos dá a nota das mudanças sentidas por aqueles que usavam a Lapa. Neste sentido, a decadência teria se iniciado na década de 1940, logo após o início da II Guerra Mundial, momento em que restrições a circulação se estabeleciam, de modo mais incisivo naquele antigo bairro.

Com a desvalorização da Lapa, por um lado, e a vantagem de sua proximidade com o centro, por outro, um espaço significativo de suas casas passou a ser ocupado, sob a forma de aluguel de quartos em pensões, casas de cômodos ou mesmo em casas de famílias, por um grande número de rapazes solteiros. Soma-se a isso às famílias de imigrantes surgindo igualmente como moradores, um contingente formado (embora não somente) de jovens estudantes, jornalistas, escritores, artistas – uns pobres, outros não – que tentariam a vida no grande centro urbano constituído pela cidade do Rio de Janeiro.

O contingente de jovens somado aos negociantes, fazendeiros e políticos que se hospedavam nos hotéis do bairro, somado ainda ao grande número de homens que todos os dias se dirigiam ao núcleo central – comercial e político-administrativo –, criavam um mercado bastante favorável à prostituição (de mulheres e homens). Está aí mais um elemento que compunha a boemia lapeana, ao lado dos cabarés, cafés e estabelecimentos comerciais auxiliares. A Lapa aparecia na cidade como o lugar onde cabiam todos aqueles renegados pela cidade elitista que era conformada pelo Estado em parceria com os maiores interessados na potencialização dos negócios no Rio de Janeiro.

³¹ Ver Planos de Alinhamento 6782 e 7214, de 1956 e 1958, respectivamente (APÊNDICE).

A despeito da frustração do poder público com a não-realização de obras de envergadura, como a abertura de largas e longas avenidas (Avenida Norte-Sul, Avenida Radial Sul, Avenida Glória-Lagoa, Avenida Diagonal) a fim de rasgar a Lapa e o seu entorno para aumentar a capacidade de circulação entre os bairros do subúrbio, o centro e os bairros da zona sul, grande parte do traçado fora alterado, imóveis demolidos de modo a eliminar “expurgos” sociais que viviam aquele espaço e tornar a Lapa um espaço sem textura, um espaço que deveria respeitar sua nova destinação: ponto de entroncamento de eixos viários esvaziado de conteúdo social, desfeita a identidade da sociedade com o lugar.

No pós-guerra, em meio à decadência da boemia, teve início o arrasamento do morro de Santo Antônio, nos anos de 1950, com o objetivo de produzir novos espaços no centro para a circulação de pessoas e veículos. A Lapa, vizinha dos canteiros de obras de grandes edifícios erguidos na esplanada do ex-morro, entrou em processo de deterioração, transformando-se em resíduo, um velho espaço urbano sendo apagado aos poucos sob a violência do poder de gestão do Estado.

Na década de 1960, surge projeto do Governo para a abertura de uma grande avenida rasgando o Centro de norte a sul, certamente sob a luz de Pereira Passos, desafogando a Avenida Rio Branco (ex-Avenida Central). E, no meio do caminho... estava a Lapa! O projeto não chegou a ser implementado, o que não impediu a demolição de importantes quarteirões do antigo bairro e a demolição de outros tantos edifícios.

O “processo de urbanização” em tela (PA’s 5031, 5409, 6782, 7214, 7520, respectivamente: anos 1949, 1950, 1956, 1958, 1959 e certamente os subsequentes) alcançou os anos de 1970. A Fundação Progresso, fechada em 1976, estava no foco dos administradores públicos e quase foi demolida, se não fosse a mobilização de artistas, intelectuais e moradores das vizinhanças.

Paulatinamente atacada por propostas de alteração urbanística, a Lapa perdeu seus moradores tradicionais, famílias antigas que buscaram outros espaços na cidade livres da deterioração que se verificava em função das necessidades da reprodução econômica no século XX.³² Merece reflexão a assertiva referente ao esvaziamento do bairro, a perda de seus moradores e, conseqüentemente, do conteúdo, posto que as festas, os hábitos, as relações de vizinhança e pertencimento se esvaem, enfim a vida cotidiana é invadida. Aparentemente, a ideia de que o bairro só é bairro porque possuía população tradicional, familiar, com valores, etc, parece-nos extremamente conservadora e não se coaduna com o espírito deste trabalho. Contudo, o que se percebe é que, efetivamente, um *lugar*, um bairro se constituiu com a identidade coletiva de um grupo social, consciente de seu pertencimento a uma parte da cidade que, até então, constituía uma particularidade do Rio de Janeiro e não, estritamente, um fragmento produzido em função das transformações que a industrialização produziu na realidade da cidade. A industrialização impôs novos ritmos à cidade, gerando sacrifícios quanto à **forma-aparência** de espaços, as mudanças na **forma-conteúdo** expressa na vida cotidiana e, além disso, redefinição brusca e programada das **funções** dos bairros, alterando e fragmentando a realidade urbana em prol de uma nova articulação das partes. Os termos grifados acima referem-se aos “elementos individualizadores do bairro”, resgatados por Maria Therezinha Segadas SOARES (1958) a partir da obra de Jean Tricart, na busca de um entendimento possível para um conceito geográfico de bairro.

Fato é que o bairro foi esvaziado. A população que para a Lapa se deslocou encontrava-se invadida pela nova lógica do trabalho fundada pela indústria, algo que se refletiu no modo como os novos “usuários” do antigo bairro passaram a se relacionar com o mesmo. Impossível generalizar a respeito do grau de envolvimento das pessoas com um

³² Sobre esse aspecto, a dissertação de Mestrado de COSTA (1993) é exemplar ao resgatar as identidades espaciais da Lapa explorando depoimentos de ex-moradores e boêmios, todos do período 1910-1940.

bairro; o que se pode fazer e se pretende neste trabalho é compreender a transformação de um bairro com identidades espaciais estabelecidas (COSTA, 1993) e que, devido às imposições das lógicas econômicas, viu-se convertido em algo que, como diz DAMATA (1965, p.21), “é apenas recordação (ou um esforço de imaginação)”. Na busca das singularidades que fundam o bairro da Lapa, percebe-se que houve o arrasamento do lugar e a redução ao mínimo de uma prática de espaço devido à perda de sociabilidade.

Depois das cirurgias urbanas pelas quais passou, a Lapa começou a ensaiar nas últimas três décadas do século XX uma *recuperação*. A noite da Lapa voltou a ter destaque, com as apresentações da Sala Cecília Meireles, espaços de música popular obedientes ao estilo das antigas casas de espetáculo, circuito de bares e restaurantes de todos os cardápios, o Circo Voador (misto de gafieira e casa de espetáculos instalado na praça atrás dos Arcos)... Voltam a conviver sob os Arcos as muitas faces da cidade: dividindo o mesmo espaço, boêmios, catadores de papel e de latinhas de alumínio, comerciários, moradores humildes e moradores elitizados/alternativos, ladrões, prostitutas, jovens, idosos, etc...

A Lapa foi rural, urbana, suburbana. Depois de um percurso rico através do qual se pode contar a história da cidade e até mesmo do país, a Lapa se metamorfoseia mais uma vez. O momento de sua revalorização será o objeto do próximo capítulo. Desta vez, não como bairro ou como zona periférica do centro, mas como um estilo/modo de vida: a Lapa torna-se uma grife. A Lapa[®] como marca registrada ressignifica-se como grife, consumida por diversas facetas.

- PARTE II -

**Os Centros das Metr6poles como Fronteiras
Urbanas e as Pol3ticas Espaciais para a
Revaloriza73o do Espaço**

CAPÍTULO 3

A Revitalização Urbana através da Cultura e do Espetáculo no

Rio de Janeiro: de 1980 à Atualidade – a Lapa[®]

Lapa

Samba-Canal 100
No meio de 60
E nos 70
Era o Largo da Ordem
Tudo vinha
Desaguar na Lapa
Lapa, minha inspiração
Lapa, Guinga e Pedro Sá
Lição

Quem projetaria
Essa elegância solta
Essa alegria
Essa moça-vanguarda
Esse rapaz gostoso
Que é a Lapa
Lapa, Circo Voador
Lapa, choro
E rock'n'roll
Perdão

Cool e popular
Cool e popular
Cool e popular
A Lapa
Quem ia imaginar
Quem ia imaginar
Quem ia imaginar
Só eu
Eu sozinho
Só e solitário
Sob a chuva da Bahia

Pobre e requintado
E rico e requintado
E refinado
E ainda há conflito
Pelourinho vezes Rio
É Lapa
Lapa
Veio a salvação
Lapa

Falta o mundo ver
Assim
Água de Kassin
Lava a Nova Capela
Eu amo a PUC
E a gíria dos bandidos
Fundição Progresso
Eis a Lapa
Lapa
Lula e FH
Lapa
Amo nosso tempo
Em ti
Lapa

Caetano Veloso

3.1. Algumas Experiências Vividas

Ao menos dois contrapontos podem expressar as posições sobre o modo como os moradores da Lapa a percebem. De um lado, Aguinaldo apresenta uma fala dramática, eivada de preconceitos que sinalizam para o negativo do processo. De outro lado, Regina e Vitor nos mostram como é possível viver a Lapa de modos distintos: ora o recatado Bairro de Fátima, já engolfado pela dinâmica lapaana, ora a Lapa noturna e suas possibilidades.

O senhor Aguinaldo, desde que saiu da Lapa em fevereiro de 1970, esteve por lá apenas de passagem. Acompanhou de longe a “extrema decadência do bairro, provocada pela derrubada de quarteirões inteiros e a abertura daquela praça enorme, de paisagem estéril e lunar”. E, de longe também, acompanhou o chamado “renascimento”, que resultou no que a Lapa é agora. Na opinião do senhor Aguinaldo, roteirista, morador da Barra da Tijuca, a Lapa é, “para os meus ouvidos e narinas apurados, um pátio dos milagres, um mercado persa, uma passeata reunindo sem-tetos e sem-terras, em suma, um verdadeiro *rendez-vous*”.

De vez em quando, nos finais de semana, o senhor Aguinaldo passeia por lá, segundo ele, em seu “Volvo blindado contra tiros de AR-15”. Através dos vidros escurecidos de seu

automóvel, constata o quanto a Lapa está “decadente”, apesar dos cronistas da cidade (todos cegos, em sua opinião) dizerem o oposto. Para o senhor Aguinaldo, as figuras icônicas, todas falecidas antes da “derrocada”, “morreriam de novo se a vissem [a Lapa] agora”.

A visão crítica evidenciada no relato do referido ex-morador contrasta com as demais entrevistas coletadas na Lapa, no seu entorno e no Bairro de Fátima. A opinião veemente do senhor quanto à qualidade do lugar pode ser ilustrada com uma passagem que transcreveremos: *“Uma noite voltei à Lapa, mais especificamente à Sala Cecília Meirelles, para ver e ouvir um concerto. Cheguei cedo, em companhia de três amigos, um deles era estrangeiro. No entorno da Sala, pessoas absolutamente informais – bermuda, camiseta e sandália de dedo ou apenas partes dessa vestimenta – armavam barracas. O estrangeiro que me acompanhava perguntou do alto de sua ingenuidade: ‘vai haver alguma festa?’ Ao que eu respondi: ‘vai sim, o Campeonato Nacional do Fedor’. Pois, embora aquela turma toda ainda estivesse nos preparativos para a futura esbórnia, a catinga – de urina, gordura, suor e lama de séculos – já era insuportável”*.

“Entramos na Sala Cecília Meirelles. Sim, como todo espaço dedicado à cultura clássica no Rio de Janeiro ela está decadente. Mas ainda dá pro gasto... Ainda mais porque o piano Steinway já estava lá no meio do palco, a gritar para os incautos: ‘a civilização ainda passa por aqui!’”.

“Sentamos, eu e meus acompanhantes, e tratei de olhar em torno: a plateia era incrível – como se transportada de outra época. Ninguém tinha menos de vinte e cinco anos. Todos estavam muitíssimo bem vestidos. Estranhamente, eram quase todos brancos (meu amigo estrangeiro deu-se ao trabalho de contar quem não era, e encontrou apenas meia dúzia de negros)... E eram fanáticos por música clássica”.

“O pianista entrou e foi saudado com entusiasmo. Uma simples olhada no programa já me deixou ver que ele não ia brincar de concerto. Não havia uma concessão sequer na lista de peças a serem executadas – até o Rachmaninoff de praxe era raro. O pianista arrancou o primeiro acorde do Steinway e em poucos minutos tivemos todos nós a noção de que aquela seria uma noite mágica. Ali estava um artista no auge da sua forma e tocando apenas o que gosta. Os minutos se passaram como se fossem meros segundos. Lá fora eram mais de dez horas, e a esbórnica já começara. Mas, dentro da Sala Cecília Meirelles, o tempo simplesmente parara”.

“Claro, sons estranhos vinham lá da rua. Nos momentos em que o pianista ficava imóvel, extremamente concentrado entre uma peça e outra, e o silêncio absoluto continuava a reinar na plateia em suspenso, era possível ouvir gritos, além do som da música absurda que a barbárie insistia em executar lá fora. Sim, porque aquilo não era apenas um concerto de um grande pianista. Era uma dramática representação da luta que se trava atualmente no mundo ocidental entre a civilização e a barbárie. A Sala Cecília Meirelles exultava ao som do pianista, enquanto hordas selvagens investiam contra todos os nossos muros lá fora”.

*“Ao final, depois de agradecer ao pianista pela noite magnífica, fiquei a olhar as pessoas que saíam da sala e atravessavam aquela horda já ocupada em consumir cervejas, caipirinhas e churrasquinho de gato, e a samboricar ao som daquele baticum profano. Sim, o encontro daqueles dois grupos era, sem dúvida, o que se poderia chamar de **choque de culturas**” (grifo nosso).*

“Choque este que se mostrou ainda maior na Rua Teotônio Regadas, ao lado da Cecília Meirelles, pela qual seguimos rumo ao estacionamento. Nela, encostados nas paredes da Sala, dezenas de pessoas urinavam, enquanto outras bem ali do lado, conversavam, bebiam e comiam na maior indiferença. A música, ainda mais se comparada com o que se

ouvira a pouco, era um verdadeiro horror... Mas todos que a ouviam pareciam utilizá-la como porta através da qual entravam de uma vez por todas no nirvana. Ou seja: foi uma bela e mágica noite dentro da sala... E lá fora ela foi ilustrativa”.

“Sei de que lado estou, o da minoria. Contudo, reafirmo minha opinião. Sabe como terminou aquela noite pra galera? Segundo o Joaquim Ferreira dos Santos, na sua coluna de ‘O Globo’: ‘A Rua Joaquim Silva, na Lapa, foi cenário de três noites seguidas de arrastão. Foram na sexta, no sábado e no domingo, sempre às duas da manhã. Alguns turistas ficaram apenas de bermudas’.



Figura 9. Sala Cecília Meireles. Lampadário da Lapa em primeiro plano. Fonte: autor.

De outro lado, temos o depoimento da senhora Regina, moradora do Bairro de Fátima, nas cercanias da Lapa. A entrevistada reside há cinco anos e percebeu desde a primeira visita que o lugar já passava por uma revitalização, incluindo a Lapa. Em um movimento oposto ao do senhor Aguinaldo, deixou a Barra da Tijuca após 25 anos. Reside em um lugar repleto de famílias antigas, onde pessoas conversam pelas ruas e jamais ouviu falar de assaltos. Está

perto do centro da cidade e do “verde de Santa Tereza”. Vive a amenidade da mata Atlântica e a conveniência de viver dentro do Centro, evitando condução. A presença de bares e restaurantes, bem como da festa junina tradicional ajuda a compor um ambiente lúdico, espaço de encontro e fruição, principalmente para as crianças.

Vítor, rapaz de 28 anos residente no Bairro de Fátima, mora há 8 meses em um edifício de conjugados. Vive na Lapa (para ele o Bairro de Fátima também é Lapa) porque não queria morar no Centro (já habitou a Glória, quando casado). Durante sua procura em busca de um apartamento, encontrou diversas “cabeças-de-porco” pelo Centro. Em relação ao Centro da cidade, a rua onde habita atualmente é tranquila, um lugar menor, onde todos se conhecem. Está solteiro e a presença de diversos supermercados e pequenas vendas de bairro facilita o dia a dia. Trabalha no Instituto Felix Pacheco, no Estácio, o que lhe permite ir de ônibus e retornar caminhando para casa.

Vítor viveu na Lapa anteriormente. O apartamento em que vivia fora posto à venda pelo proprietário. Inicialmente, o apartamento custava R\$ 87.000,00, no momento em que Vítor iniciou residência. Ao final do contrato de locação e diante a oferta de venda, o mesmo imóvel custava R\$ 130.000,00, evolução de quase 67% em menos de dois anos. De acordo com Vítor, há valorização imobiliária particularmente no entorno dos principais atrativos das redondezas.

Na Lapa que Vítor viveu – e ainda vive – há diversos investimentos pontuais em busca de moradores de classe média, sendo que, para ele, *“ainda há pobres em meio aos novos moradores. Nos casarios, ainda moram pobres e os investimentos feitos não se referem aos ‘antigos’ (que são os atuais) moradores. Convivem na Lapa as pessoas mais diferentes e não consigo dissociar moradores pobres dos frequentadores de fora da Lapa. É possível demarcar a Lapa assim: Lapa pobre, depois dos Arcos; Lapa rica, antes dos Arcos, na Mem*

de Sá. Ao cruzar os Arcos, dá pra perceber que as ruas ficam mais limpas, há comidas mais caras. Já depois dos Arcos, há estabelecimentos e ruas deterioradas. Até alguns anos somente gays, putas, bêbados e mendigos andavam pelas ruas. Hoje, a Lapa rica está iluminada e com frequência diferenciada”. Para Vítor, “dizem que não existe revitalização porque a Lapa nunca morreu. O que vejo é um lugar que estava abandonado e muito rapidamente vem valorizando. Daqui a pouco eu mesmo não vou conseguir continuar por aqui, pois não vou poder pagar”.

A afirmação de Vitor apresenta um elemento importante. A hipótese levantada era a de que o Bairro de Fátima seria reserva de valor neste momento, o que não se confirmou. Todavia, da mesma forma que a maioria dos entrevistados defendeu certa estabilidade nos preços dos aluguéis e do próprio modo de vida, as próprias falas revelavam dúvidas quanto à manutenção deste cenário, justamente em função do dinamismo do processo, sentido em sua intensidade pelos moradores e frequentadores.

3.2. A Revitalização do Centro e a Lapa no Contexto: O Corredor Cultural

Registradas as visões antagônicas acerca do recorte em tela, cabe analisar o movimento geral que vem reproduzindo a Lapa como espaço de entretenimento e mercado de moradia.

No Rio de Janeiro, iniciativas de revitalização da área central da cidade tornaram-se cada vez mais significativas a partir dos anos de 1980. No que tange à forma-aparência dessa região, uma iniciativa mais abrangente com o patrimônio arquitetônico resultou no tombamento de um grande número de edificações, no chamado Corredor Cultural da cidade (Lei nº 506/84, ver ANEXO N).

Ao longo da Parte I deste trabalho, vimos apresentando diversos processos relacionados ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro em uma espiral capitalista, mesmo quando existiam elementos que contrariavam essa lógica. Se a Lapa hoje é apresentada como decadente, por alguns, ou em recuperação, para outros, cabe verificar, através dos conteúdos históricos, como o espaço urbano vem sendo reproduzido. Neste sentido, na busca das causas do processo verificado no recorte da Lapa, o automóvel aparece como força motriz acelerando a desvalorização, como descobrimos no capítulo 2. Dos anos de 1960 em diante, a tônica do planejamento urbano era a tônica do rodoviarismo. Dessa forma, o Rio de Janeiro não era exceção à regra, pelo contrário, havia vários projetos de intervenção que rasgariam ainda mais esse tecido caso viessem a ser implantados. Com o advento do Corredor Cultural, os projetos de todas as vias não abertas foram revogados e implantados novos planos de alinhamento e loteamento do Corredor Cultural.

A esse fato, nosso entrevistado Carlos Lessa (ANEXO B) soma outro:

“a perda da hegemonia financeira, que fez com o sistema financeiro privado deslocasse suas sedes todas para São Paulo e o sistema financeiro público deslocasse sua sede para Brasília, com a única exceção do BNDES que manteve a direção no Rio de Janeiro”.

Maria Helena Mc Laren (ANEXO C), do Escritório Técnico do Corredor Cultural, ressalta que há algumas *“manchas que sobreviveram, elas são remanescentes das diversas transformações urbanas pelas quais a cidade passou desde a virada do século XIX pro XX até o final dos anos 70/80 porque, depois daí, nenhuma transformação brutal aconteceu mais no centro”.*

Desde o início dos anos de 1980, a Prefeitura dava claros sinais de compreender que a revitalização da área central da cidade só teria efeito se houvesse uma refuncionalização. Claro está, desde o princípio, que o público-alvo dessa empresa é a classe média, a qual abandonou o Centro primeiramente como área de moradia e depois como local de compras e

lazer³³. Esse lento e contínuo retorno, um crescimento da procura pelo Centro como local de lazer, estimulou a instalação e reforma de livrarias, restaurantes, antiquários, casas de dança, bares na área central. O melhor exemplo é a Lapa, antigo bairro residencial no entorno do Centro, junto ao aqueduto da Carioca (Arcos). Antigo reduto da boemia carioca, a área encontrava-se esvaziada e degradada no início dos anos de 1980, marcada negativamente pelos estigmas seculares da “imoralidade” e da malandragem. Atualmente conta com um grande número de restaurantes e casas de espetáculo, recebendo um grande afluxo de pessoas dia e noite, o que vem estimulando uma linha ascendente de investimentos dos empresários do setor. Cabe destacar que o Circo Voador e a Fundação Progresso receberam apoio da Prefeitura.

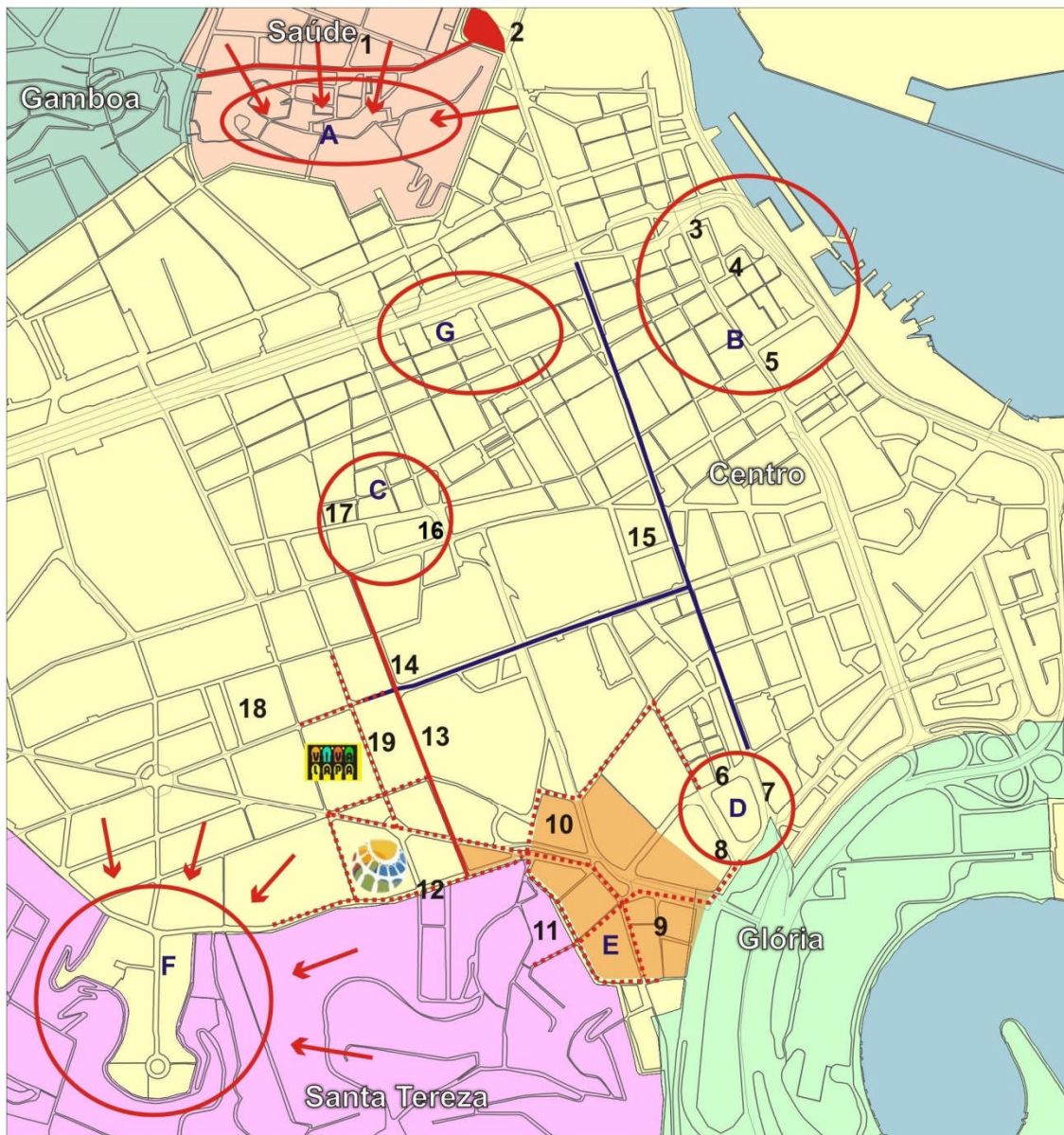
Na opinião de VAZ e JACQUES (2003, p.135),

“se hoje se observa um processo de renascimento com intensa revitalização [na Lapa], o fato de ter sido deixado à margem, de não ter passado por processos de homogeneização funcional e social, contribui de alguma forma para a multiplicidade de atividades e grupos presentes, potencializadores de sua vitalidade”.

Sinais invertidos: as concepções de “renascimento”, “revitalização”, “homogeneização” e “vitalidade” das urbanistas supracitadas diferem do caminho teórico-metodológico que este trabalho trilha. A partir de nossa entrevista, concordamos com o Prof. Carlos Lessa (ANEXO B), para quem há um falso moralismo na ação do Estado. Em sua opinião, houve homogeneização: *“a Lapa foi arrasada, assim como a Cracolândia. Os conteúdos são diferentes, mas ambos os espaços estigmatizados”*. Assim, na Lapa existem resquícios, sobras da História de um lugar que possuía um “espírito” próprio: no passado, lugar da subversão, dos “comunistas” e intelectuais. Hoje, é reelaborada através do consumo.

³³ Um grande número de centros culturais surgiu na área nas últimas décadas, muitos abrigando também teatros e salas de projeções. Neles grandes eventos e exposições de qualidade internacional têm sido realizadas, atraindo fluxos extremamente expressivos de visitantes. Apenas para citar alguns dos mais significativos desses centros, destacamos o Centro Cultural Banco do Brasil, a Casa França Brasil, o Centro Cultural dos Correios, o Centro Cultural Light, o Centro Cultural da Justiça Federal, o Espaço Cultural da Marinha e o Paço Imperial.

O mapa a seguir é uma representação a partir dos trabalhos de campo que realizamos no Centro do Rio em momentos distintos. Diferentemente do caso de São Paulo, que ainda se encontra parcialmente no plano da estratégia, existe um movimento “real”, um rebatimento de uma ideologia “culturalista” na prática socioespacial. Dessa forma, conforma-se aos poucos um grande corredor cultural, cujos interstícios (a exemplo do que ocorre em São Paulo) vêm sendo preenchidos por fluxos de usuários e empreendimentos “culturais”.



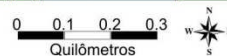
Centro “Cultural” Expandido O Corredor Cultural na Prática Rio de Janeiro

- Limite de Bairro
- Quadras
- Rio Branco - Chile - Eixo Financeiro
- Pressões sobre lugar com vida de bairro
- Movimento da Cultura-Mercadoria
- Lapa - Concentração de multidões
- Empreendimento “Cores da Lapa”
- Empreendimento “Viva Lapa”

- A - Morro da Conceição (Ex-Área Portuária)**
- B - Mercado Cultural (Ex-Centro Histórico)**
- C - Praça Tiradentes (Quase “Lapa”)**
- D - Cinelândia (Quase “Lapa”)**
- E - Lapa Original (?)**
- F - Bairro de Fátima**
- G - Rua da Alfândega (Saara)**

- 1 - Rua Sacadura Cabral**
- 2 - Praça Mauá**
- 3 - CCBB**
- 4 - Rua do Mercado**
- 5 - Paço Imperial e Arco do Teles (Praça XV)**
- 6 - Teatro Municipal**
- 7 - Biblioteca Nacional**
- 8 - Cine Odeon**
- 9 - Sala Cecília Meirelles**
- 10 - Circo Voador**
- 11 - Rua Joaquim Silva**
- 12 - Rua do Riachuelo**
- 13 - Rua do Lavradio**
- 14 - Início da Avenida Chile**
- 15 - Avenida Rio Branco**
- 16 - Rua da Carioca (esquina com Cine Ideal, Hotel Formule 1 e as “Torres Gêmeas”)**
- 17 - Real Gabinete Português de Leitura, Centro Cultural Carioca e IFCS - UFRJ)**
- 18 - Avenida Henrique Valadares + Rua da Relação**
- 19 - Avenida Gomes Freire**

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro/Instituto Pereira Passos. BaseGeo Web, 2009
 Organização: Julio Cesar Ferreira Santos (2009)
 Elaboração: André de Freitas Gonçalves (2009)



O caso carioca é peculiar em se tratando de marketing urbano, posto que a Prefeitura da cidade, em diversos momentos, não conseguiu efetivar seus projetos de revitalização. Como exemplos, citamos os casos da área portuária e do centro histórico. A Prefeitura empenhou-se para revitalizar essas áreas e atrair investimentos e consumidores. No caso do centro histórico, o fracasso é relativo. Contudo na área portuária, a Prefeitura chocou-se com tradições e um modo de vida particular, analisado por nós em outro momento (SANTOS, 2005) e lançou apenas a Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa (o Aquário municipal deverá ser o próximo empreendimento). Alguns podem argumentar que estamos tratando de momentos distintos; na verdade, pensamos que a Prefeitura do Rio necessitou reelaborar os “produtos” a fim de reapresentá-los ao mercado. Com isso, *lança-se* o Morro da Conceição (no porto) como uma localidade charmosa, onde resiste uma morfologia testemunha das últimas paisagens do Rio colonial. Pelas ruas do morro, novos ateliês surgem com alguma frequência, algo sintomático de uma gentrificação (nos moldes das metrópoles de regiões ricas). Sabe-se, através de trabalhos de campo, que há filas para aquisição de residências, o que nos coloca diante de uma procura intensa e um mercado imobiliário local relativamente aquecido. Nas imediações, a rua Sacadura Cabral, em revitalização, atrai atividades de cultura e lazer, como a boate gay paulistana The Week, bares e restaurantes. Esse é um eixo de valorização se realizando atualmente.

Em se tratando do centro histórico, a Prefeitura reapresentou aquela área recentemente como “Mercado Cultural”, um pólo que tem como eixo a rua do Mercado, ao redor da qual encontram-se feiras de artesanato, danças, música, museus, centros culturais, etc (observe folheto e localize no mapa). A frequência com a qual se organiza o “mercado”, bem como as atividades lá realizadas, nos remetem à experiência da feira de San Telmo, em Buenos Aires, matriz para esse tipo de iniciativa reproduzida em diferentes cidades.



MERCADO CULTURAL

LAZER DE QUALIDADE NO CORAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Segundo Sábado do Mês | na Rua do Mercado
12 de julho de 2008, a partir das 11h

ARTESANATO 11h às 18h Exposição e venda de artesanato brasileiro

OFICINAS 11h às 17h Oficina de Cabelo Afro [Esquina da Fama]
15h30 Oficina de Cachaça [Restaurante 1881]

DANÇA 13h Apresentação de Dança de Rua [Esquina da Fama]

TEATRO 16h Cidade das Donzelas, com a Truopp Pas D'Argent [Beco da Cultura]
14h Solarata [Restaurante 1881]

MÚSICA 15h Bossa Nova - [Restaurante King Crab]
17h Solarata [Restaurante 1881]

TURISMO 15h30 Giro Cultural Passo a Passo pelos monumentos locais [Beco da Cultura]
Lançamento de livro e Bate-papo com os autores [Teatro de Anônimos]

LIVROS Literatura diversa e especializada no Rio de Janeiro [Nas livrarias locais]

GASTRONOMIA Alta gastronomia brasileira e estrangeira [Nos restaurantes locais]

+ CULTURA 0 Poder naval na Formação do Brasil [Museu Naval]
Anima Mundi e Nippon -100 anos de integração Brasil Japão [CCBB, só até do dia 13/07]
Carlos Vergara: Sagrado Coração — Missão de São Miguel [Paço Imperial]
O Real e o Imaginário - Heraldo Pedreira - [Centro Cultural dos Correios]
Anima Mundi [Casa França Brasil]

realização



apoiadores



Figura 11. Folheto de divulgação do Mercado Cultural, antigo “Centro Histórico”.

A SAARA³⁴ (rua da Alfândega) é um caso a parte, possuindo dinâmica própria no contexto do Corredor. Também está incluída pela Lei no Projeto Corredor Cultural e significa lugar de consumo de produtos populares, lugar de encontro dos diferentes (classes e nacionalidades). Por outro lado, galerias e espaços culturais privados têm atraído um público de classe média “sofisticado”.

Quanto à Praça Tiradentes e à Cinelândia, ambas encontram-se atraídas pela dinâmica da Lapa, associadas aos fluxos, confundindo-se os espaços. A rua do Lavradio, que liga a Lapa à Praça Tiradentes, possui bares, restaurantes, antiquários e sedes de empresas, pois já se localizaria na área de influência da avenida Chile (eixo financeiro do Rio de Janeiro).

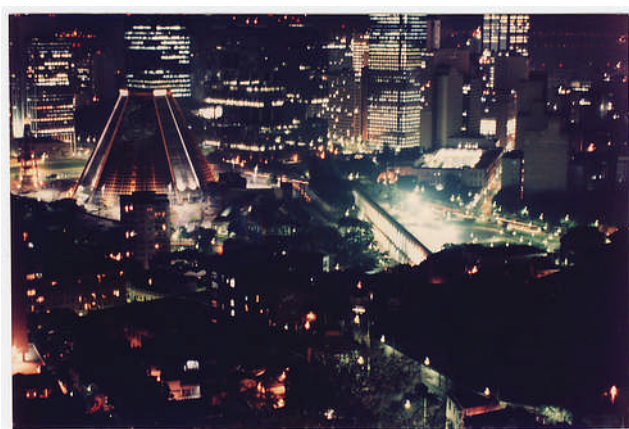


Figura 12. Lapa à noite e os edifícios de negócios da Avenida Chile compoem a paisagem.
Fonte: Divulgação PCRJ.

Deste modo, o Corredor Cultural contribui sobremaneira para a revitalização da Área Central do Rio de Janeiro, particularmente as redondezas da Praça XV, Lapa/Cinelândia, Largo de São Francisco e SAARA, as quais detêm uma elevada porção do patrimônio histórico e artístico carioca. Logo, as políticas públicas de ordem cultural favoreceram o recrudescimento de novas funções na Área Central do Rio de Janeiro. A rua do Riachuelo torna-se, então, uma extensão da “Lapa”, alcançando até mesmo o Bairro de Fátima, área do

³⁴ A SAARA, no Rio, equivaleria à rua 25 de março, em São Paulo.

Centro da cidade com comércio local e vida de bairro, assim como o já citado morro da Conceição.

O Corredor Cultural pode ser considerado um exemplo de iniciativa associada ao planejamento urbano em uma cidade onde já não se planeja mais. A diretora de seu Escritório Técnico o qualifica como *“planejamento urbano culturalista”*. Na verdade, as manchas urbanas protegidas, ou seja, as áreas delimitadas pela letra da lei significam, na prática, uma *“moldura para os grandes bens já anteriormente e atualmente protegidos por outras esferas de governo”*. Em outras palavras, o Corredor Cultural criaria uma ampla *“área de amortecimento”* no interior da qual estariam os bens arquitetônicos de valor histórico mais caro para a cidade do Rio de Janeiro. Obviamente que o conjunto arquitetônico por si só está incluído na concepção de patrimônio, denotando certa *“homogeneidade”*. Contudo, esses conjuntos da Lapa, Cinelândia, do SAARA, Praça XV, enfim, eles mesmos constituem a moldura para o grande bem arquitetônico, pontualmente protegido por outros órgãos de governo (INEPAC, IPHAN, UNESCO, etc). Para Maria Helena Mc Laren, *“o importante não é o ‘um’ pro Corredor Cultural, não é o imóvel em si, e sim a presença de conjuntos diferenciados de volumetrias completamente diferentes dessas que sobreviveram na cidade”*.

E conclui:

“Eu acho meio equivocado dizer “revitalização”, jamais essa área esteve morta, ela era a Capital da República, não é verdade? Fica esvaziada com a transferência do poder pra Brasília, mas o grande mote do Corredor foi exatamente fazer revigorar os valores que iam além disso, os valores da representatividade, os valores simbólicos. Por exemplo, mesmo se quiséssemos construir essas novas centralidades como vocês têm em São Paulo, vocês têm o centro vocês tiveram depois a Paulista, depois a Berrini, depois não sei... três ou quatro centralidades... o Rio não teve isso, o Rio quis ter a Barra da Tijuca, ‘vamos transferir pra Barra’, isso jamais aconteceu, porque além da centralidade física tem todo o simbólico do edificado que aqui está, jamais entendendo que a Barra possa competir com isso, mesmo que você construa essas novas centralidades. Disso não se periga, todo simbolismo cá está, o que a gente trabalhou esse tempo inteiro foi pra mostrar que isso não era velho e caquético, que isso era exatamente o grande diferencial, e que isto era antigo, mas era caro. Este vem sendo o nosso tom cotidiano... transformador”.

No encalço das reflexões de Mc Laren, não seria forçoso dizer que o “planejamento urbano culturalista” vale-se dos tempos acumulados na cidade como representação cultural, proporcionando a circulação do capital valendo-se justamente do caráter de singularidade desse patrimônio.

Esse processo de crescimento da frequência ao Centro do Rio vem estimulando outras atividades com alto potencial catalisador de fluxos intra-urbanos que não estão limitados ao horário comercial. Uma das mais notáveis é a instalação de *campi* universitários, vários deles ocupando e reformando prédios que se tornaram inviáveis para outras atividades comerciais, assim como para o funcionamento de instituições financeiras. Esse processo se realiza particularmente no entorno da Candelária, antigo coração comercial da cidade velha.

A implosão do Complexo Prisional da rua Frei Caneca³⁵ (já realizada no final de 2006), uma cadeia feminina em plena periferia imediata da área central que ocupava grande extensão do solo urbano, insere-se no contexto de criação de mais estoques na área central. A intenção da municipalidade era, em parceria com a Caixa Econômica Federal, construir no local um condomínio residencial para famílias com renda mensal de até R\$1.800,00; no caso de policiais civis, militares, bombeiros e outros profissionais da área de segurança pública, seria admitida renda mensal de até R\$ 2.400. Três anos após a implosão, o imenso terreno não foi ocupado. Todos se perguntam: por que o programa habitacional não deu certo? Qual a razão? Qual seria a diferença entre a área da rua Frei Caneca e a Lapa?

Para o vereador Eliomar Coelho, membro da Comissão de Assuntos Urbanos da CMRJ, as intervenções da Prefeitura são pontuais a fim de garantir e reafirmar os privilégios na cidade. Em nossa entrevista, o vereador afirma que os programas públicos deveriam

³⁵ Em “O Globo Online” (25/12/2006): “A implosão [...] deixará sob escombros 171 anos de história do sistema prisional do país, iniciada nos tempos do Império. Pelos cárceres da Frei Caneca passaram de presos comuns e policiais como Mariel Maryscótt a presos políticos que lutaram contra a ditadura militar de 64”.

resolver problemas de quem não tem moradia. Entretanto, os projetos habitacionais da Prefeitura possuem um perfil elitista, haja vista a grande quantidade de imóveis vazios na Área Central (segundo o vereador, aproximadamente 5000).

Reafirmando esse caráter elitista na condução da cidade, merece atenção e análise um fato novo que pode representar a generalização do modelo de grandes condomínios exclusivos da Barra da Tijuca pela cidade, inclusive na Área Central. Trata-se do lançamento do empreendimento “Cores da Lapa”, totalmente vendido em menos de duas horas, no dia 10 de novembro de 2005. O projeto reúne seis edifícios, com 688 apartamentos de um, dois e três quartos, além da quadra de boliche, piscina e lojas. O apartamento mais barato custou R\$85.000,00 e o mais caro, R\$150.000,00. Esses valores podem revelar o interesse da classe média em (re)ocupar o Centro do Rio. Entretanto, esse “retorno” ao Centro indica uma nova forma de se relacionar com a cidade, posto que os novos moradores estarão próximos dos ambientes de trabalho e de lazer *na cidade*, mas, ao mesmo tempo, *fora da cidade*, encastelados em um condomínio exclusivo. Podemos, preliminarmente, dizer que este condomínio reflete uma contradição, pois é o que **nega** e **afirma** a cidade (a não-cidade dentro da cidade). Este empreendimento, lançado pela Klabin Segall, conta com uma praça central, fechada para os moradores do condomínio, público de classe média.

O “Cores da Lapa” é exemplar também porque é o “primeiro empreendimento lançado na área em trinta anos”, de acordo com a Klabin, ocupando o terreno da antiga fábrica da Antarctica, praticamente uma grande quadra completa na área central. Caso semelhante, o edifício “Viva Lapa” também foi completamente vendido em apenas uma hora no dia 26 de outubro de 2006. Segundo o jornal “Extra” (29/10/2006), “o lançamento da CHL é um *retrofit* (técnica de modernização de um antigo imóvel) de um hotel na rua Gomes Freire, na Lapa. Os

apartamentos foram vendidos por um preço médio de R\$80 mil”. Em trabalhos de campo, soubemos que a maioria dos compradores tem origem em São Paulo.

O condomínio “Cores da Lapa” representaria muito mais do que um “mero” lugar de residência. Quem compra um apartamento no “Cores da Lapa”, compra um estilo de vida, compra um comportamento: exclusividade, particularidade, sofisticação e despojamento. Compra um *lugar* na cidade e os painéis de publicidade que revestem as paredes do empreendimento (abaixo) ilustram isso.



Figura 13. Painéis de divulgação do Cores da Lapa. Fonte: autor.



Figura 14. Visão interna do condomínio Cores da Lapa. Fonte: Divulgação Klabin Segall.

Quem compra “Cores da Lapa” leva no mesmo pacote imobiliário (pela ordem dos painéis): a herança do samba, da boemia; os Arcos; o lugar de trabalho na avenida Chile; o lugar de estudo no colégio ou na universidade; a sofisticação da rua do Lavradio; o boliche das áreas internas; a piscina; o Passeio Público; a Sala Cecília Meirelles; um espaço *fitness*; a Cinelândia (Teatro Municipal); e, na outra ponta, novamente o samba e a boemia, a festa nas ruas. Interessante perceber que os empreendedores incluem dentre as vantagens garantidas aos moradores, como a piscina, o espaço *fitness*, etc, também outros elementos da vida urbana do Centro e da cidade...

A partir de nossas investigações sobre os processos implicados na estratégia da revitalização urbana, deparamo-nos diante de contradições fundamentais para a reprodução da metrópole hoje. Localizar a revitalização urbana como produto desse movimento das contradições é nosso objetivo neste capítulo.

3.3. Alienação, Propriedade Privada e o Movimento das Contradições

Para estudar a metrópole contemporânea a partir de um fragmento, apontava-se no horizonte considerar o processo de urbanização. Ora, mas o foco sobre a urbanização recente e a metrópole conduziria, a nosso juízo, ao dinâmico processo de valorização do espaço.

Assim, no bojo do estudo do processo de valorização do espaço seria fundamental compreender a lógica que o preside. Isto posto, acompanhando o movimento do pensamento revelado ao debruçar-nos sobre a obra lefebvriana, qual seja, o de realização de um *projeto* e a tendência de constituição de uma *sociedade urbana* produzida no cerne da industrialização e no movimento de sua superação, encaramos a espacialidade do processo de valorização através da realização de suas contradições internas (aquelas do espaço), concomitantemente à progressiva e contínua “humanização” da natureza natural, apropriada como segunda natureza (uma produção social) teórica e praticamente. Seguindo este raciocínio, compreender de que forma a alienação se realiza tornou-se parte fulcral desta investigação.

Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels nos dizem que a alienação nasce de uma cisão entre a condição inorgânica do homem (que vem da natureza) e o processo mais amplo de reprodução. Neste momento, a alienação é forjada, surgindo da separação entre o homem e a natureza. A alienação nasce de uma profunda cisão na História, a partir do momento em que as condições objetivas da vida do homem são separadas dos meios de produção. Neste sentido, o conteúdo da História seria a própria realização da vida do homem. Nas palavras de MARX e ENGELS (1984, p.27),

“o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a História, é que os homens devem estar em condições de **viver** para fazer história. (...) O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades [comer, beber, ter habitação, vestir-se], a produção da própria vida material” – grifo nosso.

Assim, na prática, o movimento histórico que forja a alienação também é o caminho percorrido pelos homens na construção de uma Civilização. Civilizar-se, deixar de pertencer ao reino natural, de outra forma também significaria o ato de produzir cidades.

Em “A Cidade e as Serras”, Eça de Queirós esboça um idealismo saudosista acerca da cidade e do campo. Para o autor português, cabe desmistificar a cidade moderna e capitalista, sendo esta o expoente do espaço e da construção antinaturais, privando o homem do contato benéfico com a natureza, característica do campo. Longe de considerar a cidade como “uma nódoa parda que suja a Terra” (QUEIRÓS, 2003, p.70), o lugar antivital da degradação, decadência e da desumanidade e o campo como a eterna possibilidade de resgate dos valores do homem, propício à renovação e à conquista da felicidade, seguimos relativizando a “perversão” na lógica apontada por Queirós, mas preservando sua concepção fundamental intrínseca: a de que a cidade cresce à custa da exploração do homem pelo homem e da redução do indivíduo à mercadoria, bem como o desejo pelo dinheiro.

Neste contexto, a fim de satisfazer suas necessidades, estabelece-se outra relação entre os homens e suas obras, pois agora os homens passam a se objetivar em atividades produtoras de obras, alienando-se pelo *trabalho*, uma categoria especificamente própria da História. Nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, Marx aponta o trabalho como a “essência ontológica do homem”. Neste sentido, o homem é considerado um ser materialmente sensível, sofredor e carente, um ser de paixões e de necessidades. Dessa forma, o "trabalho" em geral será seu meio de objetivação e exteriorização fundamentais para suprir tais necessidades. O homem, com seu fazer *consciente*, transformará produtivamente a natureza externa, seu "corpo inorgânico", e nesse processo também o seu próprio ser (sua natureza interna). O homem se

forma pela produção, pelo trabalho, como apropriação do objeto pelo ato de transformação³⁶.

O homem é o *que* ele produz e é *como* ele produz. Em outras palavras,

“o homem *carente*, cheio de preocupações, não tem nenhum *sentido* para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer *humanos* os sentidos do homem quanto para criar *sentido humano* correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural” (MARX, 2004, p.110-111) – grifos do autor.

A produção possui duas dimensões, sendo uma abstrata e outra, material. A efetiva divisão do trabalho, determinada socialmente, surge da divisão entre essas dimensões, quando o capitalismo tira o controle da produção das mãos dos trabalhadores. Com isso, instaura-se o conflito, a luta de classes, e um estratégico descolamento entre a representação da realidade e a prática social. O descolamento da prática sugere a alienação, posto que as relações existentes (autonomizadas) entram em contradição com a realidade, com as forças de produção existentes – (sendo o espaço hoje uma força de produção, isso nos diz muito). Daí que a alienação vem da divisão do trabalho, pois a dimensão filosófica e a dimensão material referem-se agora a indivíduos distintos, organizados de acordo com interesses específicos. A sociedade de classes surge do movimento histórico que produz a contradição entre aqueles que detêm os meios de produção e uma subjetividade (o controle do processo), e aqueles excluídos da posse da propriedade privada (produto do processo), incluídos enquanto força de trabalho. Trata-se da contradição Capital-Trabalho, mistificada pela ideologia burguesa de que todos são iguais (perante a lei, em um primeiro momento, e socialmente em seguida).

Nossa reflexão passa necessariamente pela compreensão da alienação como *processo* e *produto* (determinado também pela própria morfologia espacial), separando o homem de sua produção e causando o estranhamento e a coisificação. O trabalho *dentro do capitalismo*

³⁶ A propriedade privada tem um início, uma força criadora que a produz (que se manifesta no sujeito): o trabalho. A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho (MARX, 2004).

conduz à alienação, posto que a própria atividade do homem já não o pertence mais, convertendo-se no *outro* do homem. Com Marx, concordamos que a

“propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a conseqüência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado” (MARX, 2004, p.87) – grifos do autor.

Colocados os termos da alienação, o homem passa do “mundo das imediações” para o “mundo das mediações” costurando suas condições de vida. Em seu processo de sofisticação, a propriedade privada, como mediação, consolida a cisão. A cisão total se realiza com a separação do trabalho assalariado do capital, com a apropriação privada do trabalho, configurando uma contradição que possui como elemento de superação a produção do espaço (SOJA, 1993). O espaço urbano torna-se local fundamental para a realização do valor diante do aumento da mais-valia absorvida na reprodução da força de trabalho e das relações sociais de produção. De acordo com ROWEIS apud SOJA (1993, p.121), “o que o trabalho tira com uma das mãos (na luta no local de trabalho) ele dá com a outra (no local de moradia urbano)”. A luta pelos salários aparece agora como luta por poder político, participação e direitos mais amplos. Essas lutas políticas adquirem, então, um novo caráter, escapando das fábricas e invadindo o espaço urbano. Estamos na esfera da reprodução das relações sociais.

Dessa forma, como se atualizaria a alienação no mundo moderno? O que poderia subsumir a luta política no espaço urbano a favor da reprodução capitalista? Um caminho metodológico possível revela-se lançando mão do método progressivo-regressivo (método de investigação elaborado por Lefebvre). Partindo do presente, intenta-se ler o processo da/na História, em busca do fundamento. Nesta perspectiva, para Marx, a prática socioespacial (a realização da História) possuiria como conteúdo a produção da própria vida do homem. No caso do homem moderno, este pode, em função do desenvolvimento da técnica, da indústria e da troca, viver a sociedade como uma abstração, alienando-se do social.

A industrialização e seus problemas de superprodução produziram a necessidade de se redefinir e criar espaços, tendo a urbanização como tendência e objeto. Entre o homem e a natureza que se “humanizava”, instalaram-se mediações – dentre elas o Estado –, cuja presença e constância guiaram a produção no seu âmbito. Sendo o dinheiro uma abstração que também passa a presidir as relações sociais, configura-se uma contradição, pois, segundo SEABRA,

“esse homem praticamente aparece na crise da modernidade como sendo monetarizado sem dinheiro. Mas continua tendo que realizar-se como homem, como indivíduo social e particular, e isso só é possível numa luta aberta que faça valer atributos individuais. E quando tais atributos não se realizam como sociais, a humanidade é rebaixada ao irrisório. Sob certas circunstâncias, o homem vira coisa, é coisa qualquer. Vira um número no exército de desempregados. Vira um transeunte, um telespectador passivo... assim por adiante” (2000, p.77).

Sendo a base do capital (MARX, 2004), a propriedade privada apresenta-se como elemento que produz a cisão (e mediação) entre o capital e o trabalho e transforma o homem objetivado em mercadoria, “monetarizado, mas sem dinheiro”, de acordo com SEABRA (2000), mais pobre quanto mais riqueza gera. Eis a miséria do processo, que reduz a humanidade do homem ao ínfimo e projeta a infelicidade como objetivo último da reprodução (MARX, 2004). Hoje, com a realidade da cotidianidade produzida, o esboroamento dos referenciais e a redução da vida do homem também alcançam os possuidores da propriedade. Como em uma película surrealista de Buñuel, fantasias delirantes e práticas mágico-místico-“religiosas” aderem aos discursos alternativos dentro da sociedade, de modo a escapar ao profundo estranhamento produzido/produtor pela/da propriedade privada. No filme “O Anjo Exterminador”³⁷, mesmo diante do solapamento das referências e do esvaziamento da vida, a proposta de “extermínio” dos indivíduos fragmentados mergulhou os sujeitos mais e mais no emaranhado de relações alienadas reproduzidas como “vida”, baseadas no mundo do consumo. Metáfora da realidade, a ficção exposta em filme ganha ares de hipóstase!

³⁷ “El Ángel Exterminador” (1962, México). Roteiro e Direção: Luis Buñuel.

Diante de uma sociedade fragmentada e de um indivíduo empobrecido, a hipótese aventada a partir de SOJA (1993) é a de que a contradição entre o capital e o trabalho levada às últimas conseqüências possui como terceiro termo, o de sua superação, a *produção do espaço*. Considerando que a superação desta contradição basilar conduziria a um momento de superação do próprio capitalismo, cabe realizar aqui algumas averiguações. Interessante também perceber que o movimento que supera essa contradição – esboçado na tríade capital-trabalho-produção do espaço – introduziria *outra* contradição, elementar para a sustentação teórico-metodológica desta investigação, a ser exposta brevemente.

A tese que se esboça é a apresentada por Lefebvre em “Le Retour de la Dialectique” (1986) e “A Produção do Espaço” (2006)³⁸. Admite-se que a problemática analisada por Marx, no contexto da industrialização, é deslocada hoje e explicada em novos termos, por novas contradições, através da obra de Lefebvre. Se Marx tinha a industrialização como fundamento das contradições surgidas no movimento da reprodução do capital, Lefebvre supera (sem abolir) essas questões apontando a urbanização e uma *tendência* à realização do urbano³⁹, com a “insurreição do uso”, a superação do atual modo de produção e a produção de um novo espaço (em um sentido mais amplo). Assim como o movimento do capitalismo vem superando a racionalidade da produção (quantitativa) em direção a esse “urbano” (qualitativo), Lefebvre supera Marx e o “atualiza”.

Observação 1: Lefebvre demonstrou como o capitalismo subsistiu através da reprodução das relações sociais de produção e da produção do espaço.

³⁸ Tradução realizada por pesquisadores do Laboratório de Geografia Urbana da USP.

³⁹ “O conceito parte de uma teoria sobre o espaço (social) enquanto produto-produtor, isto é, engendrado pelo modo de produção, mas intervindo em todos os níveis: forças produtivas – organização do trabalho – relações de propriedade – instituições e ideologias” (LEFEBVRE, 1986, p.159).

Observação 2: Encerra-se no âmbito da produção, além do **espaço**, também a produção do **cotidiano** e o próprio **urbano** (como tendência).

Aceita a perspectiva *real* de efetivação do urbano, surgiu aqui uma possibilidade de leitura diferenciada deste fenômeno, apontando um caminho crítico e radical de análise da realidade. Apenas uma possibilidade diante de um fenômeno incerto e tendencial, que pode ou não se realizar⁴⁰. Com efeito, está posto aqui o desafio de entender como o urbano se (re)produz no século XXI.

Colocada a advertência, enunciamos a questão: como a produção do espaço superaria a contradição Capital-Trabalho e conduziria à realização completa do urbano se a própria produção do espaço hoje possui o *gérmen* que reproduz o capital? Não esperamos fornecer uma resposta definitiva, tão somente problematizar. Vejamos.

Nos “Manuscritos...”, Marx aborda a essência contraditória da propriedade privada. Para ele, “o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada enquanto exclusão da propriedade, e o capital, o trabalho objetivo enquanto exclusão do trabalho, são a *propriedade privada* enquanto sua relação desenvolvida da contradição, e por isso uma relação enérgica que **tende** à solução” (2004, p.103). Complementa mais adiante: “o *comunismo* é, finalmente, a expressão *positiva* da propriedade privada supra-sumida [superada]” (ibidem, p.103). “A propriedade privada material, imediatamente sensível, é a expressão material-sensível da vida humana estranhada. [...] A supra-sunção [superação] positiva da propriedade privada, enquanto apropriação da vida humana é, por conseguinte, a supra-sunção positiva de todo estranhamento” (ibidem, p.108).

⁴⁰ A incerteza sobre os resultados do urbano pode ser expressa pelas seguintes passagens: “Fará o urbano reaparecer, no lugar da ‘cultura’ uma nova *civilização*, de modo que a transformação ou revolução cultural que se realiza na ‘cultura’ sem que muitos se dêem conta, restituiria em um nível mais elevado a *civilização* (isto é, a sociedade civil, a civilidade, a urbanidade, o civismo dos cidadãos)? [...] uma civilização urbana geriria, até anulá-la, a clivagem entre a elite e o povo, em outras palavras, a sociedade dual ou ‘triádica’. [...] O que resultaria de uma insurreição? De uma guerrilha urbana? Quem pode prever? Renovação ou catástrofe?” (LEFEBVRE, 1986, p.166-167).

Logo, nota-se nas passagens acima a essência contraditória da propriedade, pela qual depreende-se ser ela forma e conteúdo (contém *em si* o Trabalho e o Capital em contradição formando sua essência). Assim, por exemplo, o Trabalho como essência subjetiva da propriedade privada (*trabalho* como riqueza equivalente à *propriedade* como riqueza) torna-se uma alienação do homem (abstrato). Com a industrialização, a propriedade privada incorpora-se ao homem: o homem possui, então, dentro de si o outro dele próprio, a propriedade. No limite, o próprio homem converte-se em propriedade! Neste sentido, para Marx, “na medida em que fazem da propriedade privada, em sua figura ativa, sujeito, acabam fazendo, ao mesmo tempo, do homem, essência, e simultaneamente do homem enquanto não-ser, ser, assim mesmo a contradição da efetividade corresponde plenamente à essência contraditória que eles reconheceram como princípio” (ibidem, p.100).

Retornando à questão anteriormente esboçada: assim como a propriedade privada, no espaço reside o seu outro, ou seja, antiteticamente o espaço **é e não é** ao mesmo tempo condição para o urbano. Assim, o processo de produção do espaço contém o seu *outro* dentro de si, contém em si a própria essência contraditória da reprodução: carrega consigo as positivities (condição para a realização tendencial do urbano) e as negatividades (as condições para a reprodução contraditória do capital). Mas, como compreender tal não-ser que ao mesmo tempo **é** ou participa do **ser**? O *não-ser*, assim, aparece como antítese intrínseca ao próprio ser: ora o espaço aparece como condição, ora como obstáculo... ao capital e ao urbano. Daí que o urbano pode ou não se realizar, e o Estado tem muito a ver com isso. Acreditamos que, particularmente, neste momento, surge de nossa análise elementos que possuem potência para a compreensão de uma **dialética espacial**.

Seguindo a trilha de Lefebvre, para entender o mundo moderno é preciso compreender os caminhos de superação das crises do capitalismo através da produção do espaço nos limites

do processo de mundialização do mundo. Sendo assim, hoje, caberia investigar o papel do Estado como ente totalizador das relações sociais. O Estado apresentaria um “caráter regulador do espaço político”, produtor de uma racionalidade que “regula e reconduz as condições de dominação, subordinando a reprodução simples (da força de trabalho) à reprodução mais complexa das relações de produção e estas àquelas das relações de dominação, incorporadas no espaço” (LEFEBVRE, 2006, tradução livre de “A Respeito do Estado”, p.19). Responsável por reunir os fragmentos de um “espaço pulverizado” pela generalização da propriedade privada, negando a fragmentação, por um lado, e a diferenciação, por outro, o Estado oferece as condições para a reprodução em outro nível, corrigindo distorções, mantendo a hegemonia da propriedade, apropriando-se dos movimentos contestatórios em sua estrutura, reduzindo tensões e reproduzindo o espaço capitalista. Esse seria o sentido do planejamento urbano! Assim, “ganham espaço” movimentos que procuram “corrigir” distorções e recompor a sociedade por dentro do Estado, colocando em perspectiva uma “Gestão Democrática da Cidade” apoiada na “cidadania” e no “direito à cidade”, todos ideologizados. Dessa forma, o **Estado** apareceria como o terceiro elemento de uma nova tríade introduzida a partir do movimento da contradição entre o capital e o trabalho: corolário da industrialização, a **produção do espaço** hoje afirmaria mesmo a tendência à constituição do **urbano** (“espaço de catástrofe” do capitalismo); contraditoriamente, a produção do espaço também se apresenta na outra ponta do processo como impedimento à formação do urbano⁴¹!

Como nos diz LEFEBVRE (1986), o urbano nasce em um movimento que vem da industrialização: o deslocamento do capital conduz à urbanização do campo, à incorporação das periferias na urbanização recente e à desvalorização do espaço do Centro da metrópole, densamente ocupado. Neste contexto, o processo de implosão-explosão da cidade acima

⁴¹ Esta tríade (urbano-espaço-Estado), definida e condicionada pela anterior (Capital-Trabalho-produção do espaço) aqui exposta, encontra-se desenhada no capítulo V (“O Espaço e o Estado”) do Tomo IV (“As Contradições do Estado Moderno”) da obra “A Respeito do Estado”.

descrito e a generalização da urbanização geram contradições no movimento de sua reprodução, já que o “espaço da propriedade” (LEFEBVRE, 2006) aparece como obstáculo e condição à reprodução até mesmo devido à escassez de novos espaços em algumas áreas estratégicas da cidade, como o Centro. No limite, tratamos aqui o Urbano como negação da propriedade (ou afirmação da não-propriedade) e a produção do espaço capitaneada pelo Estado como a negação da negação da propriedade (ou a negação da não-propriedade). Aqui entra o Estado como terceiro elemento, aquele que resolve a negação contra o movimento tendencial do urbano. Ao Estado cabe, então, reproduzir a raridade através da produção de novos espaços em uma relação da centralidade antiga com as demais centralidades, a fim de garantir a reprodução do capital e *impedir* a realização do urbano (a superação do capitalismo). Isso apenas confirma nosso raciocínio, pois as condições dadas à reprodução do capital continuam presentes diante da *tendência* ao urbano. O espaço apresenta-se, assim, como elemento que pode conduzir ao urbano, o espaço de realização da humanidade do homem (CARLOS, 2000), ou não, confirmando-se como o espaço da reprodução contraditória⁴², produzido pelo Estado para resolver o problema da propriedade privada como barreira à realização do Valor. Esse movimento nos conduz a uma conclusão não tão evidente: apenas a superação do Estado garantiria a realização do urbano (e esta é uma tarefa prática)⁴³. Contudo, como o movimento tendencial do urbano (ainda) coexiste com o Estado, essa passagem não será feita sem luta⁴⁴. O urbano é um movimento real que tende a superar o estado de coisas atual, sendo que suas condições dependem de pressupostos atualmente dados. A superação das contradições tem a ver com a superação da divisão do trabalho que, por sua

⁴² Cabe anotar aqui uma obviedade (?): este movimento é dialético e não obedece a uma suposta linearidade ou princípio evolutivo.

⁴³ Para outras derivações “marxistas”, caberia “tomar o poder político”, controlar o Estado e “conduzir” a sociedade ao limite do capital.

⁴⁴ Lefebvre sentencia: “a sociedade mundial será urbana ou não existirá!” (1986, p.167). Derivando a partir dessa colocação, acreditamos que a superação do capital estará em perspectiva neste século fomentada pela “questão ambiental” e o debate da sustentabilidade da vida no/do planeta. Neste caso, aponta-se a diminuição brutal da produção no mundo; do contrário, haverá redução em massa da população mundial. Contudo, não seria essa (também) uma saída paliativa para o “problema”?

vez, tem a ver com a superação da sociedade de classes⁴⁵. Tudo isso obviamente encontra-se mistificado pelas ideologias. No movimento de superação positiva da contradição Capital-Trabalho e da confirmação do urbano, a alienação só pode ser superada sob dois pressupostos práticos:

“Para que ela se torne um poder ‘insuportável’, isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente ‘destituída de propriedade’; e que se encontre, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de cultura existente de fato – coisas que pressupõem, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (...) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a *carência*, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida” (MARX e ENGELS, 1984, p.50).

Assim, se as forças sociais não entram em ação, o Estado forma um bloco aparentemente monolítico, intransponível. Conseqüentemente, as estruturas do Estado, além de conformarem seu aparato interno, passam a estruturar “as forças sociais e a vida econômica, a vida prática, a sociedade inteira. (...) as possibilidades que se oferecem dependem estritamente do movimento das massas, sem o qual o edifício do Estado seguiria sendo um bloco” (LEFEBVRE, 1972, p.77-78). Encontrando terreno fértil, o político domina o social, a fim de garantir a reprodução ampliada do econômico através da *produção do espaço* e do *cotidiano*. Estas diferentes produções nos lançam em um movimento tendencial em busca da superação das contradições apontadas. No próximo capítulo, subsidiados pelas observações, materiais e análises da realidade de São Paulo, estudaremos o movimento da contradição deterioração-revitalização a fim de localizar satisfatoriamente os fragmentos carioca e paulistano em um percurso que nos conduz a uma nova forma de urbanização. Neste sentido, temos um movimento teórico-prático muito interessante: a luta política – anteriormente pelos salários nas fábricas, realizada posteriormente no espaço urbano – é

⁴⁵ Fundamentalmente, é a contradição da luta de classes que se constitui, em Marx, como pressuposto histórico impulsionador de todas as contradições.

diluída e amalgamada em um discurso (que também é prático) pretensamente não-economicizado, mas que guarda justamente aquilo que atualiza a alienação hoje. Estamos nos referindo ao discurso da Cultura.

CAPÍTULO 4

Uma Conversa com São Paulo:

Uma “Virada” Cultural na Reprodução do Espaço

“Por mais abstrata que seja a reprodução do espaço, a dominação política e o processo de valorização a revela como processo prático”.

Odette Seabra.

4.1. A Operação Urbana Centro e a NovaLuz®

Neste capítulo, nosso objetivo é realizar um contraponto com o caso de revitalização urbana no Centro do Rio de Janeiro. Com efeito, buscamos a cultura (ideologizada) no interior da reprodução do espaço em São Paulo, a fim de encontrar elementos que nos permitam perceber certa simetria entre as agendas políticas das duas maiores metrópoles brasileiras. Localizando na periferia imediata do Centro de São Paulo um movimento de revalorização do espaço após a deterioração experimentada, a intenção é expor lógicas e estratégias que apontam para o Centro da Metrópole hoje como uma das fronteiras da reprodução econômica.

Em São Paulo, a revitalização no Centro possui como instrumento jurídico e estratégia a Operação Urbana Centro⁴⁶. Esse mecanismo tem como objetivo revitalizar a área central de

⁴⁶ Em março de 1986, lança-se a pedra fundamental do movimento: a Resolução CONDEPHAAT originada de um estudo de tombamento de Santa Ifigênia. Houve uma Operação Urbana Anhangabaú na década de 1990, com pífios resultados.







São Paulo “(...) tornando-a atraente para investimentos imobiliários, turísticos e culturais e preparando-a para o papel de cidade mundial” (SÃO PAULO/EMURB, 1997, p.1). Cabe ressaltar que a Operação Urbana visa promover a revitalização através de parcerias entre o Estado e o setor privado. Esse Centro previsto pela municipalidade paulistana elevaria sobremaneira São Paulo no panorama das transações internacionais, atraindo fluxos financeiros e de toda ordem (incremento ao turismo, por exemplo). Em vigor desde 1997, esta Operação Urbana obedeceu a algumas fases, contabilizando iniciativas de destaque, como a recuperação/criação de relevantes fixos culturais, incitando desde então uma tentativa de alteração do “perfil” da área central⁴⁷. Bem mais, essa Operação Urbana intenta garantir a produção de novos espaços a expensas de desapropriações, expulsões, demolições, cassação de licenças, etc.

Nesta pesquisa, acreditamos que a Operação Urbana seja o meio pelo qual se espera preencher os interstícios existentes entre os núcleos fomentados pela Prefeitura, abrindo caminho para a consolidação de um grande *corredor cultural* desde a Avenida Paulista⁴⁸ até a área da Luz, acarretando a valorização nas cercanias das intervenções.

⁴⁷ Complexo cultural da Estação Júlio Prestes (com a Sala São Paulo), Estação da Luz (com o Museu da Língua Portuguesa), a reforma da Pinacoteca do Estado, Museu de Arte Sacra, idealização da Praça das Artes e a instalação do Shopping Light são alguns exemplos.

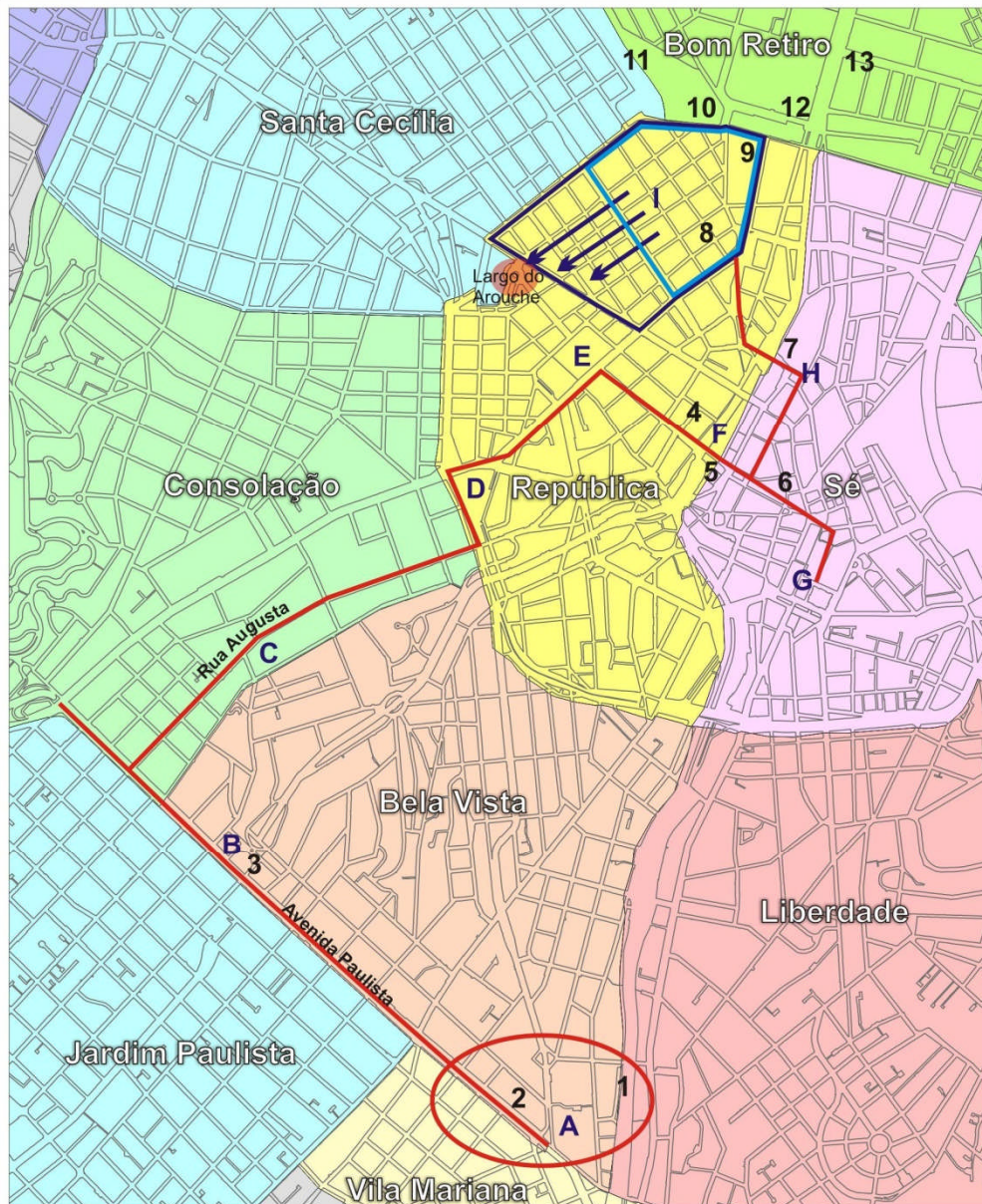
⁴⁸ “A Lei Rouanet tem se mostrado uma força miraculosa em seus 17 anos de vida. Basta dizer que mudou a paisagem da avenida Paulista, em São Paulo, ao fazer surgir uma dezena de centros culturais. Curiosamente, instituições com nomes de bancos, que elogiam o espírito abnegado da instituição financeira” (CARVALHO e RODRIGUES, 2008, p.A3). Sobre a relação entre a Lei Rouanet e a explosão de centros/estabelecimentos culturais no centro expandido, ver o ótimo trabalho de KARA JOSÉ (2007).

Da Paulista à Luz A “Cultura” como Estratégia São Paulo

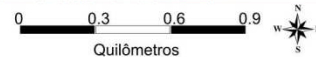
-  Limite de Distritos
-  Quadras
-  Eixo Paulista - Luz - “Centralidade” Cultural
-  Deslocamento da “Cracolândia”
-  Nova Luz - perímetro antigo
-  Nova Luz - perímetro atual

- A** - Núcleo Brigadeiro
- B** - Avenida Paulista
- C** - Rua Augusta
- D** - Praça Roosevelt
- E** - Praça da República
- F** - Anhangabaú
- G** - Sé e Pátio do Colégio
- H** - São Bento
- I** - Nova Luz (Ex-Cracolândia)

- 1** - Centro Cultural São Paulo
- 2** - SESC Paulista e Instituto Itaú Cultural
- 3** - MASP e Parque Trianon
- 4** - Praça das Artes e Teatro Municipal
- 5** - Prefeitura Municipal
- 6** - CCBB
- 7** - Convento de São Bento
- 8** - Futuro Complexo Instituto Moreira Salles
- 9** - Estação da Luz e Museu da Língua Portuguesa
- 10** - Estação Júlio Prestes e Sala São Paulo
- 11** - Complexo cultural com museus, teatro e sala de dança
- 12** - Pinacoteca do Estado e Praça da Luz
- 13** - Museu de Arte Sacra



Fonte: Prefeitura de São Paulo/Sempla/Dipro. Município em Mapas - Panorama, 2008.
 Organização: Julio Cesar Ferreira Santos (2009)
 Elaboração: André de Freitas Gonçalves (2009)



Nesta pesquisa, além de resgatar as iniciativas já realizadas, estudamos o projeto de remoção da área degradada conhecida como Cracolândia pela Prefeitura (no contexto da chamada NovaLuz[®], em revitalização), suas implicações possíveis e objetivos.

A desapropriação de imóveis e a demolição programada de quarteirões em pleno Centro vêm produzindo novos espaços, cuja meta é atrair, principalmente, empresas prestadoras de serviços, alta tecnologia e instituições de ensino superior (estas últimas possuem potencial indutor de estímulo à ocupação do Centro por novos moradores).

Cabe ressaltar o papel da Associação Viva o Centro e de seus associados, interessados diretamente nas estratégias que visam ao oferecimento de maiores possibilidades de lucro. O papel desta associação é de fundamental importância para entender o “espírito” das Leis aprovadas que regulamentam as intervenções em tela.

Em setembro de 2005, publica-se o Decreto de Utilidade Pública nº 46.291, resguardando o perímetro original. Em dezembro do mesmo ano, o poder público promulga a Lei de Incentivos Seletivos nº 14.096. Em maio de 2007, a Prefeitura de São Paulo anunciou a realização de um leilão de mais de 100.000 m² na Cracolândia⁴⁹. Em entrevistas na Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), conseguimos nos aproximar de uma compreensão da ideia que ilumina esta iniciativa. Através de leis de incentivo, a Prefeitura intenta “revitalizar” a Luz valendo-se de diferentes canais. No próprio texto da Operação Urbana Centro (Lei 12.349/97, ANEXO O), podemos encontrar as referências aos incentivos como, por exemplo, um coeficiente de aproveitamento básico (do uso do solo) elevado para investimentos residenciais, constituindo um forte motor a esta função. O artigo 7º, por exemplo, serve como uma compensação ao investidor que porventura venha a adquirir um imóvel tombado, posto

⁴⁹ “Cracolândia vai à Leilão para virar Bairro”. Reportagem de 19/05/2008, Folha de São Paulo.

que receba então uma “transferência do potencial construtivo” para outras áreas dentro do conjunto coberto pela Operação Urbana.

Chamam a atenção ainda os Decretos 44.493/2004 e 46.996/2006: o primeiro regulamenta a Lei 13.496/2004, que cria o Programa de Incentivos Seletivos para a **Área Central do Município de São Paulo**; o segundo, regulamenta a Lei 14.096/2005, que cria o Programa de Incentivos Seletivos para a **região adjacente à Estação da Luz** (Ver ANEXO P). São essas peças legais que regulamentam, por exemplo, o Edital de leilão de áreas da Cracolândia para o empresariado instalar-se e construir. A respeito do primeiro “Edital de Chamamento para Habilitação, Análise e Seleção de Projetos de Investimentos a serem Implantados na Região Adjacente à Estação da Luz”, de acordo com nossos entrevistados⁵⁰, caberá à Prefeitura apenas a função de fiscalização, após um período, pois as empresas acreditadas pelo primeiro Edital deverão “entrar com construtora” e organizar todo o empreendimento. Os projetos selecionados garantirão aos investidores abatimento de até 60% no ISS, de 50% no IPTU e de 50% no ITBI, calculados sobre o valor total do investimento, computando-se compra do terreno, construção ou reforma do imóvel e equipamentos. Além disso, a Prefeitura vai emitir certificados que podem chegar a 80% do montante investido⁵¹. Esses certificados poderão ser utilizados para pagamento de impostos municipais e para a aquisição de bilhete único para os funcionários das empresas investidoras.

Dentre as 21 empresas escolhidas, citamos a IBM, a BR Properties e a Microsoft (Ver a página do Diário Oficial como ANEXO Q). Deve-se dar destaque também à intenção de se instalar uma unidade do Instituto Moreira Salles, que receberia

⁵⁰ Arquiteta Eneida Heck (assessora do Diretor da EMURB), arquiteto Jair Zanelato (Gerente de Operações Urbanas), urbanista Angélica Padilha (membro da Diretoria de Intervenções Urbanas, trabalha diretamente com o PROCENTRO-Banco Mundial) e engenheira Lucia Rossi (também da DIU, cuida da implantação da infraestrutura na NovaLuz[®]).

⁵¹ Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 10/01/2008. Também é garantido a essas empresas a redução da alíquota do ISS de 5% para 2%, assim como abatimento de 50% do valor do IPTU e o retorno do investimento progressivamente (durante 5 anos) de até **80%**! Em outras palavras: a Prefeitura está pagando com recursos públicos para as empresas se instalarem...

financiamento direto do Programa PROCENTRO (convênio da Prefeitura de São Paulo com o Banco Mundial) para a instalação de um megacomplexo cultural na NovaLuz[®] (na quadra 90, atrás do Poupa-Tempo). Apesar disso, a proposta não foi oficializada e, na quadra 90, há a previsão de construção de uma ETEC (escola técnica). A presença do Banco Mundial financiando com mais de 100 milhões de dólares a NovaLuz[®] revela a financeirização do processo em tela. Um segundo edital foi elaborado a fim de atrair *moradores* para a NovaLuz[®]. Assim, com o primeiro edital, a Prefeitura atrai empresas e, com o segundo, a ocupação permanente, inclusive à noite.

Fundamental para a iniciativa de revitalização é a mais nova âncora que reforçará a ideologia “culturalista” naquela área. Ao lado da Sala São Paulo, do Museu da Língua Portuguesa na Estação da Luz e tantos outros fixos culturais, a construção da “São Paulo Companhia de Dança” coroa a ação pública da Prefeitura e do Governo do Estado. Escapando à concorrência pública, extremamente visível em se tratando de um empreendimento de grande porte, a legalidade da contratação perante a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) por meio da notória especialização foi garantida pelo Estado, que permite a contratação de profissionais renomados sem concorrência. O escritório de arquitetura Herzog & Meuron, responsável pelo projeto, recebeu o prêmio Pritzker em 2001 e, por isso, estaria qualificado para o projeto.

A Sala de Dança é mais um objeto produzido pelo capital rentista, que se utiliza das revitalizações urbanas associados aos usos mais “improdutivos”, como as salas de concerto, museus, aquários e, inclusive, shopping centers. A arquitetura atua como aquilo que potencializa a renda.

Desde já verificamos a execução do receituário básico desse tipo de estratégia de marketing urbano: a arquitetura tendendo à produção da “escultura”, daquilo que aparece

como obra de arte. Contudo, mais importante do que o próprio edifício é a divulgação de sua imagem, como esta abaixo:



Figura 16. Projeção da São Paulo Companhia de Dança, ao lado da Sala São Paulo.
Fonte: Divulgação Herzog & Meuron.

A imagem em si não atrai os fluxos de capital, mas insere-se na produção do discurso que sustenta o ineditismo do “fato cultural” a fim de atrair a atenção para a situação. Geralmente, refere-se a um quadro crítico que precisa ser superado pela ação do Estado e do “empresariado”. Contrastando com a percepção negativa da ideia de crise, a divulgação da forma do edifício produz um “equilíbrio” e lança a discussão para um porvir positivo. Quanto mais estranha, inusual, liquefeita for o edifício maior o poder midiático. Essa arquitetura

espetacular materializa nas cidades o entendimento que as classes dominantes têm de um espaço específico. Isso é esclarecedor no caso da Cracolândia.

O empreendimento cultural âncora reúne-se aos lançamentos de “habitações de interesse social” (Quadras 67 e 75), como se aqueles que lá habitavam não pertencessem à sociedade. Por fim, as empresas vencedoras no primeiro edital podem ser organizadas da seguinte forma:

- 11 empresas de sistemas
- 3 Call Centers
- 1 gráfica
- 1 empresa de publicidade
- 1 equipamento cultural (a Sala de Dança)
- 1 Shopping Center
- 5 investidores imobiliários

A fim de instrumentalizar o projeto, desde 2007, as demolições se realizam na área da NovaLuz®, a Cracolândia.



Figura 17. Antes e depois das demolições na rua dos Protestantes.
Fonte: Ana Carolina Russo em 12/10/07 e 03/11/07, respectivamente).

Os locais privilegiados com as intervenções drásticas são justamente os terrenos mais valorizados, localizados nas quadras próximas à avenida Cásper Líbero e nas imediações da Estação da Luz e da Estação Júlio Prestes (dentre as ruas, elencamos a Mauá, a dos Gusmões, a dos Protestantes e a General Couto de Magalhães. De acordo com a Polícia Militar, responsável pela segurança pública na área, já está ocorrendo uma intensa transferência dos negócios relativos ao comércio de narcóticos da Cracolândia para o entorno, particularmente Santa Cecília e a área do Largo do Arouche. Nota-se que o processo de deterioração para a futura revitalização já se encontra em andamento.

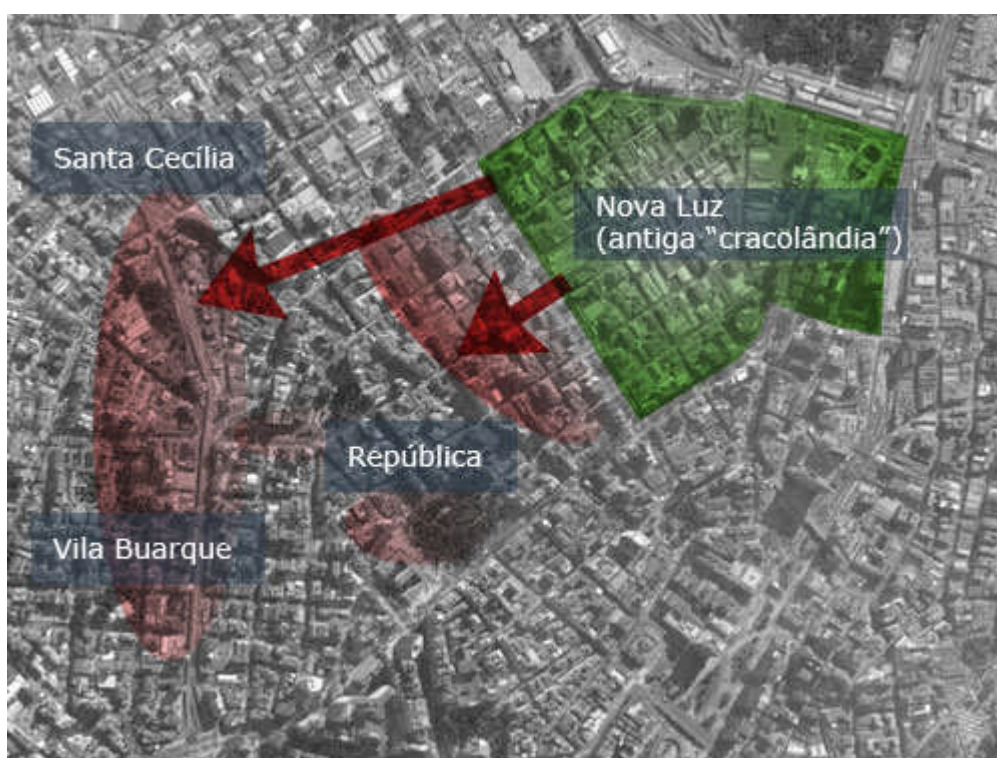


Figura 18. Eixo de dispersão da Cracolândia. Organização: autor.

Nas entrevistas, descobrimos, ainda, que os técnicos da EMURB cogitaram a instalação do que eles chamam “um marco de luz”. A construção de uma torre monumental foi aventada de modo a simbolizar a revitalização. Entretanto, os técnicos perceberam que tal fixo “não seria necessário, pois a cúpula da Estação Júlio Prestes já simboliza esse processo” e a imagem de uma torre gigantesca destoaria do contexto, já que se coadunaria com uma

representação possível da avenida Berrini e não com *lugares culturais*⁵², cuja essência encontra na história evacuada e na cultura-mercadoria sua realização pela apropriação privada. A “obra de arte”, como os concertos na Sala São Paulo, precisam ser fechados para a realização da intenção, em uma palavra, exclusividade. Da mesma forma, a chamada “Praça das Artes”, a ser construída na quadra que se localiza atrás do Teatro Municipal também baseia-se nesse princípio e vai além, com a arquitetura contribuindo para a transformação da “cultura” em objeto de consumo turístico imediato, pretensamente aberto à população. Isso quer dizer que o projeto da Praça das Artes, com um vão livre e salas de aula distribuídas por 5 pavimentos (praça?), como se estivessem expostas em uma vitrine, é exemplar da exposição dessa “cultura” como “artefato” turístico. Como o espaço é raro em São Paulo, para a instalação do projeto, o Conservatório Dramático e Musical foi desapropriado. No jornal “Metro” (06/08/2008), a instituição desalojada afirma que “nunca houve negociação com a Prefeitura e que começaria a captar recursos para restaurar a sede”. Desapropriado em 25 de janeiro de 2006, um mês antes do Conservatório completar cem anos de existência, o diretor-geral da instituição, Julio Navega, indaga: “por que não me deixaram restaurar o prédio se eu tinha como captar dinheiro? Por que criar uma dívida se eu já teria ajuda privada?”.

4.2. A Contradição Deterioração-Revitalização

Lefebvre considera dois sentidos para o termo “produção”, um referente à produção de mercadorias e outro relativo à produção de relações sociais, ideologias, valores, cultura, costumes. A racionalidade homogeneizante gerada pela acumulação produz a mercadoria propriamente dita, bem como os modelos de comportamento indutores do consumo. Assim, a “produção” guarda um sentido material e um sentido filosófico. Isso inclui o espaço, tanto no que se refere à produção de mercadorias quanto à própria produção da vida do homem.

⁵² “*Lieux Culturels*” para VAZ e JACQUES (2003, p.134).

Quanto à “reprodução”, ela reproduz as produções existentes, contendo em si novas produções. Neste sentido, a reprodução também diz respeito à produção de novos espaços através das relações sociais, em função da reprodução geral das condições dispostas na sociedade. A fim de desvendar o processo de produção do espaço capitalista, nossa análise focaliza a (re)produção das contradições. Desta feita,

“é preciso ter em mente que a reprodução ampliada do capital implica a reprodução ampliada das contradições que seu movimento incorpora e engendra. Trata-se, em verdade, do próprio movimento do mundo das mercadorias, no e pelo qual o espaço se torna objeto, não apenas de compra e venda (...), mas, sobretudo sua produção se torna objeto das estratégias que visam a impulsionar a acumulação de capital, e, portanto, tende a dominar a prática social” (MARTINS, 1999, p.29).

O processo de reprodução do espaço, contendo a diferenciação no acesso à propriedade privada, reproduz novas formas espaciais e altera e/ou acrescenta conteúdos à cidade, modificando a prática socioespacial. Dessa forma, a racionalidade do capital possui como finalidade sua própria reprodução através da produção do espaço para a realização econômica e se autonomiza no contexto da reprodução, elevando a mercadoria à posição de relevância incontestada, restringindo os momentos da realização da vida do homem. Esse movimento reproduz as condições materiais e ideológicas para a reprodução do capital. Por isso, a análise da metrópole hoje exige a articulação entre o econômico, o político e o social, a fim de compreender as mediações que atravessam as relações voltadas à realização da vida humana, revelando um movimento essencialmente contraditório que aparece travestido como “natural”, posto que possui uma racionalidade específica.

Um elemento crucial para a compreensão da reprodução do capitalismo refere-se ao papel das estratégias do Estado via produção/controlado do espaço. O Estado, como fragmento da sociedade, reproduz a si mesmo enquanto poder político (gestão) e garante a reprodução do capital, servindo às classes dominantes (LEFEBVRE, 1970). O poder político totalizador do

Estado alcança os mínimos interstícios da vida cotidiana produzindo uma programação da vida, garantindo a reprodução social e a acumulação ampliada de capital. Capitalistas e Estado “organizam” o espaço a fim de controlar a reprodução das relações de produção, reunindo os fragmentos do espaço, homogeneizando e hierarquizando as parcelas, vendidas de acordo com a possibilidade de realização de lucros. De modo não tão evidente, a essa lógica contrapõe-se o uso, instalando-se um conflito entre valor e valor de uso. O desvendamento das contradições sociais, assim, tem como primeiro momento da análise o desvendamento das estratégias apoiadas pelo Estado para se realizar (DAMIANI, 1999) ou, em outras palavras, descortinar a exigência da mediação do político para a manutenção da autonomia do econômico.

Ao lado do Estado, o capital produz espaços reproduzindo sua racionalidade hegemônica a fim de resolver as sucessivas crises de acumulação através da circulação do capital. Assim, o capitalismo subsiste através do espaço e das relações sociais de produção.

Contudo, como visto no Capítulo 3, outras contradições são introduzidas. Para realizar-se como o elemento que resolveria a contradição entre o urbano (como tendência) e o espaço (que condiciona e obstaculiza o urbano), o Estado e o capital produzem estratégias, gerando outra contradição dentro da reprodução: a deterioração-revitalização.

Segundo SMITH (2007), a desvalorização do capital e a constituição do diferencial de renda (*rent gap*) explicariam parcialmente a possibilidade de reinvestimento no Centro, através da gentrificação e do redesenvolvimento. Considerando o valor em termos de unidade de produção e troca, capital e mercadorias encontram barreiras à realização, pois os capitalistas não encontram no mercado espaço necessário à circulação. Isso significa que ocorre a reprodução da raridade devido às grandes quantidades de capital fixo que tem vida longa. Para realizar o valor do capital fixo, com base em HARVEY (1980), o capitalista se vê obrigado a estimular novas necessidades sociais e novos desejos por meio de estratégias. Em

um período de expansão econômica, valorizam-se espaços e produzem-se novas centralidades, enquanto desvaloriza-se o capital investido em outro lugar. A valorização do capital para a produção de novos espaços induz à desvalorização de espaços, que pode ser seguida da deterioração. Para SMITH (2007), a revitalização através da gentrificação (retorno dos investimentos com reabilitação dos imóveis já existentes) ou do redensolvolvimento (construções totalmente novas após a destruição do capital fixo) aparece no sistema como uma fronteira econômica, uma forma de superação das crises, transferindo capitais das indústrias (superprodução e aumento da mais-valia absorvida na reprodução da força de trabalho) para a produção de novos espaços. Neil SMITH realiza suas reflexões com base nestes termos econômicos, inclusive a partir das contribuições de David HARVEY. Em nossa perspectiva, a revitalização urbana, de fato, aparece como um instrumento fundamental à realização do valor, mas também guarda em si um movimento de subsunção da ação política, como visto no capítulo anterior.

A lógica da deterioração-reatalização urbana “exclui” espaços para depois “incluir” (incluir como seu *excluído* – o deteriorado – para, em seguida, incluir como *centralidade* – como o “novo”). Entretanto, quando essa lógica do capital exclui espaços (capital fixo), ela exclui o próprio capital, negando-se. Por isso, afirma-se uma dialética entre centro (centralidade) e periferia (periférico). Quanto mais o capital nega sua produção anterior, ou seja, ele próprio, mais ele se torna colonizado pela lógica e, ao mesmo tempo, gestor do processo. Entendemos essa contradição no âmbito da metrópole como deterioração-reatalização.

Vimos até aqui que o espaço é fundamental como possibilidade de reprodução do capital, das relações sociais de produção e de realização das estratégias do Estado resultando em uma prática social reveladora de processos contraditórios. Da mesma forma, o espaço é

força produtiva capaz de realizar a acumulação de capital por meio de sua produção. Contudo, em certas áreas da metrópole, a propriedade privada torna-se um impeditivo revelando, então, uma contradição, posto que a propriedade é, igualmente, condição e obstáculo à reprodução. Dessa forma, a raridade é produto do processo de reprodução do espaço ao mesmo tempo em que o espaço se torna obstáculo à sua própria reprodução. Assim, o capital necessita criar alternativas dentro da reprodução através da produção de novos espaços.

Durante o desenvolvimento da industrialização, o Centro cresce e se densifica a partir da circulação de pessoas e capitais, bem como à concentração de infra-estrutura e atividades de gestão econômica e política. Nas últimas décadas, limitado pela quantidade de capital fixo, o capital gera novas centralidades⁵³ pela cidade e dispersa as indústrias pela periferia metropolitana. Para ALVES (2005, p.139), “a crise da centralidade única [...] faz parte do próprio processo de reprodução espacial da sociedade capitalista”.

4.3. Gentrificação e Cultura

A metropolização gerou uma profunda transformação na estrutura interna das cidades que a experimentaram, aí incluídos tanto a “implosão” do Centro quanto o esgarçamento da periferia provocado pela “explosão” da cidade. Boa parte das mudanças decorreu da expansão horizontal da mancha urbana e dos correspondentes processos de descentralização das atividades urbanas a partir da formação de novas centralidades pelo capital, no cerne do processo de (re)produção do espaço.

No bojo do processo de descentralização, a antiga Área Central é afetada pela mudança de uma estrutura intra-urbana calcada em um unicentrismo para um policentrismo (no caso do Rio de Janeiro)⁵⁴ ou no desdobramento da centralidade original (no caso de São

⁵³ Cf. ALVES (1999), FRUGOLI JR. (1998), dentre outros.

⁵⁴ Cf. ABREU (2006).

Paulo)⁵⁵. O processo de deterioração urbana delimitado ao espaço das Áreas Centrais surgiu e ainda se alimenta do deslocamento relativo de funções centrais da cidade e da conformação de novas centralidades. Dessa forma, o “esvaziamento” econômico produzido pela transferência de atividades tem como conseqüência a permanência das formas conduzindo à deterioração urbana e ao afastamento dos consumidores e dos moradores. Implodida pela industrialização, a Área Central gerou novas centralidades, novos núcleos. Com a dispersão dos capitais por essas novas centralidades, registram-se a celeridade dos fluxos e a agilidade da economia com a especialização do espaço e a distribuição de funções específicas.

Esse quadro sofreu transformações nas últimas décadas, sobretudo nas cidades dos países centrais. A constituição de uma economia progressivamente globalizada trouxe, entre seus muitos impactos, a constituição de uma hierarquia global de cidades, de acordo com SASSEN (1998), e a ampliação (especialmente nessas cidades) dos setores de renda alta e média-alta ligados às atividades de gestão da economia globalizada. Se somarmos a esse fato a participação cada vez mais importante do setor imobiliário no processo geral de reprodução do capital e a crescente competição por atração de investimentos, de consumidores (usuários do espaço) e de moradia da população de alto nível de renda, podemos compreender o denominado processo de gentrificação (*gentrification*).

O sentido usual de gentrificação pode ser definido, resumidamente, como um retorno da população de alto status social à Área Central metropolitana, *enquanto local de moradia*. É esse fenômeno que estaria ligado a muitos casos de revitalização urbana de Áreas Centrais. A expressão da língua inglesa *gentrification* foi usada pela primeira vez pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964, ao analisar as transformações imobiliárias em determinados distritos londrinos. Entretanto, é no ensaio “*The new urban frontiers: gentrification and the revanchist city*”, do geógrafo Neil Smith, que o processo é analisado em profundidade e consolidado

⁵⁵ Cf. ALVES (2005).

como fenômeno social presente nas cidades contemporâneas. Smith identificou os vários processos de gentrificação em curso nas décadas de 1980 e 1990 e tentou sistematizá-los, especialmente os ocorridos em Nova Iorque (com destaque para a gentrificação ocorrida nos bairros do Soho e do Harlem, naquela cidade).

O Estado possui papel crucial no processo. Seja através de intervenções urbanas nas Áreas Centrais deterioradas das grandes metrópoles, seja estabelecendo a legislação incentivadora da reocupação desses lugares pela população de alta renda, ou ainda, garantindo a segurança e promovendo o afastamento da população indesejável das ruas, o Estado vem atuando como elemento indutor da revitalização urbana em questão. O segundo elemento fundamental em comum entre os vários processos de revitalização está na participação do setor imobiliário.

Em se tratando de gentrificação, nossa maior referência é Neil SMITH, que empreendeu esforço a fim de elaborar uma fundamentação teórica (1988, 1996, 2007), centrando sua análise na produção do espaço urbano, com especial atenção para sujeitos fundamentais como o Estado e os agentes imobiliários e para a importância da relação investimento/desinvestimento como indutor de oportunidades para a realização da gentrificação. Para este autor, a gentrificação pode ser compreendida a partir de duas escalas de análise que se articulam, a global e a local, tendo a metrópole como mediação.

Para o autor, as explicações globais da gentrificação incluem-se na tendência de produção de um desenvolvimento desigual (SMITH, 1988). A idéia de que se trata de um desenvolvimento geográfico desigual é pouco desenvolvida no Brasil e acreditamos que Smith traga elementos importantes para destrinchar a revitalização urbana. A idéia de um “desenvolvimento geográfico desigual da vida cotidiana”, por exemplo, revela o produto de processos através dos quais nos constituímos a nós mesmos e nosso mundo através de

atividades transformadoras, com respeito a empreendimentos discursivos e práticas da vida cotidiana. O desenvolvimento geográfico desigual reflete distintos percursos pelos quais os diferentes grupos sociais envolvem materialmente seus modos de sociabilidade. Resta encontrar uma maneira de identificar o sentido da diversidade, das particularidades e da maioria das variações geográficas em relação a processos mais gerais da acumulação do capital (HARVEY, 2006). Nesta perspectiva, torna-se impossível sustentar a visão de que o capitalismo tem somente uma pequena relação com a vida cotidiana ou que os ajustes e as adaptações que ocorrem na vida diária são irrelevantes para entender como a acumulação de capital está trabalhando em um estado global.

A dimensão mais ampla do processo de gentrificação estaria ligada aos grandes movimentos de capital, em particular àqueles ocorridos nos períodos de crise na economia mundial quando as taxas de lucro dos setores do grande capital industrial começam a cair. Nessas condições, o setor financeiro torna-se altamente atraente, em função de sua lucratividade permanecer comparativamente alta. Ocorre, assim, a tendência de elevação dos fluxos de capital para o setor imobiliário, viabilizando a gentrificação. De acordo com PAULANI (2008, p.101):

“nos momentos de crise, são pequenos os incentivos para que o excedente tome prioritariamente a forma de meios de produção, em especial de instrumentos de trabalho. Num país periférico como o Brasil, esse nunca foi um grande problema, porque o déficit de comportamento burguês das elites acabou por empurrar o Estado para atuar permanentemente como o grande investidor da economia. Tendo essa atuação por locomotiva, o incentivo estava garantido e puxava sem nenhuma dificuldade os vagões do investimento privado”.

Para HARVEY (1990), as crises do capitalismo derivam das superproduções. A crise do petróleo de 1973, cuja fonte remonta ao aumento da produção no setor fabril, produziu a necessidade de se encontrar novas formas de acumulação. Desse modo, pôs-se em pauta a colonização de outros setores/instâncias sociais, inclusive no âmbito da vida cotidiana, com a reprodução do capital através da expansão para áreas não-capitalistas e da

alteração/trans formação nos marcos do próprio sistema. Neste sentido, pode ser um espaço já apropriado pelo capital, dentro da própria reprodução, sendo revalorizado, realizando potencialmente uma gentrificação.

Dessa forma, percebe-se uma nítida articulação entre o capital investido no setor imobiliário (em particular nas grandes cidades) e as flutuações e crises registradas na economia global. A gentrificação e o redensolvimento⁵⁶ vinculam-se ao ciclo de reprodução do capital em escala mundial como parte do processo de reestruturação mais ampla da economia capitalista após a década de 1960. SMITH (1996) pondera acerca da inserção da gentrificação em um movimento mais amplo de reestruturação da economia espacial urbana, produzida pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, resultado do desenvolvimento de uma economia terciária, além da desvalorização do capital imobilizado no espaço densamente ocupado. Essas mudanças foram acompanhadas de mudanças quanto à ação do Estado (privatizações dos serviços públicos, desregulamentações), tudo isso em um quadro de crescente competição. Não é por acaso que Smith afirma que, nesse contexto, a gentrificação passou a ser associada à “cidade mundial”.

Na escala local, o setor imobiliário possui um longo período de maturação. Em outras palavras, o capital imobilizado sob a forma de imóveis urbanos devolve lenta e gradualmente a seu proprietário o capital que nele foi investido (obviamente a velocidade em que isso ocorre varia dependendo da natureza do empreendimento e da dinâmica da economia local). O capital fixo não pode ser destruído, pelo menos enquanto o capital investido não tiver sido recuperado, sob pena de resultar em prejuízo para o capitalista. A deterioração física dos imóveis nas Áreas Centrais pode ser explicada pelo fato de que o preço do terreno é maior que o preço do imóvel. Conseqüentemente, aquele valor aumenta por causa da escassez crescente

⁵⁶ Neil Smith distingue os dois processos entendendo que a gentrificação envolve a reabilitação de imóveis já existentes e o redensolvimento refere-se a construções totalmente novas em Áreas Centrais deterioradas.

de espaços no Centro. Logo, para o capitalista não importa a condição do imóvel, mas a propriedade do terreno. Assim sendo, o processo que precede a gentrificação e o redensolvimento é a necessária desvalorização do capital investido na Área Central da cidade.

A depreciação produz as condições econômicas objetivas que tornam a revalorização do capital uma resposta racional do mercado. É nesse ponto que deve ser considerado o *rent gap*, ou seja, a diferença entre o nível potencial de renda do solo de um local e a renda do solo atualmente obtida, capitalizada através do uso da terra naquele momento. Sem o *rent gap* não há margem para o reinvestimento e, conseqüentemente, não há gentrificação nem redensolvimento, pois a diferença entre os dois níveis de renda anteriormente referidos deve ser grande o bastante para que os empresários possam comprar a baixo custo os imóveis decadentes, reformá-los (ou demoli-los, no caso do redensolvimento) e lucrar com a reabilitação da área. Assim, de acordo com a teoria do *rent gap*, a gentrificação e o redensolvimento não são processos “naturais”, mas, ao contrário, eles são um resultado esperado do processo de acumulação de capital e da reprodução do espaço nas grandes metrópoles. A desvalorização do capital nas vizinhanças da Área Central, combinada ao contínuo crescimento da urbanização em direção à periferia, teria produzido as condições para que o reinvestimento lucrativo se realizasse.

Assim, Smith atesta que a gentrificação é “mais um retorno do capital do que das pessoas ao centro da cidade” (1996, p.70), uma “revitalização da taxa de lucro ao invés de uma revitalização do Centro da cidade” (idem, p.88). Contudo, normalmente, o processo não é fruto da ação isolada e espontânea dos agentes privados atuantes no mercado urbano de terras. O papel do Estado como indutor é extremamente relevante. São diversos os exemplos de processos de gentrificação derivados de programas governamentais de revitalização

urbana. Essas ações permitiram que, em um momento seguinte, as instituições financeiras e os agentes imobiliários estivessem qualificados para deflagrar o processo sem a mediação direta do Estado, no que ficou conhecido como gentrificação de mercado...

Quanto às limitações da proposta teórica, não é possível prever quais as áreas que serão ou não afetadas pelo processo. Apesar disso, consideramos que a proposta teórica coloca elementos importantes para identificar a existência ou não de tendências para a ocorrência dos processos de revitalização com base na gentrificação e no redesenvolvimento em uma determinada cidade, que é o apontamos para o caso das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em situações distintas.

Edward SOJA e Neil SMITH convergem quanto ao atual movimento da reestruturação do espaço urbano, cujas perspectivas apontam para uma recentralização/descentralização das nodalidades urbanas, com a formação de novas centralidades especializadas, bem como a especialização da centralidade original (Área Central). O Centro urbano passa a ser ocupado por “funções executivas, financeiras e administrativas de alto nível, habitações para a classe média e classe média alta, e um complexo de hotéis, restaurantes, cinemas, lojas, e espaços culturais oferecendo lazer a esta população (...), a manhattanização social da Área Central para combinar com a manhattanização arquitetônica” (SMITH, 1996). De acordo com SOJA (1993, p.227), “um ‘renascimento’ cuidadosamente orquestrado do Centro vem ocorrendo, tanto nas regiões metropolitanas em crescimento quanto nas declinantes”.

A Área Central, assim, apresenta-se como uma das centralidades responsáveis pela inserção da metrópole no rol das chamadas “cidades mundiais”. Justamente a cidade mundial caracteriza-se pela perda da função de principal pólo industrial na hierarquia urbana, substituída pela capacidade gerencial e informacional, centro eminentemente financeiro, de consumo e de entretenimento. Com a evolução da técnica no contexto da globalização, a

produção e o consumo são tornados globais influenciando a reorganização das funções urbanas e a competição pela atração de capital. SÁNCHEZ (2003a, p.550) aponta a “existência de uma rede global na qual operam fluxos informacionais associados à cidade, imbricados nos processos constituintes de um mercado global de cidades”. E completa adiante: “o capitalismo (...) reorganiza a produção subordinada às cidades e aos centros de decisão, implica a compra e venda do espaço na escala mundial” (ibidem, p.552). Detalhe importante: nas análises de Fernanda Sánchez e Neil Smith, o sujeito produtor do espaço é a sociedade. Nesta condição, não haveria competição entre lugares, pois são as ações deliberadas – econômicas e políticas – que produzem desenvolvimentos espaciais desiguais, concentrando/centralizando, atraindo capitais, etc.

A ascensão desse mercado global ligado às finanças e aos serviços especializados contribuiu para a expansão das funções decisórias e da demanda por esses serviços a partir das empresas. SASSEN (1998, p.35) afirma que “a combinação da dispersão geográfica das atividades econômicas e da integração dos sistemas, que está no centro da atual era econômica, contribuiu para o papel estratégico desempenhado pelas grandes cidades”: elas não perderam suas funções de comando, pelo contrário, concentraram.

Desse modo, essas cidades não se tornaram obsoletas: passaram a coordenar na escala global o capital financeiro. Essas cidades se internacionalizaram, mas, em um movimento contraditório, passaram a centralizar espacialmente o capital formando *centros de gestão do território* (CORRÊA, 1996) integrando pela informação múltiplas atividades industriais dispersas.

Hoje, o Centro da metrópole encontra-se em um ponto crítico. Seu princípio ordenador está em contradição com a prática socioespacial, a qual exige uma reelaboração em novos termos. SÁNCHEZ escreve que

“a contradição entre as formas sociais urbanas herdadas e as exigências sociais de um novo urbano passa pelo estabelecimento da norma: as instituições públicas impõem um conjunto de normas para a produção de um novo espaço, vinculado à constituição da sociedade a partir de relações modernas normatizadas pelo Estado” (2003b, p.411).

Posto que o capital, neste momento, passa a realizar-se vendendo o espaço e/ou as particularidades desses espaços, o turismo e a financeirização da produção do espaço podem ser apontados como dois dos momentos da reprodução. No que tange à Área Central, a centralidade original é submetida à adaptação. Além disso, propostas voltadas à especialização do espaço são encaminhadas na forma de estratégias urbanas. Reproduz-se a Área Central como centralidade especializada para atrair serviços complementares às atividades financeiras e possibilidades em termos de turismo (negócios/cultura) com a instalação de equipamentos urbanos âncoras da expansão do setor terciário moderno da economia. Em tese, enquanto as atividades financeiras concentram-se em novos espaços, produzindo a cidade como negócio (CARLOS, 2005), a produção dos espaços de lazer e para o turismo vende particularidades do espaço, mercantilizando os lugares, valendo-se de estratégias oficializadas pelo poder de gestão política do Estado. Tais espaços hegemônicos apresentam-se como pretensas sínteses da cidade, sustentados por um marketing de cidade (construído pelo urbanismo) que mantém discursos e imagens interiorizadas no imaginário coletivo. Apontando uma das preocupações do urbanismo, LEFEBVRE afirma que “é o estetismo o que unifica os fragmentos funcionais de um espaço deslocado, realizando deste modo suas características homogêneas e fragmentadas” (1976, p.35). Para DEBORD (1997), é o espetáculo que reúne e costura tudo através de mediações, estabelecendo uma existência abstrata. A fórmula dessa nova estratégia urbanística vale-se do marketing de cidades, da exploração dos bens culturais, da potencialização dos indicadores de qualidade de vida, das intervenções urbanas pontuais e espetacularizadas, produzindo uma construção imagética carregada de positividade.

Assim, as estratégias em voga apontam para a recuperação de áreas urbanas degradadas ou abandonadas pela indústria, de modo a trazer de volta aos centros ou outras áreas em vias de revitalização as classes sociais com maior poder aquisitivo. Em nossa análise, consideramos essas iniciativas como estratégias que visam a eliminar a periferia (como lugar da cidade, mas também condição social) que se reproduz no Centro. Por isso, neste momento, a cultura é apropriada como produto e lógica potencializada por uma ideologia desenvolvimentista, reflexão que vai ao encontro de ARANTES (2002, p.31), quando afirma que a

“rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de ‘revalorização urbana’ – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a Cultura. Essa é a nova grife do mundo ‘fashion’, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram”.

Para OLIVEIRA (2005, p.80), “cada vez mais, a cultura é valorizada por sua capacidade de gerar empregos, de agregar valor às mercadorias, de contribuir para o incremento do turismo; cada vez menos como parte da vida do espírito. Um dos resultados desse processo é a incorporação, no próprio discurso oficial, do conceito de indústria cultural – agora destituído de qualquer função crítica, de qualquer negatividade”. De acordo com David HARVEY (2005), a cultura se transformou em um gênero de mercadoria no movimento da globalização capitalista combinada a desenvolvimentos político-econômico locais e uma mudança dos valores estéticos. A cultura, através da obra de arte, da festa programada, das comemorações, da arquitetura, tem uma renda auferida em função da exclusividade de sua manifestação, uma renda com base no poder monopolista de proprietários privados. O poder monopolista serve para assegurar as “alegações de singularidade e autenticidade [...] articuladas enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis” (HARVEY, 2005, p.227). Parece-nos claro que tais alegações de singularidade, autenticidade, particularidade, especialidade são construídas fundamentadas em poderosos

discursos ideológicos reproduzidos pelo Estado, pelos grupos privados e por organizações da sociedade civil voltadas ao “empreendedorismo urbano”. A aceitação do discurso pelos movimentos sociais facilita sobremaneira a realização da estratégia.

Consideramos as ideologias não como discursos autônomos, separados da realidade econômica, mas como uma práxis discursiva colada à mercadoria (uma forma mundializada e mundializante)⁵⁷. Daí que, a ideologia acaba não aparecendo como ideologia, pois a “racionalidade” do mundo da apropriação privada torna-se “natural”. Ideologia, então, não seria apenas discurso, mas uma vida cotidiana regulada, cujos significados são apresentados de modo “invertido”. Instala-se, nos dias de hoje, uma “nova” ideologia, que proclama que todo consenso é bom e que todo o conflito é danoso e, então, deve-se negá-lo, evitá-lo ou superá-lo de qualquer maneira. VAINER (2000, p.91) escreve que,

“Na verdade, esta condição está como que pressuposta desde o início, pois o discurso, a todo tempo, tratou a cidade como uma unidade: a cidade *compete*, a cidade *deseja*, a cidade *necessita*. Enquanto se discute se as cidades competem ou não, e o que elas desejam, aceita-se, como natural, a instauração da cidade com o sujeito – sujeito simples, coeso, sem qualificação. Por um ato de nomeação, como diria Bourdieu, pretende-se instaurar socialmente a existência daquilo que no discurso, a priori, se supôs existente” – grifos do autor.

A possibilidade de conflitos é vista como uma ameaça à sobrevivência da sociedade e, assim, o consenso a todo preço será usado como pretexto para isolar o “conflituoso” ou obrigá-lo a negociar e aceitar a solução que se impõe quando contraria interesses.

Sob a globalização, a “cultura”, assim, apareceria como um aspecto presente em todos os âmbitos da vida. Frente à cotidianidade produzida, observamos que diferentes sujeitos se valem de práticas materiais e simbólicas para afirmar-se e reivindicar um “lugar no mundo”. Neste contexto, as abordagens que analisam a “cultura” como um nível autônomo mostram-se muito limitadas para entender de que forma a cultura entraria no movimento da realidade.

⁵⁷ “A ideologia é parte da cultura: é um estado, uma condição da cultura. É um conteúdo negativo que afeta as possibilidades de conhecer e opaca a compreensão do social. Há graus (maior ou menor) de ideologização dos discursos. Não é uma classe de discurso, mas um nível de significação dos discursos” (MARGULIS, 2006).

Assim, o “*cultural turn*”⁵⁸ da Geografia deverá ser analisado como um momento pleno de possibilidades, permitindo ora o avanço, ora o retrocesso ao resgatar como o “novo” alguns pontos de vista já superados. Analisar o espaço *como* “representação cultural”, por exemplo, como querem alguns, confunde espaço com cultura e desencadeia um movimento analítico evitado de ideologia, posto que a tal “representação cultural” seria apontada como uma pretensa “síntese” das relações sociais, flertando abertamente com as perspectivas clássicas da Geografia (La Blache, Sauer...). Por outro lado, o debate sobre as “identidades” e as representações da realidade é bem vindo, donde podemos escapar ao “culturalismo” e apontar para uma análise voltada à realidade como um simulacro (cf. BAUDRILLARD, 1991), coadunando-se com a perspectiva materialista dialética que anuncia as alienações sobre os homens.

Hoje, em uma época em que tudo se autonomiza, o capital autonomiza a Cultura e a utiliza como “álibi” para sua reprodução. O econômico dissolve-se no cultural – e o cultural no econômico – através da mediação do Político para a reprodução do capital. Para JAMESON (2002, p.22), “a produção das mercadorias é agora um fenômeno cultural, no qual se compram os produtos tanto por sua imagem quanto por seu uso imediato”, orientada por um consumo estético. Já a política, esta já desapareceu igualmente dissolvida no cultural.

Investigamos, assim, um movimento que aponta para uma **desterritorialização da identidade e da cultura**, produzidas abstratamente, ao mesmo tempo em que ocorre uma **territorialização da mercadoria** (uma mercadoria “cultural”). Com efeito, o movimento que transforma a cultura em mercadoria no bojo do processo de produção do espaço aponta para uma cultura autonomizada, uma **cultura-mercadoria**, baseada em identidades forjadas pelo

⁵⁸ A respeito do “cultural turn”, Fredric Jameson identifica na utilização da categoria de totalidade, tal como esta foi entendida por Adorno, a possibilidade de interpretar a sociedade como subsumida no modo de produção. Investigaremos este caminho como uma possibilidade de entendimento de alguns debates da crítica da cultura.

mercado (os desejos aparecendo como necessidades sociais), territorializada no Centro da Metrópole.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A arte é, em todas as suas partes essenciais, o mascaramento idealizado do estado social vigente. Pois é uma lei eterna [...], que cada estado político ou social dominante tende a se idealizar, procurando assim legitimar sua própria existência”.

Eduard Fuchs, em *“Erotische Kunst”*
(apud Wille Bolle em *“Fisiognomia da Metrópole Moderna”*).

Em seu processo de formação na periferia do sistema capitalista, o Brasil viveu tendência contínua de modernização e desenvolvimento. “Modernizar-se” tornou-se palavra de ordem condicional no processo de formação nacional, no que se refere aos hábitos, valores, estética, economia. Dependendo do setor, à penetração das orientações externas contrapôs-se certa resistência, imputando adaptações e apropriações, garantindo a reprodução mesmo assim. Sempre houve um desvio para garantir a atualização e a recomposição da sociedade nos trâmites definidos no bojo do sistema, posto que “o processo de reprodução do espaço é, ao mesmo tempo, contínuo e descontínuo apresentando profundas rupturas provocadas pela intervenção do Estado em função das contradições decorrentes do próprio processo” (CARLOS, p.2001, p.1). Integra-se o que não se adequa ao capitalismo moderno, não sem violência.

A dependência seria uma especificidade do capitalismo periférico? Nesta pesquisa, partimos do caso do Rio de Janeiro, da realidade daquela cidade que, em seu processo de urbanização, avançou pelos “sertões” e transformou seu núcleo original em “centro” econômico, simbólico e político, à medida que uma periferia se alargava; posteriormente, o

mesmo centro seria produzido como periferia. Procuramos buscar os elementos teóricos capazes de explicar aquilo que restou na paisagem, vista na forma de patrimônio, assim como as iniciativas voltadas à reprodução do centro novamente como centralidade, agora “cultural”. Esses processos explicavam-se em uma escala maior, como verificamos. Localizando a urbanização como negócio no interior da produção do espaço, identificam-se grandes cidades brasileiras, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, em um movimento geral.

Assim, os três primeiros capítulos da Dissertação apresentam o desenvolvimento do Rio de Janeiro de acordo com a lógica reproduzida no momento, orientada e conduzida por exemplos estrangeiros. Haveria uma urbanização dependente no Rio de Janeiro? Neste sentido, seguimos no capítulo 4 de modo a demonstrar que a cidade de São Paulo caminha na mesma direção, o que permite afirmar uma especificidade do capitalismo periférico. Mais ainda: se reproduzem nas metrópoles citadas processos igualmente identificados em metrópoles de regiões ricas, somados àquilo que nos é comum no bojo de um desenvolvimento desigual. Assim, os projetos em voga nos permitem observar a constituição de um novo momento da urbanização brasileira diante dos novos conteúdos reproduzidos nas duas maiores metrópoles do país, conteúdos que reúnem o moderno e o arcaico; o rico e o pobre; uma relação na qual o atual necessariamente não se opõe ao antigo. Para alcançar esse momento, a desigualdade socioespacial é reproduzida em novos patamares no movimento da fragmentação e da hierarquização dos espaços.

As novas formas de relacionamento entre o Estado e o setor privado em prol da atração de recursos e pela potencialização da competitividade dessas cidades brasileiras no mercado mundial possuem familiaridade com aquelas construídas em cidades dos Estados Unidos e da Europa. Sob esta perspectiva, as áreas centrais de importantes cidades dessas regiões apresentam notáveis exemplos de como transformações via projetos urbanos em

diferentes escalas atuam de forma contundente no processo de revitalização urbana com o objetivo de promover o “espetáculo urbano”, ou seja, uma valorização exacerbada das formas arquitetônicas e dos eventos; um “cenário” marcado pela efemeridade e pela sensação de brilho excessivamente artificial.

Durante o desenvolvimento do trabalho, percebemos que se esboçava nas duas metrópoles brasileiras estudadas uma tendência à revalorização das áreas centrais apoiadas na generalização de um discurso culturalista. Essa tendência mostra-se mais ou menos efetivada na *prática socioespacial* de acordo com a metrópole analisada; no caso de São Paulo, por exemplo, apontamos uma estratégia ainda em gestação/execução pela Prefeitura, enquanto que, no Rio de Janeiro, já há elementos cotidianos que apontam para a confirmação de nossas hipóteses.

Isto posto, **não caberia apenas estudar a “Lapa” ou a “Luz” como lugares a serem revitalizados pela “cultura”, mas como particularidades de um contexto mais amplo**, como já desconfiávamos. Assim, registramos aqui que a análise dessas particularidades se realiza a propósito de uma busca de uma explicação que persegue a totalidade das relações. Por isso, em nossos mapas, por exemplo, decidimos considerar as Áreas Centrais das duas metrópoles como lugares em que há um pensamento abstrato acerca da cidade (realizado como ideologia) e como prática (através de uma estratégia em movimento). Essa reflexão reuniria teoria e prática no estudo dos projetos de revitalização urbana que possuem a cultura como “álibi” para sua execução. Há aqui a totalização pelo Estado, agente articulador das políticas. Desta forma, os projetos em perspectiva convergem para um ponto de união no que se refere à formulação de uma política urbana brasileira.

Nas cidades, a valorização da terra pode ser tomada como expressão do conteúdo histórico da ocupação, em que se combinam um processo geral de valorização da terra com as

particularidades de cada localização específica. Localizar as especificidades através da história urbana dessas cidades nos apresentou a particularidade de uma urbanização calcada no poder político da função capital do Império, sediado no Rio de Janeiro, e o caráter dessa experiência. Da mesma forma, a especificidade do processo de industrialização em São Paulo expõe outros conteúdos. Localizar as intersecções através das quais Rio e São Paulo se encontram, como a reprodução urbana pelo modelo automobilista, ensaia uma aproximação em torno de uma lógica comum. A produção de novos espaços para a reprodução econômica nos coloca a orientação da urbanização capitalista em um movimento em busca da universalização de um processo.

Nesta análise, a fim de não convencionar os dois objetos de estudo (Lapa e Luz no contexto de seus centros metropolitanos), optamos por reduzir a importância do estudo do caso de São Paulo, evitando partir meramente da colocação de outros pesquisadores devido à divisão na pesquisa. Assim, partimos do Rio de Janeiro na história, buscando os fundamentos que explicitassem as diversas espacialidades da Lapa e do próprio centro da cidade. A Parte I consistiu justamente no encontro dos momentos de valorização e de desvalorização do espaço da Lapa.

A Parte II desta Dissertação guarda o desenvolvimento teórico a respeito das contradições envolvidas no processo de revitalização, desenvolvimento teórico derivado de nossas investigações empíricas em São Paulo e, sobretudo, no Rio de Janeiro. A articulação entre teoria e prática foi fundamental para a efetivação deste trabalho, permitindo-nos analisar a realidade de modo distinto às análises usuais.

As abordagens correntes que analisam o movimento deterioração-reatualização partem de “uma espécie de reviravolta desconcertante, a rigor, sem mediações e sem maiores considerandos” (ARANTES, 2002, p.20). O Planejamento analisaria a revitalização tão

somente como um reflexo da ação de processos “nascidos” no bojo da crise do keynesianismo. A “crise” do paradigma fordista redefiniria os conteúdos espaciais de modo a expandir as potencialidades de extração de lucros e de maior produtividade do sistema, proporcionando um “reajuste”, preferencialmente, sem a mediação do Estado. O declínio das políticas econômicas inspiradas no keynesianismo colaborou para que se questionasse no nível local a legitimidade do Estado como regulador do uso do solo urbano. Esse ataque à atuação do Estado compunha uma estratégia visando ao abandono do planejamento estatal. Apesar disso, os urbanistas permaneceram ligados à perspectiva do Estado (com maior ou menor aderência), afirmando-o como a instância de decisões sobre os destinos da cidade. Neste sentido, todo o discurso do urbanismo é pautado pela apologia do Estado, capaz de equalizar os desequilíbrios e promover o desenvolvimento. A “crise da metrópole” derivaria, então, da falta de planejamento urbano/estatal. Eis o movimento: a partir da formulação de um discurso de crise, justifica-se a necessidade de intervenções pelo *planejamento*.

Interessante perceber que, mesmo com a “crise da metrópole”, aparecem notícias afirmando um mercado imobiliário extremamente aquecido. A disponibilidade de capitais direcionados para empreendimentos imobiliários inspiram manchetes como “A São Paulo Fértil: sessenta imóveis novos são lançados por dia na cidade. Do pedreiro ao decorador, o mercado imobiliário emprega diretamente cerca de 600.000 pessoas” (VEJA SP GUIA IMOBILIÁRIO, 2005) ou “O Sonho Concreto da Casa Própria: estabilidade econômica e crédito farto aquecem o mercado imobiliário carioca, que deve faturar em torno de 2,8 bilhões de reais em 2007” (VEJA RIO GUIA IMOBILIÁRIO, 2007).

Diante da efervescência dos negócios na cidade, surgem produtos diferenciados para consumidores cada vez mais exigentes. Imóveis com “arquitetura sustentável” e residências “customizadas” são apresentados como novidades. Assim, edifícios ecológicos, casas com

jardins suspensos (para reduzir a temperatura interna), adaptações no dia-a-dia e na estrutura dos imóveis aparecem como apelos de marketing. Da mesma forma, o desejo de viver próximo a parques e praças, principalmente em São Paulo (onde o “verde” é escasso), valorizou o entorno e ressignificou áreas da metrópole, como a Cidade Universitária, no distrito do Butantã, apresentada pela publicidade imobiliária como “Parque da USP”. Em relação à customização, o apelo do mercado imobiliário atinge aqueles que procuram bem mais do que uma residência, mas sua própria identidade! O marketing, neste caso, vende a ideia de que o que está à venda não seria um *apartamento*, mas um estilo de vida particular, um *comportamento* ou “espaços pessoais para cada indivíduo”. Os empreendimentos customizados atendem a um pequeno nicho de mercado, o mesmo nicho que também consome os “*lofts*”, modalidade que remete o proprietário do apartamento a um estilo “próprio”, associado a despojamento, um produto para jovens solteiros ou casais sem filhos. Esses são os produtos imobiliários no contexto das revitalizações.

Ainda neste escopo, outros empreendimentos semelhantes são lançados no Rio e em São Paulo. No Centro da capital paulista, a incorporadora Klabin Segall⁵⁹ desenvolveu o condomínio “Cult”, que segue um “conceito hoteleiro de moradia”, oferecendo serviços típicos de hotel e condomínios fechados tradicionais (lavanderia, arrumadeira, governança, espaço fitness, espaço gourmet, dentre outras “facilidades da vida moderna”). De acordo com informe disponível na página da Klabin Segall na internet, o empreendimento “Cult”, como o nome já diz, é direcionado ao “público single paulistano, pessoas bem sucedidas, bastante exigentes com a qualidade do local em que moram e que necessitam do maior número de serviços” (novembro de 2005). De acordo com o diretor da empresa, Sérgio Segall, o edifício é um “condomínio planejado justamente para quem vai fazer a nova cara do centro da cidade.

⁵⁹ De acordo com reportagem do “Jornal da Tarde” (14/03/2008), a Klabin Segall já faz customização há 8 anos.

Para profissionais liberais, estudantes universitários e jovens casais”. A relevância do “Cult” reside no fato de que se trata de um lançamento peculiar nos Campos Elíseos⁶⁰, antigo bairro da elite paulistana, na Área Central. De acordo com BRANQUINHO,

“no início do século XX, Campos Elíseos já não era considerado o local mais elegante da cidade, perdendo esta condição para Higienópolis” (2007, p.80).

“A partir da década de 1930, [...] houve progressivamente a perda do referencial de Campos Elíseos, com sua identidade de ‘bairro aristocrático’ diluindo-se parcialmente na identidade do Centro, tornando-se uma extensão deste. Com o avanço da metropolização em São Paulo, verificou-se uma perda relativa do dinamismo econômico do Centro, com o surgimento de novas centralidades e a diminuição de sua influência; este momento também repercutiu na ‘estagnação’ de Campos Elíseos, ou em sua inércia geográfica” (ibidem, p.128).

Ao final do século, o bairro já estava estigmatizado como a “Cracolândia”, compartilhando com outros bairros lindeiros a fama de periferia na Área Central de São Paulo. A Klabin, ao privilegiar esses bairros, afirma-se como uma incorporadora que investe em áreas em processo de revalorização, objetos de revitalização urbana. Em São Paulo, lançou empreendimentos na Chácara Klabin, na Barra Funda⁶¹ e, com o “Cult”, inaugura o primeiro lançamento na esteira da Nova Luz. Após o edifício da Klabin, o empreendimento “Central Home Condominium Club”⁶² marca a paisagem em área extremamente relevante a esta investigação, próximo à Estação da Luz e em frente ao Parque da Luz, ícones da revitalização daquele lugar. Esta descrição coaduna-se com o que afirma SÁNCHEZ (2003a, p.499), a respeito do processo de revitalização. Segundo a autora, ao requalificar a imagem, o projeto de intervenção agrega a seus objetivos “a transformação de algumas áreas em ‘novas centralidades’, fragmentos urbanos transformados em nós de atividades e fluxos – empresariais, comerciais, de serviços – somados aos espaços da chamada ‘oferta cultural’,

⁶⁰ Alameda Nothmann, 820 (esquina com rua Adolfo Gordo). Torre com 27 pavimentos com apartamentos de um dormitório e studios, totalizando 316 unidades. Preço mínimo: R\$77.900,00.

⁶¹ O “Cores da Barra” (Klabin), na Barra Funda, também se aproveita do discurso cultural, pois encontra-se relativamente perto dos fixos culturais na Luz. Em se tratando de São Paulo, as distâncias devem ser relativizadas, e até mesmo a Barra Funda encontra-se próximo à Luz.

⁶² Preços entre R\$93.000,00 e 112.000,00.

museus e centros de lazer”. Neste discurso, a “criação” de equipamentos culturais e turísticos seria a chave para a revitalização.

Neil SMITH (1996, 2007) constrói uma metáfora perfeita acerca da gentrificação como uma nova “fronteira” urbana, comparando-a com a expansão econômica e a dilatação das fronteiras dos EUA historicamente. De fato, a gentrificação como processo se realiza onde anteriormente havia desvalorização. Essa ideologia sustenta a ideia de retomada do desenvolvimento econômico através de um discurso ideológico que elege áreas passíveis de maior revalorização. A gentrificação, a revitalização urbana e o mais amplo e complexo processo de reestruturação urbana são todos partes da diferenciação do espaço geográfico na escala urbana. Para Neil Smith, é imperioso afastar a visão ideologizada da gentrificação a fim de entrever um processo mais amplo de reestruturação urbana.

Em nossa análise, como momento de reflexão, apontamos um problema: a ideologia “culturalista” redundante em uma cisão, posto que instrumentalize a “cultura” como um fragmento autonomizado no âmbito das relações sociais, implicando em um produto. Trata-se de uma concepção a-histórica de cultura.

Basicamente, a sociedade produz “coisas”, valores, hábitos, relações, etc, com a finalidade da *perenidade*, da longa duração. A cultura da qual se fala seria, vale dizer, em termos muito imprecisos, um complexo unitário de pressupostos, modos de pensamento, hábitos, formas arquitetônicas, etc., que, sem resistência, influenciam os homens, bem como o modo de se falar desse complexo. Sendo a cultura aquilo que é herdado no âmbito de uma totalidade, como seria possível, por exemplo, estabelecer lugares culturais e, por antinomia, lugares não-culturais (ou incultos)? Essa distinção somente se verifica a partir do momento em que, no plano do pensamento, realiza-se a passagem da autonomização da “cultura” para a autonomização de áreas específicas da cidade.

Assim, no Centro da cidade, os espaços valorizados ou em vias de valorização seriam os “lugares culturais”, recebendo atenção e investimentos prioritários porque serviriam a um propósito maior: autonomizados em relação ao contexto em que estão inseridos (a metrópole) são elevados a uma posição “superior”, postos como “síntese” da cidade. Essa é a cidade-espetáculo. Essa é a cidade-mercadoria. Essa é a cultura-mercadoria. Tudo tornado mercadoria. Assim, através dos lugares culturais (que, por extensão, são logo alçados a lugares globais), o Estado e o capital alcançariam para São Paulo e para o Rio de Janeiro o “estatuto” de *ciudades globais*. Autonomizando lugares da cidade, no limite, autonomiza-se a própria cidade, considerada no movimento global-local como um sujeito (que negocia, que disputa, que faz guerra) e como objeto (que é vendido, que é comprado, que é trocado).

A reflexão acima nos conduz a uma outra, que julgamos a mais importante. Sabe-se que, entre os princípios atualmente propalados no contexto do debate ideologizado do “direito à cidade”, o direito à cultura aparece como um dos mais fundamentais. De fato, na medida em que a “cultura” é colocada exteriormente à sociedade, essa mesma “cultura” serve para justificar determinadas práticas políticas. Sendo a produção de cultura inata aos homens em sociedade, como delimitar o que é ou não especificamente, *objetivamente*, “cultural”? Para o Estado e o capital, essa cisão é produzida com a desconsideração da produção das classes sociais de baixo poder aquisitivo ou sua própria delimitação também em espaços específicos, que não são aqueles da “cultura” aqui analisada. Ao mesmo tempo em que despolitiza, a mistificação da “cultura” contribui para a domesticação das classes médias cultas ao reafirmar a fronteira que as separa das classes populares.

Na medida em que se afirma a produção social da cultura como coletiva, afirma-se por isso mesmo que todos são igualmente aptos a produzir cultura. Ora, essa aptidão depende das relações sociais produzidas e, sendo estas mediadas pelo capital, contêm cisões no âmbito

dessa produção. Neste sentido, o “direito à cultura”, sendo universal, distingue-se do interesse, pois este é sempre particular. Ora, qual o problema?

Na sociedade capitalista, a produção do espaço é hegemonicamente capitalista e, portanto, rendida aos interesses de mercado; por conseguinte, estes não são propícios às necessidades sociais, colocando para os “cidadãos” uma verdadeira contradição, pois operam como meio de acesso à “cultura”, mas esse meio é regido por imperativos privados. Em outras palavras, estamos diante de um campo público de direitos regido por campos de interesses privados. Daí o estranhamento diante da vivência parcial da cidade onde se habita, pois as relações e a memória desde já aparecem como objetivadas como “patrimônio”, participante de um sistema de trocas. Não é possível compreender a complexidade desta abordagem da cultura sem esse jogo da diferença e da identidade objetivante.

A palavra “Cultura”, no singular e com letra maiúscula, evoca uma espécie de religiosidade baseada na Obra de Arte, que aparece como sinônimo de arte burguesa. A redução da cultura à arte representa uma violência teórico-prática.

Seguindo este raciocínio, se “cultura” significa tão somente “Arte”, então prática sindical, as lutas das minorias, o feminismo, o campesinato, a favela, etc., não fazem mais parte da cultura. Neste sentido, cultura e política estabelecem entre si uma relação de mútua exclusão. Esta (des)associação é forjada no bojo da inflexão ao neoliberalismo desde a década de 1980. A “Cultura” – com letra maiúscula, reduzida à Arte – foi transformada em bandeira econômica, subsumindo o cultural e o político: a cultura administrada substituiu a ação política (ARANTES, 1992).

Nas grandes metrópoles, paulatinamente, a Cultura foi elevada como objeto retórico, peça de discurso do Político e do Econômico em prol da reprodução em novos patamares. Sendo a política a afirmação do conflito, não haveria lugar na metrópole para a ação

questionadora: a cidade-pátria era construída concomitantemente à dissolução da política na “Cultura”, da mesma forma dissolvida no econômico (VAINER, 2002). Esse processo guarda uma generalização sob o império da marca (neste caso, Lapa[®] e NovaLuz[®]).

“*Profundamente*” ideologizados, os lugares culturais escamoteiam a intenção mercadológica de venda da cidade através de uma mística: o *encantamento* da “cultura” (incluindo a “Arte”) como a improdutividade. Dotada de um *histrionismo* fundado no city marketing, a cultura-mercadoria não é vista como tal, é tomada como “espontânea”, quase “natural”. A economia se realizaria em espaços específicos, nos outros espaços que não sejam os “lugares culturais”. Espaços produtivos não se coadunam com a idéia do lúdico por trás da cultura/arte, o improdutivo por excelência. A “inocência” que sustenta a idéia da cultura/arte se perderia caso o pecado original da acumulação fosse revelado.

REFERÊNCIAS

Livros

ABREU, M. A. **Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução.** Revista Rio de Janeiro. Niterói, 1(2): 47-58, jan./abr. 1986.

_____. **Sobre a memória das cidades.** Revista Território, nº 4: LAGET/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII.** Revista Geosp, nº 7. São Paulo, 2000.

_____. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 4ª.ed., 2006.

ALVES, G. A. **O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e sua Possibilidade de Apropriação.** Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

_____. São Paulo: Uma Cidade Global. In: CARLOS, A. F. A. e CARRERAS, C. (orgs.). **Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a MetrÓpole.** São Paulo: Contexto, 2005. pp.137-149.

ARANTES, O. **Arquitetura Simulada e Outros Estudos sobre a Ideologia Arquitetônica Contemporânea.** Tese (Livre-Docência). São Paulo: FFLCH-USP, 1992.

_____. Uma Estratégia Fatal: A Cultura nas Novas Gestões Urbanas. In: ARANTES, O, VAINER, C. e MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos.** Petrópolis: Vozes, 2002, pp.11-74.

- BACKHEUSER, E. **Onde moram os pobres**. Revista Renascença. Rio de Janeiro, Março de 1905.
- BARDY, C. O Século XVI (Da Fundação até o Fim). In: SILVA, F. N. **Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos: Formação e Desenvolvimento da Cidade**. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- BENACH, N. Perspectivas Culturais para o Estudo da Cidade. In: CARLOS, A. F. A. e CARRERAS, C. (orgs.). **Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. pp.70-80.
- BENJAMIN, W. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura**. Obras Escolhidas, Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 2004. pp.165-196.
- BERGER, P. **Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro: I e II regiões Administrativas (Centro)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974, p.135.
- BERNARDES, A. **Metrópole Global: Marketing ou Realidade? Uma Breve Análise para a Cidade de São Paulo**. GEOUSP, nº 2. São Paulo: USP/FFLCH, 1997, pp.35-40.
- BERNARDES, L. M. C. **Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX**. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro, 1959.
- _____. Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro. In: ABREU, M. A. (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- _____. & SOARES, M. T. de S. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Coleção Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, 1995.

BRANQUINHO, E. S. **Campos Elíseos no Centro da Crise: A Reprodução do Espaço no Centro de São Paulo**. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH, USP. 1987.

_____. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, A. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999a, pp.173-186.

_____. “Novas” Contradições do Espaço. In: DAMIANI, A. L. et al. (orgs.) **O Espaço no Fim de Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Contexto, 1999b, pp.62-74.

_____. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. Tese (Livre-Docência). São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

_____. São Paulo Hoje: As Contradições no Processo de Reprodução do Espaço. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de mayo de 2001, núm. 88.

_____. **O Direito à Cidade e a Construção da Metageografia**. *Cidades*, vol 2, n. 4. Presidente Prudente: GEU, 2005, pp.221-247.

_____. **A "Geografia Crítica" e a Crítica da Geografia**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (03).

CAVALCANTI, J. C. **Nova numeração dos prédios da Cidade do Rio de Janeiro. Organizada por ordem da Illustrissima Camara Municipal**. Rio de Janeiro. Typographia da Gazeta de Noticias, 1878.

COCCO, G. (org.). **A Cidade Estratégica - Nova Retórica e Velhas Práticas no Planejamento do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, R. M. **Em Busca do Espaço Perdido: a reconstrução das identidades espaciais do bairro da Lapa na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

DAMIANI, A. L. As Contradições do Espaço: Da Lógica (Formal) à (Lógica) Dialética, a Propósito do Espaço. In: DAMIANI, A. L. et al. (orgs.) **O Espaço no Fim de Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, pp.48-61.

_____. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEVECCHI, A. **Indicadores para reabilitação de edifícios na área central de São Paulo**. PROCENTRO, SEHAB, PMSP. São Paulo: 2001.

FRUGOLI JR., H. **O Centro, a Avenida Paulista e a Avenida Luiz Carlos Berrini na Perspectiva de suas Associações: Centralidade Urbana e Exclusão Social**. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1998.

GERSON, B. A Lapa e a Glória. In: _____. **História das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERRERA, L. M. G. Elitización: Propuesta en Español para el Término Gentrificación.

Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales. n° 332, 2001.

HUET, B. et al. **Os Centros das Metrôpoles: Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do Século XXI.** São Paulo: Ed. Terceiro Nome/Viva o centro/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

IBITURUNA, Barão de. **Parecer da Inspectoria Geral de Hygiene sobre as estalagens ou cortiços. Projecto de alguns melhoramentos para o saneamento da cidade do Rio de Janeiro apresentado ao Governo Imperial pela Inspectoria Geral de Higiene.** Rio de Janeiro: Typ. de Pereira Braga, 1886.

JAMESON, F. **A Cultura do Dinheiro: Ensaio sobre a Globalização.** Petrópolis: Vozes, 2002.

KARA JOSÉ, B. **Políticas Culturais e Negócios Urbanos.** São Paulo: Annablume, 2007.

LANGENBUCH, J. R. **A Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de Geografia Urbana.** Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LAMÊGO, A. R. A Paisagem Carioca e suas Origens. In: SILVA, F. N. **Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos: Formação e Desenvolvimento da Cidade.** Rio de Janeiro: Record, 1965.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção.** Porto: Escorpião, 1970.

_____. **Los Marxistas y la Noción de Estado.** Buenos Aires: Ediciones CEPE, 1972.

_____. **El Marxismo.** Buenos Aires: Ediciones CEPE, 1973.

_____. **Le Retour de la Dialectique: 12 Mots Clef pour le Monde Moderne.** Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986. pp.159-173. Tradução livre de Margarida Maria de Andrade.

_____. **Lógica Formal, Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Produção do Espaço.** Tradução do Grupo “As (Im)possibilidades do Urbano na Metrópole Contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original “La Production de l’Espace”. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira Versão: 2006.

_____. O Espaço e o Estado In: **A Respeito do Estado.** Tomo IV: As Contradições do Estado Moderno. Tradução Provisória do capítulo V (L’Espace et l’État) pp.259-324, s.d. por José Augusto Martins Pessoa.

LEMOS, A. I. G. **Modernidade e Metrópoles Latino-americanas:** Rio de Janeiro e Buenos Aires. Tese (Livre-Docência). São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

LESSA, C. **O Rio de Todos os Brasis: Uma Reflexão em Busca de Auto-Estima.** São Paulo: Record, 2000.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. e LEVY, Maria Bárbara. Estudos sobre a Rio Light: Relatório de Pesquisa. RJ: Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social, 2008 (após 21 anos de pesquisa concluída).

- MACHADO, T. R. **Reflexões sobre o Papel da Cultura no Processo de Renovação Urbana na Área Central do Rio de Janeiro: Um Estudo de Caso do Centro Cultural Banco do Brasil.** Monografia de Pós Graduação. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2002.
- MARTINS, S. Crítica à Economia Política do Espaço. In: DAMIANI, A. L. et al. (orgs.) **O Espaço no Fim de Século: A Nova Raridade.** São Paulo: Contexto, 1999, pp.13-47.
- MARTIN, A. R. A Permanência da Deterioração Urbana como Processo: O Caso do Bairro do Brás em São Paulo. In: CARLOS, A. F. A. E OLIVEIRA, A. U. (orgs.). **Geografias de São Paulo: Representação e Crise da Metrópole.** São Paulo: Contexto, 2004.
- MARX, K. **O Capital.** Livro I, vol. 01. São Paulo: Abril Cultural, Série Os Economistas, 1983.
- _____. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** São Paulo: Hucitec, 1984.
- _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- MIELE, S. A. F. **O Movimento da Economia Financeira na Dinâmica Imobiliária de São Paulo.** Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2007.
- MOTTA, M. P. **O centro da cidade do Rio de Janeiro no século XIX: reflexões sobre a noção de área central.** Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- NIGRO, C. **Revitalização Urbana em Áreas Centrais: Discussões sobre o Caso da Cidade de São Paulo.** GEOUSP, nº 6. São Paulo: USP/FFLCH, 1999, pp.49-60.
- OLIVEIRA, M. B. **Ciência: Força Produtiva ou Mercadoria?** Crítica Marxista. nº 25, 2005.
- ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

- PATARRA, N. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) História Geral da Civilização Brasileira, v. 3: **O Brasil Republicano, n. 4: Economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 247-268.
- PAULANI, L. M. **Brasil Delivery: Servidão Financeira e Estado de Emergência Econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PINHEIRO, A. I. F. Aprendendo com o Patrimônio. In: OLIVEIRA, L. L. **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.
- PINHEIRO, P. S. Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política. In: FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III. O Brasil Republicano. 2º vol: Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985.
- QUEIRÓS, E. **A Cidade e as Serras**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.
- RABHA, N. Cristalização e Resistência no Centro do Rio de Janeiro. **Revista Rio de Janeiro**. 1985, nº 1(1), pp.35-44.
- REZENDE, V. **Planejamento Urbano e Ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RIBEIRO, L. C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR/UFRJ; FASE, 1997.
- RIO DE JANEIRO, RIOARTE. **Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no**. Rio de Janeiro: RIOARTE, IPP, 2002.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. & Discurso sobre as Ciências e as Artes.** In: _____. Coleção Os Pensadores. Nova Cultural: São Paulo, 2000.

SÁNCHEZ, F. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial.** Chapecó: Argos, 2003a.

_____. O Urbano no Mundo da Mercadoria. In: CARLOS, A. F. A. e LEMOS, A. I. **G. Dilemas Urbanos: novas Abordagens sobre a Cidade.** São Paulo: Contexto, 2003b.

SANTOS, C. R. S. Dos Negócios na Cidade à Cidade como Negócio: Uma Nova Sorte da Acumulação Primitiva do Espaço. In: **Cidades: Revista Científica**, vol.3, número 5. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2006.

SANTOS, J. C. F. **Políticas Espaciais de Requalificação Urbana na Área Central do Rio de Janeiro: Nova Estética da Desintegração Local e Espetáculo da Projeção Global.** Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (43).

_____. As Questões de Limites Interestaduais do Brasil: Transição Política e Instabilidade do Território Nacional na Primeira República (1889-1930). Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (17). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-17.htm>

SANTOS, N. F. **As Freguesias do Rio Antigo.** Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1965.

SÃO PAULO/EMURB. **Cartilha da Área Central: Operação Urbana Centro.** São Paulo: Prefeitura Municipal/EMURB, 1997.

SASSEN, S. A Cidade Global. In: LAVINAS, L. et al. (orgs.). **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993, pp.187-202.

_____. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo: Nobel, 1998.

SEABRA, O. C. L. Urbanização e Fragmentação: A Natureza Natural do Mundo. In: **Geografares**, Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000. pp. 73-79.

_____. **Urbanização e Fragmentação: Cotidiano e Vida de Bairro na Metamorfose da Cidade em MetrÓpole, a partir das Transformações do Bairro do Limão**. São Paulo, 2003. Tese (Livre Docência) – DG / FFLCH / USP.

_____. **O Nó Górdio da Cultura no Movimento da Formação**. (MIMEO). 2008.

SEVCENKO, N. Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SHACHAR, A. A Cidade Mundial e sua Articulação ao Sistema Econômico Global. In: BECKER, Berta K. et al. (orgs.). **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

SIMÕES JR., J. G. **Revitalização de Centros Urbanos**. Polis, nº 19. São Paulo: Publicações Polis, 1994.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. In: **GEOUSP**, nº 21. São Paulo: USP/FFLCH, pp.15-31, 2007.

_____. **The Diversion of Culture, the Politics of Cultural Geography**. Conferência de Encerramento ministrada na Conferência Internacional “Aspectos Culturais nas

Geografias Econômicas, Sociais e Políticas”. União Geográfica Internacional. Cedido pelo autor em janeiro de 2008.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, M. T. S. **O Conceito Geográfico de Bairro e sua Exemplificação na Cidade do Rio de Janeiro**. In Boletim Carioca de Geografia 11 (3/4), 1958.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VAINER, C. B. Pátria, Empresa e Mercadoria. In: ARANTES, O, VAINER, C. e MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002, pp.75-103.

VAZ, L. F. Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo. Universidade Federal do Rio de Janeiro – PUR, 1985.

_____. e SILVEIRA, C. Áreas Centrais, Projetos Urbanísticos e Vazios Urbanos. In: **Território**, 1999, nº 4(7), pp.51-66.

_____. A Cultura na Revitalização Urbana – Espetáculo ou Participação? **Espaço & Debates**. São Paulo. V.23. n.43-44 – jan-dez/2003. pp.129-140.

_____. e JACQUES, P. B. Considerações Sobre Lugares Culturais na Cidade do Rio de Janeiro. In: **Anais da Conferência Rio de Janeiro, Comissão de Geografia Cultural, UGI**. Rio de Janeiro, 2003b. CDROM

VOLOCHKO, D. **A Produção do Espaço e as Estratégias Reprodutivas do Capital: Negócios Imobiliários e Financeiros em São Paulo**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

WILLIAMS, R. "Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory." **New Left Review** 82, (November-December, 1973), pp. 3-16

Fontes Primárias

Catálogo de Fontes da Coleção Carlos Sampaio (IHGB)

Lata 635.

- pasta 10 (Cartas de F. Adamczyk ao Dr. Carlos Sampaio sobre a possibilidade de obter a concessão do arrasamento dos morros do Castelo e de Santo Antonio e confirmando proposta, com modificação da 4ª cláusula, para aquisição e edificação de área resultante do referido desmante. No mesmo documento, informação sobre a cláusula mencionada. Com respostas-cópias. Carta em papel timbrado de F. Adamczyk a respeito de um empréstimo municipal para os trabalhos de desmante do morro do Castelo. 30/09/1915, 28/04 e 27/10/1921)

- pasta 11 (Carta de F. Adamczyk ao Prefeito do Distrito Federal apresentando as bases para a realização de obras, melhoramentos e construções na Capital Federal, 05/09/1920)

- pasta 12 (Cartas de F Adamczyk ao Dr Carlos Sampaio, Prefeito do Distrito Federal, remetendo informações sobre o grupo organizado em Londres, por escritura de 09/02/1920, com o objetivo principal de executar obras de melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro. Telegramas da Banca Italiana di Sconto ao Dr. Epitácio da Silva Pessoa, Presidente da República, enviando as informações obtidas sobre a idoneidade moral da Imperial Foreign Corporation e de Sir William Bertran Mitford e solicitados por F. Adamczyk. 1920-21.)

Lata 642.

- Pasta 12 (Decreto n 2379 de 27 de dezembro de 1920 que autoriza o prefeito a alienar os terrenos que se tenham tornado desnecessários à servidão pública)

Sites da Internet

KLABIN SEGALL. Disponível em: <http://www.klabinsegall.com.br>

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. ARMAZÉM DE DADOS. Disponível em:
<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/portalgeo/index.asp>

PREFEITURA DE SÃO PAULO/EMURB. Disponível em: <http://www.sempla.emurb.gov.br>

APÊNDICE

Abaixo, a relação de Planos de Alinhamento citados e as intervenções pontuais discriminadas:

Planos de Alinhamento (PA's) do LARGO DA LAPA (antiga Dona Isabel A Redentora):

04 – 19/12/1903 – Avenida Mem de Sá – largura 17m – comprimento de 1550m, partindo do Largo da Lapa, passando pela esplanada do morro do Senado terminando na rua Frei Caneca – esquina da rua Santana. Prefeito Pereira Passos.

75 – 15/06/1904 – Alinhamento da rua da Lapa, alargando para 10m. Prefeito Pereira Passos.

1368 – 28/09/1920 – Projeto de refúgios e de concordância de alinhamento do Largo da Lapa. No desenho, figuram as linhas de bondes que cruzavam o Largo da Lapa, no cruzamento do Largo com as ruas: da Lapa, Teixeira de Freitas, Avenida Mem de Sá, Rua do Passeio e Rua Visconde de Maranguape. Prefeito Carlos Sampaio.

1517 – 28/12/1923 – Arruamento da área resultante do aterro da enseada da Glória, inclusive o arruamento da rua da Lapa, para 20m; da rua Joaquim Silva para 17m, entre as ruas Augusto Severo e da Lapa; rua Morais Vale prolongada até a rua Augusto Severo, saindo da Lapa, com 17m de largura; rua Teixeira de Freitas, com 20m de largura. Prefeito Alaor Prata.

1541 – 29/04/1924 – Projeto de novos alinhamentos para o Largo da Lapa e rua Teixeira Freitas. Estabelece a largura de 60m por 190m do Jardim do Passeio Público até o alinhamento da rua Visconde de Maranguape. Coloca o Lampadário da Lapa no centro de um refúgio de 10m de largura por 25m de comprimento. Prefeito Alaor Prata.

2627 – 31/08/1936 – alinhamento da rua Teixeira Freitas, entre a Avenida Augusto Severo e o Largo da Lapa. Prefeito Olímpio de Melo.

3129 – 21/03/1939 – Projeto de Urbanização da Lapa e adjacências, abrangendo a área que vai do Largo da Glória, inclusive a rua Benjamin Constant, até o Largo da Lapa, alargando os seguintes logradouros: Rua da Lapa, com 38m de largura; Rua Joaquim Silva, com 20m de largura; Rua Conde Laje, com 20m de largura; Beco dos Carmelitas alargado para 20m. Pelo projeto, com a recomposição das quadras, deveriam desaparecer as ruas: Moraes e Vale, Teotônio Regadas, Travessa do Mosqueira, trecho da rua Joaquim Silva. Prevê o projeto com o alargamento da Rua da Lapa para 38m a ligação da Zona Norte com a Zona Sul. Prefeito Henrique Dodsworth.

3130 – 21/03/1939 – Projeto da Avenida Glória-Lagoa, importante via radial, ligando o centro da cidade à Lagoa Rodrigo de Freitas, alargando várias ruas e interessando os bairros da Glória, Catete, Flamengo, Laranjeiras, Botafogo e Lagoa. A largura prevista era de 44m separado por um refúgio central de 12m e duas partes laterais de 12m cada uma e os passeios de 4m. O projeto foi elaborado pela Comissão do Plano da Cidade pelo urbanista Prof. José Octacílio de Sabóia Ribeiro. Substituído pelo PA da Avenida Radial Sul. Aprovado pelo prefeito Henrique Dodsworth.

3315 – 08/02/1940 – projeto da Avenida Glória-Lagoa, com 42m de largura, começando no Largo da Glória e terminando na Lagoa Rodrigo de Freitas. O projeto estabeleceu a urbanização de diversos locais, como a praça defronte ao Palácio do Catete, Largo do Machado. Praça José de Alencar, cruzamento da Rua Real Grandeza com a rua São Clemente, etc... Prefeito Henrique Dodsworth.

3612 – 31/07/1941 (Decreto 7064) – Projeto de Urbanização da Esplanada do Morro de Santo Antonio, com o estabelecimento da Avenida Diagonal, ligando a Avenida Beira Mar, junto ao

Passeio Público e Rua Teixeira de Freitas, na Lapa, à Avenida Presidente Vargas, na esquina da Praça da República. O projeto abrange a área do morro limitada pelos seguintes logradouros: Largo da Carioca, Rua Senador Dantas, Rua Evaristo da Veiga, Rua dos Arcos, Rua do Lavradio, Rua Visconde do Rio Branco, Rua da Carioca e as áreas adjacentes para a complementação do plano de urbanização, como sejam a Lapa, Avenida Mem de Sá, Praça Tiradentes e Largo da Carioca, além do prolongamento da Avenida Diagonal até a Praça da República. Foi feito o estudo do reloteamento das quadras e dos gabaritos das construções. O projeto foi aprovado pelo prefeito, porém sofreu inúmeras modificações posteriores com a substituição sucessiva de planos de urbanização, nas diferentes administrações. Prefeito Henrique Dodsworth.

3733 – 13/05/1942 – projeto de reloteamento do Bloco LVIII do PA-3612 relativo à urbanização da Esplanada de Santo Antonio e Avenida Diagonal. O bloco se refere à quadra onde se encontra o Silogeu, abrangendo os prédios da Rua Teixeira de Freitas, Avenida Augusto Severo, Rua Moraes e Vale, Beco das Carmelitas, limitando com os fundos da Igreja da Lapa. Foi posteriormente revogado. Prefeito Henrique Dodsworth.

4051 – 16/02/1945 – Projeto de urbanização parcial do Largo da Lapa e adjacências. Modificação parcial do PA-3129, no qual prevê o reloteamento das quadras, fixando os limites de profundidade das edificações, estabelecendo uma área interna de ventilação e aeração, fixa o gabarito de altura das edificações, determina área “non edificandi”. Abrange a área compreendida entre os logradouros: Avenida Augusto Severo, Rua da Lapa, Rua Teixeira de Freitas, Avenida Mem de Sá, Rua Visconde de Maranguape, Rua Joaquim Silva, Rua Visconde de Paranaguá, Rua Conde de Lage, além das ruas Taylor, Rua Teotônio Regadas, Travessa do Mosqueira, beco das carmelitas, Rua Moraes e Vale e ladeira de Santa Teresa. Prefeito Henrique Dodsworth.

5030 – 08/02/1949 – Projeto de alargamento da rua da Lapa e urbanização da área adjacente, em prosseguimento à urbanização da área do morro de Santo Antonio, e prolongamento da Avenida Norte-Sul para a Zona Sul, com a largura de 36m e a extensão de 350m entre a rua Teotônio Regadas e a esquina da rua Conde Laje com a rua da Glória. Projeto elaborado pelo arquiteto Afonso Eduardo Reidy e aprovado pelo Prefeito Mendes de Moraes.

5031 – 08/02/1949 – Projeto de urbanização da Faixa Litorânea compreendida entre o Túnel do Pasmado e o Aeroporto Santos Dumont. O projeto compreende a extensão de urbanização do Morro de Santo Antonio, com a Avenida Norte-Sul e sua ligação com a Avenida Beira Mar e as novas pistas no aterro da enseada da Glória e Flamengo. Prevê ainda a ligação com Avenida Perimetral. Também foram projetadas edificações na área do aterro defronte à praia do Flamengo, edificações essas com 21 pavimentos e espaçadas de 120m entre um bloco e outro, no total de 6 blocos de 18m x 70m, e dentro da área ajardinada. O projeto foi substituído e os blocos não foram construídos. O projeto prevê também a ligação em viaduto da rua Pinheiro Machado às partes novas da Avenida Beira-Mar na enseada de Botafogo, permitindo o acesso ao Túnel Laranjeiras-Catumbi, na interligação do Cais do Porto à Copacabana, uma perimetral para desafogar o trânsito no centro da cidade. Prefeito Mendes de Moraes.

5409 – 13/06/1950 – Projeto de alargamento da rua da Lapa, complemento do projeto de urbanização anterior 5408. Alargamento para 36m, do Largo da Lapa até a Rua da Glória parcialmente atingida até a Rua Conde Lage. Substituído pelo PA 8281. Prefeito Mendes de Moraes.

6782 – 30/05/1956 – Projeto de urbanização da quadra “E” limitada pela Avenida Augusto Severo, Avenida Teixeira de Freitas, Rua da Lapa, e Beco das Carmelitas, na Lapa, abrindo

uma rua nos fundos da Igreja da Lapa de modo a isolá-la por um jardim. Prefeito Negrão de Lima.

7214 – 26/07/1958 – Projeto de Urbanização da área resultante do desmonte do morro de Santo Antonio. Duas linhas dominantes: Avenida Norte-Sul, com 76m de largura e Avenida Chile com 87m de largura. Na primeira, foi projetado um elevado em toda sua extensão a ligar-se com a Avenida Radial Sul e com as pistas do aterro do Flamengo e do lado norte com Avenida Presidente Vargas e prolongando pela rua Senador Pompeu alargada. A urbanização isola a área do convento Santo Antonio e prevê uma área destinada à antiga PDF para sua sede. Prefeito José Joaquim de Sá Freire Alvim.

7520 – 30/12/1959 – Projeto de alinhamento do Metropolitano da linha entre a Praça da bandeira pela Avenida Radial Oeste, e uma faixa paralela de 20m de largura, ao longo das linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil, até o Engenho de Dentro, passando pelo Estádio Maracanã. Prefeito José Joaquim de Sá Freire Alvim.

Os PA's a seguir estão relacionados, mas não encontramos as ações efetivadas através deles: 8281, 8353, 8530, 9091 e 9560. O período de suas publicações se estende pelas décadas de 1960 e 1980.

ANEXOS

ANEXO A

Entrevista com o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, César Maia.

Economista, Professor licenciado da UFF, expoente do Democratas, foi prefeito do Rio por três mandatos (1993-1996 e 2001 a 2008), intercalados pelo mandato de seu sucessor, Luiz Paulo Conde (1997 a 2000). A entrevista foi concedida no último mês de sua gestão.

A chegada à Prefeitura: o encontro com o Corredor Cultural.

Julio: Como o senhor encontrou o Corredor Cultural e como foi sua gestão no que se refere a este projeto?

Cesar Maia: O idealizador do Corredor Cultural – arquiteto Augusto Ivan – foi designado subprefeito do Centro e, em minha última gestão, secretário de urbanismo. Uma garantia de continuidade. A revitalização deu-se exatamente com Augusto Ivan no Centro, que começou flexibilizando a ocupação das calçadas com mesas e cadeiras, assim como os antiquários, bares e restaurantes, com liberdade para música ao vivo.

Julio: O senhor considera o Corredor Cultural uma APAC? Poderia localizar o Corredor Cultural no debate sobre a preservação do Patrimônio e da Memória (quinta função da cidade, segundo a Carta de Atenas)? Como vê esse movimento?

César Maia: Mais que APAC, pois incorpora o tombamento. Mais tarde, com a criação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Cultural, consolida-se uma política da prefeitura.

Sua gestão na Prefeitura (área cultural).

Julio: É sabido que o senhor trabalhou bastante pela criação de novos símbolos que reforçassem a imagem do Rio de Janeiro como uma cidade mundial (principalmente no que se refere à cultura e ao turismo), tentando conferir vantagens econômicas à cidade elevando o “capital simbólico coletivo” carioca. Neste sentido, qual é a sua impressão hoje a respeito do projeto do Museu Guggenheim e a particularidade da área portuária do Rio de Janeiro?

César Maia: Infelizmente, foi bloqueado na Justiça. Funcionaria como um catalisador da revitalização junto com a Cidade do Samba, nos dois extremos do Porto. Com o bloqueio, caminhei para outro equipamento matriz temático, não mais de artes plásticas, mas de artes musicais, dança e canto, a Cidade da Música, afirmando a vocação acústica do carioca e a centralidade do Rio na Música. A decisão tomada na eleição de 2000 levou a Prefeitura do Rio a investir, construindo uma rede de equipamentos públicos que pouquíssimas cidades do mundo têm. A lista é grande. Cidade do Samba, Circo Voador, Engenhão, Arena, Parque Aquático, Velódromo, Centro de Coreografia, Centro de Convenções da Cidade Nova, Centro

de Referência da Música Carioca, Cidade das Crianças, Planetário de Santa Cruz, 10 Vilas Olímpicas, 10 Lonas Culturais e Rede de 10 Teatros (iniciadas em 1994), Parque da Vizinhança de Deodoro, Reconstrução do Centro Esportivo Miécimo da Silva com construção do Ginásio Algodão, Centro Cultural Princesa Isabel em Santa Cruz, Museu Helio Oiticica (1995). Em execução: Complexo Cidade da Música, concessão para o Centro de Jazz (prédio do Automóvel Clube), concessão para o Instituto Internacional de Design (Cassino da Urca).

Julio: Existe um processo global de museificação, turistificação e revitalização de áreas urbanas degradadas em diversas cidades a fim de destacar sua importância no contexto local e apresentar interesse para turistas e investidores de toda parte do mundo. No entanto, a repetição do mesmo modelo diversas vezes produz o efeito contrário, ou seja, o caráter de singularidade da intervenção/obra é frustrado. Por exemplo, este processo ocorreu na Espanha e uma nova fase de revitalizações e intervenções se seguiu a fim de dar novo fôlego ao “modelo Barcelona”. O senhor não teme que o mesmo aconteça com a Cidade da Música e seus assemelhados pelo mundo?

César Maia: Dada a vocação acústica do carioca e o papel que representou a música na identidade da cidade, creio que será um complexo que trará de volta ao Rio a centralidade da música no Brasil. Lembro que a Cidade da Música é um complexo que, além das salas de concerto/ópera/ballet, é um Conservatório de Música com 12 salas, um shopping cultural com livraria, cinemas e videoteca, restaurantes e mirantes nos 4 pontos cardeais, pontos de micro-arena para os estudantes de música e um parque público com ampla área e lago. O ateliê, com sua experiência internacional, estima que – independente dos dias de espetáculos – 5 mil pessoas, especialmente jovens, a frequentarão.

Julio: Que memória coletiva deve ser celebrada pela cidade do Rio de Janeiro?

César Maia: Sua marca de cidade integrada, receptiva, solidária.

A(s) crise(s) econômica(s)

Julio: A atual crise econômica coloca a necessidade de repensar novas agendas para a arquitetura e a cultura, pois aparentemente não se pode mais contar com os recursos materiais disponibilizados na última década. Entretanto, o Rio de Janeiro aparece de modo diferente nesta lógica. A que o senhor atribui o baixo dinamismo do mercado imobiliário carioca (pelo menos até 2006/2007) e a dificuldade de efetivar os projetos de revitalização urbana, como a área portuária, o centro histórico, entre outros?

César Maia: Na verdade, entre 2005 e 2008 tivemos os índices mais altos de construção imobiliária da história do Rio, passando de 4 milhões de m² ao ano de licenças de construção. O mercado – aqui e alhures – estagnou com a crise.

Julio: Antes da crise, havia anúncios de grandes iniciativas para o Centro da cidade, particularmente no entorno do Corredor (como a compra de uma quadra na rua Henrique Valadares pela WTORRE e a intenção de construir um complexo corporativo de última geração). Há exemplos no que se refere ao mercado financeiro, mas também há o caso bem-

sucedido do “Cores da Lapa”, no setor habitacional. Qual é a sua visão para o Centro do Rio a partir de agora? Como o senhor observa os projetos de revitalização urbana em um quadro de crise?

César Maia: É um bom momento para tirá-los da gaveta e investir na infraestrutura necessária para que, na retomada do crescimento, a base esteja dada. Lembro que das cinco ações que mais cresceram este ano, três são de empresas do mercado imobiliário: Rossi Residencial com +110,74%, Gafisa com 94,43% e Cyrela com 63,09%.

Julio: O que pensa do programa “Minha Casa, Minha Vida” em grandes metrópoles?

César Maia: Apenas a ampliação do saque do FGTS vai funcionar para a classe média.

Julio: Como o senhor avalia os investimentos e projetos para incrementar a função residencial no Centro da cidade? Como foi sua relação com os movimentos sociais urbanos, como os sem-teto?

César Maia: Esse processo foi retomado com uma lei de 1994 que permitiu construção sem garagem, já que era um contrassenso estimular carro no Centro. Simultaneamente, a recuperação da infraestrutura da Avenida Rio Branco, o ordenamento do comércio ambulante (as ruas centrais eram feiras de Calcutá até 1992), a revitalização da Lapa e Arco do Teles, o mergulhão reconstituindo a Praça 15, etc...

ANEXO B

Entrevista com o Prof. Dr. Carlos Lessa

Professor Emérito da UFRJ, foi reitor daquela universidade, presidente do BNDES nos primeiros anos do Governo Lula e cumpriu função como diretor do atual Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

Julio: Professor Lessa, como o senhor observa o processo de desvalorização-revalorização no centro do Rio de Janeiro?

Lessa: Julio, eu diria a você que as razões para a decadência [do centro do Rio de Janeiro hoje] são de três naturezas bem diferenciadas. A primeira delas está ligada ao automóvel. O centro foi projetado, foi todo construído, muito antes de existir essa abundância de veículos automotores, então na verdade não foi previsto para abrigar ou assistir a uma frota de veículos muito grande, o que, obviamente, prejudica a qualidade da rua, não a qualidade física, mas a qualidade existencial da rua. Além disso, não tem garagem. Faltar garagens torna inapta a imensa maioria dos edifícios para os usos, digamos, mais “modernos”. Então, o primeiro fenômeno é o impacto automobilista, o impacto do Brasil passando a produzir veículos, esse é o impacto acumulativo, que está atingido níveis absurdamente assustadores, absolutamente impressionantes. Para cada novo cidadão com automóvel, para não prejudicar a circulação, [a cidade] deve ter pelo menos 30 metros quadrados de área de pistas novas, e de estacionamento, e é evidente que, com o ritmo de incorporação de veículos, para nenhuma prefeitura é possível atender a essa exigência, muito menos no centro histórico. O centro histórico tende a desaparecer, há uma cidade que praticamente acabou com seu centro histórico, que foi Los Angeles. Los Angeles recortou o centro, então esse é um primeiro ponto...

O segundo ponto está ligado, no caso do Rio de Janeiro, à perda da hegemonia financeira, que fez com o sistema financeiro privado deslocasse suas sedes todas para São Paulo e o sistema financeiro público deslocasse sua sede para Brasília, com a única exceção do BNDES que manteve a direção no Rio de Janeiro. Isso porque o pessoal do mercado financeiro lato sensu é um pessoal que, apesar de dispor de toda a tecnologia ultramoderna, vive o tempo todo para tapar boatos, perceber posturas, sinais. Verdade é que eles dão uma vida contaminada às instalações existentes, às instalações que prestam serviço estão próximas às zonas de concentração financeira e são basicamente restaurantes e o comércio. No caso do Rio de Janeiro, houve a transferência de toda a burocracia para Brasília. Você retirou do centro do Rio outros espaços e outra parcela de população nobre que mantinha, de maneira extremamente atípica, os negócios. Apesar das deficiências arquitetônicas da burocracia, do

ponto de vista de garagem, de estacionamento, tinham proximidade com uma população com poder de compra alto e os vácuos dessa população com poder de compra alto não foram mantidos por nenhum grupo social. Agora, isso no caso do Rio de Janeiro, além de todos esses fenômenos que fiz referência que eu acho que de certa maneira são fenômenos que acontecem em todas as cidades... que, inclusive, São Paulo recebeu parte da hegemonia financeira do Rio não manteve as características de confiabilidade, fortalecendo o centro, na verdade fez foi fortalecer a dispersão.

Julio: Novas centralidades?

Lessa: No Rio houve um erro histórico, que eu não sei se houve em São Paulo, que é erro muito simples. Quando a Escola de Atenas, e você conhece isso, começou a pensar a ideia da cidade funcional apareceu a ideia de que o centro deveria ser a área financeira, isso tinha um pouco de inspiração inglesa, na Torre de Londres, área do distrito financeiro de Londres. Os Estados e os municípios começaram a fixar suas áreas financeiras tendo por principal característica não admitir residência familiar na área. Bom, a área financeira do Rio, é C-O-L-O-S-S-A-L, fizeram uma coisa ciclópica nos anos 30, mas não sei direito, tenho impressão que vai da metade da Avenida Presidente Vargas e toda a [Avenida] Rio Branco, pega o eixo da Lapa, é uma coisa imensa a única coisa que eles permitiram é que as famílias que já moravam lá ficassem, mas não permitiram nenhum processo de construção de novos edifícios residenciais, não permitiram nem fizeram nada para gerar um uso alternativo aos imóveis que eram abandonados pelo comércio em recessão, se você combina isso que era uma espécie de veto à população familiar, você condena a noite a ser um deserto, transforma o centro num deserto, você aumenta o caráter diminuto, o caráter pouco atraente dos serviços assistentes do comércio, não tem também restaurantes funcionando na hora do almoço, não dá para funcionar no jantar. Depois que dá o horário do trabalho o centro se esvazia completamente. Esse é um diagnóstico básico. Você pode agregar mais uma ou outra dimensão, mas no caso do Rio de Janeiro são esses os pontos. Quando eu fui diretor do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, na verdade você sabe que isso foi iniciativa conjunta da Prefeitura, da Associação Comercial e da Federação da Indústria, nos ficou absolutamente claro o seguinte: primeiro, mais do que em qualquer outra cidade o centro do Rio é imprescindível porque o Rio é uma cidade linear, não é ortogonal, isso eu não preciso explicar, a falência do centro é na verdade o fragmentador para a cidade, quem ainda quer usar o centro do Rio tem tarefa absolutamente prioritária e nós, após analisarmos o processo, tínhamos claro que era necessário usar algumas providências de natureza institucional e alguns megaprojetos de investimento. No fundo era repovoar o centro com famílias, nós acreditávamos que bastaria reduzir certas exigências de alvarás de construção, do tipo que encareciam apartamentos com recepcionista, com elevador de prédio de até três andares, eu não sei exatamente quais são, mas estão todos capitulados. Essa legislação foi aprovada, a Câmara de Vereadores redefiniu a legislação quanto ao uso residencial do Centro, e o efeito dele foi curioso porque levou bastante tempo pra que surgisse alguma coisa que demonstrasse a viabilidade do centro do Rio como residencial. Finalmente surgiu por iniciativa de uma empresa de São Paulo.

Julio: É o outro foco da entrevista.

Lessa: Ela fez o Cores da Lapa, e o Cores da Lapa é um sucesso porque vendeu o conjunto inteiro em um recorde, duas horas. Vendeu todos os apartamentos em duas horas. Quase 700 apartamentos, você pode até entrevistar a turma da Klabin Segall, mas você vai descobrir que eles são uma turma que não gosta de falar, gostam de guardar segredo. Em relação ao feito, o que ficou visível foi o seguinte: para atrair a população, vamos dizer, a classe média, pequena classe média, média classe média, seria necessário dar a eles as facilidades necessárias ou imaginárias dos condomínios, ou seja, dar essa parafernália toda de piscina, sei lá, salão de ginástica, e isso tem um problema sério para o centro, a maior parte dos lotes residenciais no centro são bem pequenos, então não é fácil absolutamente fazer isso, não é fácil fazer outros projetos Klabin Segall, não existem extensões de terrenos disponíveis, abundantes, a não ser que haja uma legislação que permita à Prefeitura desapropriar regiões de baixo interesse e revender, a lei estadual e a federal não permitem, a desapropriação só pode ser feita com uma finalidade específica e não pode ser remanejamento de lotes. Então, esse é um problema, a não ser que se lance mão de imensos terrenos disponíveis no centro do Rio de Janeiro que são de propriedade do governo federal que são terrenos ligados à zona portuária, na Avenida Rodrigues Alves, e antigas estações ferroviárias como a Leopoldina. Nessa região, segundo nossas estimativas, dá para 200 mil residências e modifica inteiramente a dinâmica da cidade do Rio de Janeiro e faz do centro da cidade do Rio de Janeiro, primeiro uma janela sobre a Baía de Guanabara, que é belíssima, e estabelece uma população vivendo na qualidade condominial.

Julio: Mas não houve alguns acordos com o Governo Federal para liberar os terrenos da Rede Ferroviária Federal?

Lessa: O Governo Federal é absurdamente imbecil para privatizar as empresas estratégicas, mas mantivesse seus dedos ciosos sobre os imóveis, ao contrário diria a você que o Governo Federal tem uma política absurda para o Rio de Janeiro, o atual Prefeito eleito [Eduardo Paz] se propôs a batalhar por isso. Quando te falei de megaprojetos, eu estava te falando exatamente do primeiro obstáculo, garantir residência, que foi superado. O projeto da Klabin Segall demonstra que precisa fazer terreno, está em ação um processo que vai fazer com que assumam esses terrenos. É preciso fazer muitas coisas importantes que tornem a região única, primeiro tem a beleza natural da Baía de Guanabara no Rio de Janeiro, que o Rio quase não utiliza. Mas o [Prefeito] César Maia me ouvia muito, mais nessa fase em que eu era coordenador do PE, eu era o interlocutor do César Maia. Nós tínhamos um acordo, o César Maia estava convencido de que era necessário um grande projeto, só que, na cabeça dele, ele bolou dois projetos para essa região do Porto [do Rio de Janeiro], que é obviamente a grande região para revitalizar o centro, entendeu? Quer dizer, inflectir as tendências da cidade à dispersão e reconcentrar a cidade e a região do Porto, eu fui coordenador estratégico, na verdade, fui eu que... é o seguinte, o Porto de Sepetiba, foi praticamente tirado do limbo por Carlos Lessa e nós colocamos em evidência que esse era o melhor porto da América do Sul, então o porto velho do Rio serviria apenas como pequeno porto de apoio no prolongamento de São Cristóvão, todo aquele eixo enorme da avenida ficou disponível, então é daí que começa a idéia de fazer ali um megaprojeto de recuperação do Rio, que o atual prefeito [César Maia] tentou, mas está em crise.

Julio: Não seria uma questão de prioridade nesse sentido? Com determinado apoio e articulação... um bom dinheiro foi investido na Cidade da Música, por exemplo, não?

Lessa: Era isso que eu ia te dizer. O César Maia, corretamente, bolou a Cidade do Samba, lá naquela região [do Porto], que são os grandes e velhos armazéns abandonados, já estavam sendo usados para isso, na verdade surgiu a ideia de criar uma praça, uma área onde as instalações de montagem dos edifícios estariam todas concentradas e onde haveria um percurso inteligente para a exposição, um percurso que não criava caos na cidade. Outro projeto que ele bolou foi levar para lá uma cópia do Museu Guggenheim, a esse eu me opus frontalmente, a nossa ruptura começou por aí, eu disse que o Guggenheim não era museu, era McDonalds, museu coleciona acervo, não casco, colocar o Guggenheim no píer da Praça Mauá seria uma coisa horrorosa até do ponto de vista estético, parecia um aquário. Deveria ser o ponto de partida para esportes náuticos, para passeios turísticos pela baía. Não deu certo e ele resolveu fazer a Cidade da Música na Barra da Tijuca. Isso vai infernizar a vida do povo da Barra da Tijuca, uma extensão do caos, se der certo. Os congestionamentos que são de duas horas vão passar pra três, quatro horas. Se der certo vai tornar a Barra intransitável. É um erro enorme de localização, devia ter localizado também nessa região [do Porto], mas também não fez...

Julio: Assim como em Sidney, com a Ópera que está na área portuária também, bem mais modesta?

Lessa: Mas já não é mais uma área portuária, é uma antiga área portuária, porque não serve mais para porto, o canal tem apenas 5 metros. Qualquer porta-contêiner tem hoje o atracadouro de 6, 7 metros. Só pode agora no eixo de São Cristovão, que é um prolongamento que entra praticamente no mar. Uma coisa típica do César, virar as atenções para a Barra da Tijuca, jogando o pano todo para a Barra da Tijuca. O grande projeto de recuperação da região do centro do Rio é a utilização dos terrenos federais, que tiveram função portuária, ferroviária, rodoviária, policial e de armazenamento e já estão subutilizados, combinado com o quê? Os decretos, a legislação já aprovada de incentivo à construção civil. Eu não tenho a menor dúvida que a Klabin Segall toparia fazer outro grande empreendimento.

Julio: O que o senhor acha da ida do IML para a área portuária?

Lessa: Depende, se for pelo cemitério do Caju, tudo bem. Aliás, eu acho que IML deveria ficar perto de cemitério porque como cemitério tem uma espécie de maldição residencial associada, não em Buenos Aires, nem em São Paulo... Põe o IML perto do Caju tem terreno. Dá para duzentas mil famílias, para você ter uma ideia do que isso significa, se você colocar a família estatística, que é de mais ou menos 4,3 pessoas, você calcula aí, quase novecentas mil pessoas. Você muda completamente a dinâmica da cidade. Você conquista a Baía de Guanabara para dentro da cidade, ela não é utilizada para nada, você passa a ter a orla marítima e a orla da Baía, entendeu, rapaz? Mas deixa para lá... Então o que te disse que ficava claro que precisava ajustes institucionais e que era preciso alguns grandes projetos, que são esses que estou te falando, mas o principal grande projeto é sem dúvida nenhuma é a região do cais. Na verdade, não é só a região do cais, ela é muito extensa, porque se instalou

próximo à região do cais a Leopoldina que foi um dos ramais ferroviários importantes do Rio e, do outro lado, houve a ponta do caju. A ponta do Caju era meio industrial, deixou de ser, passou a ser nada, é onde estão os cemitérios do Rio, mas tem uma área enorme de terreno subutilizada ou não utilizada lá. E tem por trás da Leopoldina até a base do Morro de São Cristovão, você tem a possibilidade só ali, umas 30 mil residências. Esse projeto já existe formalizado pelo setor privado, mas não saiu ainda, mas já existe formulado.

Julio: Vejo que o PEU de São Cristovão facilita esse processo. E também o projeto que interliga o complexo do Maracanã à Quinta da Boa Vista, não?

Lessa: Tem uma vantagem, que é o prédio da Leopoldina, que é um belíssimo prédio pra dar origem a um museu interessantíssimo, e criar toda uma infra-estrutura de lazer por ali por perto, ali por trás é plano, é uma localização magnífica pra residência...

Julio: Qual é a dificuldade para que isso aconteça?

Lessa: Não sei, eu tenho a impressão que se dificuldades existem deve ser financeiras privadas, mas vai sair. Eu acho. Pelo menos as figuras que conceberam o projeto são figuras muito inteligentes. Tem dois grandes projetos, em princípio, associados à recuperação do centro do Rio que completam essa metamorfose, que é reformular o transporte aquaviário passando a utilizar catamarãs de grande potência que trabalham com ondas de até 3 metros, esse projeto permite ligar a Barra da Tijuca com a Praça XV e fazer, por conseguinte, de epicentro do Rio o que foi historicamente o Centro do Rio, e que permite ligar com catamarãs menores toda a Baía de Guanabara. Esse projeto já está formulado. Tem tecnologia conhecida quando você pensa que o Mar do Norte e a Baía de Southland são servidas por catamarãs, eu estou patrocinando muito os projetos de catamarãs.

Julio: O senhor conversa com o Eduardo Paz?

Lessa: Converso, converso bem, inclusive vou ter uma conversa com ele agora. Um dos temas é esse. O outro projeto que impacta a região do centro, essa região do porto, é um projeto muito mais ambicioso, eu não sei se a gente consegue abrir caminho para ele, mas pelo menos eu vou jogar a ideia, é a do Latin Center, é criar uma imensa estrutura de suporte aos negócios do Brasil com a América Latina, atrair para isso exportadores e importadores do mundo inteiro e ao mesmo tempo representações latinoamericanas e até o World Trade Center (que esteja fora de terrorismos) é muito fácil fazê-lo porque há tantos armazéns que, com pequenos ajustes, preparados pra essa área de exposição...

Julio: Como o Rio de Janeiro lidaria com a competição com Miami, São Paulo e Santiago do Chile, já que são essas três cidades que compreendem esse eixo de negócios latinos, de acordo com a Saskia Sassen...

Lessa: Primeiro, a gente tem que deslocar isso para o terreno do Rio, o charme do Rio, mas não é só por isso não. Eu acho que não é bem assim do jeito como você fala, São Paulo fez aquela definição, que o Quercia criou, daquele centro Memorial da América Latina, que é

uma coisa morta, totalmente morta, nós não vamos fazer isso, não, a gente vai fazer uma imensa área de exposição. Nós podemos fazer construção de hotéis da iniciativa privada, shoppings... até bordéis é a iniciativa privada quem faz... precisa fazer edifícios de escritórios... o Rio precisa de edifícios de escritórios, eu acho que o projeto vai ser viável.

Julio: Uma das perguntas que eu anotei – fiz poucas perguntas para que o senhor pudesse falar à vontade – uma delas era referente a isso: como o senhor vê o surgimento desses novos edifícios corporativos no centro do Rio?

Lessa: São muito poucos. Por enquanto, eu acho que são fracos sinais de revitalização porque não são muitos, não. Você tem o da Vale do Rio Doce, ali perto da sede da Prefeitura, o edifício da Valia; você tem no eixo da Avenida Chile outros dois (o complexo Ventura) a reciclagem de alguns prédios do Castelo, que está começando por causa da garagem subterrânea, a garagem subterrânea que muda a possibilidade de reciclar o prédio, mas até agora é um movimento muito pequeno. Bom, isso eu te falei porque é a revitalização do ponto de vista macroeconômico, agora, a revitalização do ponto de vista microeconômico e microcultural, essa aí eu tenho feito como uma combinação inteligente do meu patrimônio, que é pequeno, tocando para frente coisas que eu acho relevantes para o Rio de Janeiro. Eu comecei isso, mas tenho que te dizer que isso que eu estou fazendo está ajudando a revitalizar uma pequena área do centro, mas tem pelo menos duas áreas lá do centro que estão passando por processo semelhante. Há três pontos, são lugares onde você está reciclando velhos prédios sem alterar suas características arquitetônicas externas e dando vida a instalações que estavam desutilizadas ou subutilizadas ou em ruínas, isso está acontecendo na Rua Sacadura Cabral, principalmente com boates, mas tem como ponto de partida um pequeno projeto que ajudei moralmente, porque na verdade, quem tocou o projeto foi uma colega minha da universidade, que é o Largo de São Francisco da Prainha, uma coisa belíssima. Quando foi feito o Porto do Rio foram aterrados os sacos, pequenas baiuzinhas, enseadas pequenas, onde era possível carenar os barcos, ou seja, tirar os barcos da água pra combater os efeitos que o cavernamento de madeira assumia com as viagens e era ao mesmo tempo onde a gente instalava os trapiches de mercadorias. Como a principal mercadoria eram escravos, ficou marcado pelo trapiche de escravos, mas os sacos eram, digamos, o formato da região que vai da Praça Mauá até o Caju, sendo o maior de todos o Mangue, que era um saco e se chamava saco de São Diogo. Muito bem, essa colega nossa descobriu que havia um saco que era o Saco de São Francisco da Prainha, e ela descobriu porque viu a igrejainha meio abandonada, e ela era administradora da II Região Administrativa do Rio, ela sondou o piche, o asfalto, e encontrou lá “soltões” coloniais embaixo. Removeu o piche, apareceu uma praça colonial. Foi ao depósito da Prefeitura e encontrou alguns velhos lampiões, encontrou um ornamento qualquer, botou ornamento botou os lampiões comprou tinta e deu tinta e pediu para o pessoal pintar as fachadas, parecia um lugar belíssimo. Era o lugar de estacionamento do pessoal da cidade, então agora a igreja está reiluminada, virou um *point* musical, porque tinha um botequim na esquina que, imediatamente, começou a reunir “os escravos da Lapa” que é um grupo musical do Rio de boa qualidade, aí armou o forró, virou uma referência e deu início ao processo pelo qual estão surgindo gafieiras, etc., ao longo da Sacadura Cabral. Está havendo um

reconhecimento microscópico e contínuo em torno do folclórico. O pessoal da zona sul frequenta as boates lá da Sacadura Cabral.

Julio: É lá que está a The Week.

Lessa: É. São Francisco da Prainha, um projeto que custou tostões, ela fez isso com o dinheirinho da administração regional, que é nenhum, na época o senhor Cesar Maia estava querendo revitalizar o centro e deu força pra arrancar o estacionamento que estava lá. Tinham conseguido transformar aquilo lá numa coisa muito feia. Aí você arranca o asfalto, aparece o formato da pracinha colonial, decora, pinta....[risos]...bom...

Julio: Fica outra coisa.

Lessa: Bom, a outra região que recuperou para valer foi a Lapa. Bem, primeiro que a Lapa tem tradições de zonas boêmias muito antigas, de música. Um dos estabelecimentos musicais que fazem boa música, e é realmente espetacular – modéstia à parte eu acho que o Rio de Janeiro tem a melhor música instrumental do Brasil, a paixão do carioca é a musica mesmo, tanto que a Lapa explodiu, são uns 20 ou 30 estabelecimentos privados... Esse projeto da Klabin Segall vai estar na periferia de toda essa zona que foi ocupada pela música, eu acho que ela está definitivamente recuperada, a partir de agora eu acho que o setor privado faz menos em escala formiguinha. Bom, aí, na Lapa, o renascer da Lapa, você recompõe com uma facilidade enorme, começa com o Circo Voador, o que foi o Circo Voador? Uma coisa de época meio hip-hop, é possível criar um centro bem avacalhado, uma velha tenda de circo foi comprada pelo Perfeito Fortuna e eles começaram a fazer shows ali, de rock, rock pauleira... Bom, depois havia uma estrutura industrial abandonada, que era a Fundação Progresso, nessa ocasião eu era o diretor do fim social e eu apoiei o início da recuperação da Fundação Progresso, mas o que levou mesmo a um salto à frente na região foi um rapaz chamado Plínio que eu não sei o sobrenome dele, foi dono do Oito, na Rua do Lavradio... Não havia mais lugar no Rio confortável pra ouvir música e pra dançar, essa é que a verdade, e a Lapa passou a cumprir esse papel, baratíssimo... Vai e acontece uma coisa fantástica. Carioca gosta de rua aberta, passaram a ocupar os calçadões, passaram a ocupar a própria rua, então agora tem problema de trânsito. É o segundo ponto que está em recuperação e esse é o maior ponto, em que é irreversível o processo por que já houve o projeto Klabin Segall pondo lá para morar pessoas com poder aquisitivo médio, pelo menos, então isso vai multiplicar restaurantes, setores de prestação de serviços, lojas, enfim, você vai ter todo um renascimento natural derivado dessa população e aí o que está acontecendo, não é à toa que já houve uma valorização imobiliária colossal, e se você passar por lá, tem obrazinhas por todos os lados, então a guerra já foi ganha. Ainda tem problemas sérios de rede de saneamento, tem ainda mais sério, tem que remover o Instituto Médico Legal dali, com isso você explode a Lapa mais para dentro, mas acho que tudo isso vai acontecer naturalmente. A região portuária só vai acontecer se for objeto de uma decisão política coordenada e de difícil execução, porque tem oposição política séria à revitalização da área do porto, que é o pessoal portuário que ainda acha que aquilo é porto.

Julio: Qual seria a terceira área que o senhor mencionou?

Lessa: A terceira é onde eu estou, que é muito pequena e cuja variável de aplicativa chama-se Centro Cultural Banco do Brasil, que vai da Praça XV até a Praça Pio X, a Candelária, passando pelo Centro Histórico. Herdei uns casarões e comprei um terreno pequeno na rua do Rosário, típico do centro, 8 m de frente por 20 m de fundo, típico do centro do Rio, dessa região... E esse prédio teve um passado curioso, eu conheci até um pedaço do passado dele, pois está na minha família desde o século XIX, mas ele foi alugado durante muito tempo por um comerciante de bacalhau, chamava-se Casa Silvério... de Silvério Ribeiro apenas, devia ser engraçado, né? E, depois, virou fabriquinha de gelo, perto dele tem as peixarias e depois, simplesmente, foi abandonado e nunca consertaram o prédio, ia virar uma ruína. Eu, quando foi aprovada a área cultural, o Corredor Cultural, eu pude passar a recuperar o prédio, porque era antieconômico, para mim, recuperar o prédio pelo seguinte: é o ponto em que a Rua do Rosário é mais estreitinha, ela tem a calha do período colonial, e o plano de alargamento da cidade propunha botar abaixo todas as casas que existiam, inclusive essa que pertencia a minha família. Quer dizer, eu restauro e depois os caras botam abaixo, isso é estupidez, mas na hora em que o Corredor Cultural congelou o perímetro de todas as casas existentes no Corredor Cultural, pensei “vou ser pioneiro na recuperação, eu vou mostrar que é possível fazer uma recuperação de qualidade”. Aí, eu tinha uma amiga, Sônia, ela era uma arquiteta, me juntei com uma boa engenheira, aí recuperamos o prédio e fizemos a recuperação e, olha que tinha um dado, não sei se te interessa, mas acho que é importante, é o seguinte... era preciso acabar com o tom soturno desses prédios, ou seja, é preciso usar novos materiais como policarbonato e deixar que o dia entre por dentro do sótão, aí você converte num ambiente agradável e leve...eu fiz a recuperação impecável da fachada, respeitei a legislação que exige que os 3 metros e meio deviam ser mantidos tais e quais, e fiz o resto uma estrutura de aço. Bom, eu negociava com livros, eu adoro sebos, aí abriu-se lá o Alfarrábio, um dos bons sebinhos da cidade. Hoje o Alfarrábio virou também uma cozinha, onde prepara também o melhor picadinho da cidade, aí, enquanto eu estou fazendo isso, me oferecem a fachada do lado, a fachada do lado, era uma fachada muito impressionante porque era uma fachada de três andares toda com azulejos...faltando 700 azulejos, só tinha a fachada.

Julio: Como assim, “lhe oferecem”?

Lessa: Perguntaram se eu queria comprar. Então, eu comprei o imóvel de todos os herdeiros, me custou baratíssimo, porque o imóvel caiu por dentro, ele estava caindo lá há vinte anos. O maior problema de engenharia que eu tive foi retirar o entulho.

Julio: E só ficou a fachada?

Lessa: A fachada e as paredes externas. Bom aí a fachada para mim foi uma coisa que havia assustado pela dificuldade de encontrar azulejos, aí eu tive que, na verdade, mandar fazer o molde, e mandar pesquisar para conseguir fazer azulejos exatamente iguais aos que estavam destruídos. Recuperamos e, quando a gente estava recuperando o prédio, descubro que todo ele era de jacarandá, já tinha umas trinta toneladas de toras de jacarandá caídas num “empuxo” atrás. Aí, soube o que ele foi: o Banco do Brasil de D. João VI, o prédio era uma espécie de caixa de pagadoria de D. João VI. Bom, aí eu resolvi fazer uma recuperação muito ousada, que era erguer ali, abrindo um pouco um cone de luz do terceiro andar até o resto do

salão, então, fazer como se do lado fosse uma vila italiana, a luz entrando pelo meio. Quando eu estou fazendo isso, me aparece um candidato para alugar, é o sócio do Garcia Rodriguez, o nome dele é Luiz Antonio Rodriguez, e o Luiz Antonio é até hoje o presidente da Associação de Comerciantes da Praça XV, o Luiz Antonio estava lá e fez a Brasserie Rosário, mas enquanto eu estava fazendo isso, a casa ao lado era um horror, era um depósito clandestino de camelôs, saíam centenas de carroças de camelôs, quebravam a rua, faziam uma barulheira do diabo. Daí levei um ano e meio pra descobrir os donos da casa, descobri os herdeiros. Na hora de comprar eles disseram: “o senhor quer comprar o terreno?”. Ali foi um prostíbulo, eu consegui descobrir como era o nome da empresária, chamava-se Madame Lili, que operou o prostíbulo até a Segunda Guerra Mundial. Lá eu recuperei e instalei o meu amigo da Babel, a Babel é a melhor livraria de livros antigos do Brasil, está lá instalada. Bom, aí eu tomei gosto e disse que recuperaria todo o quarteirão, porque o quarteirão é pequenininho, deixa eu ver... ele tinha... um, dois, três, quatro, cinco, seis, seis prédios, sendo que o primeiro, o da esquina já estava recuperado e é uma loja de gravuras artísticas. Bem, um prédio eu não posso ter como meu... está tombado, pertence a Beneficência Portuguesa, estava invadido, pegou fogo há pouco tempo e agora a Prefeitura começou um processo de desapropriação, que eu espero que dê uma utilização boa para o prédio, mas havia o outro prédio da esquina da rua do Mercado, esse em péssimas condições, eu consegui encontrar os donos e comprei, mas aí eu descobri que tinha comprado um abacaxi, o teto estava ameaçando cair, tive que fazer correndo uma estrutura de contenção interna, mas hoje está recuperado e lá funciona, a meu juízo, o melhor restaurante de comida portuguesa do Brasil com o chef Sandro. Isso foram sete anos... durante esse período, meu amigo, pegou a moda e os prediozinhos daqui começaram a se recuperar um atrás do outro. O pioneiro da região não fui eu, o pioneiro na região foi o senhor que recuperou o Cais do Oriente. O Cais do Oriente fazia o prédio do Banco do Brasil. Ali, na verdade, o Centro Cultural Banco do Brasil deu uma animação na gente e tornou possível todo esse movimento que hoje chega a praça XV, aí os comerciantes já criaram uma associação, essa associação promove uma feira de artesanato séria, uma vez por mês.... Enquanto essas coisas vão acontecendo, eu, Carlos Lessa, sempre achei que, politicamente, a gente tem que trazer o povo pra rua, o carioca naturalmente gosta de espaço público, então eu comecei a implantar algumas iniciativas. Eu tenho duas iniciativas que venho bancando, uma chama-se “o centro forte” e a outra são “os muralistas do Rio”. Todo mês, o último grupo de jograis amadores do Rio de Janeiro se reúne e declama uma seleção de poemas de um poeta morto, são distribuídos impressos à população passante e, ao mesmo tempo, vai fazendo painéis com pedaços das frases desse poeta, o sucesso disso é formidável.

Julio: Eu já vi, isso confere outro sentido àquilo... as pessoas que estão passando por aquele lugar passam a ter outra relação com aquela rua...

Lessa: Sim! Estamos fazendo isso, eles são os muralistas do Rio, que é a ideia de colocar algumas cores que os cariocas amam... e o Rio é cheio de postes feios, muros feios, centenas de edifícios horrorosos. Eu já fiz associações e a gente descobriu que madeira compensada dá um excelente painel e os grafiteiros, que são pintores amigos meus, nós fazemos sessões de pintura já dizendo questões, sei lá... uma candidata à vereadora se convenceu de que aquilo era importante, usou como elemento de campanha, fazendo só as reuniões para pintar a rua. O

sucesso era incrível junto à população, discutem, conversam, eu acho tanto a poesia do poste quanto os muralistas do Rio vão ser implantadas pela atual secretaria do Prefeito, mas eu acho que ele vai implantar em uma escala muito maior. Estava falando o que fiz com respeito à restauração, eu acho que a restauração não é só arquitetônica, você tem que ter uma restauração comportamental das pessoas.

Julio: Não é só forma.

Lessa: Não é só forma. As pessoas têm que aprender, primeiro, a valorizar aquilo que lá existe, aliás, tem iniciativas prosaicas, mas é impressionante a importância delas. Nós conseguimos do Prefeito, com uma dificuldade enorme, a autorização, sabe para quê? Para botar mesinha e cadeira na rua! Muda completamente a simpatia do lugar onde as pessoas comem, sentadas em mesinhas e cadeirinhas na calçada e, às vezes, na rua. Se você expulsa o automóvel e deixa o cidadão, ganha um charme enorme. Eu tenho na cabeça sempre a praça enorme de Bruxelas...que eu acho que a gente pode fazer no Rio de Janeiro uma grande praça de Bruxelas.

Julio: As perguntas que eu fiz, que eu havia definido eram quatro e o senhor fez um passeio por todas elas sem eu precisar falar quase nada. Foi excelente, fez todo um retrospecto, um panorama da situação e se inseriu nisso da forma que eu precisava para atender a uma exigência da pesquisa. Muito bom, obrigado!

Lessa: A minha intenção, quer dizer, na verdade, vou contar uma coisa para você. Do ponto de vista patrimonial é um ótimo negócio! Tu compras esses imóveis muito barato...

Julio: E o aluguel é alto?

Lessa: Não, o aluguel não é alto, mas eu compro muito barato, recupero. A recuperação é sempre mais cara do que o próprio imóvel, mas eu alugo para bons negócios, para comerciantes que eu gosto e vou criando um ambiente porque eu quero o ambiente. E me dá 1% ao mês sem eu ter que ficar preocupado com a bolsa de valores. Eu acho ótimo. Eu já recuperei muito mais prédios que esses. Eu já saí por aí recuperando em diversos pontos da cidade, mas o que me interessa é o centro.

Julio: A iniciativa chamada “Mercado Cultural” deriva desse contexto. A prefeitura se valeu desse contexto, dessas iniciativas particulares, para lançar agora o Mercado Cultural.

Lessa: Mas pra você mudar a lógica da cidade você precisa ter um grande projeto.

Julio: E a lógica, penso eu, que – inclusive essa é a hipótese de minha dissertação – é tentar produzir as intervenções a partir de uma lógica que se baseie na cultura, uma lógica culturalista, um argumento “cultural”. Para completar tudo isso, o centro da cidade do Rio, o senhor apontou bem esses três núcleos, Porto, Praça XV e Lapa, os três articulados porque não há articulação entre os três... Os três articulados vão conseguir promover realmente esse giro cultural esse circuito cultural na cidade, ainda tem o Saara, a Praça Tiradentes...

Lessa: O Saara foi uma criação de um shopping a céu aberto, infelizmente a Prefeitura marca o Saara fazendo um camelódromo lá, um camelódromo que vende sem nota às vezes, arrebatando com os outros. Agora, eu morro de pena, eu acho o Saara uma iniciativa interessantíssima, mas, infelizmente, está mal desenvolvida por causa da própria Prefeitura. Os donos do Saara compram no camelódromo vizinho! A Praça Tiradentes é um espaço deslumbrante e infelizmente não começou a ser recuperado.

Julio: Tem uns hotéis ali...

Lessa: Mas é muito pouco.

Julio: Se associasse a Praça Tiradentes com a dinâmica da Avenida Chile...

Lessa: Se a dinâmica da Avenida Chile chegasse até a Praça Tiradentes. Eu acho que a Praça Tiradentes, não acontece nada lá. Primeiro, o antigo prédio do DETRAN está em recuperação há 20 anos, parece obra de igreja. É um prédio belíssimo, o prédio do Barão do Rio Claro e está lá, morto. Tem os teatros, que seria um bom ponto de partida.

Julio: Os sebos da rua da Carioca, os próprios sebos da Praça Tiradentes...

Lessa: Eles são pobres. Sabe qual é o problema de sebo? Eu sou sebista, eu vou, seis meses depois eu volto e se eu encontrar o que eu vi há seis meses atrás eu não volto mais. A dificuldade do sebo é que não tem circulação, por isso é que Paris soluciona essa questão com pequenos comércios à beira do rio porque são pequenininhos e eles podem renovar o estoque. A graça do sebo é o que sai porque se você olha tudo e já viu tudo, qual é a graça? Eu, antigamente, perdia muito tempo nos sebos, mas hoje já não acho nada... Eu tenho uma biblioteca com 20 mil volumes, minha mulher que fez, é uma beleza. Minha biblioteca agora está crescendo por doações de instituições que me mandam livros. É complicado... sebo não recupera não... o meu sebo, inclusive, só começou a prosperar depois que virou restaurante também. Aí você associa uma coisa a outra. Agora, eu acho que lá na Praça XV você deveria fazer um ateliê de artistas, fazer colméias de artistas, fazer uma boa sala de exposição do trabalho deles, fazer um centro de preservação dos artesanatos que são fundamentais, tipo encadernação de livro, recuperação de gravura, gravação de gravura, moldureiro... eu faria da Praça XV e da Praça Tiradentes o paraíso de todas essas atividades.

Julio: Como vai ser a sua participação no novo governo? É o seu partido [PMDB], se houvesse algum convite para ocupar algum cargo de “gestão intelectual” desses direcionamentos...

Lessa: Eu dou de graça palpite se eles executarem... estou com 72 anos o último esforço que faço pela vida pública é lutar contra a crise econômica!

ANEXO C

Entrevista com Maria Helena McLaren

Arquiteta e urbanista, coordenadora do Escritório Técnico do Corredor Cultural do Rio de Janeiro.

Julio: Estou tentando fazer uma comparação entre o “Corredor Cultural” aqui no Rio de Janeiro, como estudo de caso para entender as intervenções urbanas ligadas à cultura em áreas centrais, e, por sua vez, em São Paulo com a “Operação Urbana Centro”, na área da Luz, tendo como núcleo a área da chamada Nova Luz. Dá pra fazer uma comparação até porque as pautas das duas cidades no que se refere a esses dois lugares se alinham bastante.

McLaren: É? Eu não conheço muito São Paulo.

Julio: As pautas de São Paulo e do Rio, em relação à cultura, em relação ao que pensam para o centro de suas cidades são muito parecidas.

McLaren: Julio, eu sei que aconteceu o seguinte: depois do advento do Corredor Cultural, que foi uma experiência muito divulgada à época dos primeiros passos... eu não sei se você conhece, certamente você morando em São Paulo você conhece o Marco Antonio [Ramos de Almeida, Diretor Executivo da Associação Viva o Centro] do BankBoston. O Marco Antonio, que era gestor e engenheiro, tinha um cargo de direção no BankBoston, ele era uma pessoa que se relacionava muito com esses assuntos de proteção de áreas centrais, ele gostava, então ele foi à direção do banco e propôs replicar em São Paulo algumas das premissas do corredor cultural. Só que, lá em São Paulo, eles tiveram aporte particular, eles se organizaram com aquele organismo chamado “Viva o Centro de São Paulo” [sic], mas muitas das diretrizes foram baseadas no nosso escopo legal. Eu conheço uma moça que trabalha ou trabalhou com eles durante muito tempo, a Rose Carmona. Ela ficou minha amiga, nós nos conhecemos num seminário e ela estava lá porque era um seminário em que se falava sobre centro e foi aí que ela me aproximou da experiência do Viva o Centro, ela estava trabalhando com eles nesse momento, só que eles tinham uma coisa diferente porque eles usavam-se de um recurso das empresas instaladas... você conhece isso, né?

Julio: Sim, conheço.

Mc Laren: No centro de São Paulo, que contribui para um *funding* gerador de um valor que eles mesmos determinam o quê, que intervenções seriam boas pro centro, contratam esses projetos e depois disso eles levam aos executivos e à Prefeitura, ao Governo do Estado.

Julio: Segundo eles, é a mesma lógica que foi usada em Buenos Aires, em relação à área do porto.

Mc Laren: Exatamente.

Julio: Lá é invertido, tudo parte da empresa, pra, depois, o poder público vir. No Rio é o oposto.

Mc Laren: Exatamente, no Rio é o contrário. No Rio tudo parte do poder público.

Julio: Pra começar, eu queria perguntar sua formação...

Mc Laren: Eu sou arquiteta urbanista e sou mestre em proteção de sítios históricos pela Universidade de Maryland.

Julio: E por que você veio trabalhar, como você chegou até o Corredor Cultural, no urbanismo na prática?

Mc Laren: É uma história engraçadíssima! Quando eu me formei, fui trabalhar numa empresa construtora, uma das melhores empresas do Rio, chamada “Empresa Real de Engenharia”. Isso, com 22 anos, era muito engraçado e essa empresa só fazia prédios de primeira linha, maravilhosos, e eu era a única moça da equipe. Do grupo, eu fazia a interlocução, eu era a única arquiteta e a única moça da equipe. Essa empresa fazia os próprios projetos que executava, então eu entrei devendo assistir ao arquiteto-chefe. Era uma daquelas empresas familiares, enfim, que em princípio não me aceitava pelo fato dele [arquiteto-chefe] não ser formado. Era daqueles desenhistas, mas tinha um talento imenso. Ele se sentia ameaçado com minha presença, literalmente me ignorava. Eu fiquei lá bem um mês, dois... eu era esse carimbo aqui... até que um dia ele virou pra mim, e disse assim: “amanhã de manhã eu vou à obra, quem quiser me siga, eu vou pensar alto, não vou explicar nada. Eu andava atrás dele parecendo um cachorrinho. Muito do que eu sei, efetivamente, devo àquele tempo. Era gente da melhor qualidade, tecnicamente, maravilhosa a passagem, e foi um bom momento. Pelo fato de ser uma empresa que trabalhava imóveis de “AAA”, eu tinha que fazer também a interface com os clientes e o que acontecia... eram senhoras que queriam assim... mudar o amarelinho do azulejo mais claro pro amarelinho mais escuro... aquela coisa depois de algum tempo começou a me irritar profundamente e eu disse “minha vida não pode se limitar ao tom do amarelinho”! E, exatamente, era numa idade que você quer consertar o mundo. Se você não quiser aos 22 anos então nunca mais... Pois bem, eu preciso mudar o talhe da minha vida e vamos viver... Eu soube àquela época que havia disponível um curso no IBAM, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, o IBAM tinha à época um dos melhores cursos de planejamento urbano que só era ofertado a pessoas diretamente ligadas à área de ensino ou a pessoas que estivessem ligadas às prefeituras, aos governos das cidades porque, você sabe, o IBAM projeta física e administrativamente os novos municípios que o país vai criando, eles formam profissionais que terão a missão de dar desenho técnico e administrativo aos municípios. Pois bem, eles tinham lá um curso chamado curso de especialização, eu não me lembro da sigla, mas, enfim, era curso de especialização em formação de profissionais para desenho de cidades de pequeno e médio portes. Mas tinha isso,

pra poder se candidatar e assistir esse curso eu precisava ser funcionária pública ou da área acadêmica e, efetivamente eu era, dava aula na faculdade Bennett e, enfim, eu pensei bem, eu tinha como fazer... eu vou ao reitor...

Julio: Foi lá que você conheceu o Augusto Ivan [Pinheiro, idealizador do Corredor Cultural, secretário de Urbanismo do Rio de Janeiro]?

Mc Laren: Não, não.

Julio: Porque ele também trabalhava lá na Bennett...

Mc Laren: Não, foi em outro momento. Eu era auxiliar da cadeira de uma pessoa com quem eu havia trabalhado como estagiária. Era uma cadeira de legislação, um negócio chato, que a gente não gosta muito, que a gente está querendo ganhar um dinheiro...

Julio: Começo de carreira...

Mc Laren: Claro, começo de carreira... Então, o reitor da Bennett era com quem eu lidava. Eu fui a ele perguntando se era suficiente essa minha ligação com o Bennet. Disse não, de jeito nenhum, o que eu já sabia, já estava ótimo pra lá porque eles teriam, Julio, que abrir mão de mim durante o tempo do curso e, certamente, me pagar. A faculdade não quis fazer isso, arcar com esse custo, eu não tinha uma recomendação. Por sorte, eu tinha o padrasto de um ex-namorado meu que era muito amigo de pessoas na Secretaria de Planejamento. No Rio de Janeiro, a gente tinha antigamente uma Secretaria de Planejamento, que depois virou Urbanismo, enfim, não sei se em São Paulo vocês tem. Aqui, perderam o Urbanismo e o Planejamento virou Planejamento econômico apenas. Eu consegui fazer as provas, tirei o segundo lugar. O então diretor do IBAM disse “não tenho como não receber você aqui pra fazer o curso, mas você tem que garantir que até o final do ano você vai arranjar uma maneira de ressarcir o que foi pago aqui pela sua formação”. No final, por acaso, esse senhor era amigo de alguém da então Secretaria do Planejamento, me apresentou e eu consegui um vínculo pra trabalhar e eu teria que trabalhar dois anos em área publica pra restituir o que o governo investiu em mim. Fui para na Sudebar – Superintendência para o Desenvolvimento da Barra da Tijuca – com o Lucio Costa! Julio, era o contrário, eu era que teria que estar pagando pela chance de chegar perto da figura, você nem faz ideia é uma conversa à parte. O que aconteceu, nesse tempo em que eu lá estive, a Barra da Tijuca foi considerada legislada e essa experiência finda, eles acabaram com o escritório da Barra. Ah sim, eu esqueci de dizer, atrolei a conversa, eu saí daquela construtora, fui fazer o curso, fazia o curso e montei um escritório, porque como eu não estava formalmente registrada, eu não ganhava a bolsa que os outros alunos recebiam, então fazia uns bicos, umas coisinhas assim, enfim, ainda fazia uns bicos pra Real, de onde eu tinha saído, pra essa construtora de onde eu tinha saído, aí eles diziam “tá todo mundo querendo entrar e você saindo”... eles davam risadas... Tem sempre gente boa no percurso da gente, não é, Julio? Então, quando consideraram a Barra legislada, nesse meio tempo, eu havia conhecido, tinha amigos em comum com o Augusto Ivan, que me apresentaram a ele e nesse meio tempo em que terminava a experiência da Barra, ele estava começando com a então Câmara Técnica do Corredor Cultural o que viria a ser um projeto completamente diferente...

Julio: Isso foi em...

Mc Laren: Isso foi em 1983, 82 ou 83... nem me lembro em que ano efetivamente eu me liguei a essa questão. Eu sei que a concepção do Corredor Cultural, as primeiras conversas datam de 79, 80 até que em 83 a Câmara vota a definição dos limites, eu não sei exatamente dizer em que momento efetivo eu entro nessa conversa, mas eu sei que ao mesmo tempo em que desmanchava a Sudebar surgiam as conversas do Corredor Cultural, que é exatamente a conversa inversa do urbanismo que se fazia na Barra da Tijuca. O urbanismo da Barra é o urbanismo da terra arrasada, intocada, pronta pra receber uma malha nova, implantada e...o urbanismo que o Augusto propunha pra cá, era exatamente o contrário, o urbanismo conservador dos remanescentes que os planos viários haviam feito perder. Então, o tempo que eu começava a ouvir isto, as primeiras conversas eram muito divulgadas. A imprensa foi muito parceira nessas conversas, a câmara técnica que se formou pra discutir esses assuntos, ela tinha figuras ligadas à imprensa, à literatura então a idéia de proteger a cidade se vendeu muito na mídia e se vendeu de maneira lírica, de maneira que a comunidade pudesse ouvir. Talvez isso não tenha acontecido, quando ouço relatos sobre São Paulo porque eu acho que a maneira que você tem de fazer chegar à comunidade que vai receber uma proposta de ação é exatamente tocando pelo lado da sensibilidade das pessoas. Você pode não ter o conhecimento técnico de nada, mas algo de poeta acredito que todos tenhamos! Então eu acho que o apelo que o Corredor Cultural teve no primeiro momento foi muito interessante porque as pessoas se acercaram desse primeiro grupo, eles procuravam decantar a cidade em prosa, em verso, a chamar ao olhar dos habitantes...

Julio: Essas pessoas ressaltaram o simbólico.

Mc Laren: O simbólico. Essas três manchas que sobreviveram, elas são remanescentes das diversas transformações urbanas pelas quais a cidade passou desde a virada do século XIX pro XX até o final dos anos 70/80 porque, depois daí, nenhuma transformação brutal aconteceu mais no centro. Do início do século XX até aí foi um acúmulo de experiências que foram meio que lacerando.

Julio: A última grande foi o [Palácio] Monroe, que foi destruído pelo regime.

Mc Laren: Ah, não, mas aí foi pontual. Lá foi um edifício, digo de espaço físico mesmo, transformação de derrubada de morro. Essas transformações viárias todas que fizeram no espaço físico e esses três conjuntos que hoje a gente tem do corredor sobreviveram a isso, às transformações.

Julio: Sem falar também da área portuária que resistiu... ficou ilhada.

Mc Laren: Exatamente, mas essa área portuária não esta nos limites do corredor.

Julio: Sim, mas tem esse processo da malha viária.

Mc Laren: Nessa época esse grupo que se formou que se chamou Câmara Técnica do Corredor Cultural, ela procurou cantar o corredor, vender... Aqui tem o caderno de recortes, não sei se por acaso, você já botou as mãos nesse material... pra você ver o volume de

material jornalístico que se produziu e que a gente coletou depois pra mostrar como precisa que essa experiência seja constantemente vendida e que penetre na alma das pessoas pra que isso seja uma constante, pra que as pessoas entendam que o que é antigo não é descartável, que não é velho. Velho tem uma conotação muito pesada, então, a missão, hoje, que existe a lei, que a gente tem esse escritório técnico é convencer as pessoas. Primeiro, antes de fazer qualquer trabalho de preservação do patrimônio, é preciso entender por que se está fazendo isso. Eu digo sempre que entra aqui um cidadão, é uma pedra bruta, e ele tem que sair daqui minimamente um cidadão lapidado. Saber por que se lhe está sendo pedido que se conserve o patrimônio. Não pode cair como lei, obrigatório, mandatório, porque quem tem a obrigação de cuidar são eles e se você não faz isso com sentimento com o entendimento dando efetivamente valor quando cessa nossa ação técnica de orientação, a obra ele vai e desfaz e não adianta nada. Eu sempre digo que uma fachadinha bem cuidada é uma roupa que a gente está vestindo, o que importa é o arcabouço da edificação bem mantido, bem conservado e o valor que há impregnado na construção, a história que passou por ali, o valor inicial, o entendimento de que efetivamente é patrimônio. A noção de patrimônio, que pode ser patrimônio pra você pode não ser pra mim. Patrimônio quer dizer “herança do pai”, então tem que ser a coisa mais cara, se não for entendida assim como caro, no bom sentido, não caro materialmente caro, mas se isso não estiver impregnado na alma de quem vai sofrer a ação do programa não adiantou nada. Não é pelo fato da legislação, o aparato legal conceder possibilidade de uma isenção de IPTU para os imóveis bem tratados que isso vai justificar todo o trabalho de orientação visando uma futura intervenção. Acho muito mais justificada a existência desse escritório se a gente entende justamente o fato de que você procure educar para a civilidade para o uso da cidade, para o entendimento das heranças que aqui ficaram, as obras que um dia serão feitas serão consequência.

Julio: No que se refere a essa relação que o escritório tem com essas pessoas, os proprietários, quais são as resistências que vocês encontram, encontraram ou ainda continuam encontrando?

Mc Laren: O Corredor Cultural faz, neste ano de 2008, 25 anos da delimitação de suas áreas. Isso influenciou uma geração, concorda comigo, concorda?

Julio: Sim, concordo.

Mc Laren: Agora, em termos históricos é nada pra você fazer mudar mentalidade, não é verdade? Nós somos um país que jamais a gente cultua sequer uma bandeira. Quando fui fazer meu curso em Maryland, eu levei minhas meninas, elas eram pequenininhas, ficaram numa escola pública norte-americana, todos os dias elas juravam a bandeira, elas se colocaram cidadãs norte-americanas de corpo e alma, eles aprendem desde pequenininhos que o país é importante e que é muito caro ter memória. Lá ninguém protege nada obrigatoriamente, é a comunidade quem cuida. Se nós decidimos que essa área é importante pra nós, ela é importante. Então, é o seu olhar afetuosos que vai guardar, eles são guardiães. Em nosso país, em geral, o trabalho é feito de cima pra baixo, ação de governo que cai na cabeça das pessoas, lá não, eles já estão em um estágio tal de adiantamento da mentalidade, que eles se acham tão recentes quanto nós, e eles estão ávidos por ter uma história, ávidos por

ter o que mostrar, então, você lá se candidatar a uma justificativa, esse meu prédio é patrimônio notável pra eles é uma medalha, é um reconhecimento, não é um peso que às vezes as pessoas entendem aqui, que é dizer aqui “poxa, vou ter que fazer isso”. A nossa missão aqui é exatamente fazer entender que não é “vou ter”, mas “que bom que eu tenho, que orgulho que eu tenho”. Fazer mudar esse discurso, lá isso já está impregnado, a candidatura a ser *listed, named, landmarked*, isso é uma conquista, você escreve um caderno grosso como esse justificando seu valor e ter esse reconhecimento é uma honra. Eu acho que é pra isso que nós caminhamos e nós queremos chegar lá e estamos num processo de construção e não teremos jamais isso enquanto não tivermos orgulho pátrio, entendo eu. A gente tem do que gostar, ter amor, ligação.

Julio: Relacionando a história do país ao que acontece com a cidade ao longo do tempo?

Mc Laren: Com o que acontece com a cidade, com o entendimento de que o patrimônio, o prédio, apesar de ser propriedade da pessoa, ele não pertence a ela, o pertencer materialmente, isso é uma coisa do direito romano, ele pertence legalmente a você, mas a partir do momento em que reconhecidamente é patrimônio da cidade ele é da cidade. É muito sutil, eu acho que a grande justificativa da nossa existência, da existência do escritório técnico é fazer esta passagem, fazer esta construção, fazer com que não seja uma imposição. Deve fazer cada processo gerado aqui visando o procedimento de obras, de requalificação de um imóvel, isso tudo deve ser leve, a pessoa deve fazer isso com orgulho, com carinho, e não é simplesmente visando ao benefício material que lhe será dado.

Julio: Nesse contexto, tentando valorizar o patrimônio revalorizando a herança histórica, essa relação da pessoa com seu lugar e do seu lugar com o contexto nacional, me parece que não se trata apenas da relação com o imóvel especificamente, mas com o próprio entorno, não?

Mc Laren: Sim, é com a área, é com a área!

Julio: Com a área toda. Como é que fica a relação do uso do espaço público nesse contexto de discussão, muitas ruas foram fechadas?

Mc Laren: O Corredor não pensou somente no primeiro momento no arcabouço edificado, mas sim no espaço, no caminhar pelas cidades, a qualidade do espaço público que é uma continuação, o corredor não teve muito essa coisa da rua fechada. A gente já pegou essa coisa meio que superada essa coisa dos calçadões que em São Paulo ainda se implanta, né?

Julio: Há um debate lá.

Mc Laren: Há um debate de longa data, isso eu venho acompanhando, mas não, o Corredor, como é uma área de comércio consolidada, a fluidez existe direto. Nós temos esses trechos muito pequenos de rua onde a circulação não se dá, mas não por efeito do Corredor Cultural é porque já era assim, por efeito da circulação dos transportes mesmo, entendeu, não por proposta de uma atuação, de conservação do centro histórico...

Julio: Agora, em relação a esses setores, a essas áreas do Corredor Cultural. Tudo bem que esses setores por si só eles já possuem certa identidade. Como a Prefeitura conseguiu fazer com que eles fossem dinamizados, já que o centro historicamente vem passando, tem passado por uma decadência?

Mc Laren: Quando o Corredor Cultural começa no final da década de 70, início de 80, a cidade estava muito esvaziada economicamente e a gente saía, vinha de um... estava no auge da abertura política, as pessoas estavam ávidas por se manifestar coletivamente, por ter voz, a sociedade queria se fazer ouvir, se manifestar, tanto que essa proposta do cultural foi muito discutida, muito debatida. O Corredor Cultural tem uma história diferente das APACs [Áreas de Proteção do Ambiente Construído], que começam a surgir advindas do sucesso do Corredor Cultural. A cidade começa a pensar na proteção de outros bairros.

Julio: O Corredor Cultural é a primeira APAC, não?

Mc Laren: O Corredor não é uma APAC, os instrumentos de uso do Corredor Cultural são diferentes da APAC. O Corredor Cultural é um projeto de planejamento urbano de cunho culturalista.

Julio: Digo isso porque o Prefeito me enviou um documento por email [entrevistador apresenta lista de APACS produzida pelo Prefeito, incluindo o Corredor Cultural] (ANEXO R). Está aqui o Corredor Cultural como uma APAC, parece que ele colocou no mesmo grupo...

Mc Laren: Isso é político.

Julio: Político?

Mc Laren: Mas eu posso lhe dizer que não, e os instrumentos de utilização do Corredor Cultural são completamente diversos das APAC's. Enfim, mas com o sucesso que o Corredor Cultural foi colhendo, começou-se então na cidade a se pensar nas proteções dos outros bairros e de suas ambiências, o que eu acho ótimo. Há um grande problema do Corredor Cultural e das APAC's hoje. Em relação às APACs, não houve, Julio, a audiência às pessoas que sofreriam a ação da nomeação dos seus prédios como patrimônio ou não patrimônio, isso se deu sem que as pessoas fossem ouvidas. O Corredor, não, foi exaustivamente discutido de 79/80 até 83 com essas comunidades do centro que aqui estavam. Então, ao discutir, quando esse projeto de lei foi enviado a Câmara dos Vereadores, ele foi aprovado por unanimidade, cem por cento de aprovação, ele foi uma proposta muito bem vinda...

Julio: Devido ao debate acumulado?

Mc Laren: O debate acumulado, exatamente. E aconteceu o seguinte, Julio, você sabe que até essa data havia as propostas, durante um tempo nos anos 60. Você sabe que, dos anos 60 em diante, a tônica do planejamento urbano era a tônica do rodoviarismo, então o Rio de Janeiro não era exceção à regra, pelo contrário, havia vários projetos de intervenção que rasgariam ainda mais esse tecido caso viessem a ser implantados. Com o advento do Corredor, todas

essas vias não implantadas, os projetos foram revogados e foram implantados novos planos de alinhamento e loteamento do Corredor Cultural.

Julio: Interessante...

Mc Laren: O que aconteceu é que havia um sem-número de imóveis nessa área que veio a ser o Corredor Cultural já desapropriados anteriormente. As implantações previstas para as novas vias de circulação... não vindo as vias, o Estado ficou proprietário de muitos imóveis no centro, a região da Lapa, quase toda ela é propriedade do governo do Estado porque ali passaria uma via muito importante. Esse território do centro tem muito disso, é muito esfacelado do ponto de vista fundiário. As pessoas que usavam essa área em que estamos eram os pequenos locatários e eles tinham consciência que, se efetivamente esses novos projetos viários viessem, eles seriam fatalmente expulsos. E as funções menores, econômicas que se exerciam nesses imóveis com esse formato estariam perdidas, aí eles seriam expulsos, o que se chama aquela gentrificação que você vê no Pelourinho aconteceria no centro de comércio do Rio de Janeiro. Sabedores disso, eles foram molas mestres na votação pró-vinda da legislação protetora. Imagine se viessem réplicas de Avenidas Rio Branco a se colocar no resto da cidade, onde você teria o pequeno sapateiro? Imagine então o setor financeiro, está todo ali ao longo da Avenida Rio Branco, você não coloca nenhuma loja daquela uma função econômica de menor porte. É desse equilíbrio que sobrevive a diversidade que existe no lugar, foi exatamente isso que conseguiu fazer com que o Corredor tivesse esse vigor. Eu acho meio equivocado dizer “revitalização”, jamais essa área esteve morta, ela era a Capital da República, não é verdade? Fica esvaziada com a transferência do poder pra Brasília, mas o grande mote do Corredor foi exatamente fazer revigorar os valores que iam além disso, os valores da representatividade, os valores simbólicos. Por exemplo, mesmo se quiséssemos construir essas novas centralidades como vocês tem em São Paulo, vocês tem o centro vocês tiveram depois a Paulista, depois a Berrini, depois não sei... três ou quatro centralidades... o Rio não teve isso, o Rio quis ter a Barra da Tijuca, “vamos transferir pra Barra”, isso jamais aconteceu, porque além da centralidade física tem todo o simbólico do edificado que aqui está, jamais entendendo que a Barra possa competir com isso, mesmo que você construa essas novas centralidades. Disso não se periga, todo simbolismo cá está, o que a gente trabalhou esse tempo inteiro foi pra mostrar que isso não era velho e caquético que isso era exatamente o grande diferencial, e que isto era antigo, mas era caro. Este vem sendo o nosso tom cotidiano... transformador.

Julio: Desses setores, você mencionou a Avenida Rio Branco. No mapa a gente percebe que entre uma área e outra existem certos interstícios, inclusive a Avenida Rio Branco é a que representa um deles: uma ligação, por exemplo, do centro histórico, aquela área que vai do Mercado Cultural como, por exemplo a Lapa e a própria SAARA. Como vcs pretendem fazer com que esses setores se liguem e as pessoas possam circular pelo centro todo?

Mc Laren: As pessoas circulam, as pessoas sempre circularam. Pega uma cadeira e bota aqui que eu vou te mostrar. Isso, vê se você se localiza... o aeroporto, a Presidente Vargas, a Rio Branco, a Ilha Fiscal, vamos lá, vê se você fazia idéia. Isso era a linha original, isso é a visão

do sítio, a visão à época do início do século XX. Até então a cidade só vinha somando tecido, desde a fundação em 1565. Esse formato que você vê não tinha nenhum arrasamento.

Julio: Mas ali ainda tem os sacos, ali no desenho não tem mais...

Mc Laren: Não, mas aqui ainda não tem, já incorporou. Esse tecido só fazia acumular: preenchimento de terrenos baldios, áreas muito alagadiças e os morros. A partir daqui é que vão começar os rasgos nos tecidos que só vinham acumulando história e memória desde as primeiras ocupações. Então você vai vendo aí, isso é o início do século XX. Lá nos anos 1900, ela rasga esse trecho [Rio Branco]. Já na década de 20, lá se vai embora o morro. Repare lá, isso tudo vira área arrasada do Morro do Castelo. A cidade se constrói lá fundada na Praia Vermelha e depois com aquela coisa de proteger, ela se muda aqui pra cima pro Morro do Castelo e depois vai descer, você sabe disso...

Julio: Cidade em acrópole.

Mc Laren: Ela se coloca aqui, as construções jesuíticas mais importantes em cima do Morro vigiando a costa e aí quando esse morro é colocado abaixo ele é colocado sem nenhum critério, nenhuma preocupação de registro disso havia à época. Todo o aparato jesuítico se perde sem qualquer registro, não tem nada. Você já viu que a gente perdeu tudo que estava ao longo da Rio Branco e perdeu o Morro do Castelo. Estava o Morro do Castelo sendo posto abaixo com jatos d'água... depois, o que eu ia pincelar, remanescentes na esplanada do Castelo... o vazio que ficou, vê a Ladeira da Misericórdia?

Julio: Só ficou aquilo pra segurar a parede do hospital.

Mc Laren: É impressionante, vai do nada ao lugar algum. Então veja lá a Igreja da Misericórdia, esse é o único remanescente do Morro. Já na década de 40 o outro rasgo da Presidente Vargas que leva cerca de 4000 imóveis abaixo, também igrejas, vc já deve ter lido sobre isso, outro rasgo, está lá a Presidente Vargas no primeiro momento com o formato que tem hoje. Depois a última grande interferência que começa a derrubar o Morro de Santo Antonio, já na década de 20, isso foi aos poucos, vê se você repara que, na realidade, a cidade era balizada por 4 morros, esses quatro que aqui estavam. O outro morro de Santo Antonio também sendo posto a baixo, e isso aqui vira o nosso urbanismo “à la Brasília”. Esse tecido da Avenida Chile, efetivamente, significa o Rio de Janeiro querendo concorrer. Já havia perdido o poder formal que tinha se movido pra Brasília, mas ao mesmo tempo se constrói esse tipo de visão de cidade e vem pra aí o que a gente chama de “o Triângulo das Bermudas”, os grandes prédios institucionais da época, a Petrobras, o BNDES, a Caixa Econômica, todas as grandes representações de poder vem pra aí...é uma tentativa de trazer o poder de volta, minimamente pra cidade...

Julio: Econômico, ao menos...

Mc Laren: Econômico, pelo menos. Aí veja lá, esse aqui restou também, aqui...você está vendo, aqui...você conhece bem o Rio, já andou isso?

Julio: Eu sou carioca.

Mc Laren: Ah, tá você é carioca, que bom então! O que ficou foi o remanescente do Morro de Santo Antonio com conjunto, essas imagens que a gente tenta mostrar é que essa área do Corredor meio que ela forma a moldura para os grandes bens já anteriormente e atualmente protegidos por outras esferas de governo. Nós temos cerca de 70 imóveis tombados em outras esferas nessa região do centro hoje, tombado pelo INEPAC [Instituto Estadual do Patrimônio Cultural], tombados pelo IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], em caráter estadual e nacional. Esses três conjuntos homogêneos da Lapa, Cinelândia, do SAARA, Praça XV, enfim, elas mesmas que constituem a moldura pro grande bem arquitetônico, pontualmente protegido. Veja lá, então você vai ver as imagens dos rasgos. No que some isso, o que é que remanesce? Isso aqui, esses tecidos como intocados. E aí, você me pergunta por que não se guardou esse território logo de uma vez dessa área aqui que a gente chama de Candelária, a essa época... Primeiro, porque era uma experiência absolutamente nova, a gente não sabia como a cidade reagiria a esse tipo de proposta, ela foi acalentada, foi bem-vinda, mas à época se entendia que essa aqui seria o “*central business district*” [área da Rio Branco e Candelária, eixo da rua Primeiro de Março], e que a renovação toda da cidade se daria aí, o que efetivamente não aconteceu. Por motivos diversos se você reparar nessa região da Candelária ainda está meio que intocada, a gente ainda tem os remanescentes, os grandes prédios bancários dos anos 30, 40 estão aí. Por incrível que pareça, ao longo da Rio Branco a gente já está na terceira, quarta geração de edifícios, a renovação se deu sempre ao longo, não penetrou porque a gente tinha deixado como reserva. Você vai entender adiante o que a gente pretende fazer das áreas não tocadas ainda. Essas áreas ficaram: a Lapa da Praça XV, SAARA, Largo São Francisco, Tiradentes e pra cá a Lapa Cinelândia, isso aí já é o Corredor Cultural. Cada uma dessas áreas tem meio que tanto uma história bem particular, quanto um formato de início também peculiar. Aí são imagens que a gente tem como apelo para tentar justificar o porquê de guardar isso tudo. A dimensão dos lotes é mais estreita, menos generosa, e o grande mercado persa ainda, hoje coreano, chinês, enfim a Praça Tiradentes que tem lá, diz que tem o programa “Monumenta” que não sai do lugar...

Julio: Obra de igreja, né?

Mc Laren: Vixi, o que é isso tudo? Mas enfim... parece que é assim no Brasil todo, aqui tudo é complicado. Ali é a região da Praça Tiradentes, que é efetivamente a região dos teatros, a história conta que em algum momento a Praça Tiradentes teve mais de 40 casas de espetáculo à volta. Eu não tenho mapeamento disso, mas sou doida pra saber. A região da Lapa-Cinelândia que é a última aqui, que também tem, você repara lá... são visões muito diferentes, isso aqui, a gente não tem aqui... Isso é subindo pra Santa Tereza, Passeio Público que também é parte integrante, a Lapa... enfim... a Cinelândia, essa é uma série de imagens pra mostrar a riqueza pontual dos imóveis que não preciso justificar a você. Perder isso tudo me parece coisa de maluco! Essa minha amiga Rose que trabalhou durante muito tempo lá no “Viva o Centro”, diz “Maria Helena, isso é de uma riqueza”, isto vocês já não tem mais, tanta diversidade em São Paulo. O que nós encontramos além da riqueza foi também uma série de problemas já instalados. Repare: esse é o alinhamento do casario original, repara aqui, tá vendo, ele vem aqui, o que é que aconteceu? Esse prédio já foi construído no alinhamento previsto quando a nova via viesse a ser implantada. Este prédio já se colocou no alinhamento

que o antigo plano de alinhamento previa quando a nova via viesse a ser aberta...tudo isso deveria, este, este... foram implantados anteriormente à lei do corredor... causa um desenho urbano muito chato.

Julio: Que rua é essa?

Mc Laren: Essa é a rua da Lapa e essa é a Praça da República. Então, repara, esse prédio também, já construído fora do alinhamento, o que diz a legislação hoje? Os novos planos de alinhamento e loteamento do Corredor Cultural? Que no caso de derrubada desse imóvel as novas construções voltem ao alinhamento deste e voltem ao gabarito deste. A gente sabe que isso não acontecerá, mas o que está escrito é isso, porque o objetivo é buscar a reintegração do conjunto do casario. O importante não é o “um” pro Corredor Cultural, não é o imóvel em si, e sim a presença de conjuntos diferenciados de volumetrias completamente diferentes dessas que sobreviveram na cidade. Está entendendo o grande mote?

Julio: Mas ainda em relação a essa circulação das pessoas, tanto à noite quanto durante o dia, por esses setores do Corredor Cultural, ainda existem espaços pelos quais as pessoas não passam o que configura certos intervalos entre um setor e outro, como a própria Rio Branco.

Mc Laren: Eles são lugares efetivamente de passagem, não é? Ninguém fica ali. As áreas de convívio, elas se estabelecem em outros lugares. Ninguém circula porque efetivamente o centro do Rio é peculiar, ele só tem 5 por cento de função residencial. O centro do Rio só tem na região da Lapa função residencial, a gente tem áreas contíguas, por exemplo como a área que é uma parte aqui da Cruz Vermelha...

Julio: Era justamente isso que ia perguntar, por que, no caso a Avenida Rio Branco, não sei, acho que derrubaram essa proibição de haver residências...

Mc Laren: Era... até... agora não me lembro que ano ficou proibido a novas construções de caráter habitacional no centro do Rio de Janeiro. Isto porque era o que induzia o planejamento, o ideário era que se deveria buscar ocupar as outras áreas. Depois o centro da cidade cresce em direção a Glória, Flamengo, Botafogo e depois em direção a Zona Oeste, então o planejamento urbano quis induzir assim. Depois é que se reverte isso, tem uma lei, não sei de quando é a lei, as pessoas não tem se apropriado muito disso, já está disponível.

Julio: Eu acho que é da origem da própria avenida, que era proibida essa função na própria Avenida Central [nome original da Avenida Rio Branco].

Mc Laren: Isso, na própria Avenida Central, mas digo no centro como um todo, passou a ser proibido, é do código, ficou sendo do código da cidade, não se autorizavam novas construções habitacionais no centro. Isso gera, realmente, uma falta de permanência, gera tudo o que o vazio traz: insegurança, falta de controle, falta de uso específico de funções que atendam ao uso permanente, já não tem farmácia, você não tem padaria...

Julio: E quais são os investimentos e os esforços que vocês realizam no sentido de fazer com que a função residencial se adéque ao centro, ela se identifique com o centro?

Mc Laren: Olha, o que tá acontecendo hoje, é que fazer voltar função ao centro é um discurso que todas as cidades que tem um patrimônio notável fazem no mundo inteiro. Eu acho muito difícil, acho que algumas coisas podem acontecer em algumas áreas como a Lapa, que já é consagrada, a Avenida Beira Mar, Glória... a Avenida Beira Mar tem um potencial incrível, Julio, porque o cenário que se descortina dali, se tivesse na Europa, isso ia custar mundos e fundos! Você já teve a oportunidade de subir em algum apartamento ali na Avenida Beira Mar? É uma coisa maravilhosa, você vê o aeroporto, você vê a Baía de Guanabara, é uma coisa lindíssima, tem um uso hoje muito decadente e aquela coisa ali, ali, perto da Glória, ali do Passeio Público, ficam ali os travestis, aquela coisa toda, faz com que a área decaia no seu valor, mas se isso fosse revertido, se houvesse um movimento pro início de novas ocupações... Eu acho que isso pode ser revertido, à medida que eu venho recebendo consultas aqui da Tishman Spyer por exemplo, que é uma grande construtora que você conhece, está lá em São Paulo direto, eles fazem consultas querendo transformar edificações. Num caso, nem concordo, um edifício maravilhoso onde morou o Pedro Nava e eles consultaram querendo transformar o prédio em edificação comercial, derrubaram o edifício dos anos 40 pra fazer um novo edifício esses tipo AAA que eles chamam de edifício verde, ecologicamente correto, mas, enfim, eu não digo nada, acho que poderia, mas especificamente nesse eu acho que seria uma pena porque o edifício tem muito significado do ponto de vista arquitetônico e ainda tem essa coisa da memória, a casa de Pedro Nava, né? Mas eu entendo que esse seria um belo endereço pra você fazer a reciclagem de edificações e já há muito edifícios residenciais ali, mas caídos, acho que eles poderiam ser melhorados como endereço, e com novos usos, nas lojas térreas melhoradas que trariam uma nova qualificação ao lugar.

Julio: Essas iniciativas seriam voltadas, seriam iniciativas dos proprietários. Então a Prefeitura não fomentaria isso diretamente, na sua opinião...

Mc Laren: Não, a legislação já disponibiliza, quem quiser fazer isso pode, todos os instrumentos já estão aí, só precisa que haja vontade e entendimento de que é interessante, uma questão de mentalidade. Os jovens yuppies americanos não gostam de morar nos galpões reciclados? Então, é uma questão de você vender esse peixe adequadamente que eu acho que cola. Aqui, na área portuária, na Gamboa, para os velhos sobrados já vem quem tem a cabeça melhor, os artistas, a gente mais jovem. Por exemplo, veio um casal de amigos agora, ela é italiana e ele é americano, eles estão morando em um sobrado na Rua do Ouvidor na área da Praça XV porque eles moram no SoHo, em Nova Iorque, e se identificam com a área, coisa que os brasileiros ainda não fazem, mas eu entendo que com o passar do tempo eles virão a fazer isso mesmo. Agora, não sei se te interessa ver mais, bom isso é a cidade da forma que a gente encontra. A cidade, ela abandonada do ponto de vista do trato dos imóveis, pelo não entendimento do valor, você veja como eles vão sendo vilipendiados, a sacada que devia estar aqui, os pés direitos são altos, as pessoas remanejaram os pisos, é uma loucura o que faz a imaginação das pessoas. Repare, cortam as escadas, as esquadrias, interferem no piso, os imóveis vão sendo mal tratados, mal tratados ao ponto do abandono. A gente encontrou a cidade muito arruinada. Do ponto de vista do valor imaginário, ninguém mais queria, isso que estava por trás era ser retrógrado, então eu vou me cobrir, colocar isso, ou isso e dizer que eu sou moderno, entendeu?

Julio: Anula a visibilidade.

Mc Laren: Anula a visibilidade. Quando se começa a inventariar o arcabouço do Corredor Cultural, os imóveis sequer conseguiam ser vistos. Existiam essas réguas, essas réguas aí, esses salões, que então, a gente começa a induzir a retirada deles e até pra reconstruir uma relação de pertencimento ao que estava por baixo.

Julio: O prefeito também me enviou algumas fotos mostrando que, parecendo uma iniciativa à la cidade limpa de São Paulo, aqui na área do Corredor Cultural retiravam-se na parte próxima a Rua do Lavradio alguns outdoors...

Mc Laren: Mas isso já existe, essa coisa de retirada de outdoors do Corredor Cultural já existe desde sempre, esse último decreto do Prefeito foi simplesmente pra aparecer em jornal. Isso já existe, não precisa de decreto nenhum, o Corredor Cultural já tem isso embutido em seu escopo legal. Daí a tentativa que se faz de procurar fazer letreiros que privilegiem a visão dos elementos arquitetônicos, a primeira coisa que se faz é isso: procurar deixar entender que é a arquitetura que morava aí. Era tudo assim, tá vendo, aí tira... é uma diferença, tá vendo? Não foi o Kassab que inventou isso, pode avisar lá, a gente já faz isso aqui desde 1983 [risos]. Não é incrível?

Julio: E quanto à coexistência do patrimônio preservado com novas edificações? Não se pretende a estagnação do mercado imobiliário nesta área, não?

Mc Laren: Então, tem toda uma regulamentação, desenha-se uma legislação privilegiando a visão dos elementos arquitetônicos e o que passa a ser permitido não macula a relação do que é implantado com o que está lá edificado. A gente tem todo o regulamento, um monte desses processos aqui é de pedidos para liberação desses elementos. Essa aqui mostra o que são as arquiteturas, projetos de preservação ambiental. Há cerca de 3000 prédios e, desse total, 1600 foram considerados preservados, os que tinham significado como esses, os que estavam assim, cerca de 1400 são passíveis de renovação ambiental. Quer dizer que eles podem ser derrubados e nos seus lugares construídas outras edificações com gabarito estipulado. A gente espera que produtos que revelem a nossa época sejam capazes de se manifestar adequadamente e se inserir com o mínimo de graça junto ao ambiente preservado. Depois, quando a gente começa efetivamente as obras, retiram-se as marquises que não são da arquitetura original dos prédios só ficam aquelas originais. No prédio da Casa Cruz, hoje, não sei se você viu a notícia, pegou fogo, reinaugurou, hoje, os meninos vão cantar, não sei, acho que é 6 horas, nas janelinhas ali da fachada à la Curitiba. Vão botar os menininhos aí, olha lá, quando saem as marquises a gente desenvolve também uma regulamentação pra colocação dos toldos, substituindo a função de proteção, protege os telhados também das fachadas. Os telhados têm função, a gente não quer que o elemento vire isso. Quando as pessoas perguntam por que a gente protege até o telhado, o telhado é parte integrante dessas edificações; sem ele a edificação não vive adequadamente. Preservam-se as clara-bóias, mostrando como elas são, a função, como trazem luz; protegem-se os pisos internos juntos às fachadas e os vãos, olha lá que coisa desagradável quando os pisos são eliminados, quando os pés direitos são altos a gente permite a subdivisão adequada, criação de mezaninos. Lá na Lavradio, essa aqui e a

outra na Rua Buenos Aires. A gente já entra numa série de imagens mostrando efetivamente o trabalho de recuperação dos ornamentos que vai inclusive fazendo know-how, porque essa coisa de retocar, refazer os ornamentos eram fazeres perdidos que vem tendo que ser resgatados, pisos, ornamentos. Isso gera todo um mercado de mão-de-obra própria, as esquadrias que são retiradas, eram assim, os gradis quando vão desaparecendo, a gente nunca inventa, quando não tem a gente faz uma linguagem simplificada.

Julio: Não reproduz?

Mc Laren: Não, a não ser quando você tem o material iconográfico legal, a forma, mas quando a gente não tem o registro a gente não cria um bordado da nossa cabeça, a gente faz um barreado simples e pronto, fica marcado que é uma intervenção contemporânea. As bocas dos térreos, em geral mutiladas, as pessoas moravam em cima e trabalhavam em baixo, isso é uma coisa que a gente não exige que volte hoje, à medida que isso é um discurso e é inconstante ainda, fazer com que as pessoas venham a nós, se a gente já entrar, de fato, mandando as pessoas refazerem as verticalidades, hoje, a gente entende que ainda é muito cedo, isso afastaria as pessoas. Acho que um dia eu vou chegar e isso aqui vai estar no lugar, pra quem vier depois de mim, isso eu acho que ainda é difícil. A gente faz, mas você vê como resulta mal. Em alguns lugares a gente consegue, em áreas em que o usuário tem mais entendimento, por exemplo, isso não havia, eu consegui refazer. Às vezes, a gente consegue dar uma costurada pra que isso meio que assente. Com relação às cores também, como pintar. A gente encontrava a cidade assim, tudo pintado de escuro ou pintado com aquelas réguas. Por quê? Pra sumir mesmo, a intenção era fazer com que sumissem os ornamentos, você põe tudo de uma cor que você não vê, você tinha esse rendilhado todo, ou então era assim. A gente chama de “individualização pelo uso da cor”, tá vendo? A gente contratou a pesquisa pra saber como era tratado, pintado esses imóveis, e a gente chega conclusão de que a pintura era isso. Você tem lá uma cor de fundo nas paredes, uma mais clara nos ornamentos, uma terceira nas madeiras e uma quarta nas serralherias, que nesse caso não aparece aqui, mas todas as vezes que você tem portas metálicas, gradis, você usa uma cor única, então isso porque foi que nós buscamos essa pesquisa, porque nós não queríamos que as pinturas recomendadas e combinadas com as pessoas tivessem o gosto do escritório técnico no momento. Então, a gente descobriu, com essa pesquisa, que a cidade, na virada do século já era uma cidade intensamente colorida, nós já tínhamos disponíveis os pigmentos industrializados, e com isso nos permitiu uma variedade de cores muito grandes, coisa que a gente passa pro usuário, a gente não impõe cor a gente combina, porque a gente sabe que cor diz muito, toca alma da pessoa, então se ele chega aqui, “doutora, com que cor eu pinto?”, digo que não tenho a menor idéia, que vá lá pra frente do seu prédio ficar olhando pra ele e depois vir aqui e me dizer que cor você acha que devia passar. Muitas vezes, Julio, vai ter sido a primeira vez que ele foi efetivamente olhar o prédio e, quando olha, começa a descobrir detalhes e começa a gostar, gostar de cuidar, entendeu, é por aí. Olha lá, a gente tem uma série de antes e depois, tá vendo, nada é feito aleatoriamente, tudo é feito em cima de material arquivístico, iconografia, prospecta-se azulejaria, vai renascendo, embaixo dos rebocos atuais você vai encontrando o vestígio do aramento antigo que aqui estava. Isso aqui era alvenaria

nova, você consegue identificar, abre, tira o que não é do prédio e volta ao prédio, olha os arcos que estavam emparedados, a gente esvazia e introduz o elemento.

Julio: Um trabalho arqueológico...

Mc Laren: Eu chamo de arqueologia urbana, efetivamente é. olha lá, aqui já está a introdução da arquitetura nova nos dentes nos buracos que não tinham, é a produção dos arquitetos que se manifesta na área. Esse aqui é um prédio preservado, com arquitetura nova, eles fazem uma releitura dos elementos, um gradil, uma cimalha, enfim, uma esquadria já ao invés de madeira, em ferro. Estava aqui, esse mármore todo existia aqui também, esse cidadão quis ver se ainda era possível encontrar alguma coisa do prédio dele original porque ele tinha essa grade escondida lá no fundo, quando a gente retirou o mármore, essas ombreiras em pedra, ressurgiram e a gente achou o projeto original. A base é única em pedra, então repare lá, esse quis fazer, esse ainda não quis, o ornamento que faz a continuação já está aqui, em algum momento a gente entende que ele pode querer, e aqui é só consolidar..eu garanto pra você que essa pedrinha também tá aqui em baixo...

Julio: Parece um túmulo, um mausoléu.

Mc Laren: Um mausoléu! Na verdade, esse aqui tinha pegado fogo, esses imóveis são reconstruídos, são reconstruções efetivamente, esses imóveis se incendiaram. Os proprietários daqui guardaram os elementos em ferro, as pedras resistiram, eles já tinham aprovado o direito de construção de uma torre como essa, anteriormente à lei do Corredor. Como eram pessoas absolutamente civilizadas, eles abrem mão do direito de construir uma torre como essa pra se juntar a causa da proteção e reconstrói os seus imóveis.

Julio: Que rua é essa?

Mc Laren: Rua Uruguaiana. Repare lá, aqui é mesma coisa, um incêndio botou abaixo o prédio, nós conseguimos também reconstruir, essa janelinha é essa, tá vendo...

Julio: A pessoa entra com o dinheiro...

Mc Laren: Com recurso próprio...

Julio: E vocês com a assistência técnica...

Mc Laren: E nós com a assistência técnica... essa janelinha é essa, e essas aqui são essas, então ele reconstruiu o andar e o prédio vai aparecendo.

Julio: Não existe uma forma de financiamento por parte de bancos ou parcerias?

Mc Laren: Já existem linhas de crédito disponíveis pra imóveis, havia pra imóveis residenciais, agora já há pra prédios comerciais também, a própria Caixa Econômica. Essa é uma das poucas ruas onde não havia mais trânsito de automóveis, pequenos trechos aí, a que esse Prefeito que tá aí chama de “acupuntura urbana”: se não pode fazer um grande projeto, você trata pequenos trechos, isso repercute positivamente. Essa é a Lavradio, garagem

subterrânea, estação de logradouros, isso enseja a abertura de novos centros culturais, tudo vem de roldão, Julio, aí uma série deles que vão aparecendo...

Julio: Supõe-se que a especulação imobiliária, hoje, não se atreva mais a...

Mc Laren: Não, as construtoras grandes todas são parceiríssimas do Corredor Cultural.

Julio: Mas no início da década de 80, como era?

Mc Laren: A indústria da construção civil sempre foi parceira do Corredor. Hoje já nem precisa mais mesmo, Julio, atividades de rua, pra que as pessoas virão ao centro? Por exemplo, minhas filhas nascidas lá na Barra, ninguém vem ao centro! Julio, acho que você também... onde era que você morava?

Julio: Irajá.

Mc Laren: Você vinha muito ao centro?

Julio: Vinha porque minha mãe sempre gostou de vir ao centro.

Mc Laren: Ah, sim, porque é a sua mãe, mas isso é muito raro, então as pessoas não vinham, havia um conceito de que você vinha ao centro pra ir embora, não vem pra ficar, curtir, pra passear. Havia uma tendência de que essa mentalidade se desfizesse.

Julio: São vocês também, é aqui que vocês dão concessão pra que, por exemplo, comerciantes possam colocar suas mesas na calçada?

Mc Laren: Mesas e cadeiras, a gente analisa os projetos, mas quem dá a autorização efetiva é a Secretaria de Governo, mas o processo técnico é analisado aqui e a autorização é dada lá. Outra coisa: a partir do momento que você já tem a área consolidada, o nosso pensamento é cuidar das áreas de expansão, que é exatamente a área da Candelária, e aqui a região do Castelo, que ficou de fora, que já são as áreas de expansão.

Julio: Aí você liga esses setores.

Mc Laren: Claro, isso não é efetivamente porque a gente quer, mas porque a própria cidade demanda. As pessoas querem ser cuidadas, o que denota uma absoluta aceitação da proposta de conservação de centro.

Julio: Mas como é ação de vocês nessas áreas que não fazem parte da lei?

Mc Laren: A ação não se dá ainda, se dará, nós já estamos trabalhando a legislação de metrias. O que tem acontecido é o seguinte: quando a Secretaria de Urbanismo e a de Fazenda sabem que nós estamos estudando essas áreas, quem vai a eles para um nível de consulta, eles já mandam nos ouvir. Então, em geral, o que acontece, Julio, é que quem vai providenciar, seja lá que medida for, colocar um letreiro, ou reformar seu imóvel nessas áreas em processo de estudo, eles já vêm aqui e fazem seja lá o que for mediante a recomendação nossa porque, a partir do momento que essas leis já estiverem, efetivamente, disponíveis eles já estarão adequados.

Julio: Não pode simplesmente mudar a lei, incorporar, criar outro setor, ou outros dois setores?

Mc Laren: É isso que a gente está fazendo, a gente vai disponibilizar. Em 83 a gente define os limites, em 84, os parâmetros para intervenção nas três áreas originais. O que a gente quer agora é definir esses novos limites das áreas de entorno e disponibilizar os novos parâmetros para intervenção nesse mundo aqui da Candelária, que tem formato próprio, são os grandes edifícios do setor bancário, você tem desde os anos 30 até o modernismo e até o contemporâneo. A gente entende que isso aqui, daqui a 50 anos, será histórico também, e que você não anda pela cidade com antolhos. Nossa grande preocupação no Corredor, hoje, é, mais do que tudo, paisagística, mais do que nunca a gente se preocupa com a paisagem da rua, com a paisagem edificada, é a geografia sendo a cidade, isso é muito importante. Então o que não tem valor explícito consagrado por não ter tempo ainda, um dia o terá. O que eu penso pra cá, é tão importante quanto eu pense no que já está consagrado, letreiros. Isso aqui não parece o que foi, que eu mostrei pra você no início, é a área onde não teve trabalho, o tempo não passou aí, efetivamente, não chegamos lá. Aqui não tem, a área do Castelo já constitui conjunto homogêneo de outra escala, muitos prédios institucionais, as portarias magníficas como você pode ver, isso não pode se perder, não é verdade? A arquitetura do Castelo você deve conhecer, os pátios tomados por tudo, os pátios que seriam pra convívio, tomados por estacionamentos ou serviços. São exemplos de móveis para os quais queremos buscar outra classificação pra intervenção, e a gente entende que esses imóveis deveriam ser uma nova figura que se chama conservação ambiental. Em oposição, esses imóveis que são hoje, efetivamente, só comerciais, a gente indicaria pra que passassem a ter pelo menos uso misto.

Julio: Como vocês vêem esses edifícios corporativos que estão surgindo no centro?

Mc Laren: Eu acho ótimo porque, à medida que você tem um uso melhor que traz ao centro um poder econômico mais classificado, esse formato sobrevive melhor, ressurge. Quando você tem um bom uso todo mundo lá é cliente pra esse predinho aqui, ele se revigora, é muito bom esse convívio do novo com o mais antigo, com preocupação com a paisagem, enfim, os letreiros... isso é antes do Kassab, viu [risos]. Enfim, não existiam mais as grandes lojas. Agora com esse movimento de reentendimento do centro volta à economia do lugar, as pessoas ficam. A Praça XV, a Lapa é um buxixo só e, ao mesmo tempo, o Corredor impõe limites físicos para a preservação. A gente não quer que haja limites imaginários porque eu acho que no dia que isso aqui morrer, acabou. Eu acho que tem que ter cara, feição... a cidade é rica, é muito diversa, é pobrezinha... como é que lida com isso, Julio? Deixo pra você pensar.

Julio: Esse jardim suspenso...

Mc Laren: Esse jardim suspenso... como você arquiteto ou geógrafo vê... a pessoa que fez isso tava achando isso o máximo, eu não posso intervir, é a alma...

Julio: É da dinâmica da cidade

Mc Laren: É próprio da dinâmica.

Julio: Porque se achar que o correto é o que estava antes, você tem uma perspectiva estanque da realidade.

Mc Laren: Claro, então, no dia em que isso aqui deixar de acontecer, parou completamente a poesia. Eu posso ter limites físicos, mas eu não posso dar limite à alma, é isso o que eu acho que tem que ser sempre o grande barato do Corredor Cultural é esse, não limitar o que vem de dentro, a criação a manifestação.

Julio: Uma penúltima pergunta: e os movimentos sociais, como por exemplo, os sem-teto, como vocês dialogam com eles, ou não tem diálogo, não te procuram?

Mc Laren: Sabe que eles vieram aqui uma vez, foi tão engraçado, achei uma maravilha, eles vieram trazidos pela própria superintendência do próprio IPHAN em busca de endereços. Eles queriam que eu fizesse uma listagem dos imóveis vazios para que eles ocupassem esses imóveis! Eu falei pra eles “só dou a lista se vocês fizerem jardinagem aqui na minha varanda”. Foi muito engraçado. A dinâmica do centro do Rio não é como a do centro de São Paulo, a gente não tem aqui aquele mundaréu de imóveis vazios que vocês têm lá, a gente conta nos dedos, pelo menos no limite do Corredor Cultural (fora há mais), mas, aqui, isso não é muito recorrente, aqui na frente nós temos dois imóveis estaduais ocupados, mas já está havendo intervenções da Caixa Econômica com o próprio governo do Estado, visando à requalificação dos endereços e a recolocação das pessoas aí. Não é muito traumático, é sempre buscando um caminho rápido.

Julio: e a última pergunta: você fica na prefeitura na próxima gestão?

Mc Laren: Isso a gente nunca sabe, a gente espera que quem venha, a gente sempre espera que seja uma pessoa que não caia com nenhuma ligação, que seja só uma ligação política, porque aí seria uma ruptura.

Anexo D

Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1915

Exm. Sr. Dr. Carlos Sampaio

Nesta

Occupando-me ha algum tempo com os assumptos da remodelação esthetica e hygienica da cidade do Rio de Janeiro, como V. Ex. poderá verificar nos documentos que junto envio, firmados em Londres, sobre um projecto de reedificação e embellezamento da avenida do Mangue, o qual, em vista da situação financeira actual, ficou sem andamento na Camara, voltei as minhas vistas para a velha questão do arrazamento dos morros centraes da cidade - o do Castello e de Santo Antonio - sobre que já tenho iniciado alguns passos com um projecto cuja planta V. Ex. já teve ensejo de examinar.

Neste momento, activo os meus trabalhos junto do Governo Federal e da Municipalidade para obter a concessão do arrazamento de um d'aquelles morros ou de ambos, si assim for necessario.

Data venia, volto a occupar a attenção de V. Ex. sobre esse meu projecto, e com tanto mais empenho quanto tenho todas as probabilidades de conseguir esse desideratum pelas boas disposições dos poderes publicos de autorizarem a realização dessa obra de alto alcance esthetico e hygienico para a cidade e da qual V. Ex. tem sido um dos mais estrenuos paladinos.

Assim sendo, venho por meio desta consultar V. Ex. sobre

o assumpto, afim de saber se V. Ex., no caso de ser obtida a desejada concessão, estaria disposto a prestar o seu valioso concurso e alto prestígio para a reunião dos elementos financeiros e organização da empresa ou companhia que houver de executar a obra projectada.

Não tenho necessidade de encarecer perante V. Ex. a magnitude e oportunidade do empreendimento em questão, pois V. Ex. muito melhor do que eu poderá avaliar. O que cumpre accentuar, aqui, é que os concessionarios entrarão para a formação do capital com a respectiva concessão ou o contracto assignado com o Governo, na proporção de 48 % do capital social, promptificando-se a receber o total desse valor em acções da Companhia que fôr organizada.

Se alguma pretensão houver em dinheiro só será de somma relativamente pequena, que, em todo caso, será descontada da parte "acções", sendo esse ponto, aliás, susceptível de discussão, ficando na dependencia do criterio ea solução dos incorporadores da Companhia.

Pedindo a V. Ex. a fineza de dizer-me por escripto alguma cousa sobre o que tenho a honra de propor, subscrevo-me com a maior consideração

De V. Ex.

Att.º. Ven.ºr. Obr.º.

F. Chanceler
145 rua de Rosário

Anexo E

*Muro do Castello e de
Santo Antonio.*

Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 1915

Exmo. Snr. F. ADAMCZYK,

145, Rua do Rosario

Accuse recepção da carta de V. Ex. datada de 30 de Setembro ultimo, e em resposta cabe-me communicar-lhe que me produziu a melhor impressão o projecto, cuja planta tive ensejo de examinar, relative ao arrazamento de morre do Castello e da parte superior de morre de Santo Antonio, na cota de viaducto que o liga ao de Santa Thereza.

Quero crer que em condições normaes, um tal projecto possa encontrar sufficiente apoio financeiro da parte daquelles que conhecem o valor da propriedade territorial no Rio de Janeiro, e não tenho duvida, portanto, em responder á consulta que V. Ex. me faz, declarando que estou disposto a auxiliar com o meu fraco concurso para o cumprimento dos elementos que possam permittir a organização da Empresa capaz de lavar a affeito um tão util e proveitoso melhoramento publico.

Subscreve-me com toda a consideração

L. 635
P. 10
B.

Anexo F

Fl.

Rua da Urugayana 116, Rio de Janeiro,

Em 5 de Setembro de 1920.

Excellentissimo Senhor Prefeito do Distrito Federal.

Em relação a proposta que tive a honra de apresentar a vossa Excelência na qualidade de membro e representante do Sindicato Anglo-Brasileiro constituído pelo Sr. J. P. Lord Balfour e Sr. E. P. ...

... e a vossa Excelência, a qual tem a sua frente a Imperial ...

... e a vossa Excelência, a qual tem a sua frente a Imperial ...

2) Executar as seguintes obras e serviços:

- a) Arrazamento do Morro do Castello e consequente aterro a beira-mar, para a conquista de, no minimo, 700,000 m2.
- b) Abertura da Avenida do Morro da Viuva, para a conquista de, no minimo, 52.000 m2
- c) Aterro da Praia do Caju, com a conquista ao mar de, no minimo 600,000 m2.
- d) Aterro da Lagoa Rodrigo de Freitas, com a conquista de, no minimo, 600,000 m2.
- e) Abertura da Avenida Maracanã, para evitar as inundações dos rios Trapicheiro, Maracanã e Joanna e os entulhamentos no caes do porto, com a conquista de dez mil metros correntes de novas fachadas e edificação da area de 230,000 metros quadrados, no Morro do Telegrapho e ao longo da dita avenida.

Essas obras serão executadas de accordo com os planos approvados pela Prefeitura Municipal, assumindo os proponentes inteira responsabilidade de todas as despezas e onus dellas resultantes.

- 3) Dar concluidas todas as obras no prazo de cinco annos, salvo o arrazamento do Morro do Castello que será concluido em tres annos, contados os prazos da approvação dos planos das obras.
- 4) Entregar a Prefeitura Municipal, com todos os serviços de arruamento, nivelamento, pavimentação, arborização e exgottosde agoas pluviaes, 40% das areas conquistadas, representados em obras publicas das novas arterias,

de circulação, logradouros publicos, praças, jardins, caes e canaes.

- 5) Proceder desde logo, ás desapropriações precisas a todos os serviços, podendo conservar os imoveis adquiridos até quando necessaria a sua demolição.
- 6) Antecipar a construcção de casas para abrigo da população a ser desalojada dos predios desapropriados, nos terrenos que lhe forem cedidos pela Prefeitura para esse fim, e nos que forem desapropriados além dos necessarios para as obras acima indicadas.
- 7) Edificar ou promover a edificacão de todas as areas uteis disponiveis nos terrenos conquistados, de accordo com todos os preceitos da moderna architectura e as exigencias da Saude Publica, de modo a resolver a crise de habitacões com barateamento e conforto dos predios construidos.

Em compensação, a Prefeitura ou o Governo, obrigam-se, por seu lado, a:

1) Entregar aos proponentes a somma de 320.000 contos de reis em papel moeda, ajustidos sobre o lastro dos doze milhões esterlinos em titulos ouro, de accordo com as autorizações legais, sendo, 170.000 contos de reis, por occasião da entrega pelo syndicato ao Governo ou á Prefeitura dos doze milhões em titulos ouro, e o restante em parcelas, á medida das execuções das obras, conforme for ajustado no contracto.

2) Isentar do imposto de transmissão de propriedade a primeira compra e a primeira venda feitas pelos proponentes dos terrenos e imoveis incluidos nos planos de obras a realizar

e bem assim dos impostos municipais para a execução das obras e edificações e do imposto territorial sobre os terrenos que não forem vendidos ou edificados pelos proponentes no prazo de cinco annos a partir da conclusão das obras e serviços.

3) Dar aos proponentes os favores da lei de desapropriação para todos os terrenos, imoveis e benfeitorias atingidos pelas obras a serem realizadas, e bem assim dos terrenos necessarios á construcção dos predios a que se obrigam os proponentes pela clausula 6).

4) Dar aos proponentes os favores das leis em vigor para a construcção de casas para habitação de funcionarios, proprietarios e operarios cedendo para isso aos proponentes no Morro do Telegrapho ou em outros locais de que disponha a Prefeitura ou o Governo Federal os terrenos precisos para a construcção de até duas mil casas.

5) Isentar de direitos para o material, ^{plus} machinismos, aparelhos e estruturas necessarios para a execução das obras, que devam ser importados e não tenham congenere no paiz, durante o prazo de duração das obras.

Fica entendido que: a) em remuneração do seu capital empregado e respectiva amortização e juros, os proponentes ficarão com a propriedade plena e nua de 60% das areas e terrenos conquistados ou desapropriados incluídos no palmo das obras mencionadas na clausula 2); b) quando a desapropriação incidir sobre imoveis ou benfeitorias do Governo ou da Prefeitura, os proponentes indemnizarão ao Governo ou a Prefei-

tura em imóveis ou benfeitorias equivalentes; c) a responsabilidade técnica da execução das obras e serviços, uma vez aprovados os respectivos planos, caberá inteiramente e exclusivamente aos proponentes, que se obrigarão a dar as provas de sua idoneidade e capacidade técnica e profissional; d) a somma de 170.000 contos de reis entregue aos proponentes, (em papel moeda) logo após a entrega ao Governo ou a Prefeitura dos doze milhões de títulos ouro, será destinada ás despesas de installação dos serviços, aparelhamento, desapropriações, inicio das obras e despesas geras da organização da Empresa.

Si a Prefeitura ou o Governo desejarem a execução de outras obras além das propostas na clausula 2), os proponentes obrigam-se a elevar o seu deposito a quinze milhões esterlinos em títulos ouro, recebendo em troca uma somma em papel moeda equivalente a esse accrescimo do deposito, na mesma base estabelecida para o deposito de doze milhões, obrigando-se a emprgal-a nas novas obras referidas, como for ajustado.

Offerecendo estas bases á elevada consideração de Vossa Excellencia, julgo ter bem attendido aos altos interesses da Prefeitura e do Governo e ás conveniencias da população da Capital Federal. Mas, se Vossa Excellencia n'ellas encontrar pontos, que não logrem merecer a approvação de Vossa Excellencia, cabe-me assegurar a Vossa Excellencia que não pouparemos esforços par a uma solução que dê uma completa satisfação á Vossa Excellencia, sempre que

estiver no nosso alcance attender as modificações que Vossa Excellencia dignar suggerir-nos, ou que foren necessarias, por nossa parte para que possamos chegar a um perfeito entendimento com Vossa Excellencia e com o Governo.

Aproveito esta oportunidade para apresentar a Vossa Excellencia os meus protestos da mais respeitosa consideração.

F. Awanczyk

Anexo G

F. Adamczyk

Rua Uruguaiana, 116

Tel. N. 3020

End. Telegraphico

"ADAMCZYK"

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1921.

Exm: Snr. Dr. Carlos Sampaio.

D.D. Prefeito do Districto Federal.

Dear Sir:

With reference to the interview of Tuesday the 26th. at which you kindly consented to give the London Group I represent, the opportunity to state their willingness to negotiate a City Loan £ 1.000.000 combined with the undertaking of the Morro do Castello work.

I fear it will be physically impossible to get a reply tomorrow.

Assuming the best, i.e. 20 hours in transmission (rarely without mutilation) it would be received in London late Wednesday; to get a reply here Friday would necessitate leaving London Thursday. It is rare that people can be counted on to be free from other engagements without notice, and there may be delay due to that cause.

I need scarcely add, that the reply will be in your hands within an hour of its receipt by me, and I am trusting you will grant us the courtesy of postponing your final decision until you have received the reply.

I have the Honour to be Sir, Your obedient Servant:

F. Adamczyk
L. Col.

Anexo H

F. Adamczyk

Rua Uruguayana, 116
Tel. N. 3020

End. Telegraphico
"ADAMCZYK"

Exm: Snr. Dr. Carlos Sampaio

M.D. Prefeito do Distrito Federal.

*Divisão de Compras da Prefeitura
Nos prédios máximos - Janeiro -
Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 1921.*

*Argento
do Director de Obras
3/11/21
Chauvin*

Pela presente confirmamos a nossa proposta de 20 do corrente, que reproduzimos com a modificação da clausula 4ª, de accordo com a combinação feita verbalmente com V.Ex.

1)-Acquisição da area edificavel resultante do desmonte do Morro do Castello e consequentes aterros, de accordo com os planos da Prefeitura, equivalentes a 400.000m2., pelo preço maximo de 200\$000 por metro quadrado.

2)-Isenção do imposto territorial e de todos os emolumentos e taxas cobrados pela Prefeitura para construção d predios, excepto o imposto predial e taxa sanitaria.

3)-A Prefeitura se obriga a obter dos poderes competes a taxa minima para os materiaes que forem importados p ra a edificação da mencionada area.

4)-O pagamento dos terrenos sera feito em apolices municipais ao par, a proporção da entrega dos mesmos terrenos p la Prefeitura no acto da assignatura da respectiva escriptra de compra e venda, devendo, porem, o comprador adquirir, pr viamente, essas apolices na importancia do preço total dos terrenos, que ficarão depositadas para a fiel execução dest clausula, vencendo, porem, o respectivo juro.

Caso V.Ex. aceite esta proposta, pedimos que se digne nol-o comunicar transcrevendo as respectivas clausulas, para que possamos providenciar, sem demora, para a sua re

Adamczyk

Rua U. Guayana, 116

N. 3020

End. Telegraphico

"ADAMCZYK" cução dentro do prazo de 90 dias.

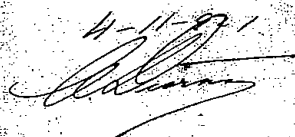
Aguardando a resposta de V.Ex., que desde já agradecemos, renovamos a V.Ex. os protestos da nossa mais alta estima e distinta consideração.



Sr. Prefeito.

Informando a seguinte proposta, tenho a declarar:

- 1º) Que de accordo com o parographo 11 do artigo 27 do Decreto nº 5160 de 8 de Março de 1904 a Prefeitura só pode vender terrenos resultantes do desmonte do Morro do Castello em hasta pública, previamente annunciada pela imprensa e por editaes affixados em logares publicos por espaço de dez dias.
- 2º) A Prefeitura não pode dar isenção de impostos, taxas e emolumentos de quaesquer especie.
- 3º) A Prefeitura não pode tomar o compromisso de obter redução de taxa para materiaes a importar por particulares.
- 4º) Não se declara em que tempo se farao as construcções na área resultante do desmonte do Morro.

4-11-1911


COPIA

GABINETE DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL

Em 7 de Novembro de 1921.

Illmo. Sr. F. Adamczyk.

Em resposta a sua carta de 27 de outubro ultimo, communico-lhe que a Prefeitura, uma vez provada a idoneidade financeira do proponente, está disposta a tomar em consideração a proposta feita para a aquisição da area edificavel resultante do desmonte do morro do Castello e consequentes aterros.

Sem mais, subscreve-se, com apreço, o

L635
P-10

Anexo J

F. Adamczyk

Rua Uruguayana, 116

Tel. N. 3020

End. Telegraphico

"ADAMCZYK"

Rio de Janeiro, 7 de Novembro de 1921.

Exm: Snr. Dr. Carlos Sampaio

M.D. Prefeito do Districto Federal.

Em relação ás minhas cartas de 20 e 27 de Outubro p.p., devo informar a V.Ex. que faço parte do grupo em questão que foi organizado em Londres por escriptura de 9 de Fevereiro de 1920, com o objectivo principal da execução de obras de melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido registrado no Consulado Brasileiro daquela cidade e delle fazem parte:

Lord Willoughby, de Brok, Presidente da Isle of Wigth Central Railway e outras;

Sir Harry Verney Baronet Rate, Under Secretary State Ireland; William Bertram Mitford, Presidente da New Securities Financial Company e outras;

Ralph Slye, Director da Anglo-Trinidad Oil Company;

Macdonald Gibbs & Co. Ltd., grande firma de engenheiros constructores e empreiteiros;

Imperial & Foreign Corporation, sobre a qual consta o registro do Stock Exchange de Londres, que juntamos.

Sobre este syndicato existem informações do BARCLAY'S BANK, de Londres, que juntamos, bem como as fornecidas pelo Embaixador da Inglaterra nesta Capital.

Reiterando a V.Ex. os protestos da nossa elevada estima e distincta consideração nos subscrevemos de

V.Ex. Amg: Att: B Grt:

F. Adamczyk

"THE STOCK EXCHANGE REGISTER"
"IMPERIAL & FOREIGN CORPORATION)

Directores: Lord Balfour of Burleigh K.T. Chairman

Sir I.H. Amory Bart.,

Sir J.S.H. Banner K.T. M.P.

Hon. A.H.S. Cripps

H. Guedalla managing director

Earl of Harrowby.

A companhia foi registrada em 18 de Maio de 1911 e em 1914 absorveu a Anglo-French Mercantil Finance Corporation. O capital autorizado é agora de £ 2.000.000. Fundo de reserva £ 80.000.

No anno de 1918-19 pagou 6% sobre £ 1.000.000 de debentures e 6% aos seus accionistas.

Lord Balfour é Presidente e Director de mais as seguintes companhias e bancos:

Bank of Scotland (governor)

City of S. Paulo Improvements & Feehold Land & Co. Ltd. (chairman)

Eastern Bank Ltd. (Chairman)

Great Northern Railway Company.

Imperial & Foreign Corporation Ltd.

Overseas Marine Insurance Co. Ltd.

Pacific Phosphate Co. Ltd.

Peninsular & Oriental Steam Navigation Co.

Russian & English Bank

S. Paulo (Brazilian) Railway Co. Ltd.

Submarine Cables Trust

Western Telegraph Company, Ltd.

Sir I.H. Amory é presidente e director das seguintes companhias:

Alliance Assurance Company Ltd.

Imperial & Foreign Corporation

London County Westminster & Farris Bank Ltd. (Western Counties Local Board)

Russian & English Bank

Sir Banner é presidente e director das seguintes:

Blak sea Amalgamated Oil Fields Ltd.
British Insulated and Helsby cables Ltd.
Canadian City & Town Properties Ltd.
Electric Supply Co. of Victoria Ltd.
General Investors and Trustees Ltd.
Imperial & Foreign Corporation
Cuban Blak sea Oildfields Ltd.
Laplata Electric Tramways Co. Ltd.
Liverpool Reversionary Co. Ltd.
Low Moor Co. Ltd.
Midlan Electric Corporation for Power Distribution Ltd.
Mose Hall Coal Co. Ltd.
Oildfields Finance Corporation Ltd.
Partington Steel & Iron Co. Ltd.
Pearson and Knowles Coal & Iron Co. Ltd.
Pulman Car Co. Ltd.
Snowdon Mountain Tramroad & Hotels Co. Ltd.
Spiers & Pond Ltd.

Sir Guedalla é presidente e director das seguintes:

Bengal Iron & Steel Co. Ltd.
Burma Corporation Ltd.
City of S. Paulo Improvements & Freehold land Co. Ltd.
John Shaw & Sons, Wolverhampton Ltd.
Lena Goldfields Ltd.
Russian & English Bank
Sissert Co. Ltd.
South Western and Isle of Wight Junction Railway Co.
Wray, Sanderson & C. Ltd.

Earl of Harrowby é presidente e director das seguintes:

Alfred Hicleman Ltd.
British and Allied Investments Corporation Ltd.
Imperial & Foreign Corporation Ltd.
North Staffordshire Railway Co.
Scottish Provident Institution.

Rio de Janeiro, 13 de Agosto de 1920.

Exm: Snr. Dr. Epitacio da Silva Pessoa
M. D. Presidente da Republica

Palacio do Cattete

Exm: Snr. ,

Pela presente informamos a V. Ex. que, a pedido do nosso cliente e amigo Snr. F. Adamczyk, telegraphámos ao Barclay's Bank, nosso correspondente em Londres, pedindo esclarecimentos sobre a idoneidade da Imperial Foreign Corporation, em resposta a que recebemos o seguinte telegramma que transcrevemos:

"Referring to your telegram of 10th. Corporation capital
£ 1.327.840, -/- respectable and responsible capable
carryng out big transactions"

e do qual damos conhecimento a V. Ex. por solicitação do mesmo.

Com a mais subida estima e distincta consideração subscreve
mo-nos

De V. Ex. Atts. Amgs. Obsr.

BANCA ITALIANA DI SCONTO

(Séde do Rio de Janeiro)

Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 1920.

Exm: Snr. Dr. Epitacio da Silva Pessoa
M. D. Presidente da Republica.

Palacio do Cattete.

Exm: Snr.,

Pela presente informamos a V. Ex. que, a pedido do nosso cliente e amigo Snr. F. Adamczyk, telegraphamos ao Barclay's Bank, nosso correspondente em Londres, pedindo esclarecimentos sobre a idoneidade de Sir William Bertram Mitford, em resposta a que, recebemos o seguinte telegramma que transcrevemos:

"Referring to your telegram of 15th. William Bertram Mitford and his group considered very responsible and in our opinion able to carry through anything they undertake"

e do qual damos conhecimento a V. Ex. por solicitação do mesmo.

Com a mais subida estima e distincta consideração
subscrevemo-nos

De V. Ex. Atts. Amgs. Obsr.

BANCA ITALIANA DI SCONTO

(Séde do Rio de Janeiro)

Anexo K

Gabinete do Prefeito
do
Districto Federal.

CÓPIA

Em 8 de Novembro de 1921.

Presado amigo Sr. Mackenzie.

Peço-lhe o obsequio de me obter informações sobre a situação financeira dos seguintes senhores:

Lord Willoughby de Broke, Presidente da Isle of Wight Central Railway e outras;

Sir Harry Verney Baronet Rote, Under Secretary State Ireland;

William Bertram Mitford, Presidente da New Securities Financial Company e outras;

Ralph Slys, Director da Anglo-Trinidad Oil Company;

Macdonald Gibbs & Co. Ltd., grande firma de engenheiros constructores e empreiteiros;

Imperial & Foreign Corporation, sobre a qual consta o registro do Stock Exchange de Londres, que juntamos.

Careço dessas informações para resolver assumpto de alta relevancia para a Prefeitura.

Com o mais elevado apreço, subscreve-se o

L. 635
P. 12

H. G. B.
ARQUIVO

C Ó P I A

Em 13 de Dezembro de 1921

Illmo. Sr. F. Adamszyk.

Em resposta ás suas cartas de 20 e 27 de outubro, comunico-lhe que tomarei em consideração e dearei o meu apoio, se me satisfizer a idoneidade financeira do proponente, e uma proposta firme nas condições seguintes constantes da sua carta de 27 de outubro findo:

1) - Aquisição da area edificavel compreendendo desmorte do morro do Castello e consequentes terrenos, de accordo com os planos da Prefeitura, equivalentes a 400.000 m2, pelo preço maximo de 200\$000 por metro quadrado.

2) - Isenção do imposto territorial e de todos os emolumentos e taxas cobrados pela Prefeitura para construção de predios, excepto o imposto predial e taxa sanitaria, exceto o imposto predial e

autorizada de Conselho Municipal

1. 635
P. 10
I. E. G. B.
ARQUIVO

da instrução

Anexo L

471

41200

Prefeitura de

3) - A Prefeitura obterá dos poderes competentes a taxa mínima para os metaterras que forem importados para a edificação da mencionada área.

4) - O pagamento dos terrenos será feito em dinheiro ou em apólices municipais ao par, a proporção da entrada dos mesmos terrenos pela Prefeitura no acto da assinatura da respectiva escriptura de compra e venda, devendo, porém, o comprador adquirir, previamente, essas apólices na importância do preço total dos terrenos, que ficarão depositadas para a fiel execução desta cláusula, vendendo, porém, o respectivo juro.

Esta carta não me impede de, em qualquer epocha, tomar qualquer resolução sobre a venda dos mesmos terrenos.

Handwritten signature and notes at the bottom right of the page.

Cópia.

Anexo M

DECRETO Nº 2.379 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 1920

Autoriza o Prefeito a alienar, mediante as condições que estabelece, os terrenos que se tenham tornado desnecessários à servidão pública

O Prefeito do Districto Federal:

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica o Prefeito autorizado a vender em hasta pública, a transferir a quem maiores vantagens offerecer ou a entrar em acordo com o Governo Federal para cessão à União dos terrenos leitos de logradouros públicos, que, em consequência da realização recente ou antiga de melhoramentos ou de projectos approvados, executados ou por executar, tenham, em virtude dessas modificações, se tornado desnecessários à utilidade pública.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario.

Districto Federal, 27 de Dezembro de 1920 - 32ª da Republica.

(Assignado) Carlos Sampaio.



LEI Nº 506

DE 17 DE JANEIRO DE 1984.

Cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, faço saber que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, delimitada conforme o disposto no art. 3º do Decreto nº 4.141, de 14 de julho de 1983.

Art. 2º Passam a vigorar para a Zona Especial do Corredor Cultural as condições de preservação, reconstituição e renovação das edificações, bem como de revitalização de usos e espaços físicos de recreação e lazer, definidas nas notas, quadros e critérios constantes do PA 10.290 e do PAL 38.871.

Parágrafo único. vetado.

Art. 3º A Zona Especial do Corredor Cultural fica subdividida em 3 (três) subzonas denominadas, respectivamente, de preservação ambiental, de reconstituição e renovação urbana, que se acham delimitadas nas plantas do PA 10.290 e do PAL 38.871.

Parágrafo único. Integram a subzona de preservação ambiental, além das áreas nela incluídas pelo PA 10.290 e pelo PAL 38.871:

a) as quadras situadas entre a Avenida Augusto Severo e a Rua da Lapa (lado ímpar) desde o Largo da Lapa e o Passeio Público ao relógio da Glória, no fim da amurada da Rua da Glória;

b) as quadras situadas entre a Rua da Lapa (lado par) e as Ruas Teotônio Regadas, Joaquim Silva e Conde de Lages;



c) as quadras situadas entre a Ruas Silva Jardim, Lavradio e Senado e a Praça Tiradentes;

d) vetado.

e) as quadras situadas entre as Ruas Uruguaina, Ramalho Ortigão, Sete de Setembro e Reitor Azevedo Amaral.

Art. 4º Na subzona de preservação ambiental:

I - serão mantidas as características arquitetônicas, artísticas e decorativas que compõem o conjunto das fachadas e dos telhados dos prédios ali situados;

II - quaisquer modificações de uso e quaisquer obras de alteração interna ou de acréscimos nos mesmos prédios, inclusive alterações que impliquem derrubada ou acréscimo dos muros divisórios existentes, somente poderão ser aprovadas pelos órgãos competentes da Prefeitura após a audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural criado pela Portaria "P" nº 11, de 21 de junho de 1983, do Instituto Municipal de Arte e Cultura - RIOARTE, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III - nos terrenos não edificados até a data desta lei quaisquer construções obedecerão aos parâmetros fixados nas notas, quadros e critérios do PA 10.290 e do PAL 38.871;

IV - a reconstrução total ou parcial dos prédios será permitida quando conservadas as características das fachadas e a volumetria originais e mediante a prévia audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural.

Art. 5º Na subzona de reconstituição:

I - será permitida a recuperação dos elementos arquitetônicos, artísticos e decorativos que anteriormente compunham o conjunto das fachadas e coberturas dos prédios existentes na área;

II - a aprovação dos projetos de reconstituição será precedida da audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural.

Art. 6º Na subzona de renovação urbana qualquer edificação a ser erguida deverá obedecer a projeto integrado no conjunto arquitetônico ao qual pertence, obedecendo às alturas máximas determinadas nas notas, quadros e critérios do PA 10.290 e do PAL 38.871.

Art. 7º Na Zona Especial do Corredor Cultural ficam ainda:



I - obrigatoriamente mantidos os usos, a capacidade e a localização no pavimento térreo das salas de espetáculos nas edificações existentes, os quais prevalecerão mesmo nos casos de reconstrução.

II - proibidas as construções de prédios com uso exclusivo de edifício-garagem ou daqueles em que haja predominância de pavimentos-garagem;

III - isenta da exigência de vagas de garagem somente as transformações de uso dos imóveis localizados na subzona de preservação ambiental.

IV - subordinadas à prévia audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural as licenças para a colocação de letreiros, anúncios ou quaisquer outros engenhos de publicidade, observados, no mínimo, os critérios estabelecidos nos parágrafos deste inciso.

§ 1º A colocação de anúncios, letreiros ou quaisquer engenhos de publicidade paralela à fachada somente será permitida abaixo da marquise, não podendo ultrapassar a altura do pavimento térreo.

§ 2º A colocação de anúncios, letreiros ou quaisquer engenhos de publicidade perpendicular à fachada não poderá ultrapassar 1,20m (um metro e vinte centímetros) de balanço, observada a distância mínima de 1,00m (um metro) do meio-fio, e deverá permitir uma altura livre de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros).

Art. 8º..... vetado.

Art. 9º vetado.

Art. 10. Fica instituído como órgão permanente do Município, vinculado ao Instituto Municipal de Arte e Cultura - RIOARTE, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Grupo Executivo do Corredor Cultural, ao qual caberá:

a)vetado.

b) acompanhar a execução das obras e instalações, bem como a aquisição de equipamento e mobiliário urbano destinado ao Corredor Cultural;

c) zelar pela manutenção física e operacional do Corredor Cultural, requisitando dos órgãos municipais os serviços de sua competência, e pleitear os serviços de competência extramunicipal;

d) propor ao Poder Executivo, para aprovação pela Câmara Municipal, alterações na Zona Especial do Corredor Cultural;

e) elaborar o calendário dos eventos culturais, sociais e turísticos do Corredor Cultural;



f) promover os meios financeiros necessários à realização dos programas e das atividades culturais pertinentes ao Corredor Cultural, incluídas as dotações com esse fim a serem consignadas a cada exercício no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual do Município.

Art. 11. O Grupo Executivo do Corredor Cultural será integrado por:

- a) três representantes do Instituto Municipal de Arte e Cultura - RIOARTE, um dos quais o presidirá;
- b) o Diretor do Departamento Geral de Cultura, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- c) um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- d) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral;
- e) um representante da Secretaria Municipal de Fazenda;
- f)vetado;
- g) o Administrador Regional da II Região Administrativa, da Coordenação das Administrações Regionais Sul, do Gabinete do Prefeito;
- h) um representante da Associação dos Moradores do Centro, escolhido em assembléia-geral convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo único. Os membros do Grupo Executivo do Corredor Cultural serão nomeados pelo Prefeito e não receberão qualquer remuneração pelos seus serviços, que serão considerados trabalhos relevantes em favor do Município.

Art. 12. vetado.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1984.

MARCELLO ALENCAR

DORJ IV 19.01.1984

ANEXO O

OPERAÇÃO URBANA CENTRO

Legislação

Lei 12.349 de 6 de junho de 1997

Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências.

Capítulo I

Conceituação, Objetivos E Diretrizes

Artigo 1º - Fica aprovada a Operação Urbana Centro, compreendendo um conjunto integrado de intervenções coordenadas pela Prefeitura, através da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, visando a melhoria e valorização ambiental da área central da cidade.

Parágrafo único - A área objeto da Operação Urbana Centro é a delimitada pelo perímetro assinalado na planta anexa n.º BE/03/OB/007/A do arquivo da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, acrescida da área dos lotes lindeiros aos logradouros que determinam este perímetro assim descrito: começa na interseção da via férrea com a Avenida Alcântara Machado (sob o Viaduto Alcântara Machado), prossegue pela via férrea até a Praça Agente Cícero, Praça Agente Cícero, Avenida Rangel Pestana, Largo da Concórdia, baixos do Viaduto do Gasômetro até a via férrea, prossegue pela via férrea até a Estação da Luz, segue pela Rua Mauá, Praça Júlio Prestes, Avenida Duque de Caxias, Largo do Arouche, Rua Amaral Gurgel, Rua da Consolação, Rua Caio Prado, Viela de ligação com a Rua Avanhandava, Rua Avanhandava, Avenida 9 de Julho até o Viaduto do Café, Avenida Radial Leste-Oeste, Rua João Passaláqua, Rua Professor Laerte Ramos de Carvalho, Rua Conde de São Joaquim, Viaduto Jaceguai, Avenida Radial Leste-Oeste, Viaduto do Glicério, Rua Antônio de Sá, Avenida do Estado, Rua da Figueira, Avenida Alcântara Machado até o ponto inicial.

Artigo 2º - A Operação Urbana Centro tem por objetivos específicos:

- I. Implementar obras de melhoria urbana na área delimitada pelo perímetro da Operação Urbana Centro;
- II. Melhorar, na área objeto da Operação Urbana Centro, a qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e usuários permanentes, promovendo a valorização da paisagem urbana e a melhoria da infra-estrutura e da sua qualidade ambiental;
- III. Incentivar o aproveitamento adequado dos imóveis, considerada a infra-estrutura instalada;
- IV. Incentivar a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano;
- V. Ampliar e articular os espaços de uso público;
- VI. Iniciar um processo de melhoria das condições urbanas e da qualidade de vida da área central da cidade, especialmente dos moradores de habitações subnormais;

- VII. Reforçar a diversificação de usos na área central da cidade, incentivando o uso habitacional e atividades culturais e de lazer;
- VIII. Melhorar as condições de acessibilidade à área central da cidade;
- IX. Incentivar a vitalidade cultural e a animação da área central da cidade;
- X. Incentivar a localização de órgãos da administração pública dos três níveis de governo na área central da cidade.

Parágrafo único - A Operação Urbana Centro tem como diretrizes urbanísticas:

- I. A abertura de praças e de passagens para pedestres no interior das quadras;
- II. O estímulo ao remembramento de lotes e à interligação de quadras mediante o uso dos espaços aéreo e subterrâneo dos logradouros públicos;
- III. A disciplina do espaço destinado ao transporte individual e a adequação dos espaços destinados ao transporte coletivo;
- IV. O incentivo à não impermeabilização do solo e à arborização das áreas não ocupadas;
- V. A conservação e restauro dos edifícios de interesse histórico, arquitetônico e ambiental, mediante instrumentos apropriados;
- VI. A composição das faces das quadras, de modo a valorizar os imóveis de interesse arquitetônico e a promover a harmonização do desenho urbano;
- VII. A adequação, aos objetivos desta lei, do mobiliário urbano existente e proposto;
- VIII. O incentivo à construção de habitações;
- IX. O incentivo à construção de garagens;
- X. O incentivo à recuperação e reciclagem de próprios públicos existentes na área central;
- XI. A criação de condições para a implantação de ruas ou regiões comerciais com regime de funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- XII. O desestímulo à permanência e a proibição de instalação de novos estabelecimentos de comércio atacadista de cereais, de madeiras e de frutas na área da Operação Urbana.

Capítulo II

Incentivos E Contrapartida

Artigo 3º - Na área objeto da Operação Urbana Centro, além das disposições de caráter geral da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, aplicam-se as seguintes disposições específicas:

- I. Para o uso residencial (categoria de uso R2.02):
 - a. coeficiente de aproveitamento máximo igual a 6 (seis);
 - b. dispensa de reserva de espaço para estacionamento de veículos;
 - c. na hipótese de opção pela construção de estacionamento para veículos, a área destinada a esta finalidade não será computada para efeito de cálculo de coeficiente de aproveitamento até o limite máximo igual a 6 (seis);
- I. Será admitida a construção de edifícios de uso misto - residencial e estacionamento (categorias de uso R2.02 e S2.9) - desde que garantidos acessos independentes, até os seguintes limites:

R2.O2 - coeficiente de aproveitamento máximo igual a 6 (seis),

S2.9 - coeficiente de aproveitamento máximo igual a 6 (seis);

- II. Para os hotéis de turismo (categoria de uso S2.5) - inclusive os existentes anteriormente à publicação desta lei - as disposições da Lei n.º 8.006, de 8 de janeiro de 1974 referentes à zona de uso Z5, observando o coeficiente de aproveitamento máximo destinado a instalações hoteleiras igual a 6 (seis), mais 2 (dois) para serviços e 4 (quatro) destinado exclusivamente a garagem;
- III. Não serão computadas para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento e dispensadas também das exigências de estacionamento, mesmo que conjugadas a outras categorias de uso, as áreas destinadas a:
 - Salões de Festas
 - Cinemas
 - Teatros e Anfiteatros
 - Salas de espetáculos
 - Auditórios para convenções, congressos e conferências
 - Museus
 - Creches
 - Educação e cultura em geral;
- I. As áreas de pavimentos destinadas à fruição pública como circulação de pedestres, localizadas no pavimento térreo ou em pavimentos correspondentes à soleira de ingresso da edificação no nível dos logradouros públicos, não serão computadas para efeito de cálculo de coeficiente de aproveitamento;
- II. Os empreendimentos formados pelo remembramento de 3 (três) ou mais lotes já existentes anteriormente à promulgação da presente lei e que atinjam o mínimo de 1.000m² (mil metros quadrados), terão direito a uma área construída adicional autorizada, livre de contrapartida, correspondente a 10% (dez por cento) da área do terreno resultante por lote remembrado até o limite máximo de 100% (cem por cento).

Parágrafo 1º - Os projetos que se beneficiarem do disposto neste artigo serão analisados diretamente pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB ou pela Secretaria das Administrações Regionais, conforme a competência.

Parágrafo 2º - As Secretarias citadas no parágrafo anterior darão conhecimento do pedido à Comissão referida no artigo 17 desta lei, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do seu protocolamento.

Artigo 4º - Mediante contrapartida financeira, os proprietários de imóveis contidos no perímetro da Operação Urbana Centro poderão apresentar propostas relativas a:

- I. Modificações de índices urbanísticos, de características de uso e ocupação do solo, e de disposições do Código de Obras e Edificações;
- II. Transferência do potencial construtivo de imóveis preservados;
- III. Regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente e concluídas até a data de publicação desta lei;
- IV. Cessão onerosa do espaço público aéreo ou subterrâneo, resguardado o interesse público.

Parágrafo 1º - O disposto neste artigo aplica-se inclusive ao estabelecido no artigo 3º e 16 desta lei.

Parágrafo 2º - As modificações referentes ao Código de Obras e Edificações não poderão incorrer em prejuízo das condições de estabilidade, segurança e salubridade das edificações e equipamentos.

Parágrafo 3º - Não serão admitidas ampliações ou construções novas destinadas aos seguintes usos:

- a. comércio atacadista: comércio de produtos alimentícios, materiais de grande porte, produtos perigosos, produtos agropecuários extrativos - categorias de uso C3.1 a C3.4;
- b. serviços especiais: garagens para empresas de transporte e serviços de depósitos e armazenagens - categorias de uso S3.1 e S3.2.

Parágrafo 4º - Poderá ser concedida ao proponente autorização para executar obras e serviços de melhoria e conservação de áreas públicas, as quais deverão ser realizadas sem qualquer ônus para a Prefeitura e sob sua orientação.

Parágrafo 5º - A contrapartida financeira citada neste artigo refere-se aos benefícios concedidos que configuram exceção à legislação vigente, autorizadas por esta lei.

Artigo 5º - As solicitações mencionadas no artigo 4º desta lei poderão ser concedidas apenas mediante contrapartida financeira para a execução de obras de melhoria urbana na área delimitada pelo perímetro da Operação Urbana Centro, após análise urbanística quanto aos seguintes aspectos:

- I. O impacto decorrente da implantação do empreendimento no sistema viário e na infraestrutura instalada;
- II. O uso e a ocupação do solo na vizinhança;
- III. A valorização arquitetônica e ambiental dos imóveis a preservar e respectivos logradouros;
- IV. A articulação e encadeamento dos espaços públicos e dos espaços particulares de uso coletivo;
- V. O enquadramento da volumetria das edificações existentes e a correção dos elementos interferentes, tais como empenas cegas e fundos de edificações, visando à harmonização do desenho urbano.

Parágrafo 1º - As propostas que atingirem habitações subnormais (cortiços) deverão contemplar solução do problema habitacional de seus moradores, dentro da área da Operação Urbana Centro ou numa faixa de 500m (quinhentos metros) envolvendo seu perímetro, sem ônus para a Prefeitura e sem prejuízo do pagamento da contrapartida financeira

Parágrafo 2º - Poderá ser exigida do proponente a realização de obras de infra-estrutura necessárias à implantação do empreendimento proposto, sem ônus para a Prefeitura e sem prejuízo do pagamento da contrapartida.

Parágrafo 3º - Quando a implantação do empreendimento determinar a execução de obras ou serviços relacionados à operação do sistema viário, o proponente arcará integralmente com as despesas decorrentes, inclusive aquelas referentes a eventuais desapropriações, resguardado o interesse público.

Artigo 6º - O potencial construtivo de áreas de terrenos contidos no perímetro da Operação Urbana Centro que sejam transformadas em áreas livres e verdes doadas à Prefeitura como bem de uso comum do povo, poderá ser aplicado no remanescente do próprio terreno ou transferido para outro imóvel situado no interior ou fora da área da Operação Urbana Centro.

Parágrafo 1º - Quando o imóvel cessionário estiver situado fora do perímetro da Operação Urbana Centro, aplicam-se, para efeito da transferência, as disposições do artigo 7º, incisos III, IV e V e parágrafos 1º, 2º e 3º desta lei..

Parágrafo 2º - O controle de transferência de potencial construtivo será exercido e fiscalizado pela Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA, a quem caberá a expedição de certidão de potencial construtivo transferido.

Artigo 7º - Para incentivar a restauração dos imóveis classificados como Z8-200, dos já tombados e dos que vierem a ser tombados pelo Poder Público na vigência desta lei e contidos na área da Operação Urbana Centro, será admitida a transferência de seu potencial construtivo, pelo seu valor equivalente, para outros imóveis localizados dentro ou fora do perímetro da Operação Urbana Centro, observadas as seguintes condições:

- I. Para imóveis preservados cujo coeficiente de aproveitamento efetivo seja inferior ou igual a 7,5 (sete e meio), o potencial construtivo passível de transferência será calculado pela diferença entre o potencial construtivo do lote, adotado o coeficiente de aproveitamento máximo igual a 12 (doze), e a área construída nele existente;
- II. Para imóveis cujo coeficiente de aproveitamento efetivo exceder a 7,5 (sete e meio), o potencial construtivo passível de transferência será determinado pela aplicação cumulativa do disposto nas alíneas abaixo:
 - a. a área construída até 12 (doze) vezes a área do lote poderá ser objeto de transferência em quantidade equivalente a 60% (sessenta por cento);
 - b. a área construída que exceder a 12 (doze) vezes a área do lote até o limite de 15 (quinze) vezes a área do lote poderá ser objeto de transferência em quantidade equivalente a 40% (quarenta por cento);
 - c. a área construída que exceder 15 (quinze) vezes a área do lote poderá ser objeto de transferência em quantidade equivalente a 20% (vinte por cento);
- II. A área construída equivalente para o imóvel cessionário será calculada pela seguinte fórmula:

$$ACe = (VTp / VTc) \times (CAc / CAp) \times PCpt, \text{ onde:}$$

Ace = área construída equivalente para o imóvel cessionário,

VTp = valor do metro quadrado do terreno do imóvel preservado constante da Planta Genérica de Valores,

VTc = valor do metro quadrado do terreno do imóvel cessionário constante da Planta Genérica de Valores,

CAC = coeficiente de aproveitamento máximo da zona de uso do imóvel cessionário,

Cap = 4 (quatro) = coeficiente de aproveitamento do terreno adotado na área da Operação Urbana Centro para os casos de transferência de potencial construtivo,

PCpt = potencial construtivo passível de transferência, em metros quadrados;

- III. O coeficiente de aproveitamento final do imóvel cessionário não poderá exceder a 4 (quatro) vezes a área do lote ou a 1,5 (uma e meia) vezes o coeficiente de aproveitamento máximo da zona de uso onde está localizado, prevalecendo o maior valor;
- IV. Para efeito da determinação do coeficiente de aproveitamento máximo da zona de uso do imóvel cessionário, referido nos incisos III e IV deste artigo, aplicam-se as disposições do artigo 24 da Lei n.º 7.805, de 1º de novembro de 1972, com redação dada pelo artigo 18 da Lei n.º 8.881, de 29 de março de 1979.

Parágrafo 1º - O empreendimento no imóvel cessionário será submetido a análise urbanística, observados os seguintes parâmetros:

- a. o impacto da implantação do empreendimento no sistema viário e na infra-estrutura instalada;
- b. o uso e ocupação do solo existente na vizinhança, visando a manutenção da qualidade ambiental e da paisagem urbana.

Parágrafo 2º - É vedada a transferência de potencial construtivo para imóveis contidos nas zonas de uso Z1, Z8, Z9, Z14, Z15, Z16, Z17, Z18, Z8-100, nos corredores de uso especial Z8-CR1, Z8-CR2, Z8-CR4 quando lindeiro à Z1, Z8-CR5 e Z8-CR6 e nas áreas de proteção dos mananciais definidas pela legislação pertinente.

Parágrafo 3º - A transferência de que trata este artigo poderá ser total, parcial ou realizada em etapas, e ser feita para um ou mais imóveis, pertencentes a um ou mais proprietários.

Parágrafo 4º - A análise das propostas de transferência de potencial construtivo levará em conta a necessidade de restauração do imóvel preservado, ficando o seu proprietário obrigado a executá-la em conformidade com as diretrizes fornecidas pelos órgãos competentes.

Parágrafo 5º - O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior implica na aplicação das penalidades previstas nos artigos 12 e 13 da Lei n.º 9.725, de 02 de julho de 1984.

Parágrafo 6º - Os projetos de restauração e conservação dos imóveis referidos neste artigo deverão ser aprovados pela Secretaria Municipal de Cultura - SMC e, no caso dos imóveis classificados como Z8-200, também pela Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA.

Parágrafo 7º - O controle de transferência de potencial construtivo será exercido e fiscalizado pela Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA, ouvida a Secretaria Municipal de Cultura - SMC nos casos de imóveis tombados, cabendo à primeira a expedição, mediante requerimento, de:

I. Declaração de Potencial Construtivo, ao proprietário do imóvel preservado;

II. Certidão de Potencial Construtivo Transferido, ao proprietário do imóvel cessionário.

Parágrafo 8º - Nos pedidos de aprovação de projetos de edificação que utilizam potencial construtivo transferido deverá ser apresentada a certidão de que trata o inciso II do parágrafo anterior, que será entregue ao interessado mediante garantia, a ser fixada pela Prefeitura, de que a restauração do imóvel preservado seja executada no prazo estabelecido pela Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU.

Parágrafo 9º - A garantia de que trata o parágrafo anterior será liberada após a emissão, pelo Órgão Municipal competente, do Termo de Aceitação Técnica da obra concluída.

Artigo 8º - As propostas referidas nos artigos 4º, 6º, 7º e 15 e parágrafo 2º do artigo 16 desta lei, serão submetidas à aprovação da Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU, da Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA, após análise e deliberação da Comissão referida no artigo 17 desta lei.

Parágrafo 1º - A Empresa Municipal de Urbanização - EMURB publicará no Diário Oficial do Município as normas de apresentação das propostas, no prazo de no máximo 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta lei.

Parágrafo 2º - As propostas serão apreciadas e encaminhadas à Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento da documentação completa.

Parágrafo 3º - As propostas serão divulgadas no Diário Oficial do Município, com antecedência de pelo menos 7 (sete) dias de sua apreciação pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU.

Artigo 9º - A Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA expedirá certidão declarando a modificação dos índices urbanísticos e das características de uso e ocupação do solo, bem como a existência de qualquer outro benefício, devendo essa certidão ser apresentada juntamente com o pedido de aprovação do projeto de acordo com as modificações aprovadas.

Parágrafo 1º - O Certificado de Conclusão da obra somente será emitido pelo órgão municipal competente, depois de comprovado o cumprimento das obrigações pactuadas.

Parágrafo 2º - A Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA manterá registro de todas as transferências de potencial construtivo dos imóveis preservados e dos doados à Municipalidade nos termos dos artigos 6º e 7º desta lei.

Artigo 10 - A contrapartida financeira, mencionada nos artigos 4º e 5º e nos parágrafos 6º e 7º do artigo 15 desta lei, não poderá ser inferior a:

- I. 100% (cem por cento) do valor econômico atribuído ao benefício concedido, no caso de regularização de construções, reformas ou ampliações, citado no artigo 4º, inciso III desta lei;
- II. 50% (cinquenta por cento) do valor econômico atribuído ao benefício concedido, nos demais casos.

Parágrafo 1º - Os valores econômicos citados neste artigo terão como base de cálculo os valores de mercado de terreno e serão definidos a partir de avaliações feitas por avaliadores independentes que serão referendadas pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU.

Parágrafo 2º - Na hipótese de solicitações referentes a aumento de potencial construtivo, inclusive nos casos de regularização, calcula-se o valor do benefício concedido como sendo o valor da área de terreno necessária para construir a área excedente àquela permitida pela legislação de uso e ocupação do solo vigente e por esta lei.

Parágrafo 3º - Nos demais casos o valor do benefício concedido será estabelecido pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU, a partir de estudos e propostas da Comissão referida no artigo 17 desta lei.

Capítulo III

Gestão Da Operação

Artigo 11 - Os recursos auferidos com a aplicação da presente lei serão administrados pela Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, em conta vinculada à Operação Urbana Centro.

Parágrafo 1º - Os recursos serão aplicados em obras de melhoria urbana, na recuperação e reciclagem de próprios públicos em geral, no pagamento de desapropriações realizadas no perímetro da Operação Urbana Centro, na restauração de imóveis tombados condicionada a posterior ressarcimento e em eventos de divulgação e promoção da Operação Urbana Centro.

Parágrafo 2º - A Empresa Municipal de Urbanização - EMURB poderá receber remuneração por serviços prestados e decorrentes da realização das obras e desapropriações, dos serviços e eventos de divulgação da Operação Urbana Centro e de valorização do lazer e cultura na área central da cidade.

Parágrafo 3º - Os recursos, enquanto não forem efetivamente utilizados, deverão ser aplicados em operações financeiras, objetivando a manutenção de seu valor real.

Artigo 12 - Os recursos das contribuições de melhoria, cobradas em razão das obras públicas executadas com recursos da Operação Urbana Centro, serão repassados pela Prefeitura à conta vinculada referida no artigo 11 desta lei, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do seu recebimento.

Artigo 13 - Os recursos existentes na conta vinculada da Operação Urbana do Anhangabaú, aprovada pela Lei n.º 11.090, de 16 de setembro de 1991, passam a integrar a conta vinculada da Operação Urbana Centro.

Artigo 14 - A Empresa Municipal de Urbanização - EMURB deverá elaborar e fazer publicar no Diário Oficial do Município, relatório semestral de acompanhamento e contabilização de resultados da Operação Urbana Centro.

Capítulo IV

Disposições Transitórias E Finais

Artigo 15 - Durante os primeiros 36 (trinta e seis) meses subsequentes à aprovação desta lei, as propostas relativas aos benefícios mencionados no inciso I do artigo 4º desta lei, ficam sujeitas às seguintes condições especiais:

- I. As propostas apresentadas para imóveis localizados na Área de Especial Interesse definida no parágrafo 1º deste artigo, ficam dispensadas do pagamento de contrapartida financeira.
- II. As propostas apresentadas para imóveis localizados fora da Área de Especial Interesse, porém contidos no perímetro da Operação Urbana Centro, ficam dispensadas do pagamento de contrapartida financeira nos seguintes casos até os seguintes limites:
 - a. para o uso residencial (categoria de uso R2.02): coeficiente de aproveitamento máximo igual a 12 (doze);
 - b. para o uso de serviços de escritórios e negócios (categoria de uso S2.1): coeficiente de aproveitamento máximo igual a 6 (seis);
 - c. para o uso hotel de turismo (categoria de uso S2.5): coeficiente de aproveitamento máximo igual a 9 (nove) para instalações hoteleiras, mais 3 (três) para serviços e 6 (seis) destinado exclusivamente a garagem.

Parágrafo 1º - Para efeito do disposto neste artigo, fica criada a Área de Especial Interesse, definida a seguir: começa na confluência da Avenida Senador Queirós com a Avenida Prestes Maia, segue na direção oeste pela Avenida Senador Queirós, Praça Alfredo Issa, Avenida Ipiranga, Praça da República, Avenida Ipiranga até a Rua da Consolação, Rua da Consolação, Viaduto Nove de Julho, Viaduto Jacaré, Rua Maria Paula, Viaduto Dona Paulina, Praça Dr. João Mendes, Rua Anita Garibaldi, Praça Clóvis Beviláqua, Avenida Rangel Pestana até Avenida Exterior, Avenida Exterior, Avenida Prefeito Passos, Rua Antonio de Sá, Avenida do Estado na direção norte, Rua da Figueira, Avenida Mercúrio, Avenida Senador Queirós até o ponto inicial, integrada também pelos lotes lindeiros aos logradouros que determinam este perímetro, demarcada na planta anexa n.º BE/03/OB/007 do arquivo da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB.

Parágrafo 2º - O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica às propostas relativas a regularização e cessão do espaço público, previstas no artigo 4º, incisos III e IV desta lei, e aos custos decorrentes de desapropriações.

Parágrafo 3º - As propostas que se beneficiarem do disposto neste artigo não ficam dispensadas das exigências fixadas no artigo 5º e parágrafos , da análise pela Comissão referida no artigo 17 e da aprovação pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU, nos termos do artigo 8º desta lei.

Parágrafo 4º - A certidão referente aos benefícios concedidos, referida no artigo 9º desta lei, expedida em favor de proponentes beneficiados pelo disposto neste artigo, terá validade pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua expedição, findo o qual torna-se sem efeito para fins de aprovação do projeto.

Parágrafo 5º - As obras referentes aos projetos aprovados com base nas disposições deste artigo deverão estar concluídas no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data

da expedição do respectivo Alvará de Execução, sob pena de cassação da licença e do vencimento integral da contrapartida financeira devida, calculada nos termos do artigo 10 desta lei.

Parágrafo 6º - A isenção prevista neste artigo sofrerá redução anual gradativa de 20% (vinte por cento) nos anos subseqüentes ao terceiro ano de vigência desta lei, passando a 80% (oitenta por cento) do valor da contrapartida financeira no quarto ano, 60% (sessenta por cento) no quinto, 40% (quarenta por cento) no sexto, 20% (vinte por cento) no sétimo, até ser definitivamente extinta completado o sétimo ano.

Parágrafo 7º - Para efeito do cálculo da contrapartida financeira referida no parágrafo anterior, serão considerados os benefícios relativos às modificações de disposições do Código de Obras e Edificações, de índices urbanísticos e de características de uso e ocupação do solo estabelecidos na legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo vigente e nos artigos 3º e 16 desta lei.

Artigo 16 - Fica garantido ao proprietário de edificação regularmente existente e contida na área da Operação Urbana Centro que venha a ser demolida para a implantação de uma nova construção o direito de utilização da Taxa de Ocupação e do Coeficiente de Aproveitamento do edifício demolido quando maiores do que aqueles fixados na legislação de uso e ocupação do solo vigente e na presente lei.

Parágrafo 1º - Os projetos que se beneficiarem deste artigo não ficam dispensados da análise urbanística e das exigências fixadas no artigo 5º supra e seus parágrafos e da análise pela Comissão referida no artigo 17 desta lei.

Parágrafo 2º - As propostas que, além de se beneficiarem do disposto neste artigo, apresentarem solicitações relativas aos benefícios mencionados no artigo 4º desta lei, serão submetidas à aprovação da Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU, nos termos do artigo 8º desta lei.

Artigo 17 - Fica constituída a Comissão Executiva da Operação Urbana Centro, composta por representantes da:

1. Empresa Municipal de Urbanização - EMURB,
2. Secretaria da Habitação e do Desenvolvimento Urbano - SEHAB,
3. Secretaria Municipal de Cultura - SMC,
4. Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA,

e ainda da:

5. Câmara Municipal de São Paulo,
6. Associação Comercial de São Paulo,
7. Associação dos Bancos no Estado de São Paulo - ASSOESP,
8. Associação Viva o Centro - Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo,
9. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos,
10. Movimento Defenda São Paulo,
11. Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo - IAB/SP,
12. Instituto de Engenharia de São Paulo - IE,

13. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região,
14. Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo - SECOVI,

sob a coordenação da primeira nomeada.

Parágrafo 1º - São atribuições da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro:

- I. Analisar e verificar a adequação das propostas apresentadas de acordo com o disposto nos artigos 4º, 6º, 7º e 15 desta lei com as diretrizes da Operação Urbana Centro;
- II. Emitir pareceres e deliberar sobre o encaminhamento das propostas à Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU;
- III. Promover no mínimo 1 (uma) audiência pública sempre que a proposta solicitar coeficiente de aproveitamento superior a 6 (seis) ou cessão onerosa do espaço público, de acordo com o disposto no artigo 4º, incisos I e IV desta lei, anteriormente ao encaminhamento à Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU;
- IV. Elaborar estudos e apresentar propostas para cálculo do valor dos benefícios concedidos;
- V. Elaborar diretrizes especiais para sub-áreas contidas dentro do perímetro da Operação Urbana Centro;
- VI. Identificar formas de atuação do Poder Público capazes de potencializar a consecução dos objetivos da Operação Urbana Centro;
- VII. Contribuir para a estruturação de programa de ação para a solução do problema das habitações subnormais existentes na área da Operação Urbana Centro;
- VIII. Fazer-se representar junto à Administração Pública na definição de políticas e intervenções para a área da Operação Urbana Centro;
- IX. Elaborar plano de incentivo à localização da Administração Pública na área da Operação Urbana Centro;
- X. Decidir sobre a inversão dos recursos captados pela Operação Urbana Centro, atendido o disposto no artigo 11, parágrafo 1º desta lei;
- XI. Instruir as dúvidas surgidas quanto à aplicabilidade e às disposições da presente lei anteriormente à apreciação das mesmas pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU.

Parágrafo 2º - A audiência pública de que trata o inciso III do parágrafo anterior deverá ser divulgada em pelo menos 1 (um) dos 2 (dois) jornais de maior circulação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de sua realização.

Parágrafo 3º - Para subsidiar a Comissão Executiva da Operação Urbana Centro no cumprimento de suas atribuições, fica criado Grupo Técnico de Trabalho, composto por técnicos da:

1. Empresa Municipal de Urbanização - EMURB,
2. Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB,
3. Secretaria das Administrações Regionais - SAR,
4. Secretaria de Vias Públicas - SVP,
5. Secretaria Municipal de Cultura - SMC,
6. Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA
7. Secretaria Municipal de Transportes - SMT, sob a coordenação da primeira.

Parágrafo 4º - A Comissão Executiva da Operação Urbana Centro, sempre que necessário, poderá consultar outros órgãos da administração pública municipal, estadual e federal e entidades civis.

Artigo 18 - Os direitos, processos e obras em andamento referentes à Operação Urbana do Anhangabaú, aprovada pela Lei n.º 11.090, de 16 de setembro de 1991, ficam transferidos sem solução de continuidade para a Operação Urbana Centro.

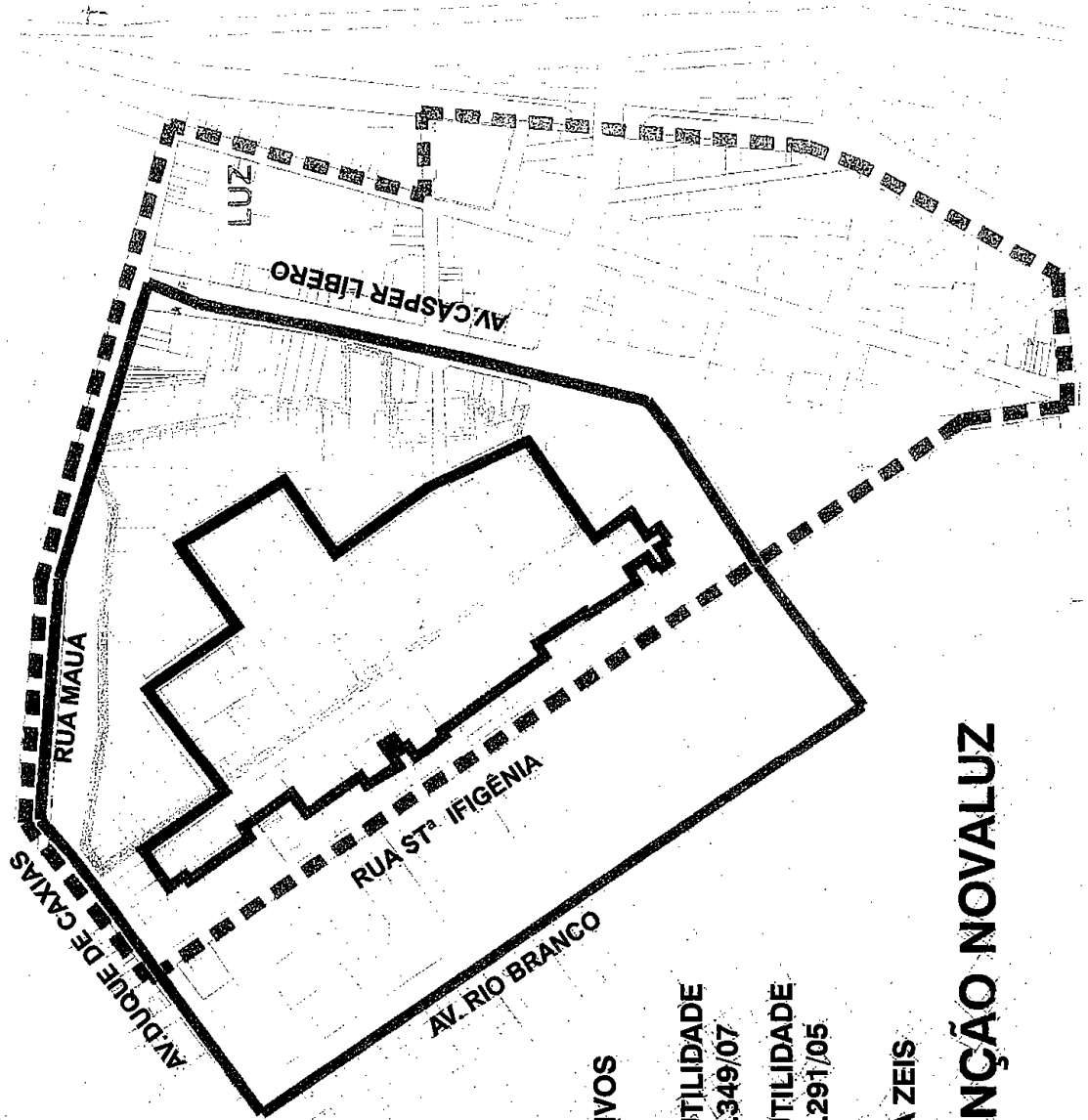
Artigo 19 - Na área da Operação Urbana Centro não se aplicam as disposições da Lei n.º 11.773, de 18 de maio de 1995.

Artigo 20 - A Empresa Municipal de Urbanização - EMURB poderá praticar os atos necessários à realização da Operação Urbana Centro, inclusive desapropriações.

Artigo 21 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta dos recursos disponíveis na conta vinculada à Operação Urbana Centro e de dotações próprias.

Artigo 22 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo P



● AIU-03

● LEI DE INCENTIVOS
Nº 14.096/05

● DECRETO DE UTILIDADE
PÚBLICA Nº 48.349/07

● DECRETO DE UTILIDADE
PÚBLICA Nº 46.291/05

● PERÍMETRO DA ZEIS

INTERVENÇÃO NOVALUZ

Anexo Q

Diário Oficial da Cidade de São Paulo

São Paulo, 53 (6) - 17

Quinta-feira, 10 de janeiro de 2008

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 012026548/HAB/01, CELEBRADO ENTRE A PMS/SEAB/ABI E A EMPRESA ARAGUAINA CONSTRUTORA BRASILEIRA DE ROODVUS S/A - PROCESSO 2003-0.195.855-2. OBJETO: a) Adoção da planilha orçamentária; b) liberação de cronograma físico financeiro; c) Alteração do valor contratual; d) Prorrogação da prazo contratual.

2008-0.005.035-9 / INT.: CONSÓRCIO BUREAU-SISTEMA PPI / ASS.: Solitação de Atestado de Capacidade Técnica - Contrato nº 0047204-SEAB/HAB/1 - 2003-0.210.941-9 / DESP.: 1 - Diante dos elementos de convicção carreados ao processo, e, em especial, da manifestação de HABI-3, DEFIRO a solicitação supra, pagas os emolumentos públicos devidos, expedindo-se o competente ATESTADO.

2008-0.005.028-9 / INT.: CONSÓRCIO BUREAU-SISTEMA PPI / ASS.: Solitação de Atestado de Capacidade Técnica - Contrato nº 0047204-SEAB/HAB/1 - 2003-0.210.941-9 / DESP.: 1 - Diante dos elementos de convicção carreados ao processo, e, em especial, da manifestação de HABI-3, DEFIRO a solicitação supra, pagas os emolumentos públicos devidos, expedindo-se o competente ATESTADO.

2008-0.005.032-7 / INT.: CONSÓRCIO BUREAU-SISTEMA PPI / ASS.: Solitação de Atestado de Capacidade Técnica - Contrato nº 0047204-SEAB/HAB/1 - 2003-0.210.941-9 / DESP.: 1 - Diante dos elementos de convicção carreados ao processo, e, em especial, da manifestação de HABI-3, DEFIRO a solicitação supra, pagas os emolumentos públicos devidos, expedindo-se o competente ATESTADO.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Superintendente: Marcia Regina Moraes

DIVISÃO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
HONARIAMENTO HONORÁRIO - OUTUBRO
71-003.145-2007-30, ANTONIETA SUELY FRANCO CA-MEIRO BIAMANTE, 71-003.230-2007-07, ELOISA VILMA DE REZENDES OLIVEIRA, 71-003.404-2007-12, VERA LUCIA DE ALMEIDA A. 71-003.061-2008-26, GILVANI MARIA DE PAULA, de conformidade com a competência de fato pela Portaria nº 15/2008, do IPREM, a quitação do débito hipotecário, por ter o IPREM recebido dos devedores a totalidade de seu crédito, razão pela qual dá ampla e geral quitação, para nada mais pretender a este título.

DIVISÃO DE BENEFÍCIOS
INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS - DEFERIDOS
71-002.465-2007-73 - Livecirio Pereira da Silva
71-002.503-2007-98 - Antônia de Almeida Tosatti
À vista das informações, relatório conclusivo da Seção de Assistência Social e Com base no inciso II do artigo 8º da Lei nº 10.828/06 e inciso I do artigo 1º da O.N. nº 04/2002-IPREM, DEFIRO os pedidos, pagando-se as parcelas na forma prevista no artigo 14, IV do mesmo diploma legal.
71-002.516-2007-67 - Filomena Couto Duque e Maria Cícera da Silva Oliveira
À vista das informações, relatório conclusivo da Seção de Assistência Social e Com base no inciso II do artigo 8º da Lei nº 10.828/06 e inciso I do artigo 1º da O.N. nº 04/2002-IPREM, DEFIRO o pedido de fls. 01, pagando-se a pensão na forma prevista no artigo 14, IV do mesmo diploma legal. CONHECE-SE a cota parte prenotada cabendo à Maria Cícera da Silva Oliveira, até a manifestação da mesma ou pelo prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 9.157/80.

INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS - INDEFERIDOS
71-000.350-2007-44 - Tatiane de Carvalho Rufino
À vista do laudo médico de fls.132, INDEFIRO o pedido, por não atender às condições do inciso IV do artigo 8º da Lei Municipal nº 10.828/06 e inciso I do artigo 1º da O.N. nº 04/2002-IPREM.
71-002.509-2007-65 - Olga Jurema da Rocha Camargo
À vista do laudo médico de fls.46, INDEFIRO o pedido, por não preencher as condições do inciso IV do artigo 8º da Lei Municipal nº 10.828/06 e inciso I do artigo 1º da O.N. nº 04/2002-IPREM.

RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO
71-003.009-07-40 - Laís Pello
À vista das informações e laudo médico do D.S.S. de fls.10, COMEÇO, por tempo, o pedido de Reconsideração do Despacho proferido às fls. 42 do processo nº 71.001.733-07-40, mas, no mérito, NEGOU-LHE o provimento, mantendo-se a decisão recorrida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.
71-003.475-07-26 - Ana Cristina Cardoso Vieira
À vista das informações e a inexistência de novos elementos constituintes, COMEÇO, por tempo, o pedido de Reconsideração do Despacho proferido às fls. 101 do processo nº 71.004.223-07-33, mas, no mérito, NEGOU-LHE o provimento, mantendo-se a decisão recorrida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS
À vista das informações,APROVO as prestações de contas das seguintes adiantamentos:
71-003.124-2007-15 - Walter Kazuo Sashida - RF 4157-2, concedido em 22/11/2007, NED nº. 798/2007, no valor de R\$ 1.248,90;
71-002.583-2007-81 - Marli Salman Filho - RF 5139-0, concedido em 03/10/2007, NED nº. 693/2007, no valor de R\$ 1.000,00;
71-003.225-2007-96 - Cláudia Martins de Oliveira - RF 467-8, concedido em 04/12/2007, NED nº. 828/2007, no valor de R\$ 208,70;
71-003.099-2007-70 - Ciro Gomes Fraga Neto - RF 559-3, concedido em 12/11/2007, NED nº. 790/2007, no valor de R\$ 834,80;

71-003.270-2007-40 - Zilda Aparecida Petrucio Fernandes - RF 5151-9, concedido em 03/12/2007, NED nº. 840/2007, no valor de R\$ 417,40;
71-003.148-2007-84 - Sandra Regina Bida Pavan Firmiano - RF 281-6, concedido em 19/11/2007, NED nº. 800/2007, no valor de R\$ 615,85; RF 615,85 e R\$ 800,00;
71-002.317-2007-36 - Maria Vasconcelos Pereira da Silva Felligue - RF 5150-1, concedido em 20/11/2007, NED nº. 818/2007, no valor de R\$ 626,10.

SOLICITAÇÃO DE SALDO DE 13º PROPORCIONAL MAIS OS DIAS REFERENTES AO MÊS
71-001.505-2007-66 - Nilce Rodrigues da Costa - REG 01030-5
INDEFIRO o pedido, tendo em vista que os valores devidos foram pagos em full de pagamento.

NEGÓCIOS JURÍDICOS

Secretário: Ricardo Dias Leme

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC
DESPACHOS:LISTA 2008-2-005
SINDICATO MUNICIPAL DE FISCALIZADORES DO DIRETOR DE LICITAÇÃO - RUA MARIA PAULA, 136 SALA 116
2007-0.358.715-0 JOSUE COSTA SILVA
DEFERIDO
NO USO DA COMPETÊNCIA QUE ME CONFERE O ARTIGO 24, INCISO VI, DO DECRETO MUNICIPAL 27.321/88 E A VISTA DA MANIFESTAÇÃO DA ASSISTEN CIA JURIDICA DESTE DEPARTAMENTO E DEMAS ELEMENTOS CONSTANTES DO PRESENTE E NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 38.976/2006, AUTORIZO EXPEDICAO DE CERTIDAO NA FORMA RETRO PROPOSTA.
2007-0.354.828-9 ROBERTO FERREIRA DOS SANTOS
DEFERIDO
NO USO DA COMPETENCIA QUE ME CONFERE O ARTIGO 24, INCISO VI, DO DECRETO MUNICIPAL 27.321/88 E A VISTA DA MANIFESTAÇÃO DA ASSISTEN CIA JURIDICA DESTE DEPARTAMENTO E DEMAS ELEMENTOS CONSTANTES DO PRESENTE E NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 38.976/2006, AUTORIZO EXPEDICAO DE CERTIDAO NA FORMA RETRO PROPOSTA.
2007-0.354.763-6 IDECEAUX DO BRASIL LTDA
DEFERIDO
NO USO DA COMPETENCIA QUE ME CONFERE O ARTIGO 24, INCISO VI, DO DECRETO MUNICIPAL 27.321/88 E A VISTA DA MANIFESTAÇÃO DA ASSISTEN CIA JURIDICA DESTE DEPARTAMENTO E DEMAS ELEMENTOS CONSTANTES DO PRESENTE E NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 38.976/2006, AUTORIZO EXPEDICAO DE CERTIDAO NA FORMA REQUERIDA.
2007-0.354.767-9 IDECEAUX SALVADOR S/A
DEFERIDO
NO USO DA COMPETENCIA QUE ME CONFERE O ARTIGO 24, INCISO VI, DO DECRETO MUNICIPAL 27.321/88 E A VISTA DA MANIFESTAÇÃO DA ASSISTEN CIA JURIDICA DESTE DEPARTAMENTO E DEMAS ELEMENTOS CONSTANTES DO PRESENTE E NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 38.976/2006, AUTORIZO EXPEDICAO DE CERTIDAO NA FORMA REQUERIDA.
2007-0.354.763-6 IDECEAUX SALVADOR S/A
DEFERIDO
NO USO DA COMPETENCIA QUE ME CONFERE O ARTIGO 24, INCISO VI, DO DECRETO MUNICIPAL 27.321/88 E A VISTA DA MANIFESTAÇÃO DA ASSISTEN CIA JURIDICA DESTE DEPARTAMENTO E DEMAS ELEMENTOS CONSTANTES DO PRESENTE E NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 38.976/2006, AUTORIZO EXPEDICAO DE CERTIDAO NA FORMA REQUERIDA.
2008-0.000.181-4 ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
DEFERIDO
NO USO DA COMPETENCIA QUE ME CONFERE O ARTIGO 24, INCISO VI, DO DECRETO MUNICIPAL 27.321/88 E A VISTA DA MANIFESTAÇÃO DA ASSISTEN CIA JURIDICA DESTE DEPARTAMENTO E DEMAS ELEMENTOS CONSTANTES DO PRESENTE E NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 38.976/2006, AUTORIZO EXPEDICAO DE CERTIDAO NA FORMA REQUERIDA.
2008-0.000.351-5 CONSTRUTORA GUERREZ SA
DEFERIDO
NO USO DA COMPETENCIA QUE ME CONFERE O ARTIGO 24, INCISO VI, DO DECRETO MUNICIPAL 27.321/88 E A VISTA DA MANIFESTAÇÃO DA ASSISTEN CIA JURIDICA DESTE DEPARTAMENTO E DEMAS ELEMENTOS CONSTANTES DO PRESENTE E NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 38.976/2006, AUTORIZO EXPEDICAO DE CERTIDAO NA FORMA REQUERIDA.

CONSELHO MUN. DE ACIDENTES
COM VITIMAS MORTAIS - COMUV
JULGAMENTO DA 3544. REUNIÃO ORDINÁRIA
PROXIMO INTERESSADO REGISTRO
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.

JULGAMENTO DA 3544. REUNIÃO ORDINÁRIA
PROXIMO INTERESSADO REGISTRO
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.

JULGAMENTO DA 3544. REUNIÃO ORDINÁRIA
PROXIMO INTERESSADO REGISTRO
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.

JULGAMENTO DA 3544. REUNIÃO ORDINÁRIA
PROXIMO INTERESSADO REGISTRO
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.

JULGAMENTO DA 3544. REUNIÃO ORDINÁRIA
PROXIMO INTERESSADO REGISTRO
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.

JULGAMENTO DA 3544. REUNIÃO ORDINÁRIA
PROXIMO INTERESSADO REGISTRO
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.

JULGAMENTO DA 3544. REUNIÃO ORDINÁRIA
PROXIMO INTERESSADO REGISTRO
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.

JULGAMENTO DA 3544. REUNIÃO ORDINÁRIA
PROXIMO INTERESSADO REGISTRO
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.

JULGAMENTO DA 3544. REUNIÃO ORDINÁRIA
PROXIMO INTERESSADO REGISTRO
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2007.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.

JULGAMENTO DA 3547. REUNIÃO ORDINÁRIA
PROXIMO INTERESSADO REGISTRO
2008.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2008.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.
2008.014.014-4 JOS VASCONCELOS
Responsabilizaram o particular, à vista dos elementos constantes dos autos.

PREPARAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO
Preparador Geral: Celso Augusto Caccaro Filho
Elinha de Atendimento Direto: 3241-1239
DESPACHOS DO PROCURADOR GERAL
2007-0.387.238-5 - Odeite Martins Panella. Pedido de parcelamento de débito objeto de execução fiscal. Proposta de deferimento. No uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 7º, inc. VI, do Dec. 27.321/88 e considerando os elementos constantes do presente, em especial as manifestações do Departamento Judicial e da Assessoria Jurídico-Consultiva desta Procuradoria Geral do Município, que acolho, AUTORIZO a celebração do acordo entre a Prefeitura de São Paulo e Odeite Martins Panella, nos termos propostos à fls.0384 deste processo administrativo, ou seja, no pagamento do débito de R\$ 14.228,19 apurado em dezembro de 07, o principal em 60 parcelas mensais e consecutivas, devidamente atualizadas com as atualizações de fls.04 parciais.

2008-0.164.814-0 - Pezarira Star Mar Ltda Permissão de Uso. Ocupação de box 16, no A do Mercado Municipal Paulistano. Falta do pagamento do preço público por ocupação de área referente aos exercícios de 1998 a 2000. Não pagamento das despesas de água e esgoto. Revogação da permissão de uso. Cobrança administrativa do débito tributário. Não localização de bores em nome da empresa ou dos sócios. Cobrança judicial tendente. Proposta de inclusão do débito no rol das cobranças invioláveis. No uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 7º, inc. VIII, do Dec. 27.321/88 e considerando a instrução processual levada a efeito, e nos termos da manifestação do Departamento Judicial, bem como da Assessoria Jurídico Consultiva desta Procuradoria Geral do Município, AUTORIZO a inclusão do débito em nome da Pezarira Star Mar Ltda, e apontado à fls. 113718 destes autos no rol das cobranças invioláveis.

Dep. Fiscal
2007-0.273.802-2 - INTERESSADO: ERYAL BISPO DOS SANTOS - ASSUNTO: restituição de quantia - Decreto de Anulação e Revogação do Decreto nº 27.321/88 e a vista da manifestação da Assessoria Jurídica deste Departamento, bem como das demais informações constantes deste processo, DEFIRO a proposta de quitação total de R\$ 775,81, referente à três primeiras parcelas do acordo nº 251.681, recolhidas por meio das guias abaixo relacionadas:
1) 44220634 - R\$ 81,90 (já excluído os R\$ 12,25 referentes à fls. 232 verso);
2) 23250635 - R\$ 74,23;
3) 44220636 - R\$ 75,18;
4) 44250637 - R\$ 75,58;
5) 44250638 - R\$ 76,81;
6) 44250639 - R\$ 77,45;
7) 44250640 - R\$ 78,08;
8) 44250641 - R\$ 78,47;
9) 44250642 - R\$ 79,07;
10) 44250643 - R\$ 79,63;
2007-0.198.547-6 INTERESSADO: SFASITEMDEFIN - ASSUNTO: Concessão 302/2006 - BANCO ITAÚ S/A - Diferença de Anulação e Vistor - DAA - adição de guia de recolhimento - I - No uso da competência que me confere o artigo 24, VI, do Decreto nº 27.321/88 e à vista da manifestação de fls. 55, REITERO o despacho de fl. 53, publicado no DOC de 27/10/07, o qual, para o fim de constar que a ordem de R\$55,31 (cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos), cuja geração de DAT foi ali autorizada, foi recolhida por meio da guia nº 50660333-6, e no 50366033-6, como havia constado.

Dep. Patrimonial
1998-0.072.580-6 - Luciana Mendes Moraes - Pedido de cessação.
Indefiro por abandono, nos termos do parágrafo único do artigo 24 da Lei 14.141/06.

PLANEJAMENTO

Secretário: Manoelito Pereira Magalhães Junior

DELIBERAÇÃO COLUZ, Nº 004 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007
O CONSELHO DO PROGRAMA DE INCENTIVOS SELETIVOS PARA A REGIÃO ADJACENTE À ESTAÇÃO DA LUZ - COLUZ, no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 14.096, de 8 de dezembro de 2006 e do Decreto nº 46.996, de 13 de fevereiro de 2006, nomeado pela Portaria nº 13110, de 21 de agosto de 2006, DECIDIU, com base na manifestação de sua Assessoria Técnica, em reunião na data de 12/12/2007, com base no item 10.1.1.0.1 do EDITAL DE CHAMAMENTO PARA HABILITAÇÃO,

ANÁLISE E SELEÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS A SEREM IMPLANTADOS NA REGIÃO ADJACENTE À ESTAÇÃO DA LUZ, com cerca de 80% de benefícios para todas as empresas habilitadas, relacionadas abaixo, devendo as mesmas no prazo de 180 dias a contar da data de publicação no DOC deste resultado, assinar junto à PMS/OP, o Termo de Concessão de Benefícios Fiscais, conforme Anexo 5 do referido Edital, sob pena de perda do direito do benefício definido pelo COLUZ, nesta reunião. Providência-se a devida publicação.

IBM Brasil Indústria Máquinas e Serviços Ltda.
BRPorter S/A
Instituto Moreira Salles
Mercado Eletrônico S/A
e Investidor Invest
Delpy Ltd.
Meia Serviços em Informática Ltda
Fredi Kabb Assessoria de Marketing e Comunicação Ltda.
Klar Ind. de Com. de Eletrônicos Eletrônicos Ltda. (Sistema, Gráfica e Investidor Invest)
TMS Call Center S/A
Paraná Projetos Imobiliários Ltda Etd
DMF Engenharia e Incorporadora Ltda.
B2G Soluções em Informática S/A
Pysônio Tecnologia Ltda.
Audatex Brasil Serviços Ltda.
Magnas Sistemas Consultoria S/A
Mirosoft Informática Ltda.
Bravo Telecomunicações Ltda
Alemo Brasil S/A
T&I CONSULT S/A
BRACOR Engenharia Imobiliária Ltda

São Paulo, 12 de dezembro de 2007

MANUELO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR
Secretário Municipal de Planejamento - SIMPLA

ANGELO ANDREA MATTARAZZO
Subprefeito da ZA

ELTON SANT'ANNE DE CARVALHO
Secretário Municipal de Habitação - SEHAB

WALTER ALUISSIO MORAIS RODRIGUES
Secretário Municipal de Finanças

REUBENS CHAMAMAS
Empresa Municipal de Urbanização - EMURB

JOSÉ ALEXANDRE SANCHES
Com. de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo

JORGE SUNIAR NETO
Associação Brasileira de Empresas de Software - ABES

RONALDO REZENDE
Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - ASBEA

Refeição-se a Deliberação 004
São Paulo, 12 de dezembro de 2007

Conselho do Programa de Incentivos Seletivos para a Região Adjacente à Estação da Luz - COLUZ

Tomando-se em efeito Despacho Interseccional SEMPLA nº 3742007, publicado no DOC de fls.04 08/12/008, pag. 21.

SAUDE

Secretário: Januario Montano

DESPACHO DO SECRETÁRIO ADJUNTO EM EXERCÍCIO PENALIDADE

2007-0.348.782-1 - À vista dos elementos constantes nestes autos, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica desta Secretaria, que acolho como razão de decisão: APLICAO à empresa Bioteca Produtos de Laboratórios Ltda., CNPJ 18.528.851/0001-13, a penalidade de multa de 5% sobre o valor da nota fiscal nº 013156, pelo atraso de 05 (05) dias, respectivamente, no entrega do material, com fundamento no art. 86 da Lei Federal 6669/03 e o disposto na cláusula sétima do Contrato nº 060355/10/07.
II - Outrossim, fica a conação NOTIFICADA do prazo de 5 dias úteis para interposição de eventual recurso.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC
DESPACHOS:LISTA 2008-2-005
SME/SERVIÇOS/PRACA DE ATENDIMENTO
ENDERECO: RUA SANTA ISABEL, 150 - TERCEIRO
PROCESSOS DA UNIDADE SIMSERVICOSPAC
2004-0.187.894-1 FONOSERVICO, CLINICA CONST E PREST DE SERVICOS FONDO
DEFERIDO
SOLICITADO DE CMVS DEFERIDO E PUBLICADO EM DOC DE 02/04/2005

DESPACHO DO SECRETÁRIO ADJUNTO EM EXERCÍCIO

BAIXA PATRIMONIAL DE VEÍCULOS
2002-0.048.108-8 - À vista dos elementos constantes no presente, notadamente o laudo de inspeção veicular juntado às fls. 04, AUTORIZO, com fundamento no Decreto nº 48.899/07 e em caráter excepcional em relação às demais disposições do Decreto nº 42.819/03, a BAIXA PATRIMONIAL do veículo de placa DF-1288-4, chapa patrimonial nº 2.685.679, marca CHEVROLET, modelo C20, movido a gasolina, ano 1999, cor branca, placa GF 1510, chassi 98G257HMLC02399.

2002-0.075.604-0 - À vista dos elementos constantes no presente, notadamente o laudo de inspeção veicular juntado às fls. 04, AUTORIZO, com fundamento no Decreto nº 48.899/07 e em caráter excepcional em relação às demais disposições do Decreto nº 42.819/03, a BAIXA PATRIMONIAL do veículo de placa DF-1284-1, chapa patrimonial nº 2.685.679, marca CHEVROLET, modelo C20, movido a gasolina, ano 1999, cor branca, placa CV7 0075, chassi BC254NF3J3587.

2002-0.075.632-2 - À vista dos elementos constantes no presente, notadamente o laudo de inspeção veicular juntado às fls. 04, AUTORIZO, com fundamento no Decreto nº 48.899/07 e em caráter excepcional em relação às demais disposições do Decreto nº 42.819/03, a BAIXA PATRIMONIAL do veículo de placa CT-05810, chapa patrimonial nº 932867, marca CHEVROLET, modelo C10, movido a álcool, ano 1981, cor branca, placa CDV 0075, chassi BC254NF3J3587.

Imprensa Oficial de São Paulo
CNPJ nº 06.964.445/0001-90
Rua dos Banhos, 150 - São Paulo, SP

Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo
CNPJ nº 06.964.445/0001-90
Rua dos Banhos, 150 - São Paulo, SP

Anexo R

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e
Revitalização do Patrimônio e da
Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro

APAC por ano

1984 a 1992

1984

- Corredor Cultural (Centro)
- Santa Teresa

1988

- SAGAS (Saúde, Gamboa e Santo Cristo)
- Urca

1990

- Bairro Peixoto (Copacabana)

1991

- Cidade Nova e Catumbi
- Cosme Velho e parte de Laranjeiras
- São José (Laranjeiras) – área incorporada à APAC do Catele em 2005

1992

- Fábrica Confiança (Vila Isabel) – Tombamento com área de entorno, equivalente a uma APAC
- Lido (Copacabana)
- Cruz Vermelha (Centro)

1993 a 1996

1993

- Santa Cruz
- São Cristóvão

1994

- Entorno do Colégio Militar (Tijuca)
- Entorno das Casas Casadas (Laranjeiras) – Incorporada à APAC Laranjeiras em 2001

1996

- Jockey Club - Tombamento com área de entorno, equivalente a uma APAC

1997 a 2000

1997

- Tcófilo Otoni (Centro) - área incorporada à APAC do Mosteiro de São Bento em 2004

1998

- Ribeiro de Almeida (Laranjeiras) – área incorporada à APAC de Laranjeiras em 2001

1999

- Paquetá

2000

- Entorno da Igreja do Divino do Espírito Santo (Estácio) - Tombamento com área de entorno, equivalente a uma APAC

2001 a 2004

2001

- Leblon
- Laranjeiras
- Jardim Botânico

2002

- Botafogo

2003

- Ipanema

2004

- regulamentação da APAC de São José – legislação incorporada à APAC do Catete em 2005
- Entorno do Colégio Baptista (Tijuca)
- Entorno do Mosteiro de São Bento (Centro)

2005

- Catete

2006

- Humaitá

2007

- Decretos complementares às APAC Leblon, Laranjeiras, Ipanema e Catete

smc - form 09

[Editar esta página \(se você tiver permissão\)](#) |
[Google Docs](#) – processador de texto, apresentações e planilhas na web.